



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO

ANDRÉ AUGUSTO DE PAULA BARBIERI

FIM DE CICLO DO GOVERNO PÓS-NEOLIBERAL NO BRASIL O
PT, O ESTADO E O GOLPE INSTITUCIONAL

Natal-RN
Fevereiro/2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Barbieri, André Augusto de Paula.

Fim de ciclo do governo pós-neoliberal no Brasil: o PT, o
Estado e o golpe institucional / André Augusto de Paula
Barbieri. - 2019.

207f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Eduardo Vitullo.

1. América Latina - Dissertação. 2. Governos pós-neoliberais
- Dissertação. 3. Partido dos Trabalhadores - Dissertação. I.
Vitullo, Gabriel Eduardo. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 32(7/8)

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-15/748

Fim de ciclo do governo pós-neoliberal no Brasil: O
PT, o Estado e o golpe institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa Estado, Governo e Sociedade, em cumprimento parcial às exigências para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Gabriel Eduardo Vitullo.

Natal-RN
Fevereiro/2019

Fim de ciclo do governo pós-neoliberal no Brasil:
O PT, o Estado e o golpe institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa Estado, Governo e Sociedade, em cumprimento parcial às exigências para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Texto avaliado em 19 de fevereiro de 2019

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Gabriel Eduardo Vitullo
Orientador

Professor Dr. Gonzalo Adrián Rojas
Examinador Externo

Professora Dr^a. Jorissa Danilla Nascimento Aguiar
Examinadora Interna

Dedico esse trabalho à classe trabalhadora internacional, que na caldeira escaldante da história pode reencontrar-se com o melhor de sua tradição de organização e combate para emancipar a humanidade do capitalismo, há pouco mais de 100 anos da Revolução Russa de 1917.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus companheiros do Movimento Revolucionário de Trabalhadores, com os quais compartilho um projeto de sociedade que supere o modo de produção capitalista.

Agradeço à minha companheira Fernanda Montagner, com quem tenho profundas discussões diárias elucidando os grandes temas que atravessam esse trabalho, e que me conduzem sempre ao centro das minhas paixões. Também agradeço a meus amigos Iuri Tonelo e Simone Ishibashi, cujos projetos foram importantes para instigar inúmeros debates sobre a realidade superior da economia e da política mundiais, sem as quais seria impossível enveredar cientificamente pelos dilemas latino-americanos.

Agradeço a meu orientador, Gabriel Vitullo, por me ajudar nesse percurso acadêmico e pela solicitude com que atendeu distintas iniciativas de debate que pudemos fazer na universidade.

Aos meus amigos Marie Castañeda, Nivalter Aires, Gonzalo Adrian Rojas e Shimenny Ludmilla, agradeço a camaradagem que me possibilitou trilhar com alegria os primeiros passos pela região Nordeste.

Agradeço a meus familiares, Mônica e Ricardo, e meu irmão Guilherme, pela confiança e o apoio dado nessa jornada de pesquisa.

Por fim, agradeço ao CNPq, que financiou parte dessa pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Assim como algumas plantas só dão frutos na condição de não se desenvolver excessivamente, também é preciso não deixar crescer demasiado as folhas e as flores teóricas das artes práticas, mas reaproximá-las da experiência, que é o seu terreno natural.

“Da Guerra”, Karl von Clausewitz

Não se pode aprender a arte da tática e da estratégia, a arte da luta revolucionária, senão pela experiência, pela crítica e a autocrítica

“Uma escola de estratégia revolucionária”, Leon Trotsky

A América Latina vive um “fim de ciclo” dos governos chamados “progressistas” ou “pós-neoliberais”. Esse conjunto heterogêneo de forças políticas chegou aos postos de governo fruto do desgaste dos partidos neoliberais nos anos 1990 e da crise econômica latinoamericana de início dos anos 2000. Forças políticas que se autodenominavam “nacional e populares” como o kirchnerismo na Argentina, o chavismo na Venezuela, o evomoralismo na Bolívia e o petismo no Brasil assumiram a presidência destes países com um programa de redistribuição de renda e inclusão social, com o objetivo de assimilar os movimentos de resistência à ofensiva neoliberal no seio de um programa de colaboração com o setor do empresariado nacional. O objetivo dessa pesquisa foi encontrar algumas das razões que explicam a reversão do quadro pós-neoliberal no Brasil, que resultou, ainda que num processo impregnado de contradições, no reposicionamento das forças políticas pertencentes ao espectro da direita neoliberal, após o golpe institucional de 2016, e a chegada de um governo de extrema direita em 2018, com o auxílio de operações autoritárias do poder judiciário e a tutela das Forças Armadas. Como método, fizemos um percurso pela concepção de Estado do PT desde a década de 1980, passando pela política tida em relação às classes sociais enquanto esteve no governo federal, em diálogo com alguns dos autores que também se dedicaram a estudar a práxis petista, até o golpe institucional que removeu Dilma Rousseff da presidência em 2016. Concluimos nessa pesquisa que alguns dos fundamentos explicativos do problema do golpe institucional e sua continuidade estão na própria política adotada pelo PT. O estudo sobre a questão do Estado à época de fundação do PT e em seus Encontros Nacionais na década de 1980, os pilares da política econômica nas administrações petistas – especialmente o crescimento da taxa de precarização e a terceirização do trabalho – e a política de ajustes dos últimos anos do governo Dilma Rousseff contribuíram ao fortalecimento das frações políticas que chegaram ao poder com o golpe institucional de 2016.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina. Governos pós-neoliberais. Brasil. Golpe institucional. Dilma Rousseff. Luiz Inácio Lula da Silva. Partido dos Trabalhadores.

Latin America is facing a sort of “end cycle” of the governments that were known as “progressives” or “post-neoliberals”. This heterogeneous group of political forces attained the highest posts of command as a product of the weakening process of the neoliberal parties in the end of the 1990s, and of the economic crisis in Latin America in the early 2000s. Forces self-declared “national and popular” – as “kirchnerism” in Argentina, the government of Evo Morales in Bolivia, Hugo Chávez in Venezuela, and the Workers’ Party in Brazil – ascended to the presidency of these countries with a program of revenue redistribution and social inclusion, aiming to assimilate movements that opposed the neoliberal offensive within a platform of collaboration with local capitalists. Our aim was to find some of the reasons that called forth the reversal of the post-neoliberal political landscape in Brazil. This process resulted – amid severe contradictions – in the rearrangement of political forces traditionally belonging to the right-wing spectrum, after the parliamentary-judiciary *coup d'etat* in 2016, that ultimately led to the electoral triumph of Bolsonaro in 2018, aided by the Supreme Court of Justice and the tutelage of the Armed Forces. Methodologically, we went through the study of the conception of the State in the early discussions of foundation within the Workers’ Party, also in its National Congresses in the 80s, navigating through its policies when head of the State, in dialogue with some of the scholars who dedicated studies about this topic. We concluded that some of the reasons that explain this "reversal" in Brazil's political landscape are to be found in the Worker's Party own policies. The cornerstones of economic policies originated in the 90s and that had deepened in the Workers’ Party governments – specially the increasing process of outsourcing – and the further austerity measures adopted in Dilma Rousseff's second term collaborated in the strengthening of right-wing forces which attained power after 2016.

KEY WORDS: Latin America. Post-neoliberal governments. Brazil. Dilma Rousseff. Luis Inácio Lula da Silva. Workers’ Party.

1. Introdução.....	11
1.1 <u>Breve discussão sobre o tratamento do conceito de hegemonia.....</u>	<u>17</u>
1.2 <u>Governos latino-americanos nos anos 2000 e o caso do PT no Brasil.....</u>	<u>23</u>
1.3 <u>As formas de ser do projeto petista.....</u>	<u>33</u>
 2. O marxismo e o Estado.....	 36
2.1 <u>O que é e donde surge o Estado? Uma síntese de Engels.....</u>	<u>38</u>
2.2 <u>Pelo que deve ser substituída a máquina de Estado? A experiência de 1848 e a Comuna de Paris de 1871.....</u>	<u>44</u>
2.3 <u>Da abolição do Estado ao comunismo.....</u>	<u>52</u>
2.4 <u>Emir Sader e sua interpretação do Estado em Marx.....</u>	<u>55</u>
 3. O Partido dos Trabalhadores e sua concepção do Estado.....	 60
3.1 <u>Breve contexto do nascimento do PT.....</u>	<u>62</u>
3.2 <u>Documento de fundação: 1979-1980.....</u>	<u>65</u>
3.3 <u>I e II Encontros Nacionais do PT: qual socialismo, que tipo de conquista do poder?.....</u>	<u>70</u>
3.4 <u>III Encontro Nacional do PT: conquista eleitoral e tomada do poder.....</u>	<u>72</u>
3.5 <u>Queda da ditadura em 1985 e IV Encontro Nacional.....</u>	<u>76</u>
3.6 <u>“Democratizar o processo constituinte”.....</u>	<u>79</u>
3.7 <u>Um país prenhe de greves: 1986-1987.....</u>	<u>82</u>
3.8 <u>O PT e a institucionalidade.....</u>	<u>84</u>
3.9 <u>V Encontro Nacional de 1987: burocracia operária e o problema da “identificação dos contrários”.....</u>	<u>86</u>
3.10 <u>A Constituinte de 1988.....</u>	<u>92</u>
3.11 <u>Carlos Nelson Coutinho e a “democracia como valor universal”.....</u>	<u>96</u>
3.12 <u>VI Encontro Nacional do PT e o “Governo democrático-popular”.....</u>	<u>104</u>
3.13 <u>O “socialismo petista” e o Governo Democrático Popular.....</u>	<u>107</u>
 4. A terceirização e a precarização do trabalho nos governos do PT.....	 113
4.1 <u>O setor de telecomunicações como caso exemplar da precarização do trabalho na década de 2000.....</u>	<u>126</u>

4.2	<i>Brazilian Call Center Industry Report</i>	128
4.3	<i>Indústria Petrolífera: a Petrobrás alvo da terceirização</i>	130
4.4	<i>A terceirização no setor bancário</i>	135
4.5	<i>Terceirização no setor elétrico</i>	141
4.6	<i>Desemprego nas décadas de 1990 e 2000</i>	144
5.	<i>O golpe institucional</i>	150
5.1	<i>A fábrica de sacrifícios de Michel Temer</i>	154
5.2	<i>O Judiciário brasileiro como ariete dos interesses do empresariado</i>	159
5.3	<i>Série de contrarreformas do governo Temer: a nefasta contrarreforma trabalhista</i>	167
5.4	<i>Lava Jato: substituir um esquema de corrupção por outro</i>	170
5.5	<i>Temer no olho do furacão: Odebrecht e JBS</i>	173
5.6	<i>A condenação arbitrária de Lula pelo autoritarismo judiciário</i>	176
5.7	<i>Por que não houve movimento nas ruas em defesa de Lula?</i>	178
5.8	<i>André Singer e os “demônios petistas” no golpe institucional</i>	180
5.8.1	<i>Dilemas do chamado “ensaio republicano” do PT</i>	189
5.8.2	<i>“Reformismo fraco”: uma função do neoliberalismo</i>	192
6.	<i>Considerações Finais</i>	196
7.	<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	200

1. Introdução

De acordo com Steve Bannon, ex-assessor do presidente norte-americano Donald Trump, representante da *alt-right* nos Estados Unidos e profeta do “direitistas do mundo univós”, frente a uma Venezuela onde reina o caos e a crise, e uma Argentina que se entregou ao Fundo Monetário Internacional, Jair Bolsonaro representaria “o caminho do capitalismo esclarecido” na América Latina. A afirmação de Bannon é uma expressão de desejo, mas não deixa de ser parte da onda de *fake news*. Se há algo que não existe na América Latina é um “capitalismo esclarecido”, começando pela burguesia brasileira que abraçou o ex-capitão após os estrategistas oficiais do golpe institucional de 2016 (começando pelo PSDB) se afundarem irremediavelmente.

O que, pelo contrário, é abundante entre os países latinoamericanos são os elementos do que o marxista italiano Antonio Gramsci chamou de “crises orgânicas”, que surgem de mãos dadas com as crescentes tendências bonapartistas e autoritárias, cada vez mais flagrantes no Brasil da Lava Jato e de Sérgio Moro. Neste contexto, os elementos de “crises orgânicas” vêm se acentuando em diferentes países da América Latina. Como o próprio Gramsci define, “em cada país o processo é diferente, mesmo que o conteúdo seja o mesmo, a crise de hegemonia da classe dominante”. Esta crise de autoridade ocorre porque, segundo Gramsci, a classe dominante “fracassou em algum grande empreendimento político, para o qual exigiu ou impôs pela força o consenso das grandes massas”, ou porque “vastas massas (especialmente camponeses e intelectuais pequeno-burgueses) passaram repentinamente da passividade política para uma certa atividade e levantaram reivindicações que em seu conjunto caótico constituem uma revolução”.

No caso particular da nossa região, a crise do neoliberalismo no início do século estava adiantada em comparação ao resto do mundo. Assim, ocorreu um segundo ciclo, “pós-neoliberal”¹, já no início do século XXI. Os governos heterogêneos – que explicaremos abaixo – que surgiram neste ciclo buscaram combinar em distintos graus, à sua maneira específica, a manutenção das principais bases econômicas do neoliberalismo e a salvaguarda da propriedade privada capitalista, com um discurso de orientação social, indispensável para a

1 O termo “pós-neoliberal” se refere aos governos que surgiram nos distintos países da América Latina no início do século XXI fruto das consequências do desgaste com a década neoliberal dos 1990, governos esses – como o do PT no Brasil – que contiveram o descontentamento social nos limites da sociedade capitalista, assimilando algumas reivindicações e enquadrando as expectativas de melhoria social nos marcos de uma estratégia reformista de conciliação entre capital e trabalho.

contenção dos movimentos sociais de revolta que colocavam em risco a governabilidade (como durante os levantes populares que entre 2001 e 2005 derrubaram os governos neoliberais de Sánchez de Losada na Bolívia, o de De la Rúa na Argentina, e derrotaram o golpe contra Hugo Chávez na Venezuela). Os governos da “era petista”, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2009) e Dilma Rousseff (2010-2016), fazem parte deste ciclo latinoamericano no Brasil. Todos estes governos se beneficiaram de um cenário econômico internacional extraordinariamente favorável, especialmente pelo alto preço das matérias primas, algo que exploraremos nesta dissertação. Levando em consideração os distintos processos, com variadas relações intrínsecas ditadas pelo particular desenvolvimento histórico desses países, podemos dizer que em nenhum deles houve uma reversão das bases econômicas instaladas pelo neoliberalismo na década de 90, especialmente no que tange à precarização sistemática do trabalho de milhões de pessoas (terceirização) e a ênfase extrativa-exportadora das economias, voltadas à reprimarização e comercialização de matérias primas aos grandes mercados estrangeiros.

Quando a crise econômica mundial, aberta em 2008, começou a reverter o ciclo econômico internacional favorável e incidir sistematicamente sobre a América Latina a partir de 2013-14, ficou exposto o fracasso do “grande empreendimento político” do pós-neoliberalismo, uma vez que aposta no desenvolvimento das burguesias nacionais a partir do Estado (ou com seu impulso), com um nível mais elevado de barganha com o imperialismo combinado com algum tipo de “orientação social”, essencialmente sustentando a estrutura neoliberal (como na Argentina e no Brasil) ou parcialmente avançando sobre ela (nos casos da Venezuela ou da Bolívia).

Com o esgotamento desse ciclo, hoje o cenário é relativamente heterogêneo. Há o chavismo na Venezuela que permaneceu no poder com Nicolás Maduro, levando ao colapso econômico-social interno do país, e alvo cada vez mais direto das ameaças do imperialismo estadunidense com Trump à cabeça. Por outro lado, há o caso dos governos “pós-neoliberais” que começaram a aplicar abertamente parte dos ajustes exigidos pelos “mercados”, como o PT no Brasil até o golpe institucional, ou o kirchnerismo, que os iniciou antes de ser derrotado eleitoralmente por Mauricio Macri em 2015. No Equador, o sucessor de Correa, Lenin Moreno, após romper com seu mentor, lidera os ajustes. No caso da Nicarágua, Daniel Ortega passou a encarar as reformas estruturais solicitadas pelo FMI, enfrentando a mobilização com métodos de guerra civil. Temos, por sua vez, o caso excepcional de Evo Morales, onde há maior continuidade do ciclo anterior, embora com crescentes tendências autoritárias e

atacando a soberania popular, mais recentemente chegando ao cúmulo de saudar presencialmente Jair Bolsonaro em sua posse, desejando boas relações com o novo vizinho de extrema direita, e entregar o ex-militante Cesare Battisti às autoridades de direita na Itália. E finalmente, a chegada tardia ao poder de López Obrador no México, que embora seja uma contratendência frente ao bolsonarismo no Brasil, não parece capaz de motivar a regeneração do ciclo populista pós-neoliberal.

Como primeiro fenômeno deste fim de ciclo surgiram os governos da direita empresarial: Mauricio Macri na Argentina, Sebastián Piñera no Chile, Pedro Pablo Kuczynski no Peru, e com suas características particulares, sendo produto do golpe institucional e não das urnas, Michel Temer no Brasil. São governos que não conseguiram estabelecer uma nova hegemonia. No caso de Macri, vemos que o presidente argentino sobrevive em uma corda bamba (apoiado pelos votos do Partido Justicialista, ou do peronismo em suas mais variadas vertentes, e pela burocracia sindical). Apesar do terremoto da paralisação nacional do dia 28 de abril de 2017, Temer conseguiu terminar seu mandato, graças à inestimável passividade do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas com uma popularidade próxima de zero. Kuczynski foi expulso pouco mais de um ano depois de tomar posse no Peru, essencialmente sob os auspícios do “keikofujimorismo”. Como um todo, esta primeira constelação de governos da direita empresarial não foram capazes de atender às expectativas burguesas e dos distintos governos imperialistas em relação ao nível de ajustes e reformas estruturais contra o nível de vida da população trabalhadora. Se cabe o eufemismo, cada governo se distinguiu por ser tão neoliberal quanto o equilíbrio de forças permitiu; mas não alcançaram mudanças fundamentais daquela relação de forças impondo derrotas decisivas do movimento operário e massas.

Esta dimensão da questão, ou seja, a insuficiência dos governos empresariais que começaram a ocupar a cadeira presidencial fruto do fim de ciclo “pós-neoliberal”, é uma das chaves explicativas da ascensão de Bolsonaro aos olhos da burguesia brasileira. A vitória de Bolsonaro representa uma espécie de culminação do quadro político que atravessa a América Latina nos últimos anos, observada atentamente pela classe dominante de toda a região. Continuidade direta do golpe institucional, esta espécie de “Temer blindado” busca alterar no imediato os efeitos da política brasileira no plano interno e externo, em que se ajoelha no altar de Donald Trump.

Entretanto, o retorno de governos abertamente neoliberais no novo ciclo desde 2015 até o presente, no Brasil no Chile, na Argentina, no Peru – com exceções parciais como a

ascensão de Andrés Manuel López Obrador no México – não significa que estejamos ante a consolidação a longo prazo de uma nova hegemonia neoliberal de longo alento. As condições mundiais são muito diferentes daquelas que, com a derrota dos processos revolucionários entre 1968 a 1981, a ascensão de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, a queda do Muro de Berlim e a restauração capitalista na ex-União Soviética, deram origem aos governos neoliberais dos anos 90. Mais precisamente, hoje parecemos nos encontrar diante de uma situação de impasse a nível regional, em que nem as perspectivas econômicas são favoráveis aos planos mais agressivos dos capitalistas – com a continuidade dos efeitos da Grande Recessão abertos em 2008 – e nem a relação de forças entre as classes se decidiu de maneira categórica em favor da classe dominante (a despeito das posições conquistadas com ajustes econômicos de monta), em meio às já mencionadas tendências às “crises orgânicas” na região.

A questão central do tabuleiro político-estratégico parece resumir-se em que, dito em poucas palavras, a grande burguesia e o imperialismo precisam ainda transformar seus triunfos eleitorais em derrotas decisivas da classe trabalhadora e do povo pobre, em uma situação turbulenta a nível internacional, num mundo totalmente distinto daquele do triunfalismo capitalista dos 90.

Do ponto de vista da classe dominante brasileira, esse é a principal missão de Bolsonaro. Bolsonaro foi escolhido (em oposição ao PT, no segundo turno das eleições de 2018) pelo capital financeiro internacional, a grande burguesia nacional, a grande imprensa, e as instituições que sustentaram o golpe institucional, para um objetivo basilar: aplicar duríssimos ajustes e com isso alterar a relação de forças entre as classes, fortalecendo seu sentido à direita. Não há dúvida para os capitalistas de qual é a reforma hierárquica que subordina todas as demais: a reforma da previdência. A reforma da previdência, uma vez aplicada, deve abrir caminho a uma alteração mais estrutural das condições econômicas da classe trabalhadora e dos setores populares, que através da privatização e da reforma trabalhista envolve a destruição dos direitos sociais mais elementares no altar do neoliberalismo decadente da burguesia brasileira, ainda mais subserviente ao imperialismo (em primeiro lugar, o de Trump nos Estados Unidos).

A partir da presidência dos EUA, Trump se tornou um fator de instabilidade global, e também para a América Latina. Sua política externa agressiva não tem pretensões maiores de desenvolver algum tipo de discurso “hegemônico”; ao invés disso, é caracterizada por procurar aliados entre os “inimigos de seus inimigos”, para minar seus concorrentes e, assim,

perseguir os interesses imediatos dos EUA. A América Latina, como zona de influência direta, obviamente não foi deixada de fora; o fator Trump fez sua contribuição para o caos regional. Com ações que vão desde o questionamento do NAFTA pela direita, a ofensiva anti-imigrante contra o México de Peña Nieto (contribuindo para a vitória de Andrés Manuel López Obrador), atualmente enfrentando a caravana de imigrantes que chega da América Central com a militarização estrutural da fronteira, e cortando ajudas financeiras que incluiria, por exemplo, Honduras (cujo governo é continuidade do pró-imperialista de 2009) até o fim da política de Barack Obama de “degelo” com Cuba, a maior agressividade contra a Venezuela com ameaças de intervenção militar, passando por “pérolas” como o aconselhamento do próprio Bannon para a campanha de Bolsonaro.

Além de Trump, a disputa geopolítica entre os EUA e a China (que ora ganha contornos de guerra comercial, ora sobressaem em sua realidade mais estrutural, ou seja, a batalha pela preeminência tecnológica global), e o refluxo do capital da periferia para o centro (no contexto do crescente endividamento regional), são fatores marcantes no atual desenvolvimento político regional. Os Estados Unidos perderam posições na América Latina durante a primeira década do século XXI, quando os seus esforços concentraram-se no Oriente Médio (atolados nas guerras no Iraque e no Afeganistão, “guerra ao terrorismo”), enquanto a China, pelo contrário, aproveitou esse período para avançar qualitativamente em suas relações diplomáticas e econômicas regionais. Nesse período, a América Latina gozou de uma primavera econômica de mais de uma década (baseada no boom das matérias-primas e na entrada de capitais estrangeiros) e a China multiplicou em 22 vezes o volume de seu comércio com a região em 15 anos.

O declínio da hegemonia dos EUA, é preciso deixar claro, ainda não é acompanhado pelo surgimento de um concorrente capaz de efetivamente contestar sua preeminência mundial: a China, apesar de seu grande peso econômico e de ter avançado muito em suas características imperialistas, ainda é atravessada por importantes contradições estruturais, e é impensável que possa se tornar uma potência imperialista plena, e menos ainda hegemônica, sem grandes guerras externas, ou guerras civis.

Essa disputa entre EUA e China tem características particulares em relação a outras que ocorreram historicamente na região, por exemplo, a que se desenvolveu entre o imperialismo britânico e o estadunidense durante a primeira metade do século XX. Esquemáticamente, poderíamos dizer que enquanto os EUA procuram traduzir seu predomínio político em um renovado avanço econômico com maiores negócios para os capitais norte-americanos na

região, no caso da China, trata-se de traduzir em alguma medida a enorme influência econômica que adquiriu na América Latina em algum nível de influência política para poder defender com sucesso seus interesses. Estas disputas pela arena latinoamericana, que ocorrem já numa situação de austeridade econômica, também influenciam, direta ou indiretamente, os fenômenos que surgem na região e a configuração altamente instável de sua situação política.

Entretanto, como dissemos, o giro à direita na superestrutura política da região não significa em si mesmo uma mudança da relação de forças entre as classes durante o período “pós-neoliberal”: a reestruturação e o “novo prestígio” da direita latinoamericana funda-se sobre as bases do ciclo de governo anterior. Todos eles representam movimentos que buscam implementar duros ajustes para preservar e recompor as margens de lucro. O ciclo de crescimento anterior – que começou a se esgotar a partir de 2013 com a queda dos preços das matérias-primas, em especial da soja, e a desaceleração do crescimento chinês, grande parceiro comercial do Brasil e demais países do subcontinente – e mais ainda o discurso de gradualismo reformista que marcou o “pós-neoliberalismo”, alentaram aspirações de melhorias das condições de vida que tendem a se chocar com o novo cenário de crise econômica e austeridade.

Para Gramsci, a grande política assume como horizonte a “luta pela defesa e conservação de uma determinada estrutura social e política”, expressando ao nível da política uma “visão de mundo” (ao contrário da “pequena política”, que reduz os conflitos a escaramuças parlamentares e às lutas pelo predomínio “no interior de uma estrutura já estabelecida”). Desse ângulo, fica claro, em primeiro lugar, que todo o debate sobre o “combate à corrupção” feito na imprensa oficial e pelos “fatores reais de poder” – assunto que catapultou a candidatura e o triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro – esteve (e está) a serviço de levar adiante o golpe institucional e suas reformas no campo econômico, com o objetivo de alterar substancialmente a relação de forças entre as classes, pela direita, para “conservar uma determinada estrutura social” que, ainda que arcaica, encontra um recife de problemas para subsistir sem atacar estruturalmente as massas trabalhadoras.

Assim, podemos concluir que o ingresso de Jair Bolsonaro na presidência tem como objetivo de primeira ordem alterar a relação de forças entre as classes sociais dando-lhe um impulso decidido à direita, criando as condições para a aplicação de ajustes de envergadura histórica – continuando o trabalho de Michel Temer, com um grau superior de agressividade. A motivação que explica sua ascensão à presidência, com apoio esmagador dos setores mais concentrados do capital no segundo turno das eleições de 2018 (em que as esferas dirigentes

do capitalismo nacional e estrangeiro deixaram de lado a memória dos serviços prestados pelos governos do PT na década anterior) não significa a reversão das leis históricas da luta de classes, mas a possível introdução de um novo período de choques abruptos entre a classe trabalhadora e a burguesia decadente e atrasada do país.

A conversão do resultado das urnas numa nova relação de forças ainda precisa ser realizada, e passará por provas de força consideráveis em toda a América Latina, inclusive no Brasil. E estes conflitos internos no Brasil estão, como sempre, inscritos nos marcos da situação mundial convulsiva, em que as tendências de acirramentos nacionalistas entre as potências e as guerras comerciais entre países como Estados Unidos e China nos fazem lembrar da subordinação de cada parte do globo ao organismo superior da economia mundial, nos dizeres de Leon Trotski, e ao papel do imperialismo no desenvolvimento da situação política de cada país:

Ao estender-se à escala mundial, o capitalismo rompeu, por isso mesmo, as amarras que na época passada uniam o destino da revolução social ao destino de um ou outro dos países capitalistas muito desenvolvidos. Quanto mais o capitalismo unia os países do mundo inteiro em um único organismo complexo, mais a revolução social dependia inexoravelmente – não apenas no sentido de seu destino comum, mas também de seu lugar e momento de origem – do desenvolvimento do imperialismo como fator mundial, e em primeiro lugar desses conflitos militares que o imperialismo provoca de forma inevitável e que, por sua vez, sacudiam o equilíbrio do sistema capitalista até as suas raízes (TROTSKI, 2016, p. 99).

1.1 Breve discussão sobre o tratamento do conceito de hegemonia

Situamos anteriormente o debate sobre o novo quadro político regional no âmbito da dimensão hegemônica. Sabendo que a hegemonia está ligada à formação de novas relações de força, e que estas são disputadas entre classes sociais antagônicas, assim como no interior de cada fração de classe, deparamo-nos com um cenário de substituição de estruturas hegemônicas no interior da classe dominante, o que se reflete sobre toda a sociedade. Consideramos, assim, que vale a pena fazer uma pequena incursão teórica sobre o tema da hegemonia.

O conceito de *hegemonia*, que foi refletido em primeiro lugar pela socialdemocracia russa no início do século XX, e posteriormente desenvolvido pelos clássicos do marxismo na época da III Internacional Comunista, será importante para balizar a ideia que tentamos expor sobre a ascensão e queda do PT. O intelectual marxista britânico Perry Anderson indica que o termo *gegemoniya* (hegemonia) era um dos lemas políticos centrais do movimento operário

russo nas décadas de 1880 e 1890². Em 1889, o então marxista russo Georgi Plekhanov escrevia, frente ao poder czarista, que a “liberdade política seria conquistada pelo proletariado, ou não seria” – ainda que sem colocar em causa a dominação final do capital na Rússia como espécie de etapa necessária. Ressaltando o papel específico dos trabalhadores na luta pela república democrática, Axelrod escrevia em 1898 que a classe operária russa poderia desempenhar um “papel independente, dirigente, na luta contra o absolutismo”, do que se depreendia que a socialdemocracia russa poderia obter a hegemonia na revolução burguesa vindoura. A nova geração de teóricos marxistas russos adotaria imediatamente o conceito, para tratar da supremacia do proletariado na revolução burguesa.

Na mesma época, Lênin escreve em carta a Plekhanov que apenas um jornal político para toda a Rússia seria instrumento eficaz para preparar uma verdadeira hegemonia da classe trabalhadora³. Em seu “*Que fazer?*” de 1902, Lênin desenvolve uma visão hegemônica por excelência do papel da vanguarda proletária na revolução, que deveria adotar uma postura de “tribunos do povo” que reagem contra toda manifestação de arbitrariedade e opressão, quaisquer que sejam as classes atingidas, adotando uma perspectiva “nacional” na emancipação das classes e grupos oprimidos pela autocracia, assumindo a direção política dessa emancipação. No período posterior à separação entre as alas revolucionária (bolchevique) e reformista (menchevique) da socialdemocracia russa, Lênin denunciou veementemente os mencheviques por terem abandonado o conceito da hegemonia⁴, diante de uma suposta supremacia política da burguesia liberal na luta contra a autocracia:

Como única classe conscientemente revolucionária na sociedade contemporânea, a classe trabalhadora deve ser a dirigente na luta de todo o povo por uma revolução democrática integral, na luta de todos os trabalhadores e do povo explorado contra os opressores e exploradores. O proletariado é revolucionário apenas na medida em que tem consciência desta ideia da hegemonia e a traduz nos fatos (LÊNIN, p. 231).

Apenas a consciência prática da necessidade de dirigir o conjunto das classes oprimidas na revolução para derrubar a autocracia czarista, de maneira independente da burguesia, podia conferir ao proletariado o papel de vanguarda que lhe cabia por direito por suas condições

2ANDERSON, Perry. “*The Antinomies of Antonio Gramsci*”. New York: Verso Books, 2017, p. 32.

3LENIN, Vladimir. *Collected Works*, Volume 34. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/cw/volume34.htm> (Acessado em 18/04/2018).

4LENIN, Vladimir. *Collected Works*, Volume 17. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/cw/volume17.htm> (Acessado em 18/04/2018).

objetivas na produção. A renúncia a essa concepção na atuação prática levaria à redução de sua condição de classe à mera “corporação” sem vocação política, no pensamento de Lênin.

Do ponto de vista marxista, tão logo uma classe renuncie à ideia de hegemonia ou falhe em considerá-la, ela não é mais uma classe, mas algo corporativo ou a soma de diversos elementos corporativos. É a consciência da ideia de hegemonia e sua colocação em prática em suas próprias atividades que transformam as corporações em seu conjunto em uma classe (LÊNIN, pp. 232-33)⁵.

As obras de Lênin e Trotski, como expoentes teóricos do bolchevismo e seus principais dirigentes, estão atravessadas pela ideia da conquista de hegemonia da classe trabalhadora sobre seus aliados nas classes oprimidas, em combate à burguesia, antes e depois da Revolução Russa de 1917. O desenvolvimento da teoria da revolução permanente por parte de Trotski traz consigo como núcleo central a necessidade da obtenção da hegemonia da classe trabalhadora sobre a pequena burguesia empobrecida da cidade e do campo. Esta linha de continuidade entre hegemonia, classe e estratégia revolucionária será remarcada ao longo do trabalho.

Já nas décadas seguintes, Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia a partir da relação dialética entre o par “dominação/direção”, tratando de como uma classe dirigente organiza seu poder. Segundo Gramsci, a classe dirigente de um país “domina” seus inimigos (burguesia sobre a classe trabalhadora) e hegemoniza seus aliados (a grande burguesia sobre a pequena e a média burguesias), dirigindo-os mediante o consenso sobre seus projetos e políticas⁶. Isso não significa que na dominação haja apenas coerção, e na direção apenas consenso. Estes elementos são variáveis segundo a relação de forças entre as classes em cada momento, assim como são dependentes da situação econômica e política a nível nacional e internacional.

Para um país como o Brasil, uma semicolônia com alto grau de dependência do capital financeiro internacional e ocupando um papel subordinado no sistema internacional de Estados capitalistas, as possibilidades de que a classe dominante consiga uma hegemonia estável são limitadas, já que é relativamente débil diante do capital imperialista e da classe trabalhadora, dois polos que a circundam permanentemente. Não obstante, neste trabalho utilizamos o conceito de hegemonia para indicar quando a classe dominante consegue levar adiante um empreendimento ou um ciclo de projetos que *consegue o consenso das demais*

5Idem, pp. 323-33.

6DAL MASO, Juan. “*El marxismo de Gramsci: notas de lectura sobre los Cuadernos de la cárcel*”. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2016.

frações capitalistas e da pequena burguesia. No Brasil recente isto se deu, principalmente, durante os dois governos de Lula, entre 2003 e 2010, auxiliados por um ciclo extraordinariamente favorável da economia internacional, que como introduzimos acima combinou a entrada de capitais estrangeiros, a voracidade de importações chinesas e a alta do preço das matérias-primas.

Do ponto de vista das tarefas da classe trabalhadora frente à dominação burguesa, na tradição do marxismo o conceito de hegemonia – debatido com veemência entre os membros do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR) – se relacionava à capacidade dos trabalhadores, organizados em seu partido revolucionário, de hegemonizar com seu programa os interesses mais sentidos das camadas exploradas da pequena burguesia da cidade e do campo, dirigindo-as politicamente em choque direto contra a ordem burguesa. Trata-se de uma problemática nodal para o marxismo, na relação entre hegemonia e sujeito revolucionário. No decurso deste trabalho também trataremos deste aspecto crucial do problema da hegemonia em debate com intelectuais que, como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe⁷, desenvolvem o problema da hegemonia na segunda metade do século XX em oposição à centralidade da classe trabalhadora como sujeito revolucionário, fruto do contexto em que esta reflexão evolui, um momento de transição entre a derrota dos processos revolucionários de 1968 e a consolidação do neoliberalismo⁸.

Mas este momento histórico anterior já é música do passado. Estamos no décimo ano da crise econômica mundial, aberta em 2008. Ainda tendo contido uma Grande Depressão semelhante à da década de 1930, e inclusive mostrado sinais de melhora em 2017, os problemas econômicos de 2018 (como a importante retração dos índices de crescimento industrial na Alemanha), a guerra comercial entre Estados Unidos e China e a perspectiva de uma nova recessão, mostram a evidência de que a crise segue viva. Essa crise se transferiu do terreno econômico ao político, mais fortemente após 2016. A eleição de Donald Trump e a ascensão de tendências nacionalistas nos países centrais – o *Brexit*, o governo de Matteo Salvini na Itália, os partidos xenófobos de extrema direita na Europa, que englobam formações políticas que vão da Hungria e da Polônia até países centrais, como o *Alternative*

⁷LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. “*Hegemony and Social Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*”. London: Verso Books, 1985.

⁸ Um aprofundamento importante sobre esta reflexão pode-se encontrar no artigo “*Perry Anderson, Gramsci y la hegemonia*”, de Juan Dal Maso, disponível em: http://www.laizquierdadiario.com/ideasdeizquierda/wp-content/uploads/2016/12/32_34_DalMaso.pdf (acessado em 01/04/2018). Neste trabalho, ver a discussão com Carlos Nelson Coutinho.

für Deutschland na Alemanha – são fruto disso, e mostraram o esgotamento do consenso globalizador neoliberal, que se tornou hegemônico depois do fim da Guerra Fria.

Nas últimas décadas, os Estados Unidos exerceram a liderança através de organismos multilaterais, como a OMC, que garantiam o máximo benefício ao capital norte-americano, mas também permitiam que se beneficiassem aliados e competidores dos Estados Unidos, como a Alemanha, o Japão e, mais tarde, a China. Esta ordem neoliberal entrou em crise como consequência da Grande Recessão de 2008, que deixou uma profunda polarização social e política. O principal imperialismo do mundo já não adota a defesa dos “valores da globalização”: os EUA buscam impor seus próprios interesses acima dos demais, e obriga o restante a atuar da mesma forma.

Independentemente das contradições que Trump enfrenta para aplicar o seu programa nacionalista, já é um fato que ele mudou a agenda internacional voltando a colocar no centro a disputa entre os “Estados-nação” em detrimento das tendências globalizadoras. Isso significa perseguir mais agressivamente o interesse nacional em detrimento dos demais, incrementando a espoliação dos países oprimidos como forma de responder aos problemas econômicos.

Referíamos acima como Trotski enfatizava que, nos países de desenvolvimento capitalista atrasado, o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo em todos os aspectos de sua vida econômica, social e política. Algo semelhante às conclusões de Lênin em seu estudo sobre o imperialismo, em 1916: o capital financeiro dirige com firmeza as principais diretrizes da vida política dos países oprimidos⁹.

Este ponto é muito importante para pensar um dos principais resultados da continuidade da crise econômica: ela reestruturou as disputas interimperialistas, e com isso, modificou o curso da política interna nos países dependentes e semicoloniais. Dentre os quais, podemos situar vários dos países latinoamericanos, como o próprio Brasil.

Em que sentido se deu esta modificação? Sem embelezar a brutal dominação imperialista sobre o sistema de Estados no mundo, já desde a Segunda Guerra Mundial encabeçada pelos Estados Unidos, fica claro que a “era Donald Trump” se destaca pelo agressivo retorno dos “nacionalismos econômicos” e por uma maior tentativa de ingerência na política interna dos países, não só por parte dos EUA, mas do imperialismo mundial de

⁹O estudo de Lênin sobre o imperialismo, tomando criticamente as elaborações anteriores de autores como Rudolf Hilferding e John Atkinson Hobson, foi um marco na teoria marxista da virada do século XIX para o século XX. Realizada em meio à Primeira Guerra Mundial, a pesquisa de Lênin estabelece, do ponto de vista marxista, as características principais da nova fase econômica do capitalismo, o imperialismo, e qual a política para os revolucionários se derivava das novas condições econômicas mundiais, em solavanco pela guerra. Ver “Imperialismo, fase superior do capitalismo”.

conjunto. Na América Latina, há um leque de exemplos disponíveis (a situação em Honduras, a enorme crise na Venezuela, a crise na Nicarágua, a própria situação da Argentina com a alta do dólar e o “retorno do FMI”), mas temos um grande exemplo aqui mesmo no Brasil. A Operação Lava Jato com a prisão arbitrária de Lula, a pressão por privatizar enormes empresas como a Petrobrás e a Eletrobrás, o autoritarismo judiciário e a politização das Forças Armadas são expressões dos interesses imperialistas no país.

Isso não significa que se Hillary Clinton tivesse vencido as eleições em 2016, a política estadunidense seria “menos agressiva”. A questão é estrutural: com a crise econômica mundial, se alteraram as principais bases da situação que o imperialismo vivenciou na década anterior. Agora, não existe nenhuma perspectiva de retorno à bonança dos anos 2000. É verdade que a economia mundial experimentou em 2017 melhora nos índices de crescimento comparado com os anos anteriores (o que levou diversos analistas keynesianos a discorrer sobre hipotético retorno ao “tempo das reformas”); mas é uma recuperação com bases muito frágeis, que não pôde absorver os problemas estruturais surgidos após a queda do Lehman Brothers e o estouro da crise. Essa debilidade endêmica do capitalismo está justamente em que as melhoras parciais não atingem sequer os índices pré-crise e não consegue superar as consequências abertas com a Grande Recessão. Os índices de retração no comércio mundial em 2018, e as perspectivas de uma nova recessão nos próximos anos, integram esse quadro contraditório de lucros exorbitantes, de um lado, e um estancamento dos níveis de acumulação capitalista, de outro. A China – motor da demanda nos últimos anos – não pode seguir crescendo como até então. Isso é o fundamento das crescentes tendências nacionalistas que se expressam em crescentes tensões geopolíticas e elementos de guerra comercial.

Lawrence Summers, ex-secretário do Tesouro dos EUA, escreveu sobre a continuidade do chamado “estancamento secular”, referindo-se ao fenômeno de que, mesmo com taxas de juros extraordinariamente baixas, os capitalistas não se animam a investir. Este economista burguês considera que se não houvesse circulado pelas Bolsas estadunidenses a quantia de US\$10 trilhões, os EUA não estariam sequer crescendo a pálidos 2% anuais. As modificações na dinâmica interna tem consequências claras externamente: a baixa histórica da taxa de desemprego nos EUA pode ser um dos fatores que levem o Banco Central ianque a elevar as taxas de juros, atraindo para o país os capitais que hoje ainda se encontram nas economias ditas “emergentes”, causando grande impacto (vide Argentina). Se a revalorização do dólar se intensifica e estimula um fluxo de capitais mais intenso da periferia para o centro do capitalismo, e se houver continuada queda dos preços das matérias-primas, os países

dependentes e semicoloniais como Brasil, Argentina, África do Sul e Rússia, poderiam se tornar um novo elo débil da crise. Em artigo de janeiro de 2019, Summers diz que é “muito mais provável um resfriamento do que um superaquecimento da economia nos próximos dois anos; mais provável uma restrição dos volumes de crédito, e não sua expansão; uma deflação dos preços dos ativos é mais provável que uma nova bolha”. Em conclusão, defende a tese de que “a excessiva austeridade é um perigo maior do que um ímpeto desregrado de gastos”.

O tema é que a “excessiva austeridade” é a política corrente em distintos pontos do globo, e a América Latina em especial. Ademais, há uma situação particular na América do sul, onde vemos uma ofensiva do imperialismo, não já com os auspícios triunfais do neoliberalismo da década de 1990, mas com um neoliberalismo senil e decadente, cuja maior expressão é Trump.

Nestas condições é que se insere o debate sobre o já não mais da estrutura hegemônica “pós-neoliberal”, e a ausência de uma nova estrutura hegemônica que a substitua. Os componentes de uma nova relação de forças dependem especialmente dos resultados da luta de classes. Já não existem mais as condições excepcionais que permitiram ao PT implementar um esquema econômico que, ao mesmo tempo em que sustentava políticas como o Bolsa Família, financiava o desenvolvimento das “global players” e garantia ao capital imperialista lucros recorde, assim como o monumental pagamento da dívida pública cujo serviço chegou a consumir 42% do orçamento federal anual do PT. Neste novo cenário econômico-político, entretanto, não deixa de ser sumamente importante compreender a que interesses de classe atendia a estrutura hegemônica organizada pelos governos petistas, e qual o grau de sua responsabilidade no que veio a se tornar o ponto de inflexão para esta nova fase de transição: o golpe institucional.

1.2 Governos latino-americanos nos anos 2000 e o caso do PT no Brasil

Ficaram para trás, portanto, as condições internacionais que permitiram à América do Sul viver um ciclo de crescimento a taxas importantes durante a década passada. Entre 2002 e 2008 a região se beneficiou dos altos preços das matérias-primas (combustíveis, minerais, soja e outros cereais), no marco de um momento expansivo da economia e do comércio internacionais, dentro do qual desempenhava um papel importante o auge da China, com sua demanda por *commodities*. No calor do boom exportador houve também países como o Brasil e a Argentina que tiveram uma certa recuperação do mercado interno.

Condicionado pelo desaparecimento das condições econômicas da década de 2000, no âmbito político se esgotou o ciclo dos governos pós-neoliberais na América Latina, altamente dependentes deste cenário econômico internacional. Este conjunto heterogêneo de governos assumiu os executivos de diversos países do subcontinente fruto do desgaste da década neoliberal dos 90, expressando a vontade de setores das burguesias nacionais de países como Bolívia, Argentina, Venezuela, Brasil, de maior margem de ação nos marcos da mesma subordinação estrutural ao imperialismo e ao capital estrangeiro. Governos de direita os substituíram em boa parte destes países, mas esta é uma direita não assentada: já mencionamos acima que esta não possui um projeto hegemônico como foi o neoliberalismo dos anos 90, e deve lidar com uma relação de forças herdada da situação anterior que não conseguiu reverter. Estas condições, junto às más perspectivas econômicas, impossibilitam a estabilidade dos governos de direita e abrem a perspectiva de giros bruscos e mudanças de situação política.

Naqueles países onde a combinação entre crises políticas e levantes de massas foi mais aguda, como na Venezuela, na Bolívia e no Equador – e que ademais por seu caráter de exportadores de combustíveis podiam ambicionar uma recuperação da renda extraída por seus antecessores neoliberais – se impuseram as expressões um pouco mais “à esquerda”, com maiores atritos com o imperialismo, como Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa. A Venezuela constituiu o processo mais profundo em função das tentativas da burguesia venezuelana, apoiada pelo imperialismo norte-americano, de derrubar Chávez. Nesses países houve reforma na superestrutura estatal e política refletida nos processos constituintes como os que deram lugar à República Bolivariana da Venezuela e o Estado Plurinacional da Bolívia. No caso do chavismo, edificou-se um regime de traços bonapartistas *sui generis* (TROTSKY, 2010), apoiado na “politização” da oficialidade das Forças Armadas e tendo como principal base social os pobres urbanos (distinto dos regimes de mesmo tipo no século XX que se apoiaram na classe operária organizada como o cardenismo ou o peronismo). Chávez revestiu seu ciclo de governo com uma retórica anti-imperialista, certas nacionalizações e um discurso de “apropriação” do Estado em nome de um suposto novo modelo produtivo, ao mesmo tempo em que promoveu a “cidadanização” das massas populares (diluindo a classe trabalhadora como sujeito político).

Apesar do discurso, a propriedade privada capitalista manteve-se intacta em todo o ciclo chavista, e um setor da burguesia nacional vinculado ao negócio do petróleo, a chamada *boliburguesia*, viu-se erguida na fração predominante dentro da velha classe dirigente, com

forte peso político e econômico das Forças Armadas. Em troca de concessões sociais aos setores mais empobrecidos das massas, através da enorme renda petrolífera, o poder econômico capitalista manteve o centro das suas posições com os setores estratégicos da economia, controlados em boa medida pelo Exército, que absorveu a parte de leão da renda oriunda da exportação do petróleo. Assim, independentemente da retórica bolivariana do “socialismo do século XXI”, o chavismo se constituiu como um nacionalismo burguês baseado nas Forças Armadas e na dependência de acordos de exportação do petróleo, favorecendo os setores rentistas da burguesia nacional, disciplinando militarmente a classe trabalhadora e contendo o movimento de massas nos limites aceitáveis por este modelo.

Com Nicolás Maduro, sem o carisma exibido por Hugo Chávez, a tendência ao nacionalismo burguês venezuelano entra em decadência e assume um caráter mais bonapartista, diante do desafio da direita aliada a Washington e da crise econômica catastrófica que atravessa o país, desde a queda do preço do petróleo. As Forças Armadas se tornaram virtuais controladores da economia: como parte da estratégia de remover o alto comando do Exército da influência da direita, em 2015, Maduro colocou os principais portos do país sob comando militar. Da mesma forma, em 2016, o governo Maduro deu origem à *Compañía Anónima Militar de Industrias Mineras, Petrolíferas y de Gas* (Camimpeg), uma empresa petrolífera de segurança, sob as ordens do Ministério da Defesa, encarregada da administração das operações de perfuração, importação, exportação e comercialização do petróleo. Um incremento enorme nos privilégios materiais dos militares. O governo de Maduro perdeu a base popular e, como todo governo bonapartista, se apoia nas Forças Armadas para se manter no poder, aumentando o controle social sobre os setores populares e a repressão para evitar processos de luta similares ao “*Caracazo*” de 1989, motorizado pela catástrofe econômica e social. A direita pró-imperialista, organizada ao redor do partido “*Voluntad Popular*” de Leopoldo López e do presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, tenta capitalizar com sua política de maior submissão ao capital estrangeiro o enorme descontentamento popular diante da catástrofe econômica venezuelana, clamando por um golpe militar das FANB que derrube Maduro, e utilizando a dupla pressão dos governos de direita da América do Sul (Bolsonaro dentre eles), e a intervenção dos Estados Unidos de Donald Trump. As Forças Armadas passaram a concentrar os principais recursos do poder, transformando-se no árbitro de qualquer saída burguesa à crise.

Evo Morales chegou ao governo ao calor das jornadas revolucionárias da “guerra do Gás” de 2003 e de maio-junho de 2005, sustentado no MAS e nos pactos com as organizações

sindicais, camponesas e populares. Os governos do MAS renegociaram os contratos petroleiros, depois de 2006, no marco da alta dos preços das matérias-primas a nível internacional, o que permitiu que financiassem obras públicas que paliaram o grau de pobreza da população. A Constituição dos Estados Plurinacionais, ainda que pactuada em 2008 com partidos neoliberais, reconhecia os povos originários (sem introduzir mudanças substantivas em seus direitos). Na medida em que conseguiu assentar o novo regime, e o panorama econômico internacional foi-se tornando menos favorável (em 2015, o valor das exportações bolivianas caiu 30%), foi acentuando cada vez mais seus traços autoritários, dentre os quais poderíamos mencionar a repressão aos movimentos mineiros em 2013. A repressão do governo Evo Morales-García Linera às marchas indígenas do TIPNIS (*Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure*), que protestavam contra a estrada que o governo queria construir em meio ao território indígena boliviano, em colaboração com a Odebrecht e a Petrobras, foi um símbolo de seu compromisso com o capitalismo sul-americano em detrimento da população trabalhadora. Isso lhe rendeu a derrota no plebiscito de fevereiro de 2016, que pretendia reformar o artigo 168 da Constituição Política do Estado, que impedia a reeleição consecutiva para mais de dois mandatos (o MAS perdeu o plebiscito por 51,3% contrários, frente a 48,7% a favor). Isso não impediu que Evo Morales e García Linera, seu vice-presidente, utilizassem uma resolução administrativa do Tribunal Superior Eleitoral para desconhecer o resultado do plebiscito, habilitando uma nova disputa eleitoral em outubro de 2019.

O MAS mantinha relações orgânicas com os sindicatos e demais organizações dos movimentos sociais, que haviam protagonizado aquelas jornadas de levante no início dos anos 2000. Entretanto, a cooptação dos dirigentes sindicais, a estatização dos sindicatos e das organizações sociais, a transformação dos dirigentes sindicais em funcionários públicos do Estado capitalista boliviano (com a conseqüente decapitação dos movimentos camponeses), numa situação econômica favorável com o boom dos preços das matérias primas, foram fatores que abonaram o terreno para que se cortassem as amarras que uniam o partido do governo com as organizações de massas. Esse divórcio significou um deslocamento paulatino da ação política centrada nas ruas, durante a primeira década do milênio, para os corredores parlamentares e as instituições do Estado, resultando no fortalecimento do Estado capitalista e de seu caráter de classe semicolonial.

Tendo nesse aspecto algumas semelhanças com o Brasil, o aparato judiciário ocupa hoje um papel central na política nacional da Bolívia, seja para perseguir opositores, seja para

aplainar legalmente o caminho de qualquer necessidade do governo, como as sentenças que habilitam sua reeleição indefinida. É possível ver como, diante do menor conflito social, seus dirigentes são rapidamente envolvidos em inquéritos e investigações judiciais, com o uso cada vez maior da prisão preventiva com o objetivo de eliminar os focos de tensão. Casos recentes são o encarceramento do dirigente dos produtores de coca de La Paz (ADEPCOCA), Franklin Gutiérrez, ou a perseguição contra estudantes e professores da Universidade Pública de El Alto, após um conflito em que o estudante Jonathan Quispe perdeu a vida.

No Equador, a “*Revolución Ciudadana*” de Rafael Correa respondeu a um ciclo de levantes e crises, com a queda de vários governos, mas não foi para além da renegociação com as petroleiras, sem abandonar sequer a dolarização da economia; aprofundou o extrativismo e sua política ante a crise atual o leva a reprimir a resistência de organizações indígenas e sindicatos que foram as bases das primeiras etapas de seu governo. Esta conduta abriu caminho para o novo presidente equatoriano, Lénin Moreno, indicado por Correa, modificasse o relato gradualista da “*Revolución Ciudadana*” e avançasse o espectro político mais à direita, com um ajuste econômico mais duro contra a população trabalhadora, com a assinatura de um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e a aproximação com banqueiros e empresários organizados no movimento CREO (“*Creando Oportunidades*”), dirigido pelo banqueiro Guillermo Lasso.

Diferentemente dos casos de Venezuela, Bolívia e Equador, um segundo grupo de governos, mais moderadamente de centro-esquerda, esteve representado pelo Brasil, o Uruguai e a Argentina. No Brasil, Lula chegou ao governo em 2003 ante a crise que golpeava a região mas, diferentemente dos casos venezuelano e boliviano, sem levantes de massas e com continuidade do sistema político, conseguindo importante consenso com as distintas alas da classe dominante. Algo parecido ocorreu também no Uruguai, onde os governos da Frente Ampla se distinguiram por sua “moderação”. Na Argentina, as jornadas de dezembro de 2001 impuseram a queda de De La Rúa, em meio a uma aguda crise econômica, situação à qual o kirchnerismo deu saída com algumas concessões democráticas como o julgamento dos militares genocidas e seu discurso “nacional e popular”.

Desde finais de 2007, a abertura de uma nova crise histórica do capitalismo atravessou todo o quadro no qual se moviam as economias latino-americanas, afetadas em 2009 por recessão importante, ainda que passageira. Enquanto os centros do capitalismo avançado entravam em recessão ou estancamento, os massivos investimentos na China e as baixas taxas de juros nos Estados Unidos alentaram o boom das *commodities* e de entrada de capital

estrangeiro nos “mercados emergentes” até 2014. Desde 2013 começaram a sentir-se as tendências à desaceleração e as dificuldades da balança comercial e financeira. A queda posterior nos preços do petróleo, dos minerais e ainda que em menor medida da soja, devido em grande parte à desaceleração da economia chinesa, junto com a tendência ao retorno dos fluxos de capital financeiro para os Estados Unidos, afetaram negativamente a região.

A dinâmica é desigual dependendo da estrutura econômica de cada país. Os países com maior extensão de relações comerciais com os Estados Unidos, agrupados na Aliança do Pacífico (Chile, Peru, México e Colômbia) se beneficiaram da recuperação parcial da economia norte-americana.

Por outro lado, a desaceleração chinesa impacta mais negativamente os países dependentes da exportação de minerais. A queda do preço do petróleo afetou fortemente a Venezuela, sendo responsável pelo acirramento da luta política entre dois regimes autoritários (o chavista, e o da direita ligada aos EUA), e em menor medida o Equador. O Brasil foi o segundo país mais golpeado, por sua maior dependência em relação ao capital financeiro internacional, a importância do minério de ferro em suas exportações e as repercussões dos escândalos de corrupção na Petrobrás sobre a economia. A Argentina opera com fortes tendências recessivas por sua dependência frente ao Brasil, ainda que a exportação de soja funcionasse como um amortizador da queda. A transição chinesa a um modelo econômico mais centrado no consumo interno, dentro de cuja cadeia alimentar ocupa um lugar privilegiado a soja, parecem moderar a decadência deste produto.

O aumento do investimento e do consumo ao longo do ciclo de crescimento latino-americano da última década não foi subproduto do desenvolvimento tecnológico e do aumento da produtividade das economias. Dependeu de fatores majoritariamente externos, favoráveis da economia mundial. Akyüz (2012) atribui, de forma enfática, o papel das reduzidas taxas de juros nas nações desenvolvidas para explicar o boom dos fluxos de capital e dos preços das commodities. A expansão da demanda chinesa é destacada, por diversos autores como Brown e Gibson (2006), como fator fundamental para a expansão do comércio mundial e para a melhora dos termos de troca da periferia.

Entretanto, os abalos da política, entendida como “economia concentrada”, se fizeram sentir em quase todos os países latino-americanos neste fim de ciclo: os mais destacados são o Brasil e a Venezuela, no primeiro dos quais se processou o golpe institucional que elevou Michel Temer à condição de presidente do país; no caso venezuelano, mais complexo para as elites dominantes nacionais e estrangeiras que possuem interesse no petróleo da PDVSA, está

em curso um processo labiríntico de transição pós-chavista que envolve distintos setores políticos, como o Exército, que detém posse de grande parte dos principais recursos nacionais, como retratado acima.

Aqui entra importante componente para examinar as razões destes abalos políticos. Para buscar recompor as taxas de crescimento, investimento e de lucro na região, as classes dominantes e seus sócios financeiros mundiais tiveram como programa aumentar a taxa de mais-valia desvalorizando os salários através da inflação, do aumento dos ritmos e da jornada de trabalho, e da ampliação do número de desempregados para obrigar os trabalhadores a aceitar condições mais duras de exploração (como mostram os documentos da CEPAL e os prognósticos “desanimadores” do FMI). Propuseram cortar os gastos do Estado em serviços públicos para subsidiar as patronais, canalizar recursos para os investimentos que o grande capital necessita para tornar os custos mais baratos (daí a importância dada a infraestrutura), e garantir o pagamento da dívida pública interna e externa. Adotaram o caminho de aumentar ainda mais a exploração destrutiva dos recursos naturais para competir em melhores condições com outras regiões do mundo.

Os governos ditos “progressistas”, como o do PT, ao término das condições econômicas pré-crise, aderiram com mais força a estes ditames internacionais e assimilaram boa parte do *modus operandi* da direita neoliberal. Este giro à direita teve claros exemplos no plano de ajuste adotado por Dilma Rousseff no começo de seu segundo mandato (assim como a adoção do centrodireitista Daniel Scioli como candidato de sucessão de Cristina Kirchner na Argentina).

No Brasil o PT gozava de ampla hegemonia nacional em um momento tão recente quanto 2008. Neste ano, o PT teve crescimento de 36,10% no número de prefeituras sob seu comando, frente às eleições municipais de 2004¹⁰. Obama se referiu amistosamente a Lula como o “presidente mais amado no mundo”. Em 2012, o PT foi o partido que mais recebeu votos para prefeito no país¹¹. No Nordeste havia afiançado uma sólida liderança.

Tal fato tinha bases materiais. Diferentemente do fim da ofensiva neoliberal dos anos 90, quando os tipos de câmbio mais ou menos fixados ao dólar e a escassez de reservas internacionais fizeram com que os países latino-americanos sofressem muito rapidamente os efeitos da crise asiática, neste fim de ciclo econômico as economias da região contaram com tipos de câmbio mais flexíveis e níveis de reservas internacionais relativamente mais altos.

10Informações do Tribunal Superior

Eleitoral. 11RODRIGUES, Fernando.

Esta nova condição permitiu que governos como o do PT ensaiassem medidas contracíclicas frente à crise, prolongando o crescimento via inflação, desvalorizações cambiais e gasto público.

Enquanto pôde, o PT se beneficiou do “destempo” que separava a situação de crise econômica nos centros mundiais e a estabilidade relativa (e mesmo crescimento parcial, impulsionado pela China) nos países periféricos, exportadores de matérias-primas. As reservas internacionais e o superávit comercial com a China permitiam a manutenção das condições excepcionais do modelo de concessão de crédito e empréstimos baratos, que conservava em alguma medida a capacidade das camadas trabalhadoras mais precárias de continuar consumindo (o mito da “nova classe C”). O favorecimento proporcionado pelo fluxo de capitais, a voracidade da China pela soja e pelo minério de ferro, e o alto preço das matérias-primas, todas condições que apontamos anteriormente, explicam as concessões – sempre tímidas, diante dos altíssimos lucros dos banqueiros e empresários – dadas à população, cujos estratos mais baixos viram sua condição de extrema pobreza materialmente aliviada. Esse alívio material, por mais passageiro que tenha se mostrado (diante da aplicação de um ajuste econômico já no segundo mandato de Dilma Rousseff), consolidou o apoio popular ao projeto petista na década de 2000. Estando no Executivo ao longo da primeira década do século XXI, já como um pilar decisivo do regime burguês, o PT combinou crédito, consumo e conciliação, e distribuindo algum assistencialismo, disseminou a ilusão de que se poderia criar um “Brasil potencia” administrando o capitalismo com “rosto humano”.

O fim do superciclo das matérias-primas no cenário econômico mundial pós-crise de 2008 fez esta ilusão explodir politicamente nas Jornadas de Junho de 2013. Quebrava-se então a maior conquista dos governos petistas, que era o total imobilismo da sociedade civil, que o PT havia obtido com os anos auge do triunfalismo que se revestia como passividade e ausência de mobilização, como assinalou Perry Anderson. A reação repressiva do governo Dilma – com a Lei Antiterrorista como símbolo, que foi responsável no início de 2019 pela prisão de membros do MST, pelo governo Bolsonaro – a adoção dos métodos corruptos habituais do capitalismo e a descarga de ataques sobre setores de massas terminou por pavimentar o caminho ao golpe institucional de 2016.

As centrais sindicais ligadas ao petismo, a CUT e a CTB, mantiveram a rotina redistributiva na figura do pacto de aumentos salariais um pouco acima da inflação, enquanto coexistia com altos níveis de exploração patronal e determinava a fragmentação e o isolamento das lutas. Há vários estudos sobre como este tipo de sindicalismo afeta a

consciência política dos trabalhadores (e não apenas nos governos do PT). Como diz Ricardo Antunes,

A subjetividade do trabalho e a consciência de classe são diretamente atingidas, expressando-se nos organismos de representação dos trabalhadores entre os quais os sindicatos e os partidos. Aos primeiros se impôs um tipo de sindicalismo de participação em lugar de um sindicalismo de classe (ANTUNES, 2002, p. 150).

Segundo Batista e Novaes,

O impacto sobre a subjetividade da força de trabalho passa a suprimir a idealização de classe (...) O sindicalismo abandona a representação como “escola da luta de classe” própria do século XX, pelo reformismo do PT dos anos de 1980, transformando-se em um ideal corporativo, restrito ao âmbito da empresa, tornando-se funcional aos ditames do capital. (BATISTA e NOVAES, 2012, pp. 485-6)

Durante os anos de crise pós-2013, em especial, o objetivo deste sindicalismo foi sempre o de bloquear o surgimento de alternativas políticas à esquerda do “seu” governo (um papel especialmente importante após as jornadas de Junho de 2013 – fruto dos primeiros sinais de estancamento econômico e falta de oportunidades de trabalho e estudo para a juventude – e a onda de greves que marcou o país em 2014).

Este papel de contenção da luta de classes por parte do “PT dos movimentos sociais” desorganizou os trabalhadores e setores populares durante os ajustes que começaram a ser aplicados em 2015, imediatamente depois que Dilma Rousseff se reelegeu discursando que não aplicaria a austeridade econômica. O arrocho ao funcionalismo federal e os ataques contra a massa dos trabalhadores que já viam seus salários se desvalorizarem pela crise; a onda de demissões facilitadas pelo Planalto em acordo com os empresários; a repressão aos movimentos sociais: tudo isso se acumulou em desgaste e desilusão, que estourou com a série de denúncias de corrupção de altos quadros petistas na Petrobrás, com a Lava Jato (que seletivamente preservou a ampla gama de políticos da direita, também envolvidos). Esse terreno fértil de descontentamento foi o sinal que a direita destituída precisava para desencadear o golpe institucional.

Assim, enquanto a economia seguia crescendo, uma ampla camada da população tolerava a corrupção e a utilização dos instrumentos autoritários do Estado. O assunto era o emprego e o consumo ascendente, e pouco se falava da duplicação da população carcerária do Brasil nos “anos dourados” do lulismo, ou dos aparelhos repressivos que seguiram contendo as contradições estruturais da pobreza endêmica nas favelas usando os esquadrões de elite da

polícia, herdados da ditadura militar. Esquecia-se o fato de que a terceirização do trabalho praticamente triplicou nas gestões petistas – de 4 milhões de assalariados precários em 2003, passou-se a 12 milhões em 2014. A autonomia de setores como o judiciário – pela chave no golpe institucional e que incrementa seu autoritarismo contra os direitos trabalhistas, previdenciários e inclusive o direito de greve – foi patrocinada pelo governo Lula, assim como os desmandos no Ministério Público e da Polícia Federal. A dívida pública seguiu sendo religiosamente paga aos banqueiros (chegando a quase metade do PIB nacional), em detrimento dos serviços públicos básicos, entregues à iniciativa privada das PPPs (Parcerias Público-Privadas) ou OSs.

Entretanto, a partir de 2013, as ferramentas contracíclicas encontraram seus limites na diminuição da arrecadação estatal, fruto das tendências recessivas e da queda da rentabilidade das empresas, empurrando à adoção de políticas mais “ortodoxas” e enfraquecendo o teor do discurso “nacional e popular” reivindicado no início da década de 2000.

Com o esgotamento econômico e a crise política, a “hegemonia débil” petista foi profundamente abalada. Se em 2012, havia se apresentado em 1759 municípios, em 2016 o PT apareceu em 989. No pleito de 2012, tinha conquistado 650 prefeituras; em 2016, foram apenas 256. Do terceiro partido com mais prefeituras caiu para o décimo lugar. Em muitos lugares optou por colocar candidaturas do PCdoB no seu lugar, mas mesmo o crescimento deste partido aliado do PT esteve muito longe de compensar a queda do primeiro (o PCdoB subiu de 51 para 80 prefeituras, um acréscimo de 29, quando a queda do PT foi de quase 400 municípios). Olhando o restante do país a queda foi mais aguda: 85% menos prefeitos no Centro-Oeste, seguido por uma queda de 75% no Sudeste, 70% no Norte e 56% no Sul do país. Pela primeira vez desde 1982 o PT não elegeu nenhum prefeito na região do ABC paulista, berço do partido na década de 80, e não governa nenhuma das 17 cidades com mais de 200 mil eleitores no Nordeste. Nas capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores, só elegeu em Rio Branco (AC). Para vereadores pode-se constatar o mesmo movimento: passou de 5.067 vereadores para 2.795. Nas capitais, quase sem exceção, encolheu suas bancadas. Em 2018, o candidato do PT, Fernando Haddad (ex-prefeito de São Paulo), foi derrotado no segundo turno das eleições presidenciais para Jair Bolsonaro, com a interferência de inúmeras manobras judiciais que favoreceram a extrema direita; preservou, entretanto, a maior bancada na Câmara dos Deputados (56 parlamentares), e o mais alto índice de confiança partidária aos olhos da população.

Ou seja, o PT não desapareceu, ainda é o maior partido entre aqueles que os brasileiros enxergam como de esquerda (e tem ainda um líder carismático como Lula, cuja prisão autoritária tem também o efeito de “heroicizar” seu legado). Mas sobrevive cada vez menor nos grandes centros urbanos.

1.3 As formas de ser do projeto petista

Pensamos a realidade brasileira como um concreto de múltiplas determinações, e o próprio processo de decadência do governo petista como um fenômeno que foi transitando de um estágio a outro por sua interação concreta com a realidade econômico-social do país.

Em nossa pesquisa, examinamos as razões da *reversão do quadro pós-neoliberal* no Brasil, a saber, os motivos basilares que permitiram que as forças políticas ligadas ao espectro tradicionalmente de direita – que dominaram a região na década de 1990 – lograssem capitalizar o descrédito crescente da população e reunir certo grau de consenso ao aplicar o golpe institucional que removeu o governo de Dilma Rousseff da presidência, processo este que teve sua continuidade no triunfo eleitoral de Bolsonaro.

Entendemos, daqui em diante, pelo termo “pós-neoliberal”, um conjunto heterogêneo de governos surgidos na América Latina produto do esgotamento do ciclo de governos, instalados durante a década de 90 em praticamente todo o subcontinente, que adotou uma agenda político-econômica neoliberal. Com suas características específicas, o PT se encaixa nessa descrição, que é mais feliz que o próprio conceito que utilizamos. Isso porque o termo “pós-neoliberal”, não se refere a que estes governos, que emergiram no início da década de 2000, se houvessem dedicado a desfazer o serviço do neoliberalismo, ou montado suas bases a partir da revogação dos pilares neoliberais. Pelo contrário, os governos latino-americanos do início do século XXI apoiaram-se e aprofundaram as condições estruturais do neoliberalismo nos países periféricos, combinando-o com uma série de concessões econômico-sociais permitidas pelo novo ciclo de crescimento econômico mundial naquele então.

Este movimento político não constituiu “um raio em céu sereno”; o percurso metodológico adequado é buscar as raízes deste evento político de magnitude no curso anterior do desenvolvimento, nas condições que prepararam a possibilidade desta nova fase da vida sócio-política nacional. Para isso, é indispensável compreender o processo em seu desenvolvimento. É útil retomar aqui a maneira como Karl Marx ilustra o próprio método de investigação em sua obra *O Capital*, especificamente no posfácio à segunda edição de 1873, adotando um de seus críticos russos como seu portavoz:

Para Marx, uma só coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto têm forma definida e os liga uma relação observada em dado período histórico. O mais importante de tudo é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Descoberta esta lei, investiga ele, em pormenor, os efeitos pelos quais ela se manifesta na vida social. [...] Não existem, segundo ele, essas leis abstratas. Ao contrário, cada período histórico possui suas próprias leis. Outras leis começam a reger a vida quando ela passa de um estágio para outro, depois de ter vencido determinada etapa de desenvolvimento [...] (MARX, 2006, p. 27).

Forçosamente, qualquer avaliação que partisse do fato *em si* – ou mesmo do imediato antecedente – do golpe institucional chegaria a conclusões limitadas. São as condições materiais e as leis que regeram a transição deste estágio do desenvolvimento político brasileiro a outro estágio, no curso do último ciclo histórico, que podem descortinar as pistas mais seguras para abordar a problemática, não tanto da *ilegalidade efetiva* do golpe jurídico-parlamentar, mas da *quebra da hegemonia petista* que permitiu a destituição de seu governo.

Do mesmo modo, o que pode servir como guia para a investigação é menos o discurso político do PT, e sim o fenômeno externo; ou seja, como este discurso “nacional e popular” se contrastava com a prática real. “*Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela própria consciência que tem de si*” (MARX. 2009, p. 48). A continuidade e o aprofundamento das características de subordinação à condição neoliberal, própria dos governos ditos pós-neoliberais, é o que permite julgar factualmente o desenvolvimento desses fenômenos, e os nexos internos de sua relação com os “representados”.

Este fundamento materialista do método tem a vantagem de não encarcerar o olhar da investigação às distintas manifestações ideológicas das forças sociais atuantes.

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído este trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada. (MARX. 2006, p. 28).

Vislumbraremos alguns dados concretos que desenham um mapa geral da América Latina durante a década de 2000, e em especial do Brasil, no tocante às questões do desemprego e da precarização das condições de trabalho (terceirização, informalidade e rotatividade). Estes registros são importantes, uma vez que os governos ditos “nacionais e populares” tinham

como bandeira a diminuição da desigualdade e a integração social dos trabalhadores, ainda no marco do atual modo de produção capitalista.

O fundamento materialista do método exige encarar as ilusões da aparência (a retórica dos fenômenos políticos, especificamente do PT, em nosso caso) com cautela, uma vez que a realidade em constante transformação é composta por múltiplas determinações, muitas vezes contraditórias, que devem ser coligidas e reconduzidas ao plano concreto.

“O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade do diverso. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. Por isso Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em si mesmo, que se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo, enquanto o método que consiste em se elevar do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual”. (MARX. 2003; p. 248).

Estas múltiplas determinações das quais fala Marx, componentes contraditórios que pertencem a um todo comum, compõem a totalidade em permanente transformação capaz de elucidar o caminho de investigação para nossa problemática. Por isso precisa ser reconstruída. Este concreto que analisamos, as *formas de ser* do projeto petista durante sua permanência na administração do Estado, não pode ser reduzido a trechos simples de retórica; precisa ser resultado sintético da pesquisa, que traz à tona e à concretude as categorias que explicam sua existência real.

Passaremos por três momentos. O primeiro, mostrando a relação que o conceito de Estado recebeu desde as origens do movimento pró-PT no final da década de 1970, e como esta concepção foi sendo desenvolvida nos Encontros Nacionais do PT durante a década de 1980, em consonância com sua atuação na situação política daquele momento. Num segundo momento, passaremos pela atuação dos governos do PT durante a década de 2000, no que toca o tema de alguns pilares econômicos herdados do neoliberalismo dos anos 1990, particularmente a questão da precarização e terceirização do trabalho em distintos ramos da economia. Por último, vamos adentrar o período do golpe institucional ocorrido em 2016, apoiando-nos na discussão anterior para encontrar algumas bases explicativas para o avanço do autoritarismo judiciário e o bonapartismo do regime democrático degradado da burguesia brasileira, e qual o papel do próprio PT neste desfecho, que culminou com a prisão de Lula.

2. O marxismo e o Estado

Em realidade, o Estado não é mais que uma máquina para a opressão de uma classe pela outra, e não menos numa república democrática que numa monarquia. No melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe, cujos piores aspectos o proletariado vitorioso, assim como provou a Comuna [de Paris], não poderá eliminar de golpe, até que uma nova geração, educada em novas e livres condições sociais, seja capaz de jogar no lixo toda a armadura do Estado (Friedrich Engels, 18 de março de 1891, no prefácio à segunda edição de A Guerra civil em França)¹².

Tornou-se uma espécie de senso comum sentenciar que Marx e Engels não desenvolveram uma “teoria do Estado”. As mais das vezes, tal sentença se insinua sutilmente para que o usuário se permita as maiores liberdades na interpretação “marxista” do Estado. Se não há um cânone, a questão fica sem embaraço. Bastaria lançar os olhos ao século XX para notar a vasta fauna de interpretações sobre a natureza e as funções do Estado moderno realizadas em nome do marxismo. Não poucos autores do século XXI repetem, como Goethe, que “o presente exige seus direitos!” e se agraciam com a mesma liberdade. A conclusão seria que, à falta de uma teoria do Estado em Marx, as deformações que se realizam se enquadram na figura inocente das possibilidades permissíveis de tradução do conceito.

Talvez nenhuma outra doutrina tenha tratado tão densamente, com rica profusão científica, da questão do Estado moderno como o marxismo; e dentro disso, poucos o fizeram tanto como Marx e Engels, os fundadores do socialismo científico (passando pela Primavera dos Povos e a onda de revoluções na Europa, as jornadas de junho de 1848 na França, o golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1852, e a Comuna de Paris de 1871). E podemos afirmar que, do século XIX até aqui, agitar o fantasma da “ausência de teoria do Estado” fez pouco para ocultar esse fato.

O que esse senso comum – que carece de originalidade, já existindo no último quarto do século XIX no interior da socialdemocracia alemã – demonstra, pelo contrário, é a forte vontade de introduzir, em maior ou menor grau, elementos da doutrina liberal na concepção marxista do Estado. O principal elemento da doutrina liberal sobre o Estado moderno é que este *agrupa os interesses de toda a nação*; na voz dos que, em nome do marxismo, abraçam

¹²ENGELS, Friedrich. *La guerra civil em Francia*. In: *Obras escogidas Marx-Engels*, Tomo II, p. 115.

essa tese, o resultado é um Estado capaz de harmonizar os interesses de todas as classes, desde que seja "corretamente" direcionado.

O Brasil tem uma longa tradição nessa vereda que se propõe castrar a substância revolucionária da concepção de Estado em Marx. Sem entrar profundamente na história de atuação do Partido Comunista Brasileiro, de matriz stalinista, podemos dizer que depois de apoiar alternativas nacionalistas burguesas, como João Goulart, o PCB, que era um partido operário com peso de massas em 1964, aceitou o golpe militar daquele ano sem apresentar combate; posteriormente, posicionou-se contrariamente às greves do ascenso operário de 1978-80 por considerar que atrapalhavam a ala “progressista” da burguesia nacional no processo de transição da ditadura para um regime democrático burguês. Uma história de capitulações devido à estratégia de conciliação de classes com a fração “democrática” da burguesia que o apagou como partido da classe trabalhadora.

Desde 1980, foi o PT, que surgia defendendo a independência de classe dos trabalhadores, mas buscando uma ruptura unilateral sem apreender as principais lições da tragédia estratégica do PCB, que foi se encarregando paulatinamente de readotar as velhas concepções acerca do Estado. Assinalamos de início que o PT, formado por distintas correntes políticas, algumas de cujas tendências que nunca tiveram a revolução como horizonte sequer discursivo, não ambicionava desenvolver uma prática correspondente à teoria marxista. Isso, entretanto, não exime o PT da crítica marxista sobre a concepção do Estado, que identifica justamente esse problema de origem. Veremos adiante como se deu essa evolução.

Lênin, teórico e revolucionário russo, é lapidar na constatação, há mais de 100 anos, sobre o lugar de destaque que ocupa a noção de Estado numa determinada corrente política. Em *O Estado e a revolução*¹³, diz:

Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe pela outra; é a criação de uma "ordem" que legaliza e consolida essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe pela outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram. (LÊNIN, 2013, p. 128)

E conclui que:

A sua noção do Estado é uma das provas mais manifestas de que os nossos socialistas-revolucionários e os nossos mencheviques não são socialistas,

13 LÊNIN, Vladimir. “*El Estado y la revolución*”. In: Obras Escogidas. Tomo 2. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013.

como nós, os bolcheviques, sempre o demonstramos, mas democratas pequeno-burgueses de fraseologia pseudosocialista. (LÊNIN, 2013, p. 128)

O tom polêmico tinha razão de ser. A ala dos conciliadores no interior do movimento operário russo, à frente dos organismos de auto-organização das massas (os conselhos ou *soviets*, embriões de um “Estado de novo tipo”), subordinava trabalhadores, soldados e camponeses revolucionários ao Estado burguês, na figura do apoio ao Governo Provisório (e à manutenção da guerra). Seu objetivo era transferir as atribuições de poder dos conselhos operários e camponeses de volta às mãos da burguesia, esvaziando seu conteúdo; se tivesse tido êxito, teria posto a perder a revolução. A estratégia dos conciliadores, assim, não estava dissociada de sua noção específica do Estado.

Trazendo o debate novamente ao final do século XX, o esforço por revisar e decompor a noção de Estado no marxismo é um *produto da derrota*, especificamente do abandono dos objetivos socialistas de construção de uma sociedade superior à sociedade capitalista, que passa necessariamente por uma abordagem teórica clara diante da maquinaria estatal da burguesia. O acomodamento à atividade dentro dos marcos do Estado capitalista, e o acúmulo de elementos conservadores depois de décadas sem revolução – ainda que férteis em processos revolucionários – desde o último ascenso no mundo entre 1968-1981, gera um “trauma epistemológico” que exige o trabalho da crítica.

Contrariamente ao argumento com que iniciamos o tópico, portanto, Marx e Engels desenvolveram uma formidável *teoria do Estado*, de forma detalhada e concreta, estudando separadamente cada situação revolucionária e analisando as lições fornecidas pela experiência de cada revolução em particular. É a partir do rigor teórico com que ambos contemplaram a questão, – seguidos por grandes teóricos e dirigentes revolucionários como Lênin e Trotski – que buscamos recuperar a *crítica socialista do Estado* em Marx e Engels. Este exame teórico permitirá observar o desenvolvimento do tema na ótica dos documentos e encontros a partir da fundação do PT.

2.1 O que é e donde surge o Estado? Uma síntese de Engels

Friedrich Engels, um dos principais expoentes do pensamento do socialismo científico, escreveu muito acerca da origem do Estado e sua função na sociedade moderna. Em sua obra “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”¹⁴, publicada em 1884, afirma que,

14ENGELS, Friedrich. “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

com a expansão do comércio, o dinheiro, a usura, a propriedade territorial e a hipoteca, progrediram rapidamente a centralização e a concentração das riquezas nas mãos de uma classe pouco numerosa, o que se fez acompanhar do empobrecimento das massas e do incremento no número daqueles considerados como “pobres” economicamente¹⁵. O desenvolvimento de diversos ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. O aumento dessa produtividade gerou a primeira grande divisão do trabalho, donde nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes antagônicas – senhores e escravos.

A nova camada de ricos, tornada aristocracia, surgida desse desenvolvimento e apropriação privada do excedente produzido isolou a nobreza tribal em todos os lugares em que não coincidiu com ela (em Atenas, em Roma e entre os povos germânicos durante a *Völkerwanderung*¹⁶). Assim, resumindo um dos aspectos da profunda argumentação de Engels, o regime gentílico, destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, foi substituído pelo Estado¹⁷.

Esta concepção materialista da história da origem do Estado e suas funções sociais, concebidas pelos fundadores do socialismo científico, Karl Marx e Friedrich Engels, servirá como guia para os debates deste projeto. Trata-se de um avanço científico ímpar na distinção da fisionomia de um ator fundamental da sociedade moderna, especialmente a partir do Renascimento. A relação que fundamenta a origem do Estado entre a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas coloca a concepção marxista do Estado num grau incomparavelmente superior a outras concepções idealistas ou meramente jurídico-institucionais. Antes de adentrar brevemente em como o Partido dos

¹⁵Idem, p. 184.

¹⁶*Völkerwanderung* significa “a migração dos povos”, referente à série de migrações germânicas pelo antigo território do Império Romano, entre os anos 300 e 800. “Já estudamos, uma a uma, as três formas principais de como o Estado se erigiu sobre as ruínas da gens. Atenas apresenta a forma que podemos considerar a mais pura, mais clássica; ali, o Estado nasceu direta e fundamentalmente dos antagonismos de classe que se desenvolviam no seio da sociedade gentílica. Em Roma, a sociedade gentílica converteu-se numa aristocracia fechada, entre uma plebe numerosa e mantida à parte, sem direitos, mas com deveres; a vitória da plebe destruiu a antiga constituição da gens, e sobre seus escombros instituiu o Estado, onde não tardaram a confundir-se a aristocracia gentílica e a plebe. Entre os germanos, por fim vencedores do Império Romano, o Estado surgiu em função direta da conquista de vastos territórios estrangeiros, que o regime gentílico era incapaz de dominar. Como, porém, a essa conquista não correspondia uma luta séria com a antiga população, nem uma divisão do trabalho mais avançada; como o grau de desenvolvimento econômico entre vencidos e vencedores era quase o mesmo – e por conseguinte persistia a antiga base econômica da sociedade, a gens pôde manter-se ainda por muitos séculos sob uma base modificada” (ENGELS, 1997, p. 87).

¹⁷Idem, p. 190.

Trabalhadores (PT) concebeu as funções do Estado e suas relações posteriores com ele, apresentaremos algumas características definidoras do Estado para Engels.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é a “realidade da ideia moral”, ou a “imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta atinge um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos em colisão não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas colocado acima dela e distanciado cada vez mais dela, é o Estado (ENGELS, 1997, p. 191)

O Estado, portanto, é o produto e a manifestação do antagonismo irreconciliável das classes sociais: aparece historicamente na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são irreconciliáveis.

Assim, para Marx e Engels, o Estado não poderia subsistir, nem sequer surgir, se a conciliação entre as classes da sociedade fosse possível. Era a demonstração cabal da impossibilidade da conciliação entre os interesses materiais das classes em luta. Mais que isso, garantia em cada momento as condições mais desvantajosas para as classes oprimidas se levantarem em protesto contra a classe dominante à qual servia de instrumento.

Em sua disputa por recuperar a concepção marxista do Estado diante das inúmeras deturpações teóricas no seio da socialdemocracia internacional, que foi se agravando nos inícios do século XX, Lênin afirmava, retomando as conclusões de Engels, que

De um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, os da pequena burguesia, obrigados sob a pressão de fatos históricos incontestáveis a reconhecer que o Estado não existe senão onde existem as contradições e a luta de classes, “corrigem” Marx de maneira a fazê-lo dizer que o Estado seria o órgão da conciliação das classes. Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. Para os professores e publicistas burgueses e para os filisteus despidos de escrúpulos resulta, ao contrário, que o Estado é um instrumento de conciliação das classes. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e

não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram. (LÊNIN, 2013, p. 128-29).

O Estado e a revolução, que Lênin redige no exílio entre agosto-setembro de 1917 (ou seja, pouco antes da insurreição de Outubro), tem como subtítulo “A doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução”. Neste texto, Lênin defende duas teses preliminares fundamentais: 1) não basta reconhecer a existência da luta de classes, é necessário afirmar a necessidade histórica e política da transição revolucionária do organismo estatal, a substituição da burguesia organizada como classe dominante, pela classe trabalhadora organizada como classe dominante; 2) isto requer estabelecer a concepção marxista do Estado no século XX – em combate às concepções da ala reformista da II Internacional (especialmente da socialdemocracia alemã), encabeçadas por Eduard Bernstein, e da ala “de centro”, encabeçada por Karl Kautsky – e reconhecer que a vigência candente deste problema se concentra na questão da conquista do poder político.

Nesse ensaio – um dos mais completos documentos inacabados da teoria política – Lênin debatia com uma das tendências na socialdemocracia russa (os mencheviques) e os chamados socialistas-revolucionários, que durante todo o convulsivo ano de 1917 puseram em prática sua concepção do Estado como órgão de conciliação das classes antagônicas, a classe trabalhadora e a burguesia russas. Essa concepção – que negava a tese do Estado como órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com sua antípoda – não teve êxito em bloquear o triunfo da Revolução de Outubro, uma vez que os bolcheviques conseguiram conquistar uma influência preeminente nos órgãos de democracia operária (conselhos ou *soviets* de deputados operários, camponeses e de soldados) e dirigir os esforços revolucionários das massas trabalhadoras da cidade e do campo ao objetivo de destruir a velha maquinaria de Estado burguês, substituindo por um Estado de transição.

Entretanto, o triunfo da Revolução Russa de 1917 (que acaba de cumprir seu centenário) não pareceu suficiente para interromper a longa cadeia de ilusões teórico-programáticas acerca do Estado nas diversas tendências “conciliadoras” do século XX (e em nosso próprio século). Veremos mais adiante como o PT, no Brasil, enxergava este problema seminal.

Engels fazia notar ainda outro importante aspecto do Estado como órgão de dominação de determinada classe contra outra: seu aparato repressivo constituído por destacamentos especiais de homens armados:

O segundo traço característico é a instituição de uma força pública, que já na se identifica com o povo em armas. A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita

qualquer organização armada espontânea da população. Os escravos integravam também a população; os 90 mil cidadãos de Atenas só constituíam uma classe privilegiada em confronto com os 365 mil escravos. O exército popular da democracia ateniense era uma força pública aristocrática contra os escravos, que mantinha submissos; todavia, para manter a ordem entre os cidadãos, foi preciso também criar uma força policial. Esta força pública existe em todo o Estado; é formada não só por homens armados como, ainda, por instituições coercitivas de todo gênero (ENGELS, 1997, p. 192)

Engels desenvolve a noção desta "força" chamada Estado, força proveniente da sociedade, mas que se situa "acima dela" e que dela se afasta cada vez mais. Tanto a polícia como o exército permanente, embora instituições com funções sociais distintas, atendem ao interesse da classe que se organiza no Estado como classe dominante: seriam seus destacamentos especiais de homens armados, muito longe da ideia da organização espontânea do povo em armas. Sobre esta organização do povo armado numa sociedade atravessada por classes inimigas, Lênin afirma que

É, porém, impossível, porque a sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento "espontâneo" provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se destacamentos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, destacamentos de homens armados, como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados (LÊNIN, 2013, p.130).

Seguindo este raciocínio, como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo entre as classes, nascendo em meio a seu conflito, é *"por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante"* (ENGELS, p. 193), adquirindo os meios de repressão e exploração da classe oprimida.

Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado [...] Além disso, na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se vê claramente que o Estado é um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem (ENGELS, 1997, pp. 193-94)

Engels elucida a questão num ponto nodal: na medida em que surgem pela primeira vez os conflitos entre classes antagônicas – fruto do desenvolvimento econômico que permite o surgimento de um produto que excede as necessidades de subsistência – o Estado faz-se presente. Não existiu antes disso. Se ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico a divisão da sociedade tornou o Estado necessário, pode-se concluir que, ao atingir uma etapa superior de desenvolvimento econômico, cuja produtividade humana prescindia da necessidade de antagonismos de classe, *não haverá motivo para que o Estado persista existindo*. Já não atenderia mais a conflitos necessários entre as classes antagônicas que, ao deixar de existirem, privam a razão de existência do Estado enquanto tal.

Segundo Engels,

Estamos agora aproximando-nos, com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não deixou apenas de ser uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à própria produção. As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como surgiram no passado. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado ao lugar que lhe corresponde: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze (ENGELS, 1997, p. 196)

Fica claro, na concepção marxista, a origem e a função social do Estado: um órgão de dominação de classes (não de conciliação de seus antagonismos); uma força que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe explorada e oprimida.

O proletariado toma o poder e, em primeiro lugar, converte os meios de produção em propriedade do Estado. Mas com isso suprime a si mesmo enquanto proletariado, suprime todas as diferenças de classe e todos os antagonismos de classe, e suprime, assim, o Estado enquanto tal. A sociedade, que até então atuava entre antagonismos de classe, necessitava de um Estado, ou seja, uma organização da classe exploradora para a manutenção de suas condições exteriores de produção e, portanto, particularmente para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão determinadas pelo modo de produção existente. (ENGELS, 1997, p. 187).

O Estado era o representante oficial da sociedade em seu conjunto, mas o era apenas na medida em que era o Estado da classe que representava, em sua época, a sociedade em seu conjunto. Este elemento é de suma importância, porque trata da tarefa da classe dominante em converter – através do Estado – seus interesses particulares como os interesses gerais da sociedade (algo que iremos debater adiante a partir das elaborações de Emir Sader). Isso se

revela para Engels em diversas formações econômico-sociais: na antiguidade, era o Estado dos cidadãos proprietários de escravos; na Idade Média, da nobreza feudal; em nossos tempos, da burguesia.

Quando finalmente o Estado se converte no representante real de toda a sociedade, como dissemos acima, o Estado se faz completamente desnecessário. E isto se justifica pelas condições que lhe deram origem em primeiro lugar, fundadas na divisão da sociedade em classes sociais antagônicas.

Na medida em que não exista já nenhuma classe social para submeter, na medida em que se suprima a dominação de classe e a luta individual pela existência – baseada na anarquia da produção, nos conflitos e excessos resultantes dessa luta – não restará nada a ser submetido, nada que precise de uma força coercitiva especial, o Estado. O primeiro ato mediante o qual o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é também seu último ato independente como Estado. A interferência do Estado nas relações sociais se faz, em todos os âmbitos, supérflua, e então expira por si mesmo (ENGELS, 1997, p. 190).

Como “força especial de repressão” de uma classe sobre outra, o Estado deixaria de ter qualquer utilidade na medida em que desaparecessem os antagonismos de classe; em outras palavras, caso não houvesse nenhuma classe a reprimir. Daí, Engels deduz que a força especial de repressão da classe trabalhadora pela burguesia – de milhões de trabalhadores por um punhado de proprietários – deve ser substituída por uma força especial de repressão da burguesia pela classe trabalhadora. Esta substituição, que inclui a destruição violenta do velho aparato de Estado, só se pode dar por meio da revolução socialista.

2.2 Pelo que deve ser substituída a máquina de Estado? A experiência de 1848 e a Comuna de Paris de 1871

Desde *A Ideologia Alemã*, de 1845, Marx tinha em mente a necessidade da abolição final do Estado, mas até a “Primavera dos Povos” de 1848 o discurso sobre o Estado não está dotado de completa precisão. A revolução violenta para a tomada do poder – a violência revolucionária não é uma escolha, mas a consequência da natureza dos sistema que precisa ser combatido e dos meios que mobiliza para preservar-se – não está ligada ainda com a destruição da máquina do Estado. No *Manifesto do Partido Comunista*¹⁸, de 1848, Marx e Engels afirmam:

[...] A primeira etapa da revolução proletária é a constituição do proletariado enquanto classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado se

18MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “*Manifesto do Partido Comunista*”. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

valerá de sua dominação política para ir arrancando gradualmente todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar com a maior rapidez possível o montante das forças produtivas [...] O poder político, falando com propriedade, é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui pela força das circunstâncias em classe; se converte-se em classe dominante por meio de uma revolução e, como classe dominante destrói violentamente o antigo regime de produção, então suprime, com estas relações de produção, as condições do antagonismo de classe, as classes em geral, e portanto sua própria dominação enquanto classe (MARX e ENGELS, 1998, pp. 30-31)

Nesta brilhante antecipação teórica do caráter violento da revolução contra a velha ordem, do caráter despótico da reorganização da economia sobre a base da socialização dos meios de produção e as condições para atingir a abolição das classes, a relação diante do velho aparato de Estado se resume à apropriação e reorientação de suas funções.

Este rumo teórico será superado graças às marcas deixadas pelos dois grandes acontecimentos da luta de classes na França posteriores ao *Manifesto*, quais sejam: o sangrento esmagamento da insurreição operária de junho de 1848 em Paris, e o golpe de Estado de Luís Bonaparte a 2 de dezembro de 1851. No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, encontramos o “giro copernicano” da ideia de Marx frente ao Estado: de que não é possível para a classe trabalhadora apenas retomar o velho aparato estatal tal como é e servir-se dele à vontade. É necessário destruí-lo¹⁹.

Assim, é notável observar como a concepção do Estado como uma máquina essencialmente destinada a reprimir a classe oprimida pela classe dominante, de Marx e Engels, não surgiu talhada definitivamente, mas foi sintetizada e sofisticada à luz dos processos da luta de classes na segunda metade do século XIX (a onda de revoluções na Europa de 1848-1850, em particular).

Depois de 1852, Marx refina e dá acabamento definitivo a essa concepção da liquidação do Estado inimigo com a heroica experiência dos *communards* parisienses em 1871, que frente à guerra franco-prussiana de 1870 e à derrota dos exércitos franceses diante de Bismarck, realizaram a primeira revolução operária da história: a Comuna de Paris.

19Em carta a J. Weydemeyer, de 5 de março de 1852, Marx utiliza pela primeira vez o termo “ditadura do proletariado” – que estava associada anteriormente à figura de Auguste Blanqui. Alguns trechos merecem atenção “[...] a existência das classes só está ligada a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção [...] a luta das classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado [...] esta mesma ditadura não é mais que a transição para a abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes” (Carta de Marx a Weydemeyer, citada em *El Estado y la revolución, Obras Selectas*, p.146).

Ao longo das três “*Mensagens ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana*”, Marx não apenas analisa o desenvolvimento do conflito bélico e da luta de classes em Paris, mas se coloca francamente ao lado dos *communards* contra a burguesia que, após a tomada do poder pelos trabalhadores a 18 de maio de 1871, fugiu e refugiou-se em Versalhes, tornado reduto da contrarrevolução. Ao refletir sobre as causas da derrota da Comuna – sem deixar de atacar brutalmente a burguesia francesa, e enfatizando todas as medidas revolucionárias de calibre histórico tomadas pelos trabalhadores parisienses em tão pouco tempo – Marx aprofunda um aspecto da elaboração sobre o caráter do Estado que não havia sido apreendido pelos criadores do socialismo científico.

Em 12 de abril de 1871, precisamente durante a Comuna, Marx escrevia a Kugelmann:

Releia o último capítulo do meu *18 de Brumário*. Afirmo que a revolução na França deve tentar, antes de mais nada, não passar para outras mãos a máquina burocrática e militar – como se tem feito até aqui – mas *quebrá-la* [*zerbrechen*, a palavra é grifada por Marx no original]. Eis a condição preliminar para qualquer revolução popular no continente. Eis também o que tentaram os nossos heroicos camaradas de Paris. (Neue Zeit, XX, 1, 1901-1902, p. 709).

Essas palavras – “quebrar a máquina burocrática e militar do Estado” – desenvolvem a concepção de 1852 e condensam para Marx uma grande lição extraída da Comuna de Paris²⁰. Na obra *A Guerra Civil em França*, de 1871, Marx conclui que a Comuna demonstrou que “*a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina de Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins*” (MARX, 1975, p. 194). Tão importante foi essa conclusão, assimilada diante de um processo real da luta de classes, que Marx julgou introduzir uma “única correção” no Manifesto Comunista, de 1847-1848, no último prefácio assinado junto a Engels, datado de 24 de junho de 1872.

Segundo Marx, no século XIX desenvolvia-se, apesar dos obstáculos oriundos da Idade Média, “*o poder estatal centralizado, com seus órgãos onipotentes – o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura*” (MARX, 1975, p. 194). À medida que a Revolução Francesa no século XVIII varria os vestígios feudais e os progressos da moderna indústria desenvolviam e aprofundavam o modo de produção capitalista e o

20A Comuna de Paris foi o resultado revolucionário da derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871. A derrota francesa na Batalha de Sedan, em setembro de 1870, levou à queda do imperador Napoleão III e à formação de um governo republicano que passou a ser presidido por Adolphe Thiers, em janeiro de 1871. Foi a primeira revolução operária triunfante na história, e a despeito de seu curto período de existência, deixou lições valiosas ao movimento operário desde então.

antagonismo entre capital e trabalho, “*o poder do Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina de despotismo de classe*” (MARX, p.195). Depois de cada revolução – que Marx exemplifica com as diversas erupções revolucionárias na França entre 1815 e 1848 – “revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do Estado”²¹.

Não há dúvidas para Marx acerca do caráter social do Estado dirigido pela burguesia em sua “dominação imperial”: aparentemente acima da sociedade – como escreveu Engels – era ao mesmo tempo “o seu maior escândalo e o viveiro de todas as suas corrupções”²².

A antítese direta do Império foi a Comuna. O grito de “República Social” com o qual a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não fez mais do que expressar uma vaga aspiração por uma república que não apenas havia de pôr fim à forma monárquica da dominação de classe, mas com a própria dominação de classe. A Comuna foi a forma positiva desta república. (MARX, 1975, p.196)

Assim, à definição do Estado moderno como uma “máquina de despotismo de classe” e instrumento da “guerra nacional do capital contra o trabalho”, Marx extraía da experiência viva da Comuna de Paris pelo que esta velha maquinaria despótica deveria ser substituída depois de destruída pela revolução. Não menos importante, identificou qual o sujeito social poderia destruí-la e substituí-la: a classe trabalhadora.

A Comuna era composta por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários distritos da cidade, responsáveis e revogáveis em qualquer momento. A maioria dos seus membros era naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser, não

21“*A Revolução de 1830, que resultou na transferência de governo dos senhores da terra para os capitalistas, transferiu-o dos mais remotos para os mais diretos antagonistas dos operários. Os republicanos burgueses, que em nome da Revolução de Fevereiro tomaram o poder de Estado, serviram-se dele para os massacres de Junho, a fim de convencerem a classe operária de que a república ‘social’ significava a República que assegurava a sua submissão social e a fim de convencerem a massa realista da classe burguesa e dos senhores da terra de que podiam deixar com segurança os cuidados do governo aos ‘republicanos’ burgueses. Contudo, após o seu único feito heróico de Junho, os republicanos burgueses tiveram de recuar da frente para a retaguarda do ‘partido da ordem’ — uma combinação formada por todas as frações e facções rivais de entre as classes apropriadoras, no seu antagonismo agora abertamente declarado contra as classes produtoras*” (MARX, 1975, p.195).

22“*O poder de Estado, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era ele próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo desta sociedade e o viveiro de todas as suas corrupções. Sua própria podridão e a podridão da sociedade que ele havia salvo foram postas a nu pela baioneta da Prússia, ela própria ávida por transferir de Paris para Berlim a sede suprema deste regime. Ao mesmo tempo, o imperialismo é a forma mais prostituída e derradeira do poder de Estado que a sociedade da classe média nascente tinha começado a elaborar como um meio da sua própria emancipação do feudalismo e que a sociedade burguesa plenamente desenvolvida tinha finalmente transformado num meio para a escravização do trabalho pelo capital*”. (MARX, 1975, p. 196). “Imperialismo” aqui é usado como sinônimo de “dominação imperial”, sem abranger todo o significado que terá no marxismo do século XX.

um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada no instrumento da Comuna, responsável e revogável em qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna para baixo, todos que desempenhavam cargos públicos deviam receber *salários de operários*. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna [grifos do original]. (MARX, 1975, p.197)

Assim, este “Estado de novo tipo”, que ao mesmo tempo já “não era o Estado propriamente dito”²³, dava-se a tarefa não de preservar ou “democratizar” as velhas instituições, mas “substituir a quebrada máquina do Estado por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários”²⁴. Nem mesmo o poder judiciário, o mais autoritário dos poderes no Estado moderno (como vemos no Brasil), que não foi eleito por ninguém, passou incólume pela Comuna:

Os funcionários judiciais haviam de ser despojados daquela falsa independência que só tinha servido para mascarar a sua abjeta subserviência a todos os governos sucessivos, aos quais iam prestando sucessivamente, e violando também sucessivamente, o juramento de fidelidade. Tal como os restantes servidores públicos, magistrados e juizes haviam de ser eleitos, responsáveis e revogáveis. (MARX, 1975, p. 197).

A abolição dos privilégios materiais de representação; a limitação do salário de todos os funcionários administrados ao nível do salário médio de um trabalhador; a imposição de que todo funcionário político e judicial fosse eleito e revogável a qualquer momento; a eliminação do exército permanente e da polícia e sua substituição pelo povo em armas: estas medidas, elaboradas e implementadas pelos trabalhadores que “tomaram o céu de assalto” em 1871, no curto período da Comuna, traduziram à política prática o que faltava ao programa do socialismo científico. Esta imaginação criadora dos *communards* foi capaz de dar, segundo

23“Vladimir Lênin, op. cit., p. 97.

24Idem, p. 99.

Marx, “a formula política finalmente encontrada para levar a cabo a emancipação econômica dos trabalhadores”²⁵.

A variedade de interpretações a que a Comuna esteve sujeita e a multiplicidade de interesses que a explicaram em seu favor, demonstram que ela era uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo foram marcadamente repressivas. Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a fórmula política finalmente encontrada para levar a cabo a emancipação econômica dos trabalhadores. Não fosse esta última condição, a Constituição Comunal teria sido uma impossibilidade e um engano. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação da sua escravidão social. A Comuna devia servir como uma alavanca para *extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe*. Emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe [grifo nosso]. (MARX, 1975, p. 197).

Lênin elege esta passagem d’*A Guerra Civil em França* para explicar o “ponto da passagem entre a democracia burguesa e a democracia proletária”, exemplo que tomará junto a outro importante dirigente da Revolução Russa, Leon Trotski, para pensar a própria constituição “transicional” soviética.

A esse respeito é particularmente notável uma das medidas tomadas pela Comuna e salientada por Marx: supressão de todas as despesas de representação, supressão dos privilégios econômicos dos funcionários, redução de todos os ordenados administrativos ao nível do “*salário operário*”. É nisto que mais se faz sentir a *passagem brusca* da democracia burguesa para a democracia proletária, a passagem da democracia dos opressores para a democracia dos oprimidos, a passagem da dominação de uma “*força especial*” destinada à opressão de determinada classe, para o esmagamento dos opressores pelas *forças combinadas* da maioria do povo, dos operários e dos camponeses. E é precisamente neste ponto, o mais importante, o mais indiscutível, talvez, da questão do Estado, que os ensinamentos de Marx foram mais esquecidos! [...] Elegibilidade absoluta, revogabilidade a qualquer momento de todos os cargos, sem exceção, redução dos vencimentos ao nível do salário operário habitual – essas medidas democráticas, simples e evidentes por si mesmas, solidarizando os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem, ao mesmo tempo, de ponte do capitalismo ao socialismo. (LÊNIN, 2013, p. 162)

Nenhum dos grandes teóricos revolucionários do marxismo, menos que todos o próprio Lênin, propunham conquistar estas medidas “pacificamente”, no interior dos Estados

²⁵Idem, p. 199.

burgueses. Estas medidas “não atingem todo o seu significado e todo o seu alcance senão com a expropriação dos expropriadores, preparada ou realizada com a socialização da propriedade privada dos meios de produção” (LÊNIN, 2013, p. 135). Entretanto, o questionamento dirigido sistematicamente contra o conjunto do regime político dos capitalistas, parte da batalha por uma “democracia mais generosa”, é um instrumento extremamente importante para desvelar a possibilidade de superar a degradada democracia burguesa.

Assim, a Comuna, como Estado de novo tipo, tinha para a Marx a função de abrir caminho à dissolução e desaparecimento de toda forma de Estado. Esta forma estatal transitória deveria acabar com os fundamentos econômicos que sustentavam o antagonismo entre as classes sociais (a burguesia e os trabalhadores).

Há sintonia evidente entre essa afirmação de Marx e a ideia de Engels, que introduzimos ao início do tópico, segundo a qual o desaparecimento das classes sociais levará ao desaparecimento do próprio Estado. Nesta concepção, não há lugar para a ideia da “absorção dos marginalizados ao aparelho estatal”, a “democratização do Estado” ou qualquer variante democratizadora da velha máquina despótica da burguesia.

A tarefa seria destruí-la e substituí-la por uma instituição transicional cujo destino estivesse selado: definhar. O objetivo do Estado de transição é a *extinção do Estado em geral*. Se todo Estado é um Estado de classes, uma sociedade sem classes deriva uma sociedade sem Estado. Lênin, sobre isso, afirma que

Derrotar a burguesia e quebrar sua resistência não deixa de ser, por isso, uma necessidade. Para a Comuna, isso era particularmente necessário, e uma das causas da sua derrota foi não se ter lançado a fundo nessa tarefa. Mas na Comuna o órgão de repressão era a maioria da população e não mais a minoria, como fora sempre o caso no tempo da escravidão, da servidão e do assalariamento. Ora, uma vez que é a *própria* maioria do povo que oprime seus opressores, *já não há necessidade* de uma força especial de repressão! É nesse sentido que o Estado *começa a definhar*. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político e, quanto mais o próprio povo assumir estas funções, tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder [grifos do original]. (LÊNIN, 2013, p. 151)

A Comuna – escrevia Marx – “realizou o governo barato, essa cilada em que caem todas as revoluções burguesas, suprimindo o exército permanente e os funcionários do Estado” (MARX, 1975, p. 201).

A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção,

a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o “irrealizável” comunismo! Contudo os indivíduos das classes dominantes bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de perpetuar o sistema atual – e não são poucos – erigiram-se nos apóstolos enfadonhos e prolixos da produção cooperativa. Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às constantes convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunismo, o comunismo “realizável”? (MARX, 1975, p. 200).

De toda a história do socialismo e da luta política, Marx concluiu que o Estado está condenado a desaparecer, e que a forma transitória do Estado em vias de desaparecimento, a forma de transição do Estado para a ausência do Estado, será o “proletariado organizado enquanto classe dominante” (MARX, 1998, p. 30). A Comuna foi “a primeira tentativa da revolução proletária para demolir a máquina de Estado burguesa; é a forma política ‘finalmente encontrada’, que pode e deve substituir o que foi demolido” (LÊNIN, 2013, p. 152).

O Estado, portanto, nascido em função da divisão da sociedade em antagonismos de classe inconciliáveis, pode e deve desaparecer com a eliminação global desta mesma divisão mundial entre classes antagônicas. Todo Estado é o Estado da “classe economicamente dominante”, que através dele se torna a classe politicamente dominante. Para o marxismo, esta máquina do despotismo da burguesia contra a classe trabalhadora e demais classes exploradas e oprimidas não cairá por si mesmo: deve ser substituído pelo “*proletariado organizado como classe dominante*”²⁶. Neste plano, os trabalhadores organizados em partido independente não deveriam, portanto, “limitar-se a se apossar da máquina do Estado”, mas destruí-la de maneira revolucionária, substituindo-o temporariamente por um Estado com sua marca de classe.

Abolindo a propriedade privada dos meios de produção (e destruição), reprimindo a resistência da antiga classe dominante em retomar suas condições prévias de dominação, as razões para a existência da divisão da sociedade em classes antagônicas vão desaparecendo junto com essas próprias classes: o Estado, assim, *perde sua razão de existência*.

26Marx e Engels, “*Manifesto do Partido Comunista*”, p. 30.

A supressão violenta do Estado da burguesia pela revolução abre caminho para o *definhamento* e a *extinção* posterior do Estado operário de transição, na medida em que tenham avançado as condições materiais, com a socialização dos meios de produção, para a eliminação das classes sociais (que retira do Estado sua função de “força especial de repressão” contra determinada classe). Com sua característica maneira de frisar com insistência os pontos mais importantes de uma determinada ideia – um cuidado revolucionário com a teoria ligada à prática – Lênin escreve, em seu estudo sobre o Estado, que

Em realidade, Engels fala da supressão do Estado da burguesia pela revolução proletária, enquanto que as palavras sobre a extinção do Estado se referem aos restos do Estado proletário depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não se extingue, é suprimido pela revolução proletária; o que se extingue depois dessa revolução é o Estado – ou semi-Estado – proletário [...] Engels afirma que a democracia mais plena se extingue ou expira por si mesma. A democracia é também um Estado, e consequentemente, desaparecerá também quando desaparecer o Estado. Somente a revolução pode suprimir o Estado burguês. O Estado em geral, a democracia mais plena, extingue-se. (LÊNIN, 2013, p. 135)

Superando os limites e insuficiências do chamado “socialismo utópico” (cujas referências teóricas foram Saint-Simon, Fourier, Owen, aos quais poderíamos acrescentar Joseph Proudhon, cujas utopias Marx refuta em *A Miséria da Filosofia* de 1847), o socialismo científico, segundo a fórmula tardia de Engels, indica ser impossível pressupor com exatidão as formas e os caminhos históricos que adotará o desenvolvimento comunista. De fato, as condições objetivas e subjetivas, por definição, evoluem em meio a contradições situadas numa escala histórica superior à nossa. Entretanto, isto não impediu que Marx e Engels (assim como os expoentes do desenvolvimento do marxismo no século XX, como Lênin e Trotski) ensaiassem alguns dos contornos magnos de uma sociedade superior.

2.3 Da abolição do Estado ao comunismo

Em conhecida passagem da obra *A Ideologia Alemã*²⁷, Marx define, em 1845, que “[...] o comunismo não é um estado que se deve implantar, um ideal ao qual deva sujeitar-se a realidade [...] é o movimento real que anula e supera o estado de coisas atual” (MARX, 2016, p. 202). No *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels dirão que “Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX e ENGELS, 1998, p. 32). No Livro I d’*O Capital*, de 1867, Marx escreve que

²⁷MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “*A ideologia Alemã*”. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

o comunismo será “uma associação de homens livres que trabalharão com meios de produção coletivos, e que empregarão, conscientemente, suas muitas forças de trabalho individuais como uma *única* força social” (MARX, 2006, p. 76).

Em seu conteúdo, as medidas propostas pelo *Manifesto* de Marx e Engels enfatizam a expropriação dos expropriadores no marco da abolição da propriedade privada dos meios de produção e sua socialização completa sob a direção do Estado de transição. A centralização estatal dos meios de transporte, dos bancos, do crédito, a coordenação da produção industrial e agrícola (com a nacionalização da terra e sua disposição a usufruto dos trabalhadores do campo) são assim tratadas de igual modo.

Estas medidas, naturalmente, não tem um modo linear e pré-estabelecido de concretizar-se, de acordo com um plano sem fricções. Tampouco desconhece as enormes diferenças entre os distintos países. De entrada, são tratadas de como muito diferentes segundo o país de que se trata, o que mostra a lucidez de Marx e Engels sobre a heterogeneidade do capitalismo a nível mundial. Lênin recordará isso lembrando da especificidade da situação russa, e Trotski formulará a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, em sua *História da Revolução russa*²⁸, em virtude da qual podemos concluir como errônea qualquer adaptação de modelo único para o comunismo.

Ensaando projeções do futuro, os fundadores do socialismo científico sabiam que as condições materiais para o advento comunista surgiam das próprias entranhas do capitalismo, velha sociedade grávida da nova (mas cujo parto não seria pacífico). Porvir indefinido que deixa tarefas concretas ao presente, a dialética da unidade em tensão entre os fatores temporais moldam por si mesmos a silhueta da associação racional de homens livres numa sociedade sem classes. Muito ilustrativa é a explicação do filósofo francês Emmanuel Barot²⁹

Em uma palavra, ainda que o comunismo não seja uma intenção ideal abstrata, segue sendo uma intenção. Mas como uma intenção pode ser concreta sem que aquilo para o qual aponta tenha chegado ainda? É evidente, o conceito de comunismo é a unidade de componentes já reais, e de

28“*As leis da história nada tem a ver com os esquemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o látigo das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos, decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa a aproximação das diversas etapas, a combinação das fases diferenciadas, a amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha*”. TROTSKI, Leon. “*História da Revolução Russa*”. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967, p. 25.

29BAROT, Emmanuel. “*Marx en el país de los soviets: o los dos rostros del comunismo*”. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2017.

componentes que não são mais que possíveis – ainda que realmente possíveis –: são virtuais sem ser abstratos. O comunismo é ao mesmo tempo o fim apontado e o “movimento real” que conduzirá a este fim (BAROT, 2017; p. 35-36).

A subversão do modo de produção capitalista, e sua subsunção pelo modo de produção comunista, que estabelece com a sociedade anterior aspectos de continuidade e ruptura³⁰, encontram na redução do tempo de trabalho socialmente necessário um aspecto incontornável. Permitindo a mulheres e homens a grande conquista do *tempo livre*, a destruição do modo de produção capitalista e seu invólucro político – o Estado burguês – gera as condições para a redução drástica da jornada de trabalho e uma apropriação qualitativamente diferente do mais-trabalho (ou trabalho excedente) antes extraído pelo capital.

Essa redução qualitativa da jornada de trabalho, num primeiro momento distribuindo as funções da produção a todos os homens e mulheres, possibilita a diminuição do tempo de trabalho ao *mínimo indispensável* a todos, e a consequente dedicação de maior tempo social ao desenvolvimento da arte, da ciência e da cultura, possibilitando numa nova escala sem precedentes a expansão de todas as capacidades humanas, até então sufocadas no interior da velha sociedade.

Cumprir dizer que um processo como esse não pode culminar nos limites das fronteiras de um país. O desenvolvimento internacional da revolução, socializando as forças produtivas nos principais centros econômicos do mundo, promove as condições indispensáveis para que se inicie verdadeiramente uma sociedade economicamente harmônica de produtores livremente associados³¹. Quando as forças produtivas das potências mais avançadas coordenarem-se e dividirem as tarefas da produção material sem o empecilho de fronteiras nacionais, que hoje lhes serve de fator de bloqueio, será possível transitar, segundo a máxima conhecida de Marx, “do reino da necessidade para o reino da liberdade”.

30“Contra a ideia de um fosso espacial e temporal entre os dois [reinos, da necessidade e da liberdade] que apenas um milagre permitiria franquear, o segundo reino *prossegue* a expansão ‘ininterrupta’ das forças produtivas que aquele havia iniciado: é neste sentido imanente. Mas há também *ruptura*: o novo reino subverte desde o interior aquele de onde provém, o transcende para uma forma de sociedade superior caracterizada pela capacidade de produzir um mais-trabalho *qualitativamente* novo, ao ser o portador da satisfação das necessidades elementares e das aspirações mais elevadas” (BAROT, 2017, p. 60).

31Dessa forma Marx entendia a “fase superior do socialismo”, ou o comunismo. No primeiro livro d’O Capital, Marx escreve que: “*O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as atividades práticas da vida cotidiana do homem representem, normalmente, relações racionais claras entre os homens e entre estes e a natureza. A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado*”. (MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Volume I. Rio de Janeiro, 2006: Civilização Brasileira, p. 101).

O “reino da liberdade” não é o de uma sociedade “perfeita”: é aquele ao qual podem levar as “transformações orgânicas” do processo revolucionário. As “forças humanas” não travadas pelo assalariamento reorientam o mais-trabalho em função das necessidades (permanência do reino da necessidade), abolindo tudo aquilo que, neste mais-trabalho, corresponde ao supérfluo e ao nocivo, em proveito de um aumento gradual do tempo livre. O comunismo autêntico é este equilíbrio evolutivo do reino da necessidade ao reino da liberdade, sob o domínio do segundo. Mas a redução da jornada de trabalho é a condição básica. (BAROT, 2017, p. 60).

De uma sociedade na qual, sobre a base de uma planificação racional da produção em função das necessidades sociais, o tempo de trabalho possa ser repartido e reduzido o mínimo, para permitir a realização e o “livre desenvolvimento de cada pessoa”, assim como o “livre desenvolvimento de todos”.

Este breve excuro pela forma como os marxistas compreendem a questão do Estado tem uma função muito mais ampla que uma mera “demarcação de princípios”. Provou-se rigorosamente científica na maior revolução da história humana, a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia. A clareza sobre a atitude necessária frente a este problema profundo do Estado – que confundiu e desvirtuou tantos processos revolucionários no século XX – possibilitou aos trabalhadores organizados no partido bolchevique, liderados por Lênin e Trotski, a estender a experiência da Comuna de Paris a uma escala antes nunca vista, ao longo de todo o vasto território russo, e dando origem a uma dinâmica expansiva da revolução durante os cinco anos que se seguiram ao fim da Primeira Guerra Mundial (1918-1923).

2.4 Emir Sader e sua interpretação do Estado em Marx

Emir Sader, cientista político pela USP e um dos intelectuais orgânicos do PT, é autor de algumas teses ilustrativas sobre a questão do Estado e sua interpretação dessa temática em Marx. Em seu livro “*Estado e política em Marx*”³², Sader propõe uma reinterpretação sobre a forma como Marx entendia o caráter de classe do Estado moderno. “A interpretação corrente do caráter de classe que Marx atribui ao Estado toma as formas simplificadas, de uso programático, de Marx, Engels, Lênin, pelos conceitos teóricos que sustentam o caráter classista do Estado” (SADER, 2014; 88).

Falando de um “Estado bonapartista” – à luz de sua interpretação de alguns dos debates realizados por Marx n’*O 18 Brumário*, especialmente o tema das distintas frações no interior de uma mesma classe – para Sader, ao dizer-se que “o Estado é instrumento da vontade da

32SADER, Emir. *Estado e política em Marx*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

classe dominante”, omitem-se as principais mediações que explicitam as disputas internas no seio da classe dominante.

O verdadeiro problema surgido daqui, segundo o cientista político do PT, é que “Nessa forma voluntarista de conceber a ação do Estado, toma-se a dominação em última instância do econômico sem quaisquer mediações” (SADER, 2014, p. 88).

Essa visão unilateral reforça a relação entre o Estado e a classe dominante, em detrimento das relações que o Estado mantém com o conjunto da sociedade. Quando esse papel é relegado, o caráter específico do Estado e da política se esconde; o papel que possuem de referência a *toda a sociedade* e que justifica sua existência social [...] Não se compreende a partir daí, a diferença específica com que o bonapartismo reveste o Estado, distinguindo-se das outras formas de governo; não se explica como o nível político possa ter uma mecânica própria que constitua um governo diante do qual todas as classes parecem igualmente se curvar [grifo do autor] (SADER, 2014, p. 89)

A discussão de Sader possui pontos nodais que cumpre esclarecer, distinguir e ordenar, o que facilitará relacionar sua interpretação do Estado com a maneira com que o PT o concebe.

Em primeiro lugar, poderíamos dizer, para usar os termos de Sader, que as “relações que o Estado mantém com o conjunto da sociedade” dependem do caráter de classe desse Estado, de suas formas (regime) e do próprio estágio de desenvolvimento social em cada período histórico. O Estado, como vimos, surge do caráter irreconciliável dos interesses entre as classes em conflito, amortecendo seus choques dentro dos limites da “ordem”. Mas esta primeira definição estaria incompleta, e inclusive errônea – do ponto de vista marxista – sem o seu complemento: de que este Estado legaliza e consolida a “ordem” que submete uma classe a outra, e nesse preciso sentido é uma “máquina de opressão de uma classe contra outra, não menos numa república democrática que numa monarquia”, segundo Engels. Deriva disto que o Estado não poderia subsistir se a conciliação de classes, entre capitalistas e trabalhadores, fosse possível.

Este reconhecimento – uma batalha dos marxistas contra as concepções “harmonicistas” ou “conciliadoras” do Estado, que tiveram representantes do século XIX até hoje – não implica um ato de “voluntarismo”; pelo contrário, ao identificar e localizar seu alicerce, é a única maneira de não ocultar o caráter específico do Estado na sociedade moderna.

Se é certo que a classe dominante não é homogênea, e por definição se divide em alas diferentes nos momentos de crise do capitalismo, não é menos certo que essas divergências se encontram circunscritas nos marcos de um aparato que representa a *violência concentrada de toda a burguesia contra a classe trabalhadora*. Frente ao perigo da luta de classes dos

trabalhadores, as mais ásperas divergências entre os setores da burguesia desaparecem em função do objetivo comum de frear este perigo.

A minuciosa exposição de Marx sobre as refregas entre as classes e as distintas frações no interior de uma mesma classe, n' *O 18 Brumário*, mostra com nitidez a natureza social do Estado francês à época da II República. Apesar das divergências entre as facções dinásticas rivais dos *legitimistas* (ligados aos Bourbon) e dos *orleanistas* (ligados à Casa de Orléans), destas duas facções com os republicanos, e de todos com Luís Bonaparte, há um interesse comum compartilhado por estas camadas proprietárias: abolir o risco de novas “jornadas de junho de 1848”, a revolução dos trabalhadores banhada em sangue pelas forças concentradas da burguesia. As divergências entre as distintas frações da classe dominante organizada no Estado, que são reais, são eclipsadas quando seu poder é questionado pela classe inimiga, contra a qual devem fazer frente.

Veremos adiante que é esse caráter essencial do Estado, justamente, que Sader não faz mais que esconder.

Em segundo lugar, o “bonapartismo” é um regime político, uma *forma* de Estado, e não propriamente o Estado. Sader fala de “Estado bonapartista” e, mais adiante, de “governo de tipo bonapartista”. A confusão entre ambas as terminologias não se presta a esclarecer o tema.

Sobre o bonapartismo como regime político, vale retomar outro exemplo da França, agora no século XX, no contexto dos choques entre as classes de 1934. Numa exposição detalhada e precisa, o teórico e revolucionário russo Leon Trotski diz que a passagem do parlamentarismo ao bonapartismo³³

[...] se deu de maneira particularmente notória e exemplar. Basta recordar que o governo Doumergue apareceu em cena entre o ensaio de guerra civil dos fascistas (6 de fevereiro de 1934) e a greve geral do proletariado (12 de fevereiro de 1934). Assim que os bandos irreconciliáveis assumiram suas posições de luta nos polos da sociedade capitalista, ficou claro que o aparato parlamentar perdeu toda a sua importância. É certo que o gabinete Doumergue parece governar com o consenso do Parlamento. Mas se trata de um parlamento que abdicou, que sabe que em caso de resistência o governo se desfaria dele. Devido ao relativo equilíbrio entre o campo da contrarrevolução que ataca e o da revolução que se defende, devido a sua temporária neutralização mútua, o eixo do poder se elevou por cima das classes e de sua representação parlamentar. Foi necessário buscar uma cabeça de governo fora do Parlamento e “fora dos partidos”. Este chefe de governo chamou em seu auxílio dois generais. Esta trindade se apoiou em hostes parlamentares simétricas, tanto pela direita quanto pela esquerda. O

33TROTSKI, Leon. “Bonapartismo y fascismo”. In: “*La Lucha contra el Fascismo en Alemania*”. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013.

governo não aparece como organismo executivo de uma maioria parlamentar, mas como um juiz-árbitro entre dois campos em luta. (TROTSKI, 2013, p. 403)

Entretanto, conclui que

Um governo que se eleva aparentemente por cima das classes não está suspenso no ar. O verdadeiro eixo do governo atual passa pela polícia, pela burocracia e pela camarilha militar. Estamos nos deparando com uma ditadura militar-policial apenas dissimulada atrás de um parlamentarismo decorativo. Um governo do sabre como juiz-árbitro da nação: precisamente isso se chama bonapartismo. O sabre não tem por si mesmo um programa independente. É o instrumento da “ordem”. Está chamado a salvaguardar o existente. O bonapartismo, ao erguer-se politicamente acima das classes como o seu predecessor, o cesarismo, representa *no sentido social*, sempre e em todas as épocas, o governo do setor mais forte e mais firme dos exploradores. Consequentemente, o atual bonapartismo não pode ser outra coisa que não o governo do capital financeiro, que dirige e inspira os setores mais elevados da burocracia, da polícia, da casta de oficiais e da imprensa [grifo do autor]. (TROTSKI, 2013, p. 403)

Portanto, um regime bonapartista não retira o Estado das mãos da classe dominante. Coloca-o nas mãos da fração mais poderosa desta. É a forma em que a fração mais poderosa da classe dominante melhor dispõe do Estado para quebrar a luta de classe dos trabalhadores.

Ao contrário do que postula Sader, o surgimento do bonapartismo não representou o esmagamento da representação política da burguesia (SADER, 2014, p. 91). Torna esta representação mais concentrada. O fato de se colocar temporariamente acima do eixo das classes sociais não torna um governo equidistante delas. O “sabre” bonapartista não tem outro programa que o da ordem capitalista. À luz desse debate, é curiosa a conclusão a que chega Sader ao combinar Estado e bonapartismo.

O Estado bonapartista é um Estado de classe, para Marx, bem como todos os tipos de Estado. Porém, *Estado de classe quer dizer Estado de uma sociedade dividida em classes [...]* A expressão “instrumento das classes dominantes” só tem sentido quando explicitada desta forma. Porque não se identificam sumariamente “interesses das classes dominantes” e comportamento do Estado; este representa o produto de uma relação com a totalidade da sociedade, isto é, o Estado representa os interesses das classes dominantes com os das outras classes sociais. Dessa relação, extrai-se sua forma de existência. Assim, quando Marx diz que o Estado é instrumento das classes dominantes, não está afirmando que é a posse do Estado que lhe dá esse caráter, mas sim que, *porque são classes dominantes*, o Estado, enquanto preserva as relações sociais que lhes favorecem, funciona como instrumento seu [grifos do autor]. (SADER, 2014, p. 90)

Parafraseando Machado de Assis, Sader “busca especiaria alheia, para temperá-la com o molho de sua fábrica”. Marx e Engels (assim como Lênin e Trotski) desenvolveram sua concepção do Estado a partir da divisão da sociedade em classes antagônicas; entretanto,

nunca é demais frisar que a separação desta origem do Estado, do fato de ser o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante – que por meio dele, se converte em classe politicamente dominante – é a base da negação de todo o marxismo. Contrariamente a Sader, que dá a sua própria definição de Estado como representante dos interesses da classe dominante “com os das outras classes sociais”, ou seja, um Estado de conciliação, o comportamento do Estado se orienta de acordo com os objetivos de contenção e submissão dos não-proprietários pelos proprietários, dos trabalhadores pela burguesia, até que seja destruído e substituído.

Como veremos, esta teorização do Estado que representa “os interesses das classes dominantes com os das outras classes sociais”, que poderia abrigar em seu seio o conflito de interesses antagônicos de classe, ou o Estado como uma “arena em disputa”, convém para justificar o papel do PT à frente do Executivo durante 13 anos com o discurso da “integração dos marginalizados” na engrenagem estatal. Não serve, entretanto, para explicar porque nenhum átomo dessa ilusão se tornou realidade.

3. O Partido dos Trabalhadores e sua concepção do Estado

“Até agora, a diferença entre os socialdemocratas e os anarquistas consistia em que os primeiros queriam conquistar o poder do Estado, e estes últimos, destruí-lo.

*Pannekoek
quer ambas as coisas”³⁴*

Não há uma discussão sobre o caráter do Estado e suas funções nos documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores³⁵. Poderíamos dizer que o PT jamais sistematizou nem articulou explicitamente as dimensões mais importantes do Estado no plano teórico-político, a despeito de possuir em seu interior algumas correntes que reivindicavam, de uma forma ou de outra, o marxismo.

A citação que compõe a epígrafe do capítulo é de Karl Kautsky, que como debatemos anteriormente foi o maior expoente teórico da II Internacional. A separação que este promovia entre a conquista do poder do Estado e a destruição do Estado em geral é muito significativa para este estudo sobre o PT.

Neste momento, Kautsky polemizava com o socialista holandês Anton Pannekoek, que em 1912 fará a seguinte relação entre estratégia e objetivo político. Em polêmica com Kautsky, Pannekoek dirá “A luta dos trabalhadores não é simplesmente uma luta pelo poder do Estado como objetivo [...] é a destruição dos instrumentos de poder do Estado usando os instrumentos de poder dos trabalhadores”³⁶.

Apesar das inúmeras diferenças que Lênin entretinha com a ala da socialdemocracia internacional representada por Pannekoek, nesta polêmica dá a razão ao holandês contra o alemão. Em *O Estado e a revolução* dirá

Nesta controvérsia, é Pannekoek que representa o marxismo contra Kautsky, pois precisamente Marx assinalou que os trabalhadores não podem limitar-se a conquistar o poder do Estado no sentido de que o velho aparato estatal

34Kautsky, Karl. “La nueva táctica”. In: *Debate sobre la huelga de masas*, p. 110. É preciso esclarecer que essa diferenciação de Kautsky é falsa. Se há uma convergência entre o marxismo e o anarquismo, ela reside justamente na necessidade de destruir o Estado. O que separa marxistas e anarquistas é que para os primeiros é necessário, para abolir o Estado, um período transitório em que os trabalhadores se servirão do seu próprio Estado como forma organizada da resistência contra a violência burguesa para retomar seus postos de exploração. Os anarquistas não pensam nestes termos, e imaginam o desaparecimento do Estado “da noite para o dia”, sem dimensionar a luta de classes.

35Estamos nos referindo aos seguintes documentos: “A tese de ‘Santo André-Lins’”, a “Carta de Princípios”, a “Declaração política”, a “Plataforma política” e o “Programa” partidário, documentos escritos entre 1979-80, disponíveis no arquivo virtual da Fundação Perseu Abramo (<https://fpabramo.org.br/csbh/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>).

36Pannekoek, Anton, “*Acciones de masas y revolución*”, em Luxemburgo, Rosa; Kautsky, Karl; Pannekoek, Anton: *Debate sobre la huelga de masas*, p. 51.

passa a novas mãos, mas que deve destruir, quebrar o dito aparato e substituí-lo por outro novo (LÊNIN, 2013, p. 147)

Como expusemos brevemente no subtópico anterior, a teoria marxista conduz a um horizonte programático sem ambigüidades: a luta por preparar a destruição revolucionária do Estado e a socialização dos meios de produção que, através do desenvolvimento internacional da revolução contra os principais centros de gravidade do capitalismo mundial, deve abrir caminho à extinção do Estado enquanto tal. Essa é condição necessária para alcançar uma sociedade racional de homens livremente associados, o comunismo.

Os processos nas distintas formações econômico-sociais tem sua riqueza particular, segundo o país e a tradição política no qual acontecem, sendo diferentes e não lineares. Entretanto, independentemente das diferenças nacionais, uma correta compreensão do Estado e suas funções é simplesmente seminal.

Tomando a polêmica entre Kautsky e Pannekoek, podemos dizer que a debilidade de origem do PT é a *ausência de um sentido dos fins* diante da máquina estatal burguesa. O que salta aos olhos nas poucas vezes em que o tema do Estado vem à baila nos documentos de fundação do PT é justamente esta separação “kautskista” entre *a conquista do poder e a necessidade da destruição do velho aparato estatal da classe dominante*.

Este pauperismo teórico teve grandes consequências: levou o PT, com rapidez progressiva, a conceber como tarefa última a ocupação das instituições do Estado burguês, de maneira pacífica, como um fim em si mesmo, ao invés de preparar-se para destruí-lo e substituí-lo por um “Estado de novo tipo”.

Se a natureza faz muito com poucos recursos, a indigência teórica e programática do PT diante dos problemas que cercam a questão do Estado foi o gérmen de sua estratégia de conciliação de classes (e o Estado como um órgão dessa conciliação entre trabalhadores e capitalistas).

Neste plano teórico-programático – porque é disso que se trata – a fuga da complexidade leva sempre a becos sem saída. A percepção compreensiva da natureza do Estado não era parte das coordenadas de nascimento do PT. Para o marxismo, um governo dos trabalhadores que rompesse com o sistema capitalista deveria ser desde o início um “anti-Estado” tendente à sua própria destruição e à destruição do Estado em geral. Ao contrário disso, como mostraram os 13 anos de governo do PT, tratou-se de postular a gestão petista dos assuntos burgueses como a culminação da conduta passiva diante do velho aparato estatal.

3.1 Breve contexto do nascimento do PT

“Quanto mais capaz é uma classe dominante de incorporar os homens mais eminentes das classes dominadas, tanto mais sólida e perigosa será sua dominação” (Karl Marx, O Capital)³⁷

Nos últimos anos da década de 1970 a atividade dos trabalhadores chegava ao seu auge, não apenas quantitativa, mas qualitativamente. As greves operárias na região do ABC paulista e em São Paulo ganham contornos que extrapolavam as meras reivindicações econômicas, apesar do controle exercido pelas direções sindicais reformistas. O descontentamento com a ditadura militar, em decadência, começava a penetrar em setores da classe trabalhadora, especialmente os metalúrgicos do ABC. Já em 1977, como prelúdio do ascenso grevista do ano seguinte, ocorrem importantes lutas estudantis, com ocupações de universidades (como a PUC-SP) e enfrentamentos com a polícia.

Durante os anos de 1978-1980, com as grandes greves metalúrgicas do ABC, em São Paulo e no interior paulista, ao lado da ampliação do ascenso popular e estudantil que se mostrava com força desde 1977, a situação política nacional colocava no tabuleiro um enfrentamento aberto contra a ditadura militar.

De maio a junho a onda grevista estendeu-se por todo o Estado de São Paulo. Estas greves eram lideradas, nas fábricas, por militantes organizados em grupos clandestinos. Os trabalhadores entravam nas fábricas, como se fossem trabalhar, mas ficavam perto das máquinas com os braços cruzados [...] Eram greves isoladas, fábrica a fábrica, de curta duração, ou de no máximo uma semana. As reivindicações começavam pela reposição salarial e se estendiam para outras condições de trabalho, como a legalização das comissões de fábrica (GIANOTTI, 2007, p. 222)

Segundo Vito Gianotti³⁸, o eixo geográfico das greves coincidia com a região de maior concentração industrial do Brasil

Em setembro de 1978, na cidade de Cabo de Santo Agostinho (PE) ocorre a primeira greve de cortadores de cana desde o golpe de 1964. Foi vitoriosa e mostrou a insatisfação dos trabalhadores do campo com suas condições de vida [...] Calcula-se que o número de grevistas no Brasil, durante todo o ano de 1978, tenha chegado a 1 milhão. A maioria destas greves foi de metalúrgicos e o eixo central era São Bernardo do Campo e a cidade de São Paulo (GIANOTTI, 2007, p. 223)

O grande símbolo destas greves foi a greve dos trabalhadores da Scania, em São Bernardo do Campo, em maio de 1978. A paralisação da ferramentaria da Scania e de toda a

³⁷MARX, Karl. *“O Capital: crítica da economia política”*. Tomo 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 276.

³⁸Gianotti, Vito. *“História das lutas dos trabalhadores no Brasil”*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

fábrica foi o estopim para que outras fábricas maiores do ABC também entrassem em greve em maio de 1978. O movimento foi se expandindo até as greves gerais metalúrgicas no ABC e em São Paulo, em 1979 e 1980.

Segundo Ricardo Antunes³⁹, este processo já conquistara uma dimensão claramente política. A onda de greves,

[...] tendo como causa fundante a precariedade das condições de salário e trabalho, assumiu desde cedo uma nítida dimensão política, ao confrontar a base material do próprio poder político. Desnudou o processo excludente e autocrático da auto-reforma e mostrou os imensos limites do liberalismo oposicionista parlamentar, incapaz de incorporar as reivindicações oriundas do mundo fabril (ANTUNES, 1988, p. 46).

Florestan Fernandes, no livro “O PT em movimento”, de 1991, definia que a “*greve de 1978 efetuou uma ruptura, que punha o grande capital, a contrarrevolução e seu governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro*” (FERNANDES, 1991, p. 39); ao lado dos operários, que desenvolviam uma tendência à hegemonia social e política na luta contra a ditadura, estavam todos os setores médios insatisfeitos.

Os chamados “sindicalistas autênticos”, dirigidos por Lula, estavam à frente da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e tiveram o peso de direção decisivo nas greves do ABC⁴⁰. Eram uma dissidência dentro da estrutura sindical permitida pela ditadura, e não lideranças natas surgidas entre as massas.

Neste processo, a estratégia de Lula durante o ascenso operário foi de conciliação de classes, e se baseou em não desestabilizar o projeto de transição pactuada da burguesia nacional, que não aceitava de forma alguma que fossem os trabalhadores que derrubassem a ditadura.

Os sindicalistas “autênticos” dividiram os operários do ABC do conjunto das categorias em greve no estado de São Paulo, ressaltando a pauta salarial corporativa e contendo as tendências à politização e radicalização da greve como uma luta frontal contra a ditadura. Em 1979, as mobilizações no ABC foram preparadas no caráter de uma campanha salarial de toda

³⁹Antunes, Ricardo. “*A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80*”. São Paulo: Editora Ensaio, 1988.

⁴⁰A relação de Lula com a patronal já caminhava havia algum tempo. Em recente delação de Emílio Odebrecht, ex-presidente da gigante empreiteira que se beneficiou com a ditadura militar, este entra nos detalhes de como se estabeleceu a relação de confiança mútua entre a empreiteira e Lula. Iniciada ainda nos anos 70, a primeira prova de confiança desta “amizade verdadeira” teria sido a atuação de Lula para conter os ânimos dos funcionários em greve do Pólo Petroquímico de Camaçari. Sobre essa greve em si, quase não existem registros acessíveis para além dos relatos do próprio Odebrecht que, por sua vez, afirma que Lula teria criado as condições para que ele tivesse uma “relação diferenciada com os sindicatos”. Ver reportagem em: “Emílio Odebrecht relata ajuda de Lula contra greve nos anos 70”, O Globo.

a categoria metalúrgica, cuidando para que não transpusesse os limites econômicos das reivindicações⁴¹.

Estes sindicalistas “autênticos” encabeçados por Lula, contendo a expansão do processo de auto-organização através das comissões de fábrica e grupos clandestinos ligados à oposição metalúrgica de SP (que tiveram papel importante na eclosão das greves de 1978 por fora do sindicato), cumpriram o papel consciente de evitar que as greves saíssem de seu controle, ou seja, que adquirissem cada vez mais o caráter de luta política contra a ditadura. Essa conduta teve importância crucial no resultado da onda de greves, que paulatinamente foi perdendo força⁴².

O resultado do primeiro desafio em larga escala do movimento operário à ditadura militar foi contraditório. A derrota da greve do ABC de 1980 e a recessão econômica que se instalou em 1981, fecharam a situação pré-revolucionária aberta em 1978. Isso significou uma vitória momentânea para os planos de transição dos militares; no entanto, ainda assim, não encerrou o ascenso operário que entrou em um biênio de refluxo para voltar a um novo ciclo ascendente em 1983, já com características distintas, numa situação de retrocesso internacional⁴³.

No dia 10 de fevereiro de 1980 funda-se oficialmente o PT no Colégio Sion de São Paulo⁴⁴. A ideia de construir um partido vinha sendo discutida já em meio ao ascenso das greves de 1978-79. Dentre propostas que variaram desde um partido socialista nos moldes da socialdemocracia europeia, ou um partido dos movimentos sociais, aprovou-se a proposta de organizar um Partido dos Trabalhadores pelos debates no âmbito sindical. Em janeiro de 1979 foi apresentada e aprovada a tese elaborada pelos metalúrgicos de Santo André, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo, que se realizou em Lins⁴⁵. Os milhares de delegados deste Congresso representavam uma camada ainda mais ampla de

41Thiago Rodrigues, “A rebelião operária contra a ditadura e as origens do PT”.

42Para mais detalhes do processo de ascenso operário entre os anos de 1978-80, ver Ricardo Antunes (“A rebeldia do trabalho”), e Thiago Rodrigues, “A rebelião operária contra a ditadura e as origens do PT”.

43Em 1981 é derrotado na Polônia o processo de revolução política iniciado nos estaleiros de Gdansk. Nos Estados Unidos, Ronald Reagan consegue quebrar a poderosa greve dos controladores de voo em 1982. Junto com a derrota dos mineiros ingleses, que protagonizaram um ano inteiro de greve contra Margareth Thatcher em 1983, esse resultado combinado da luta de classes abria o caminho para a restauração capitalista nos ex-estados operários como a URSS, em 1989, e à década neoliberal.

44No próximo tópico destacaremos uma análise sobre os documentos pré-PT, os documentos referentes à fundação do partido em 1980, e seus posteriores Encontros Nacionais.

45Ver arquivo “IX Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo é realizado em Lins”, 1979.

metalúrgicos, e deixava claro que o partido que construía baseava sua legitimidade no processo de greves e no perfil classista contra os patrões.

Lelia Abramo⁴⁶ conta que

Dois anos antes [a partir de 1978] parte das oposições estava se articulando para a criação de um novo partido de caráter socialista; essa iniciativa, entretanto, não teve êxito. No decorrer das memoráveis greves de 1978-80, todos os que participavam do movimento começaram a perceber a necessidade de sair das lutas puramente reivindicatórias e estendê-las para o campo político. Para isso, a estrutura sindical era insuficiente; tornava-se evidente a necessidade da criação de um partido de trabalhadores. Essa ideia alastrou-se como um rastilho de pólvora. O Partido dos Trabalhadores ia nascer exatamente de todas as bases populares de oposição que vinham lutando contra a opressão naquele momento, especialmente os metalúrgicos do ABC (ABRAMO, 2006, p. 370).

Esse Partido dos Trabalhadores, como afirma Lelia Abramo, nasceria especialmente das lutas dos metalúrgicos do ABC, mas justamente no momento em que estavam sendo derrotados. As greves operárias, levadas ao desgaste pela condução burocrática de líderes do sindicalismo “autêntico” como Lula, sofreram um retrocesso como centro de referência da luta contra a ditadura. A oposição metalúrgica de SP não foi alternativa à condução burocrática dos “autênticos”, na medida em que não batalhou pela direção dos sindicatos com uma estratégia para derrubar a ditadura militar pela via da mobilização política dos trabalhadores.

Surgido em meio à derrota, o PT não estaria isento das pressões que adviriam da nova situação entre as classes sociais depois do ascenso, uma vez que as melhores tendências do movimento operário haviam sido sufocadas pela direção sindical reformista dos metalúrgicos.

3.2 Documento de fundação: 1979-1980

Nos documentos de fundação do PT, o temário do Estado surge de forma passageira, como parte da argumentação contextual cujo objetivo é explicar as razões da constituição do PT, após a poderosa onda de greves dos trabalhadores em 1978-80. Um dos lemas era a necessidade de um partido sem patrões nem generais. Um emblema que sintetizava a necessidade de superar a política de conciliação de classes do velho PCB e o ciclo getulista, que levou ao atrelamento dos sindicatos ao estado.

Pulverizadas em pequena quantidade pelos documentos fundacionais, as menções ao Estado tem como enfoque privilegiado a defesa da independência dos sindicatos frente ao

46ABRAMO, Zilah; MAUÉS, Flamarion. *“Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já”*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

aparelho estatal, aparelho cuja destruição, entretanto, carece de atenção. É notório como as principais definições sobre como deverá ser o destino político brasileiro estão vinculados aos debates sobre o *regime político*, não sobre o *Estado*.

Ambos os conceitos estão relacionados, mas não são idênticos: um Estado, como instrumento de dominação de uma classe sobre outra, pode apresentar distintas formas políticas (regimes), que embora sejam veículos de transmissão do poder de uma só e mesma classe, não utilizam os mesmos métodos e não apresentam a mesma relação entre as diversas classes sociais. Assim, fica claro que a substituição do regime militar por um regime democrático burguês – embora sejam formas políticas claramente distintas em suas particularidades – não alteram o caráter social do Estado (isto é, a que classe social pertence e, portanto, a que interesses econômicos específicos responde).

À luz desta diferenciação, e observando os anais do “PT das origens”, tem marcada ênfase a ideia de que a luta por derrubar o desgastado regime militar, se coroada pelo êxito, levaria por si só à “alternativa de poder econômico e político”, divorciado das tarefas que deveriam encarar os trabalhadores diante do Estado burguês – que nesse momento, frente à debilidade da ditadura, também embaralhava alternativas para que não fosse derrubada pelas greves em curso.

Se a substituição do regime militar pelo regime democrático burguês fosse suficiente para estabelecer uma “alternativa de poder econômico e político”, qual a necessidade de precaver-se do risco assinalado por Marx, de “*não limitar-se a se apossar da máquina de Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins*”? A leitura dos documentos do período de 1979-80 (antes mesmo de adentrar nos Encontros Nacionais do PT, a partir de 1981) já indicam que não havia a preocupação programática em determinar a necessidade da destruição da máquina estatal da burguesia brasileira, fruto da conquista do poder por meio de uma revolução dos trabalhadores, como condição de sua substituição por um Estado de novo tipo, da classe trabalhadora. Voltaremos a esse tema adiante.

Em documento programático, lançado a 1º de junho de 1980, no momento de fundação do PT⁴⁷, diz-se que

47No “Programa” de lançamento do PT, diz-se que “Após vários anos de resistência democrática, o fato mais novo vivido pela sociedade brasileira é a grande luta das massas trabalhadoras, em anos recentes, pela conquista de melhores condições de vida para amplos setores da população brasileira das cidades e dos campos. A prática dessas lutas – que a Ditadura não conseguiu impedir – criou as condições para os primeiros passos na ruptura de alguns dos principais mecanismos repressivos em que se apoiou o regime de 1964: arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Foi com o desenvolvimento dessas lutas que surgiu o PT, pois tendo de enfrentar o peso brutal da concentração de poder do Estado, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, tornou-se claro para os trabalhadores que só a sua luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro. Provocando uma série de

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT, a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquele que não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do País com o seu trabalho. *A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político*, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do País. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados [grifo nosso]. (PROGRAMA)

Em seguida, argumenta que

Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base [...] Somente a participação política unificada e seu *direcionamento contra o atual regime* permitirão transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma força verdadeiramente expressiva em nossa sociedade [...] Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na *resistência e no combate à consolidação do atual regime*. Agora, com seu partido, *avançam para superar este regime*. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira [grifo nosso]. (PROGRAMA)

O realce do enfoque, que incide na luta contra o regime político militar, divorciada do problema estatal, não exclui uma posição sobre a questão do poder. Na “Tese de Santo André-Lins”, aprovada em 24 de janeiro de 1979 no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo⁴⁸, reconhece-se que, enquanto o capitalismo mantiver-se como sistema econômico dominante, “terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração”⁴⁹. Nestas

confrontos com os legítimos instrumentos de luta dos trabalhadores, como no caso das intervenções sindicais, a ação repressiva do Estado provocou o impasse e levou grandes massas de trabalhadores a perceberem a necessidade de intervir organizadamente na sociedade, em condições próprias e com um projeto político próprio. A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros como os que lutam pelos direitos das populações indígenas”.

48“Tese de Santo André-Lins”.

49Idem.

condições, enquanto os patrões estiverem à frente dos governos, “estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político”.

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, com o peso de sua importância, se faz sentir [...] Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a *necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político* [grifo nosso]. (TESE DE SANTO ANDRÉ-LINS)

Na “Carta de Princípios” do PT⁵⁰, lançada a 10 de maio de 1979 – quatro meses depois da “Tese de Santo André-Lins” – as razões que justificam a fundação de um partido que organize os trabalhadores estão vinculadas à questão do poder

O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista. O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas [...] Afirma, outrossim, que buscará *apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores*, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta [grifo nosso]. (CARTA DE PRINCÍPIOS)

É possível constatar, na leitura destes distintos documentos, que a referência explícita à questão da “conquista do poder” vai empalidecendo com os meses, desde a “Carta de Princípios” de maio de 1979 até o “Programa e Plano de Ação” do PT, de junho de 1980 (em outras palavras, desde os documentos “pré-PT” até os documentos fundacionais). No ato que aclama o “Manifesto de Lançamento” do PT, a 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion/SP⁵¹, já não se declara explicitamente este objetivo; entretanto, menciona-se a intenção de um “Estado dirigido pelas massas trabalhadoras”.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o

50“Carta de Princípios”, 10 de maio de 1979, disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadeprincipios_0.pdf.

51“Manifesto de Lançamento” do PT, 10 de fevereiro de 1980, disponível em: http://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf.

Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. (MANIFESTO DE LANÇAMENTO)

Entretanto, em seguida, o mesmo documento interpreta essa ideia da seguinte forma: “Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social”⁵².

Isso nos leva a um ponto nevrálgico. Não obstante a importante menção à conquista do poder político, não é secundário o fato de que, de hábito, essa afirmação esteja solenemente separada de um esclarecimento teórico-político sobre as funções do Estado, sua concepção de classe e as tarefas da classe trabalhadora diante dessa “máquina despótica”. Não seria um acidente conceitual a identificação da ideia de um “Estado dirigido pelas massas trabalhadoras” com a noção da chegada do PT ao governo.

Inexistente a ideia da “quebra da máquina burocrática” do Estado, ato seguido era separar a noção da “conquista do poder” – por mais vaga que fosse essa noção desde a Tese de Santo André-Lins – da revolução violenta contra o poder concentrado dos exploradores⁵³. Vemos aqui o gérmen conceitual da identificação entre “conquista do poder pelos trabalhadores” com a chegada pacífica ao governo pelo PT, o que de fato significava a negação *tout court* da conquista do poder pela classe trabalhadora.

Se de janeiro a maio de 1979, os documentos que estabeleceriam os alicerces da fundação do PT no ano seguinte frisavam a necessidade do partido “para a conquista do poder político” (sem especificar exatamente o que isso significava), a partir da fundação do PT em 1980 a relação estabelecida entre “partido-objetivos” começa a se modificar: o eixo é transferido à luta “por uma nova democracia”, em pleno governo Figueiredo.

52Idem.

53Em sua batalha teórica contra Karl Kautsky, expoente ideológico da Socialdemocracia alemã, sobre a concepção do Estado no marxismo, Lênin apresenta um argumento muito útil para nosso projeto. Separando a sofisticação de Kautsky da revisão aberta do programa marxista encabeçada por Eduard Bernstein – que concebia o Estado como “órgão de conciliação de classes” – Lênin entretanto afirma “*Em Kautsky, a deformação do marxismo é muito mais sutil. ‘Teoricamente’, não nega que o Estado seja o órgão de dominação de uma classe, nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis; mas, omite ou obscurece o seguinte: se o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, ‘afastando-se cada vez mais da sociedade’, é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, ‘se afasta’ da sociedade. Esta conclusão teoricamente clara por si mesma, tirou-a Marx, com inteira precisão, como adiante veremos, da análise histórica concreta dos problemas da revolução. E foi precisamente essa conclusão que Kautsky ‘esqueceu’ e desvirtuou, como demonstraremos detalhadamente no decurso da nossa exposição*”. (LÊNIN, 2013, p. 129).

3.3 I e II Encontros Nacionais do PT: qual socialismo, que tipo de conquista do poder?

“Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações, que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social- democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo?”

Estas indagações pertencem ao discurso inaugural de Lula no I Encontro Nacional do PT, realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto de 1981⁵⁴. Ironicamente, o mesmo Lula que anos depois se orgulharia em dizer que, em seu governo, empreiteiras e banqueiros lucraram como nunca⁵⁵, no início da década de 80 clamava que o PT surgia não apenas para melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista, mas para alterar as relações entre trabalho e capital⁵⁶. O discurso tem dois eixos centrais: 1) aclamar o PT como um projeto partidário viável, tendo conquistado peso de massas, com 300 mil filiados em todo o país e 627 comissões municipais como preparação para as eleições de 1982; 2) discutindo contra aqueles que acusavam os fundadores do PT de “abandonar o sindicalismo para fazer política”, o discurso de Lula enfatizava o fato de que os sindicatos, controlados pelo governo, não eram suficientes para modificar a sociedade. Dessa maneira, concluía que o PT era a “ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país”⁵⁷.

Mas, com qual objetivo? Neste discurso de agosto de 1981, Lula disserta, ainda que brevemente, sobre o rumo para o “socialismo democrático” no Brasil.

Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os

54I Encontro Nacional do PT, “Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva”, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-discursodelulalconvcao.pdf>.

55 Folha de S. Paulo, “Lula defende lucro de bancos e se diz vítima de preconceito”, matéria de 2006.

56 Como a história preencheu de ironias o discurso inaugural, não custa lembrar que, também aqui Lula menciona que “Queremos deixar bem clara uma coisa: no dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores”.

57 Idem.

nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, que devemos aqui declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira [...] *O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT* [grifo nosso]. (DISCURSO DE LULA, 1981)

Assim, ante a pergunta “*qual socialismo?*”, Lula se refugia na segurança da vagueza, sem dar nenhuma outra resposta senão o que poderíamos considerar como a tradução brasileira da velha fórmula de Eduard Bernstein, “o movimento é tudo, o objetivo final nada”⁵⁸. A sentença com que termina o discurso, “Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém”, deixa entrever a vacuidade de conteúdo própria de quem se apropria do termo “socialismo” para melhor adormecê-lo, separando o objetivo da estratégia, assim como advertira contra a “limitação ao econômico” como meio adequado para conter uma política de independência de classe dos trabalhadores.

Em 1982, no II Encontro Nacional do PT, realizado no *Instituto Sedes Sapientiae* de São Paulo, a 27 e 28 de março, a mesma tese vaga sobre o “socialismo democrático” é desenvolvida na “Plataforma Eleitoral Nacional”⁵⁹.

Seguindo a dinâmica dos documentos de fundação, discutidos anteriormente, a questão da natureza do Estado e suas funções brilha pela ausência nos debates dos primeiros Encontros. A própria questão da conquista do poder, que apareceu em algumas ocasiões – especialmente nos documentos “pré-PT” de 1979 – desaparece para dar lugar, sutilmente, à conquista eleitoral de cargos executivos.

Na mesma “Plataforma Eleitoral Nacional”, que afirma que “os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário”, a conclusão que se afigura, às vésperas das eleições para governador de 1982, é

O PT veio para mudar o Brasil. Começamos já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, esse postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras. *À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação*

⁵⁸Sobre a famosa frase de Bernstein, ideólogo da socialdemocracia alemã, segundo a qual “para mim o objetivo final do socialismo não significa nada, o movimento é tudo”, ver debate de Donny Gluckstein, disponível em: <https://socialismosemfronteiras.wordpress.com/2014/06/09/reforma-e-revolucao-em-rosa-luxemburgo-donny-gluckstein/>.

⁵⁹“As relações de amizade que o Brasil deve ter com os povos que lutam pela democracia e pelo socialismo não significam, entretanto, que possamos importar de qualquer um desses países uma fórmula pronta de socialismo. Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia-a-dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos”. Plataforma Eleitoral Nacional, março de 1982, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-plataformaeleitoral.pdf>.

popular organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso, recorrerá a plebiscitos, assembleias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontre [grifo nosso]. (PLATAFORMA ELEITORAL NACIONAL)

Assim, o objetivo é criar “condições para a participação popular” com a conquista de postos eleitorais no interior do velho aparato de Estado. Estamos nos referindo ao ano de 1982, ainda durante o período de agonia da ditadura militar. Nada é discutido sobre a utilização dos eventuais cargos conquistados para mobilizar das massas e preparar as condições para a derrubada da ditadura por meio da luta dos trabalhadores, que haviam protagonizado um enorme ascenso operário em 1979-80.

A queda do regime militar é discutida pelo PT nos marcos do processo eleitoral. A forma em que o PT propõe outorgar “poder de decisão” à participação popular é através de plebiscitos, assembleias populares e conselhos de moradores. A ideia de construir uma “alternativa de poder econômico e político”, de 1979, se converte numa bela imagem, que morde a própria cauda.

3.4 III Encontro Nacional do PT: conquista eleitoral e tomada do poder

A grande contradição do período final da ditadura militar, de 1982 a 1985, é que os militares perdiam força ao mesmo tempo em que o levante operário que culminou em 1980 era derrotado. Depois da derrota da primeira onda do ascenso operário em 1978-1980, os dois anos seguintes seriam de retrocesso e de ofensiva burguesa no marco da recessão. A recessão, o aumento do desemprego, a demissão dos ativistas operários e a ação dos grupos paramilitares de extrema direita, visando especialmente os jornais de esquerda, adquiriram influência considerável⁶⁰. A crise da dívida em 1982 levou o Brasil à iminência de um racionamento de combustíveis. Com o petróleo atingindo preço recorde no mercado internacional, o país chegou a considerar interromper sua importação, depois de problemas com o Iraque e a Arábia Saudita, principais fornecedores internacionais⁶¹.

Em função destes problemas, no Brasil, entre 1981 e 1983, a economia retrocedeu em 10% e a inflação passou de 77% em 1979 para 178% em 1983⁶². Com a recessão, estava na mesa a ameaça sempre presente de uma retomada do ascenso operário, ao que se somava o

⁶⁰Thiago Rodrigues, “A campanha das ‘Diretas Já’ como mecanismo da transição conservadora”, *Revisa Ideias de Esquerda*, disponível em: <http://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=204>.

⁶¹“Crise da dívida externa de 1982 provocou escassez de petróleo”, *O Globo*, 02/09/2012, disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crise-da-divida-externa-de-1982-provocou-escassez-de-petroleo-5980432>.

problema dos pobres urbanos, fruto do êxodo rural, que colocavam o tema da falta de terra e moradia novamente à baila. A partir de 1982, se dão grandes lutas de operários agrícolas (chamados “boias-frias”) em Pernambuco, Alagoas, São Paulo e outros estados e organização de movimentos de desempregados.

As eleições executivas de 1982 (para governadores, deputados estaduais, vereadores e prefeito – excluídas as capitais e cidades consideradas de segurança nacional) foram uma imagem distorcida do rechaço popular à ditadura agravado pela recessão. O PMDB conseguiu eleger governadores e senadores em nove Estados e conquistou 200 cadeiras na Câmara dos Deputados naquele ano⁶³. O PT teve boa votação em São Paulo, mas à exceção do estado não havia logrado resultados que fizessem jus às expectativas do Diretório Nacional⁶⁴.

A ala majoritária do PMDB (os “moderados”) trabalhava junto com o governo militar⁶⁵ para impedir que a agonia econômica desse ensejo à radicalização das lutas operárias e populares. De 1983 ao início de 1984, os distúrbios econômicos começavam a colocar em risco a preservação pacífica da ordem social. Se a revolta dos pobres urbanos se unificasse com o movimento operário organizado em São Paulo e no ABC paulista, havia a possibilidade de um ascenso mais forte que o de 1978-80 derrubasse a ditadura por via revolucionária.

É nesse contexto que se dá, no ano seguinte, o III Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado no Pampas Palace Hotel de São Bernardo do Campo, entre os dias 6 e 8 de abril de 1984.

No principal documento do III Encontro, **“Teses para a atuação política do PT”**⁶⁶, parte-se do balanço do baixo aproveitamento eleitoral do partido nas eleições de 1982 para constatar que o PT possuía dificuldades em traduzir o objetivo de “organizar politicamente os trabalhadores em propostas concretas, isto é, num projeto alternativo para a sociedade”. A situação política então, segundo o documento, exigia do PT “uma resposta partidária que se

62IPEA, “Anos 1980, década perdida ou ganha?”, 15/06/2012, disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23.

63KINZO, Maria D’Alva. “A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição”, Dezembro de 2001, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400002&script=sci_arttext&tlng=es.

64Veremos adiante no próprio balanço presente nas “Teses para a atuação do PT”, aprovadas no III Encontro Nacional de 1984.

65Ver KINZO, Maria D’Alva.

66“Teses para a atuação política do PT”, abril de 1984, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-tesesparaatuacaodopt.pdf>.

materialize, imediatamente, num programa de ação e numa direção política capaz de contribuir para a organização e para a luta dos trabalhadores”.

Este programa de ação, mirando o objetivo de instalar o PT como “partido nacional de massas”, guiava-se pela separação dos trabalhos dos núcleos de base – que deveriam estar dedicados “às lutas do bairro, do local de trabalho, da categoria profissional” – do trabalho dos parlamentares petistas, devotados à elaboração e aplicação da política nacional do partido. O controle da política partidária pelos parlamentares e dirigentes sindicais, política sobre a qual os membros de base não tinham qualquer mecanismo de influência, tornou-se uma marca do PT. É ilustrativo observar a maneira com que o documento retrata as linhas gerais do nascente parlamentarismo petista:

O Parlamento (nas suas diversas casas legislativas) deve ser utilizado pelo PT como espaço político para combater projetos e medidas antipopulares, originados do Executivo, do próprio Parlamento ou de grupos de pressão do poder econômico e político dominante; para *fiscalizar o uso de recursos públicos e o andamento da administração pública*; para denunciar todas as medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora; para apresentar e fazer aprovar medidas legislativas em benefício dos trabalhadores; para divulgar as propostas, as diretrizes, o programa e as idéias do PT. Nessa linha, o PT deve, ao mesmo tempo, esclarecer os trabalhadores sobre as limitações do Parlamento, *bem como lutar continuamente para que o Parlamento recupere suas prerrogativas políticas e sua independência diante do Executivo* [grifo nosso] (TESES).

No plano da atividade parlamentar, a atuação do PT se confinava, segundo o próprio documento, a inspecionar o poder burguês e o “andamento da administração pública”, reservando-se o lugar de oposição no Parlamento. A questão não se resume à denúncia das medidas contrárias à classe trabalhadora. Esse mecanismo estatal “democrático” reservava ao PT a posição de ala esquerda do regime político da transição pactuada, e não poderia incluir naturalmente um preceito básico da atuação parlamentar para o marxismo: a utilização da tribuna para fortalecer a luta de classes extraparlamentar, verdadeiro “centro de gravidade” de um partido que busca conquistar o poder dos trabalhadores e quebrar a maquinaria do Estado capitalista.

Ao contrário de ressaltar as limitações do Parlamento, enaltecia sua predominância sobre toda a atividade partidária. Em meio à agonia da ditadura militar no período 1982-84, a ideia de “recuperar as prerrogativas políticas” do Parlamento, no interior do Estado capitalista, admitia apenas uma opção: a conversão crescente do PT em sombra política da burguesia, privando de direção independente os trabalhadores descontentes com o governo militar.

O principal efeito desta noção se expressa na compreensão adotada, já aqui claramente, do significado da “conquista do poder” pelo PT através da escola do parlamentarismo:

Na atual conjuntura, o PT luta pelo fim do Regime Militar no Brasil. Por isso quer *eleições livres e diretas e luta pela chegada dos trabalhadores aos governos municipais, estaduais e nacional*. [...] O PT não seria um partido político se não almejasse o poder. Também não seria um partido político se limitasse suas atividades apenas ao plano da denúncia, da crítica e da reivindicação, recusando-se a pensar na sua possibilidade de ser governo e, ainda mais, em conquistar o poder. Chegar ao poder significará, para os trabalhadores, ter acesso a condições e meios para ajudar as transformações econômicas, sociais e políticas desejadas pelos trabalhadores e pela maioria da população. *Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói*. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados – como, por exemplo, a criação de conselhos populares – e desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular. [...] Essa participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. A nossa luta é pela construção do socialismo [grifos nossos]. (TESES)

A identificação entre a conquista eleitoral de cargos executivos, por parte do PT, e a noção de conquista do poder pelos trabalhadores é marcante nas Teses de 1984. O termo “socialismo” é compreendido como tendência progressiva à auto-integração ao regime. A participação popular é associada à incorporação das massas no interior do aparelho de Estado através da criação de “conselhos populares” que teriam como tarefa primordial sustentar a fiscalização do velho poder. É dessa forma precária de participação, sem qualquer peso relevante sobre os verdadeiros fatores de poder, que deveria surgir uma sociedade “sem explorados nem exploradores”.

Seria difícil negar que, para o PT, o objetivo de alcançar o socialismo; transformar economicamente a sociedade; alterar a relação de forças entre trabalho e capital; eliminar a divisão entre exploradores e explorados; em uma palavra, tomar o poder, estivessem reduzidos à simples ocupação das instituições estatais pelos seus parlamentares. Um programa dessa natureza, que deixa intacta a velha parafernália estatal dos capitalistas, seus funcionários, sua burocracia e suas forças repressivas – com a diferença de ser “fiscalizada” e conduzida pelo PT – revelava a vocação pela conciliação de classes e a concepção intrinsecamente socialdemocrata do poder, que se fortalecia a passos largos após meros quatro anos de existência partidária.

A julgar pela análise dos documentos, não parece precipitado concluir que, ainda sem estar literalmente expressa, a concepção do socialismo como *integração pacífica, pela via*

parlamentar, aos mecanismos do Estado foi estabelecida programaticamente já no III Encontro de 1984. No plano teórico, a ausência de um *sentido dos fins* pelo debate profundo acerca da natureza do Estado levava à solidificação de uma concepção socialdemocrata deste: o Estado como órgão de conciliação de classes, capaz de ser democratizado (e não destruído) pela participação e pressão popular.

O programa de governo do PT tem de estar ligado ao programa e às plataformas e resoluções do Partido. Em consequência, um governo conquistado pelo PT deve estar a serviço da ampla organização e mobilização dos trabalhadores, sob o lema Trabalho, Terra e Liberdade, reforçando sua caminhada rumo à construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores. (TESES).

3.5 Queda da ditadura em 1985 e IV Encontro Nacional

Vimos até aqui a evolução (ou involução?) dos debates acerca do poder e do Estado nos primeiros anos de existência do PT, entre 1979 e 1984, ou seja, do primeiro até o último Encontro Nacional antes da queda do regime militar em 1985.

Como veremos, o PT irá manifestar sua orientação fundamentalmente conciliadora em todos os momentos políticos fundamentais da transição: na campanha das Diretas, na Assembleia Constituinte tutelada por Sarney e pelos militares, e nas eleições de 1989. Sem deixar de dirigir as greves econômicas dos trabalhadores, e por essa via aumentar sua influência, a operação fundamental do PT será sempre a de separar a esfera econômica da política, deixando esta última invariavelmente sob a égide da hegemonia da burguesia.

A saída do regime militar se daria de maneira *eleitoral*, tutelada pelos próprios militares, sem que a classe trabalhadora pudesse imprimir sua marca na derrota do governo Figueiredo, fruto do papel que cumpriu sua direção. Esse fator será crucial na determinação do curso pactuado da transição, atuando como *desvio* do processo de luta de massas anterior, a fim de integrá-lo ao regime nascente.

Para responder à situação da iminente saída do governo militar, dentro do PMDB começam a se desenhar duas políticas de transição conservadora que teriam como símbolo Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. A aposta de Tancredo seriam as eleições indiretas do Colégio Eleitoral em 1985. Ulysses Guimarães, por sua vez, busca uma relação de forças favorável a uma negociação com o regime em torno das eleições diretas nesse mesmo Colégio Eleitoral (tese que o próprio Figueiredo admitia discutir). Apesar de políticas distintas, determinadas pelas suas possibilidades de chegar à presidência, ambos compartilhavam objetivos estratégicos e atuavam em uníssono e dividindo tarefas no interior do PMDB.

Como analisaram Dante de Oliveira e Domingos Leonelli⁶⁷: “A presidência era um sonho de ambos. Mas a ambição dos dois não era inconciliável, pois as diretas que favoreciam Ulysses poderiam vir do governo de transição comandado por Tancredo.” (OLIVEIRA E LEONELLI, 2004, 299). De fato, em 16 de abril de 1984, no último comício pró-Diretas, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, junto a Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro, carregavam a mesma faixa pedindo “Diretas Já”.

Viabilizar a candidatura de Tancredo Neves não era uma tarefa simples, uma vez que, para seu êxito, era necessário conseguir o apoio do outro lado, ou seja, de parlamentares do partido do governo. A oportunidade surgiu quando alguns políticos do PDS recusaram-se a apoiar o candidato do governo nomeado na convenção do partido (KINZO, 2001). Negociações entre o PMDB e dissidentes do partido do governo (que depois criariam o PFL) levaram à formação da Aliança Democrática, cujo objetivo era juntar forças para derrotar o candidato do governo. Em troca do apoio dos dissidentes à candidatura Tancredo Neves, José Sarney foi escolhido para ser candidato a vice-presidente na chapa da oposição.

Assim, apesar da mística da campanha das Diretas, que vai canalizar a revolta contra a ditadura no primeiro semestre de 1984, Diretas e Indiretas foram duas variantes políticas do mesmo plano burguês de transição conservadora. Compartilhavam o interesse de ver terminadas as ameaças da queda do regime pela ação das massas. Através das Diretas, controlada pelo Colégio Eleitoral, a transição da abatida ditadura tinha garantida a influência dos militares, que estaria sublinhada na própria Constituinte de 1988, e passava por fora do movimento operário.

No dia 25 de abril de 1984, o Congresso Nacional deu início à votação da PEC Dante de Oliveira. Nesse dia, 112 parlamentares, muitos aliados ao regime militar, não compareceram ao plenário. Apesar de ter obtido 298 votos a favor, 65 votos contra e 3 abstenções, a proposta não obteve êxito por falta de 22 votos para a sua aprovação⁶⁸.

O PT considerava o Colégio Eleitoral “espúrio e ilegítimo”, e nas Teses de 1984 conclamava todos os partidos de oposição a “boicotarem o Colégio Eleitoral e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas”, depois de rejeitada a Emenda Dante

67OLIVEIRA, Dante; LEONELLI, Domingos. “*Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*”. Rio de Janeiro: Record, 2004.

68Andréa Mazzei, “*Do movimento "Diretas Já" às manifestações de 2013: a crise da democracia representativa no Brasil*”, disponível em: <https://deiamazzei.jusbrasil.com.br/artigos/458934240/do-movimento-diretas-ja-as-manifestacoes-de-2013-a-crise-da-democracia-representativa-no-brasil>.

de Oliveira no Congresso⁶⁹. Entretanto, frisava a importância de levar adiante a campanha pelas Diretas, canalizando a raiva popular contra a ditadura pra fora da luta de classes e para o interior do processo eleitoral controlado.

Para nós, portanto, o grande desafio é romper os limites que parte das oposições tenta impor à campanha. Daí que a luta por Diretas, para transpor as bandeiras do campo puramente institucional, deve combinar-se e desdobrar-se num plano que preveja grandes jornadas de lutas de massas contra o Regime, tais como a proposta apresentada pela CUT, para discussão nos Comitês Pró-Diretas, de uma greve geral. (TESES)

A oportunidade do proletariado se colocar novamente no centro da cena política, rompendo os limites do pacto que colocava todas as decisões para dentro do Colégio Eleitoral da ditadura, era a greve geral convocada para o dia da votação. Entretanto, esta jornada de greve, como constava nas Teses, foi cancelada pela própria direção petista, dissolvendo a possibilidade de intervenção independente dos trabalhadores em meio à série de comícios dos governadores por dentro do Colégio Eleitoral.

Nas Teses de 1984, o PT não lançará ainda candidaturas, definindo que participaria apenas em “eleições livres e diretas, realizadas em dois turnos” para assegurar que o “próximo presidente da República fosse eleito pela maioria absoluta do eleitorado”. De maior interesse para nós é situar, nesse debate específico sobre as Diretas, a maneira como o PT encarava “estrategicamente” as eleições, relacionada a sua concepção do socialismo.

Não estamos na luta por eleições diretas para a Presidência da República *por razões meramente táticas*. Queremos eleições livres e diretas em todos os níveis por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo. Não cremos que eleições livres e diretas sejam atributos exclusivos do regime liberal burguês. A luta por eleições livres e diretas significa, para nós, apenas o começo do futuro democrático e socialista que desejamos para o Brasil. [...] Para nós, a luta por eleições diretas é uma *luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo* [grifo nosso]. (TESES)

Como mencionamos anteriormente, sobre as Teses de 1984, a noção sem contornos definidos de “socialismo”, para o PT, está cada vez mais ligado à conquista pacífica, pela via eleitoral, de cargos no velho Estado burguês. Neste caso, acrescida da ideia inusitada de um “exercício de poder popular” pelo controle do governo, símbolo das grandes esperanças depositadas pelo PT na evolução de um processo político também incentivado pelas alas mais conservadoras do regime. A questão se resumia a derrubar o regime militar por meios quaisquer, desde que aceitos pelas partes em pugna.

69“Teses para a atuação política do PT”, abril de 1984, citado acima.

3.6 “Democratizar o processo constituinte”

Em 1986, no IV Encontro Nacional realizado no Hotel Danúbio, entre maio e junho, é aprovado o Documento Eleitoral Básico que estabelece as diretrizes para a disputa dos cargos de deputados estaduais e federais, senadores, governadores e vice-governadores pelo PT⁷⁰. Com a morte de Tancredo Neves, eleito indiretamente em 1985, Sarney assume a presidência, enfrentando desde a origem o descontentamento popular.

A ideia da “fiscalização e pressão” sobre os governos burgueses, contida nas teses sobre o parlamentarismo de 1984, se expande para a obtenção de bancadas em todos os Estados do país.

O Congresso Constituinte, que se elegerá em 1986, está longe de ter o caráter democrático e soberano que poderia ter uma Assembleia Nacional Constituinte, convocada e eleita conforme o projeto apresentado pelo PT (Projeto Djalma Bom): precedida de revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN) e das demais leis repressivas, assembleia proporcional ao número de eleitores do País, unicameral, específica e exclusiva, funcionando antes do término do mandato do atual Congresso, e precedida por assembleias consultivas municipais, encarregadas de recolher reivindicações e sugestões populares para a futura Constituição. Contudo, o PT participará da eleição do futuro Congresso Constituinte, não obstante todas as restrições e limitações que assinalam o processo da sua convocação, restrições essas impostas, inclusive, pela própria Constituição atual. (DOCUMENTO ELEITORAL BÁSICO)

Quanto ao caráter da participação do PT na confecção da Constituinte próxima, o Documento estabelece que:

Além de procurar democratizar o processo constituinte, através de eleições democráticas e da mobilização de massas durante o funcionamento do Congresso, o PT também deverá fazer com que, na sua campanha eleitoral, todos os candidatos petistas defendam um conjunto de conquistas, que signifiquem um real avanço democrático na sociedade brasileira. Todos os candidatos petistas devem contribuir para que a futura Constituição incorpore essas conquistas democráticas, alargando, assim, as possibilidades concretas de, agora, oferecer uma alternativa global à transição conservadora e abrindo caminho para transformações estruturais na direção do socialismo. (DOCUMENTO ELEITORAL BÁSICO)

Longe de abrir caminho alternativo à transição conservadora, a atuação global do PT buscava promover ajustes democratizantes no interior da saída pactuada entre a burguesia e o regime militar. A ação de massas da classe trabalhadora é o grande ausente dos extensos documentos de 1986, dedicados a recomendar os critérios da participação no pleito, para “democratizar o processo constituinte”.

70“Documento eleitoral básico”, IV Encontro Nacional do PT, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-documentoeleitoralbasico.pdf>.

No “Plano de ação política e organizativa do PT”⁷¹, extenso documento político aprovado no IV Encontro, as diretrizes do documento eleitoral ganham fundamentos programáticos. Com seu “centro de gravidade” situação nas eleições parlamentares, o PT resume sua atuação na perseguição da “consolidação e ampliação da democracia”, sempre rumo a um incerto futuro socialista.

O PT propõe eleições específicas para a Constituinte, não aceitando que os senadores eleitos em 1982 com mandato até 1990 fossem automaticamente constituintes biônicos, como previa o projeto do governo. Tornava-se imprescindível para o PT convencer trabalhadores do campo e da cidade a “intervir na transição”, isto é, apoiar os candidatos petistas no pleito.

A imagem que o PT fornecia sobre a Constituinte não incluía o enorme *mecanismo de desvio da luta de classes* dos trabalhadores que representava. Não se problematiza o fato de que, sem a derrubada da ditadura ter se dado nas ruas pela mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo, tratava-se de uma transição que mantinha acesa a interferência dos militares na modificação do regime. A política petista se resumia a melhorar o processo constituinte e enxertar algumas conquistas na nova forma que ganhava o Estado capitalista.

E as esperanças eram grandes em “golpear” o capitalismo no interior da Constituinte. Direitos importantes como o seguro-desemprego, o direito à habitação, à comunicação social, assim como a limitação da jornada de trabalho, eram identificados com “limites claros ao princípio da propriedade privada”.

Constituinte é um momento importante do processo da transição burguesa, onde entram em disputa os diversos projetos sociais de uma nova sociedade. A burguesia tenta legitimar seu próprio sistema econômico, social e político, reestruturando o poder de Estado em função de seus interesses de classe [...] A luta e a exigência de uma *democratização radical do Estado* e da sociedade, a partir da garantia de direitos fundamentais dos trabalhadores, do princípio do necessário *controle popular sobre as estruturas dos governos* e dos esforços para descentralizar e descondensar o poder do Estado – hoje quase exclusivamente concentrado no Executivo – colocando-o a serviço das necessidades populares e sob o controle da sociedade [grifos nossos].
(PLANO DE AÇÃO)

A linha de intervenção do PT na Constituinte, portanto, deveria assumir um “*perfil de radicalização da democracia*”, segundo o documento. Sendo uma das formas do Estado, tratava-se de radicalizar a democracia *burguesa* que surgia com a saída pactuada dos militares. Este conceito da radicalização da democracia se relaciona com as elaborações de autores como Carlos Nelson Coutinho e a visão eurocomunista da “democracia como valor

⁷¹Plano de ação política e organizativa do PT”, IV Encontro Nacional, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-planodeacaopolitica.pdf>.

universal”, que discutiremos adiante ao tratar do projeto de governo “Democrático Popular”, estabelecido em 1993.

Por ora, vale a pena deter-se uma vez mais na relação que fazia o PT entre a Constituinte, a radicalização da democracia e o socialismo. Em seu documento, fica registrado que:

Deve ficar claro, também, o sentido da nossa intervenção na Constituinte quanto à questão do socialismo. Não corresponde à avaliação majoritária dos petistas a visão de que estamos às vésperas da ruptura com o capitalismo ou à implantação do socialismo. Sabemos todos que, na atual correlação de forças, essa questão coloca-se de forma potencial e não de modo imediato. No entanto, é preciso considerar com clareza a relação entre a luta que travamos antes, durante e depois da Constituição, com a questão do socialismo. Trata-se, em primeiro lugar, de avançar em direção a conquistas sociais, econômicas e democráticas que – se é verdade que não são ainda o socialismo – apontam na sua direção, preparam o caminho e, mesmo, são fundamentais para o acúmulo das forças que é necessário obter para a sua construção. (PLANO DE AÇÃO)

Os eventuais êxitos do PT em “radicalizar” a Constituinte – ou seja, conquistar postos parlamentares – significariam a *“ruptura de uma tradição na qual as massas populares sempre estiveram à margem das decisões estratégicas, que eram tomadas pelas classes dominantes”*. Não se sabe explicar como esta “ruptura” se daria paralelamente à manutenção da propriedade privada dos meios de produção e o aparelho que permitia a organização da burguesia enquanto classe dominante.

José Genoio, membro do PT, escrevia nesse momento que o partido “não havia se dobrado às chantagens do governo”⁷², trabalhando na oposição para obstaculizar os planos da Aliança Democrática. Apesar do tom folclórico, este “controle popular sobre a estrutura dos governos” não tinha nenhuma relação com a preparação de uma força material independente dos objetivos do regime, que mirasse a destruição do Estado capitalista: deveria surgir como produto do pacto de colaboração de classes da Constituinte, e dentro dela, do fortalecimento do Poder Legislativo frente ao Executivo⁷³.

Neste plano de raciocínio, a capacidade do Estado burguês de assimilar alguns interesses econômico-sociais dependia das posições que o PT obtivesse nele. Assim, a radicalização da democracia “abria caminho” ao socialismo: as melhorias sociais através da Constituinte deveriam apontar para a nova sociedade. O “Plano de ação” de 1986 estabelece que:

72“A Constituinte que não queremos”, *Boletim Nacional* nº 15, São Paulo, dez. 1985, p. 3.

[...] embora o momento da transformação socialista ainda não esteja colocado, o PT não deve furtar-se de explicitar suas propostas a respeito dela, aproveitando-se mesmo do debate imprimido pela burguesia. Nesse sentido, o partido terá que definir melhor o socialismo que tem em vista nas condições concretas da sociedade capitalista brasileira. Aprofundando o conhecimento das condições econômicas e sociais, os militantes do partido poderão definir melhor as transformações socialistas que os trabalhadores introduzirão na sociedade ao assumirem o poder político. (PLANO DE AÇÃO)

A Constituinte ganhava, assim, o estatuto de *ponte* para o socialismo, nas elaborações do PT; importava pouco explicar o que se entendia por “socialismo”. A partir daqui, as menções sempre vagas e indefinidas acerca da nova sociedade conduzem à possibilidade de conquistar o socialismo nos marcos da democracia capitalista. Sem convulsões, sem rupturas dramáticas, sem revoluções. Não era uma ideia original, mas a transição pacífica do capitalismo ao socialismo foi-se integrando definitivamente nas elaborações programáticas do PT.

3.7 Um país prenhe de greves: 1986-1987

É preciso lembrar que, em meio aos debates da Constituinte, o Brasil estava preenchido de greves. A ausência da menção a estes processos de luta dos trabalhadores nos principais documentos dos Encontros Nacionais expressava a separação cabal entre o econômico e o político.

Praticamente em seguida às eleições de 1986, em dezembro daquele ano, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, criada pelo PT em 1981 – e a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) convocam uma greve geral contra o Plano Cruzado⁷⁴ e o pagamento da dívida externa, durante o governo Sarney. Entre as categorias participantes estiveram os bancários, rodoviários, metalúrgicos, metroviários, portuários, professores e marceneiros. De acordo

⁷³Marco Aurélio Garcia, que durante os trabalhos constituintes ocupou o cargo de coordenador da Comissão Constitucional do Diretório Nacional do PT, assinala em 1987 que “Um dos primeiros temas polêmicos foi a questão do regime de governo, opondo-se posições que defendiam as formas presidencial ou parlamentar. A proposta de Comparato se situava, apesar de sua feição presidencialista, fora dessa oposição, na medida em que sua sugestão de criação de uma Superintendência Nacional de Planejamento introduzia, no sistema político brasileiro, uma espécie de ‘quarto poder’. A reunião não aceitou essa última alternativa, ainda que tenha considerado fundamental incorporar na nova Constituição grande parte das sugestões relacionadas com o planejamento e com o caráter imperativo que deve ter o Plano a ser enviado pelo presidente ao legislativo, após sua aprovação. O DN não acatou igualmente as teses parlamentaristas, optando pela forma presidencial de governo, enfatizando, porém, o fortalecimento do papel do Poder Legislativo”. Fonte: *Boletim Nacional* n. 27, São Paulo, maio 1987, p. 8.

⁷⁴O Plano Cruzado foi um conjunto de medidas econômicas estabelecidas pelo governo Sarney cuja principal marca foi o congelamento dos preços de alimentos, combustíveis, produtos de limpeza e outros serviços. O resultado do plano foi o disparo da inflação e o aumento dos preços dos bens duráveis e perecíveis, levando à economia praticamente ao colapso.

com o CPDOC/FGV da Fundação Getúlio Vargas, o processo paralisou 15 milhões de trabalhadores, algo até então inédito. Foram utilizados o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, e os policiais para conter os grevistas, que lutavam ainda por salários, pelo "real congelamento dos preços" e pediam o não pagamento da dívida externa⁷⁵. Organizações patronais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), à época presidida por Mário Amato, e o próprio governo sugeriram corte de ponto e a prisão de grevistas.

Em 1987, o governo foi obrigado a frear o arrocho. Mas a deterioração das contas públicas, o aumento da dívida interna e o desaquecimento econômico aprofundarão a raiva dos trabalhadores e colocarão a possibilidade da derrubada do governo Sarney pelas greves operárias. Em janeiro, o governo chega à moratória técnica, enquanto os capitalistas pressionavam para a liberação dos preços congelados desde o Plano Cruzado. No primeiro semestre de 1987 acontece o maior volume de greves já realizadas, até então, na história recente do país. O funcionalismo público, segundo dados da própria CUT⁷⁶, chegou a índices de 75% de paralisação, em junho.

Estas greves, separadas por categorias, poderiam ter sido unificadas e coordenar as demandas econômicas elementares com um programa político que desafiasse os primeiros passos da transição pactuada, com um presidente oriundo das catacumbas da ditadura. O PT se afastou da responsabilidade de dar qualquer direção a este conjunto de greves. A CUT manteve a linha prescrita pelo PT, a separação taxativa entre o econômico e o político, a despeito do fato de que para os trabalhadores, não caminhavam por trilhos paralelos a luta contra o Plano Cruzado e o congelamento dos salários estava ligada com a batalha contra o governo Sarney.

Sarney decreta, em junho de 1987, um novo plano econômico, o Plano Bresser⁷⁷, cujo principal efeito é o confisco de 37,7% nos salários, consolidando, assim, medidas recessivas para voltar a pagar os compromissos da dívida externa suspensos pela moratória do início do ano. O descontentamento operário e popular só faz aumentar o número de paralisações e greves setoriais. Diante da pressão das bases, que exigiam uma demonstração de força nacional contra os ataques de Sarney, não houve remédio para a Executiva Nacional da CUT:

75O Globo, "Desde o fim da ditadura militar 6 greves paralisaram milhões de brasileiros", disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/desde-fim-da-ditadura-militar-6-greves-gerais-pararam-milhoes-de-brasileiros-21266283>.

76Greve Geral Nacional, 1987, disponível em: http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=654.

77O Plano Bresser foi um plano de estabilização da economia brasileira instituído em 12 de junho de 1987, após o fracasso do Plano Cruzado II. Recebeu o nome do então Ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser-Pereira.

em acordo com a CGT, marcam “indicativamente”, para o dia 15 de julho, a greve geral. Mas, em função das vacilações conjuntas das duas centrais, a greve só foi deflagrada no dia 20 de agosto.

Desde a convocação da greve, até a sua efetiva deflagração passou-se tempo suficiente para que o governo e os capitalistas montassem uma ofensiva midiática capaz de desmoralizar e desmobilizar os trabalhadores, enquanto divulgava as “virtudes” do Plano Bresser. Segundo balanço da CUT, a greve geral “praticamente não existiu em regiões industrializadas do país”⁷⁸.

Um dado gráfico sobre a atuação do PT neste momento apareceu no ABC paulista: os metalúrgicos, categoria que sete anos antes havia dado origem ao PT, não aderiram à greve geral. Com o costumeiro cinismo, em entrevista ao Globo publicada dia 21 de agosto, Lula disse que “O papel de um dirigente sindical é falar quando não dá para fazer greve. Ninguém consegue fazer um movimento ter um resultado extraordinário quando os trabalhadores não estão dispostos a fazê-lo”⁷⁹.

Através da CUT, emerge a marca da continuidade da atuação do PT no movimento operário: o freio às tendências mais progressistas da luta de classes em defesa da institucionalidade burguesa. Vimos isso no ascenso de 1978-80, e nas greves que antecederam a queda do regime militar, entre 1983-84. Neste caso, tratou-se de uma contribuição fundamental à permanência de Sarney no governo.

A diferença no interior desta continuidade é que o PT cada vez mais se integrava às engrenagens do Estado através do processo de transição pactuada, esvaziando sua atuação extraparlamentar (ou melhor, traduzindo-a na contenção da luta de classes).

3.8 O PT e a institucionalidade

No dilema entre assinar ou não globalmente a nova Constituição a ser votada na Constituinte, escondia-se a contundente modificação do centro de gravidade do PT: das greves do ascenso operário de 1978-80 para a intervenção praticamente exclusiva nos marcos do que era permitido pelo regime burguês. A acumulação de forças apontava ao parlamento, e não ao movimento operário que dera origem ao partido. Os próprios documentos do Diretório

⁷⁸Idem.

⁷⁹Citado n’O Globo, “Desde o fim da ditadura militar 6 greves paralisaram milhões de brasileiros”, disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/desde-fim-da-ditadura-militar-6-greves-gerais-pararam-milhoes-de-brasileiros-21266283>.

Nacional do PT⁸⁰ reconhecem a sistematicidade das eleições como a pressão mais forte oriunda do Estado:

Na sua curta trajetória de oito anos, o PT enfrentou quatro eleições, com suas respectivas campanhas eleitorais (1982, 1985, 1986 e 1988) e já está entrando na sua quinta campanha eleitoral (1989), ou seja, menos de dois anos para cada campanha, em média. Em todas as campanhas eleitorais o partido esforçou-se por elaborar plataformas e planos de governo, apresentar o máximo de candidatos para todos os cargos majoritários e proporcionais e eleger o maior número deles. Ou seja, o PT, na prática, e na realidade, tem procurado desenvolver da melhor maneira possível sua face parlamentar, executiva e eleitoral. E, nas suas lutas populares, sempre visou alvos que, em síntese, constituem mudanças institucionais. (DIRETÓRIO NACIONAL, 1988)

É sabido que uma organização política operária que se propõe destruir o Estado não nega a necessidade da intervenção nas eleições ou no parlamento. Trata-se de agitar um programa anticapitalista de enfrentamento com o Estado e seus partidos tradicionais da classe dominante, com o objetivo central de fortalecer as lutas extraparlamentares.

Engels, em sua Introdução de 1895⁸¹ ao livro *As Lutas de Classes na França*, assinala as virtudes de utilizar o sufrágio universal e o parlamento em relação à acumulação de forças para a luta extraparlamentar, em função de empreender a luta física “com forças mais consideráveis” para um “ataque aberto” contra o Estado, no momento oportuno. Entre estas virtudes está a possibilidade de usá-lo para uma “contagem de forças”, para acrescentar “a segurança do triunfo dos operários e o terror dos adversários”, e sobretudo para “entrar em contato com as massas do povo que ainda estão longe de nós”. É uma das conclusões de sua concepção de Estado, segundo a qual, o sufrágio universal é simplesmente um “índice da maturidade da classe trabalhadora; não é nem será jamais outra coisa no Estado atual”⁸².

Entretanto, para o PT, como vimos, desenvolver a face “parlamentar, executiva e eleitoral” significava o abandono completo da luta de classes extraparlamentar, aceitando uma intervenção restrita aos parâmetros institucionais.

Se nem a questão de assinar, nem a de não assinar, podem ser vistas como princípios apriorísticos, a-históricos, doutrinários e programáticos, e, portanto, passam a ser ações táticas, que contribuição traz qualquer dessas táticas para a estratégia da construção do socialismo, ou mesmo para a fase atual dessa estratégia, que é a conquista de um programa popular e

80Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. “A posição do PT sobre a nova Constituição”. São Paulo, 7 de agosto de 1988. Fonte: Documento mimeografado (Acervo CSBH-FPA), p. 15.

81MARX, Karl. “*As Lutas de Classes na França*”. In: Obras Escolhidas. Volume 1. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1996, p. 93.

82ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Op. cit., p. 195.

democrático? A questão da posição do PT diante do Congresso Constituinte e da nova Constituição põe à tona, mais uma vez, essas confusões. O PT aceitou o campo institucional e a luta parlamentar, desde suas origens, como fóruns onde também se dá a luta de classes, e onde, portanto, o partido, através de seus militantes, deve estar presente; como também está presente, muitas vezes, em lutas que se dão por fora dos marcos institucionais. O PT, portanto, deve assumir como legítima a sua própria presença nas lutas eleitorais, parlamentares, institucionais. Nessas lutas, o PT precisa travar a luta de classes, sem renunciar ou recusar-se a essas batalhas, por mais frustrantes que elas possam parecer em certos momentos. (DIRETÓRIO NACIONAL, 1988)

As fabulações do Diretório Nacional do PT, portanto, tratam de justificar à própria militância do partido a progressiva integração ao regime com a novidade da “luta de classes dentro do campo institucional”, que pouco ou nada tem a ver com a luta dos trabalhadores fora do parlamento. Tudo, bem vistas as coisas, em nome do “programa democrático e popular” a ser alcançado no processo de radicalização da democracia nos marcos da Constituinte.

Se a escola da Constituinte era um passo necessário para o socialismo, não é despudorado concluir que reformas democratizantes do Estado poderiam alterar as feições do sistema político-econômico e desse mesmo Estado, deixando sua estrutura intocada.

3.9 V Encontro Nacional de 1987: burocracia operária e o problema da “identificação dos contrários”

Como vimos, no decorrer dos primeiros anos desde a fundação do PT, seus documentos exibem uma cada vez mais taxativa identificação entre um governo dos trabalhadores e a posse do Executivo por parte do PT.

Essa discussão caminhava paralelamente ao processo de fortalecimento da burocracia operária no interior do partido, e da central sindical controlada por ele (CUT) que, gestada durante anos, resultava na crescente dissociação entre a direção partidária – pressionada pela burguesia a integrar-se à legalidade do regime durante a transição pactuada – e a base operária, cujas greves eram dirigidas pelo PT com o objetivo de melhor contê-las dentro dos marcos da institucionalidade.

Daí que, qualquer teoria que buscasse partir de uma identificação estratégica *a priori* entre o PT e a classe trabalhadora se tornava gravemente arbitrária, na medida em que ignorava o desenvolvimento desta burocracia operária (partidária e sindical) e sua contraposição à independência de classe dos trabalhadores frente ao Estado. Cumpre dizer que, ainda que tenha surgido de maneira endógena às camadas operárias que deram origem ao

partido, ambas as burocracias (Lula era a peça axial que unificava as duas) ia adquirindo privilégios e interesses próprios ligados à crescente relação com o Estado e os capitalistas. Esta evolução nos permite dizer que esta burocracia operária em desenvolvimento a partir do surgimento do PT ia se transformando em expressão material, no interior da classe trabalhadora, da ideologia da burguesia e do próprio Estado capitalista⁸³.

O debate sobre a “política sindical do PT”⁸⁴, em 1987 durante o V Encontro Nacional, entrava exatamente neste dilema. Enquanto nas palavras se defendia a luta pela democracia sindical e o combate contra a intervenção do Estado nas organizações de massas dos trabalhadores, na prática esta burocracia operária em desenvolvimento no PT atuava como *garantidora da subordinação dos sindicatos ao Estado e aos capitalistas*, e dessa maneira, como obstáculo à democracia nos sindicatos⁸⁵. Vimos um aspecto desse fenômeno nos dois períodos convulsivos de greves no país pós-PT, entre 1983-84 e 1986-87. Nenhum dos documentos atina com este problema crucial.

O principal documento do V Encontro é o das “Resoluções políticas”, donde também extraímos a discussão sobre a política sindical do PT. Ao tratar da política de alianças, emergem enormes problemas de estratégia que lançam luz sobre as razões que fundamentaram a evolução desta burocracia operária petista.

São muitas, no Brasil, as experiências de alianças dos trabalhadores assalariados com outras classes sociais. Na década de 20, os trabalhadores organizaram o Bloco Operário-Camponês. Depois da Segunda Guerra Mundial, o PCB atrelou os trabalhadores a uma suposta burguesia nacional em conflito com o imperialismo, e essa frente descambou em colaboração de classes e não numa política de alianças. Na década de 60, a Ação Popular propôs uma aliança operário-estudantil-camponesa, que tinha à frente o movimento estudantil e apresentava como plataforma um vago movimento contra a Ditadura e a solidariedade ao povo do Vietnã. [...] Nas experiências das revoluções socialistas e de libertação nacional vitoriosas temos exemplos concretos de alianças, dentro e fora do campo dos trabalhadores. Os exemplos clássicos são a aliança operário-camponesa na Revolução Russa de

83ALBAMONTE, Emilio; MAIELLO, Matías. “*Estrategia socialista y arte militar*”. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2017, p. 67.

84“Resoluções políticas”, V Encontro Nacional do PT, 1987, disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf.

85Indícios deste problema apareciam no documento “Resoluções políticas” do V Encontro: “O documento que sintetizou a Linha Sindical do PT aponta a necessidade de os dirigentes sindicais petistas assumirem plenamente suas responsabilidades na construção do Partido. Essa questão era e é importante, porque tem havido uma inversão no processo: os sindicalistas que avançaram e criaram um partido político estão atuando apenas nos sindicatos, como ativistas políticos. Há os que consideram que, criado o PT, podem se dedicar apenas ao sindicato. Há os que atuam no sindicato inteiramente à margem do Partido, como se o PT fosse estranho aos problemas do sindicalismo”.

1917 e a união dos comunistas de Mao com os nacionalistas de Chiang Kai Shek, na guerra sino-japonesa. Mais recentemente, a Nicarágua é um exemplo claro de uma política de alianças que leva à vitória da revolução. A FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional] não só fez alianças durante o processo revolucionário, como as mantém diante das agressões do imperialismo e das necessidades concretas da reconstrução do país. A experiência histórica mostra que nenhum partido revolucionário chegou ao poder sozinho. Foram sempre necessárias alianças, ainda que parciais e por tempo determinado. Os programas desses partidos contemplam os reais interesses das classes e camadas às quais se propunha o estabelecimento de alianças. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS)

Em base a uma correta diferenciação com a trágica experiência stalinista do PCB no Brasil, cuja estratégia de colaboração de classes com uma suposta burguesia nacional “progressista” levou à subordinação do proletariado brasileiro sucessivamente ao varguismo, a Juscelino Kubitschek e à catastrófica derrota sem combate que resultou no golpe militar de 1964; dizíamos, em base a esta diferenciação, o PT terminava por aplaudir a política de alianças de distintas vertentes do stalinismo internacional que levaram a grandes derrotas revolucionárias.

Com exceção da Revolução Russa de 1917, o PT se espelhava aqui em dois processos que, ao contrário daquele, haviam ou destruído uma das principais revoluções do século XX, ou bloqueado a dinâmica internacional da revolução na América Latina.

A primeira se trata da segunda Revolução chinesa de 1925-27. Em 1926 a Internacional Comunista, já sob o comando de Stálin, havia ordenado a subordinação do Partido Comunista Chinês (PCCh) à direção política da burguesia nacional, o Kuomintang encabeçado por Chiang Kai Shek (partido “operário e camponês” no sentido de que atraía ambas as classes para enganá-las). A isso, dava o nome de “união” das classes que lutavam contra os resquícios feudais. Com a orientação saída do V Congresso da Internacional segundo a qual nas colônias e semicolônias era necessário construir “partidos biclassistas operários e camponeses”, que liquidou a independência de classe dos partidos operários do Oriente, o Partido Comunista Chinês foi obrigado por Moscou a dissolver-se no Kuomintang. Em março de 1927, os trabalhadores e comunistas de Shangai, que haviam protagonizado uma greve geral insurrecional exitosa, foram proibidos de constituir *soviets* durante o processo, e obrigados a devolver as armas às tropas de Chiang Kai Shek, que desatam um massacre contra eles. Não satisfeito com as consequências catastróficas dessa política de “alianças”, Stálin ordena ao PCCh subordinar-se desta vez à “ala esquerda” do Kuomintang estabelecida em Wuhan, que tinha divergências com Chiang. O resultado foi uma nova repressão sangrenta contra os trabalhadores chineses. A derrota do levante de Cantão, ordenado no final de 1927 sem

nenhuma preparação prévia por Stálin a fim de “apagar” o oportunismo durante todos estes anos, terminou de liquidar a possibilidade de que a China proletária tirasse a União Soviética de seu isolamento e alavancasse a revolução internacional sobre este poderoso ponto de apoio asiático⁸⁶.

Esta série de derrotas praticamente fará desaparecer o PCCh das cidades e removerá o movimento operário que havia protagonizado a revolução de 1925-27 da arena política, modificando o eixo das batalhas para o campo, a fim de escapar da perseguição da contrarrevolução. Durante todo este processo, Mao Tsé-Tung esteve em sintonia com a política de Moscou. Posteriormente, ainda que não aceitasse dissolver o PCCh no interior do Kuomintang, tornava um eixo da resistência militar contra o Japão a aliança política com Chiang Kai Shek, o maior portavoiz do imperialismo japonês na China. Ao ser dirigida desde o início pela burocracia maoista, a Revolução chinesa de 1949 – fruto da ruptura imposta pelo Kuomintang que buscava auxílio japonês para garantir a eliminação dos comunistas – conteve a expansão internacional da revolução.

Difícilmente esta “união” catastrófica entre Mao e os nacionalistas burgueses poderia ser qualificada de “vitoriosa”, como admitia o PT.

Já a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) era um movimento inspirado na estratégia de “guerra de guerrilhas” do líder nacionalista da Nicarágua, Augusto Sandino. Após a derrubada da ditadura de Anastasio Somoza em 1979, o governo da FSLN, de direção pequeno-burguesa, não avançou contra a propriedade privada dos meios de produção da burguesia nicaraguense, importante ala que havia sustentado a política de remoção de Somoza. A aliança com a burguesia nacional nicaraguense fez com que a FSLN protegesse seus direitos de propriedade e exploração, mantivesse de pé seu aparelho estatal, e bloqueasse a entrada do movimento operário e dos camponeses na cena política. De 1979 a 1990, quando perdeu as eleições, a FSLN abriu caminho à recomposição dos capitalistas, já destituídos do temor de perderem seu poderio econômico, eliminando a possibilidade de avançar a revolução dos trabalhadores na América Latina⁸⁷.

Ambos os processos, na China e na Nicarágua, representaram a negação da experiência de Outubro de 1917 na Rússia. O triunfo desta esteve ligado à concepção clara de quem são os aliados e quem são os inimigos dos trabalhadores, com uma estratégia guiada pela

86TROTSKY, Leon. *“Stalin: el gran organizador de derrotas. La III Internacional después de Lenin”*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2012, p. 251.

87Emilio Albamonte e Matias Maiello, op. cit., p. 477.

destruição revolucionária do poder da burguesia nacional russa, através da combinação entre os organismos de auto-organização de massas (*soviets*) e do partido bolchevique que batalhava pela hegemonia dos trabalhadores em aliança com os camponeses pobres e soldados.

Cumpramos destacar que, ao contrário do que afirma a tese do PT, a tomada do poder em outubro de 1917 não foi fruto de uma “frente” ou “aliança” entre partidos políticos, e sim da orientação do partido bolchevique – dirigido por Lênin e Trotski – que, após conquistar a adesão da maioria dos trabalhadores e camponeses nos principais *soviets* do país (setembro de 1917), colocou fim à política de conciliação de classes de mencheviques e socialistas revolucionários e tomou o poder do Estado. De fato, tratou-se de *derrotar a aliança dos partidos conciliadores que não queriam a revolução*, como condição prévia para a conquista do poder pelos bolcheviques. A aliança com a ala esquerda do partido socialista revolucionário, que rompeu com sua organização, se deu a partir de novembro, *após* a tomada do poder, durante o período em que esteve em sintonia com o caráter “anti-burguês” e “anti-capitalista” do governo soviético.

A consequência política daquelas definições estratégicas do PT estão contidas nos tópicos dedicados às “alianças táticas”⁸⁸ permissíveis pela situação, que englobavam não apenas o PCdoB, mas partidos da burguesia como o PSB e inclusive o PMDB, em cujo interior se concentravam importantes setores de industriais e latifundiários. Quanto às “alianças estratégicas” (definidas como “Frente Democrática e Popular”) permitidas, estabelecia-se a noção inteiramente abstrata da união dos trabalhadores com “pequenos proprietários, micro-empresários urbanos e rurais”, entendida como a aliança com as representações tradicionais destas camadas da pequena burguesia (muitas vezes, sendo partidos burgueses), e não o combate contra estas representações, para hegemonizar os setores mais empobrecidos da pequena burguesia urbana e rural com um programa independente.

A partir da definição geral das alianças estratégicas, que visam reunir e organizar em torno da classe trabalhadora os setores médios, teremos uma linha para estabelecer, aqui e agora, táticas em torno das lutas contra a Nova República na Constituinte e nas lutas sociais. Prevalecerá sempre a priorização das alianças dentro das classes trabalhadoras; *mas não devemos – resguardada a independência do PT – deixar de realizar alianças táticas com forças políticas em torno de objetivos imediatos ou a médio prazo. [...]* Para nos contrapormos à transição conservadora e impor eleições diretas já, devemos articular alianças em torno da Campanha das Diretas, sem abandonar nossa campanha contra Sarney e a dívida e por Diretas-Já. Foi a partir de nossa mobilização e do aprofundamento da crise governamental

88“Resoluções políticas”, V Encontro Nacional do PT, 1987.

que fomos capazes de atrair para nosso campo forças que, antes, estavam indefinidas em relação à Nova República ou que corriam em raia própria, como o PCdoB e o PSB, e mesmo o PMDB [grifo nosso]. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS)

Segue o raciocínio da seguinte forma

[...] Ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a se oporem a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia. Colocam-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS)

Assim, a abordagem do problema dos “aliados”, por fora da estratégia da independência de classe e de um programa que visasse à destruição do poder estatal da burguesia nacional, era a negação prática da luta de classes que o PT defendia no papel. Trata-se de uma conclusão inevitável quando se passa por alto a problemática das burocracias operárias depois da vasta experiência do século XX, que impediu um balanço profundo da catástrofe estratégica do PCB e determinou uma assimilação *sui generis* desta estratégia de conciliação de classes, marcante no futuro do PT.

Para nossos propósitos, é importante perceber que já em 1987 não há nada nos documentos que desautorize a noção petista da “conquista do poder” mantendo intacta a maquinaria estatal, sem revolução violenta contra o Estado burguês. Tornam-se cada vez mais exóticos os argumentos utilizados para explicar as etapas através das quais a ocupação pacífica de cargos no Estado levará ao socialismo. Na mesma proporção, decresce drasticamente o nível e o rigor teórico que embasam as definições programáticas mais importantes, que deturpam os acontecimentos históricos mais elementares.

Dentro deste cortejo de luxúrias ideológicas, somos obrigados a eleger apenas o fundamental. Neste então, as bases do socialismo são encontradas nos mecanismos de participação e consulta popular que o PT buscava promover fruto de sua chegada ao poder: pequenas cooperativas, compras comunitárias, comunidades locais, conselhos populares são referidos como “formas embrionárias de poder proletário”⁸⁹ (sic!). Cada afirmação dessa natureza vale a moeda do velho Timão de Atenas, vil metal que tenta tornar adorável a lepra repugnante: fazer a negação do socialismo brilhar como se fosse o próprio socialismo.

Na medida em que nenhuma democracia está suspensa no ar e tem, portanto, um caráter de classe, vinculada ao socialismo ela deveria estar projetada como a mais irrestrita liberdade para os trabalhadores urbanos e rurais, junto aos setores empobrecidos da pequena burguesia,

em base à propriedade socializada dos meios de produção controlados pelo Estado operário. Pelo contrário, é entendida como o abrigo dos direitos formais para todas as classes, inclusive o direito da propriedade privada dos meios de produção, cuja desigualdade não poderia acirrar a polarização social.

O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo [...] Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS)

“Evitar que as desigualdades de classe se tornem antagônicas ao socialismo” é uma das inovações conceituais, a *confraternização das impossibilidades* – diria Marx – coerente com o cortejo de revisões que o PT realiza no curso de uma até então breve existência. Um projeto democrático-popular, de caráter “antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio”, sutilmente não se pronuncia sobre os interesses da burguesia nacional, inelutavelmente dependente do capital estrangeiro, quer o PT aceite isso ou não.

Voltaremos adiante nesse tema, ao tratarmos do debate de Carlos Nelson Coutinho quanto à “democracia como valor universal”.

3.10 A Constituinte de 1988

Antes disso, cumpre dar um breve parâmetro da Constituinte de 88, que tanto peso teve nas reflexões do PT, e que significou o pacto de transição entre o regime militar e a democracia burguesa.

Florestan Fernandes, sociólogo de grande estatura que foi deputado constituinte pelo PT em 1988, deixa claro⁹⁰ que não apenas a convocação da Constituinte foi feita por dentro do plano de evitar uma ruptura integral com a tutela da ditadura, mas também como foi articulada com a manutenção do Poder Executivo na figura de José Sarney, que como dissemos era ícone da ditadura e eleito indiretamente como vice na chapa de Tancredo Neves. Além disso, a Constituinte contou com a participação dos chamados senadores “biônicos”, indicados pela ditadura e sequer eleitos pela população. Diz Florestan:

90FERNANDES, Florestan. “A Constituição inacabada: vias históricas e significado político”. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

Os empresários e suas entidades corporativas agiram coletivamente: 1) para impedir uma passagem abrupta da ditadura militar para um governo democrático; 2) para que se convocasse não uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, livre e soberana. Preferiram o penoso “acordo conservador”; a “transição lenta, gradual e segura” se viu elevada à categoria de princípio intocável, protegido pelo poder do fuzil; e se instituiu um Congresso Constituinte organicamente preso à referida forma de “transição democrática” e ao seu Estado de segurança nacional disfarçado. (FLORESTAN, 1989, 308)

Florestan Fernandes mostrava que não faltara engenho à burguesia para ir além (em sentido reacionário) da mera tutela militar, e lançara mão também de outras iniciativas para salvaguardar seus interesses de classe proprietária. Florestan chega a comparar a Constituinte de 88 com as Cartas elaboradas pelos ditadores no auge de seu poderio autoritário:

Mas isso coloca essa Constituição no mesmo nível das constituições de 1967 e 1969, manipuladas ou impostas de cima para baixo pelos ditadores militares. Há diferenças – e agudas. Dadas as proporções e a gravidade das interferências sistemáticas, elas são, apenas, diferenças de grau, não de natureza. Foi transferida para outra data a elaboração de uma constituição com vínculos orgânicos com a vontade popular (FLORESTAN, 1989, p. 317).

Florestan afirmava, corretamente, que aos trabalhadores mobilizados cabia a responsabilidade pelo caráter democrático da Constituinte, mas a entendia mais como uma infusão de democracia real (proletária) em um regime político já dominado pelo alto, do que como uma agitação revolucionária cujo interesse estratégico principal estivesse na mobilização extraparlamentar da classe trabalhadora e seus aliados. Esse ponto de vista é o que consideramos essencial para entender o significado da participação do PT na Constituinte, que o próprio Florestan Fernandes critica como tutelada pelos militares e poderes reacionários.

A Constituinte foi observada de perto, tutelada pelos próprios militares, através do controle exercido pela coalizão dos representantes do grande capital, dos latifundiários e das oligarquias regionais, o famoso “Centrão” político do período (PMDB, PFL, PTB e PDS), vários deles membros do antigo partido de apoio à ditadura, a ARENA, ou de políticos “opositores” que a mesma tolerava no antigo MDB.

O governo Sarney havia conseguido aprovar a transformação do Congresso Nacional a ser eleito em 1986 em Assembleia Constituinte composta por 559 membros, sendo 487 deputados e 72 senadores que nunca foram eleitos para a Constituinte (já ocupavam cargos em 1982), instalando-a oficialmente no dia 1º de janeiro de 1987. Esse Centrão, chefiado por Sarney e que representava os setores sociais mais conservadores, era a maioria na

Constituinte. Conseguiu decidir votações importantes, como a questão da reforma agrária, que manteve a distribuição desigual da terra, e o mandato presidencial, estendido para cinco anos.

A emenda Constitucional nº 26, de 17 de novembro de 1985, que convoca a Assembleia Constituinte a se reunir, exige que se faça com os deputados e senadores eleitos em novembro de 1986, somados aos senadores de 1982. Ou seja, o controle dos políticos que serviram sob a ditadura militar era visível, o que possibilitou que a Carta de 1988 carregasse a permissão constitucional para que o Exército interviesse em caso de “desordens políticas”. O que veio a fazer com a nova Constituição já promulgada, assassinando três operários em 1989 na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, Rio de Janeiro⁹¹.

Outra votação que demonstrou como esta Constituição estava atrelada à tutela do regime anterior foi a aprovação de que tudo que não fosse explicitamente revogado pela nova Constituinte, seguiria vigente. Assim, há ainda leis de segurança nacional da ditadura imbuídas na Constituinte de 1988. Até o encerramento dos trabalhos, a Assembleia Constituinte recebeu mais de 120 propostas de emendas constitucionais nas mais diversas áreas, reunindo cerca de 12 milhões de assinaturas, ignoradas em favor dos projetos de transição controlada pelos militares e os pactuários advindos da classe dominante.

Entre a esquerda, não havia qualquer representação revolucionária independente. Sob o entusiasmo com o processo de construção do PT, e a continuidade das greves que, ainda perdendo radicalização, aumentavam em número ano após ano – com o novo ciclo de greves de 1986-87, que discutimos – toda a esquerda ficou sob a égide de Lula e do PT. Lula discursava contra o Centrão, que também era atacado no V Encontro Nacional⁹², mas nunca moveu a força da classe trabalhadora contra a direita com a qual sempre buscaram conciliar, como fizeram no poder.

No artigo “O PT nas Comissões”, do Boletim Nacional de maio de 1987⁹³, o petista Márcio Araújo relata quais eram as prioridades do PT durante a preparação da Constituinte de 1988. No relato não se encontram quaisquer linhas sobre a luta dos trabalhadores em curso –

91GANDRA, Marco Aurélio Ramalho. “*Cidade vermelha do aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-89)*”. Dissertação de mestrado, disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1345.pdf>.

92Ver “Resoluções políticas”, V Encontro Nacional do PT, disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf.

93As restantes citações deste tópico estão reunidas na publicação “O PT e a Constituinte, 1985-1988”, da Fundação Perseu Abramo, que compila os Boletins Nacionais, entrevistas e artigos de deputados constituintes pelo PT e importantes figuras políticas da época. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/08-4.perseu6.documentos.pdf>.

tema que, como dissemos, estava reservado aos sindicatos, e não aos parlamentares, segundo a divisão do PT – menos ainda as críticas que pudemos encontrar em Florestan:

Depois da votação do regimento interno e da eleição da Mesa, as atenções do Congresso Constituinte voltam-se agora para os trabalhos das comissões e subcomissões, que iniciam a discussão de propostas apresentadas pelos constituintes e por entidades representativas. Até o início de junho, as comissões encaminharão os respectivos anteprojetos à Comissão de Sistematização, à qual caberá a redação definitiva do projeto de Constituição a ser votado pelo plenário da Constituinte. Com 16 deputados, a bancada do PT não pôde integrar todas as 24 subcomissões com direito a voto. Mas deverá participar apresentando propostas e acompanhando o trabalho de todas. A partir da disponibilidade de vagas nas subcomissões, nossos deputados foram distribuídos no maior número delas, considerando, sempre que possível, a área de militância de cada constituinte. A bancada do PT está representada em todas as 8 comissões, em 15 subcomissões e na Comissão de Sistematização (ARAÚJO, 1987, p. 137)

O momento era propício para vincular o debate de que tipo de democracia era necessária com a crítica estrutural dos limites impostos pela transição. Para o PT se tratou, entretanto, de melhorar a Constituinte com doses homeopáticas de “democracia”, sem a crítica fundamental de a quem serviria o regime nascente.

Na discussão das questões relacionadas com a ordem socioeconômica do país e, em especial, com o problema do regime de propriedade, resgatou-se a formulação do projeto Comparato sobre o tema da propriedade rural e urbana, apontando-se para a necessidade de combiná-la com as disposições do Documento Preliminar da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, integrada pela Contag, CUT, CPT, Abra e outras entidades. Em ambos os casos a ênfase dada é na proteção da propriedade que tem função social, estabelecendo-se mecanismos que vão da desapropriação à expropriação das demais. (GARCIA, 1987, p. 141).

Lula também tinha a orientação de mudar a Constituinte por dentro, através da pressão das mobilizações, que não ultrapassassem os limites da transição pactuada. Em entrevista

É preciso lembrar que a composição da Constituinte é resultante de uma legislação eleitoral viciada e do peso que teve o poder econômico. Chegamos aqui sabendo que seria muito difícil a Constituinte fazer leis em benefício do povo. E quando digo isto, não digo para desanimar as pessoas, mas para alertar. Tivemos um primeiro momento em que foram elaborados vários relatórios de subcomissões contendo avanços. Mas quando chegou a hora de votar, a direita e o centro, que juntos formam maioria, se articularam e mostraram que têm objetivo definido de não deixar que haja avanços nas conquistas da classe trabalhadora e do povo. Os relatórios das comissões, com a exceção da Ordem Social, ficaram bastante conservadores, e em alguns casos como o da Ordem Econômica, pior do que a Constituição em vigor. É importante os trabalhadores terem claro que para aprovar qualquer coisa, precisamos de 280 votos, enquanto nos cálculos mais otimistas os setores progressistas atingem cerca de 160 parlamentares. Ou seja, a batalha do ponto de vista numérico é desigual demais. Entretanto, se aqui somos minoria, aí fora somos maioria no sentido de que a expectativa do povo bate

com nossas expectativas e com as denúncias que temos feito. Acho que se transformarmos essa expectativa e essa insatisfação popular em mobilização canalizada para uma forte pressão sobre a Constituinte teremos chance de mudar os rumos que ela tomou até agora. A minha esperança e o meu empenho é que até as votações de plenário, que é o fórum decisivo, estejamos mobilizados para convencer os constituintes a fazerem uma Constituição à altura dos anseios do povo. (LULA, 1987, p. 144).

Se a direita e o “Centrão” tinham claramente a maioria nas comissões constituintes, o que impedia a conclusão de que a verdadeira batalha era estimular a auto-organização dos trabalhadores e das massas em suas próprias instituições de classe, disputando sua direção através do partido, que deveria necessariamente exibir um programa de independência de classe contra o desvio da transição pactuada, denunciando a Constituinte? Lula diz que a batalha numérica era “desigual demais”. Frente à greve geral de 1986, e a onda de greves isoladas que apesar de contidas demonstravam a vontade de lutar dos trabalhadores, estava claro que a desigualdade de forças desfavorecia a burguesia, quando se olhava para fora do parlamento. Mas essa não era a conclusão de Lula e do PT, que centravam os olhos no interior da Constituinte como eixo de intervenção partidário.

Lula sintetizava uma política que, como diz em sua própria entrevista, tinha o objetivo de convencer os constituintes a fazerem uma Constituição para o povo. Significava convencer o PMDB, o PFL, o PTB, o PDS e outras forças políticas da direita e do centro, que compartilhavam os interesses da transição “lenta, gradual e segura” promovidos pelos generais e pelo empresariado, das aspirações populares. Não podemos concluir outra coisa senão a mais rudimentar expressão do cretinismo parlamentar, filho legítimo da estratégia de conciliação de classes.

3.11 Carlos Nelson Coutinho e a “democracia como valor universal”

Citamos anteriormente a Introdução de 1895 de Engels à obra de Marx, “*As Lutas de Classes na França*”. Para evadir a censura estatal, a “Introdução” havia sido adulterada por Wilhelm Liebknecht⁹⁴ previamente a sua publicação, a despeito dos protestos de Engels, segundo o qual, através das supressões, o texto ficara “truncado de tal maneira que apareço nele como um adorador pacífico da legalidade”⁹⁵. A morte de Engels no mesmo ano de 1895 deixara a questão pendente sem resolução. A versão original da Introdução, cujo conteúdo

94 Wilhelm Liebknecht foi um dos fundadores e principais dirigentes do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD, pela sigla em alemão).

95 ENGELS, Friedrich, carta de 1º de abril de 1895 a Karl Kautsky. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “*Collected Works*”, Volume 50. London: Lawrence & Wishart, 2010, p. 486.

havia sido revisado por Engels, foi publicada apenas em 1930 por David Riazanov, na União Soviética.

A adulteração estava centrada na parte em que Engels se referia à estratégia para a tomada do poder, preservando-se somente a passagem em que este afirma “a rebelião ao velho estilo, a luta nas ruas com barricadas, que até 1848 havia sido decisiva, estava consideravelmente antiquada”. Entretanto, no original, Engels (1895)⁹⁶ afirma que:

Isto quer dizer que no futuro os combates de rua não desempenharão papel algum? Nada disso. Quer dizer unicamente que, desde 1848, as condições se tornaram muito mais desfavoráveis para os combatentes civis e muito mais vantajosas para as tropas. Portanto, uma futura luta nas ruas só poderá vencer se esta vantagem da situação se compensa com outros fatores. Por isso, se produzirá com menos frequência no início de uma *grande revolução que no transcurso ulterior desta, e deverá empreender-se com forças mais consideráveis*. E estas deverão, indubitavelmente, como ocorreu em toda a grande revolução francesa, assim como a 4 de setembro e 31 de outubro de 1870, em Paris, *preferir o ataque aberto à tática passiva das barricadas*. [grifo nosso] (ENGELS, 1996, p. 96)

A defesa da revolução e da luta física dispensa dúvidas, ressaltando a abertura da época das *grandes ações de massas* dos trabalhadores. Não obstante, apesar da histórica factual, um contingente considerável de intelectuais da academia – e fora dela – julga a Introdução como a negativa da estratégia revolucionária pelo criador do socialismo científico, em benefício da estratégia pacifista no interior da democracia parlamentar. O brasileiro Carlos Nelson Coutinho é um deles, e teve importante repercussão na formação teórica do PT, donde o interesse em retomá-lo.

Carlos Nelson inicia seu tristemente célebre “*A democracia como valor universal*”⁹⁷, publicado em 1979, com a falsa ideia de que já Engels, no final da vida, abonava este conceito, que só seria cunhado quase um século depois na ourivesaria do *eurocomunismo*. De fato, este conceito da democracia como valor universal é da lavra de Enrico Berlinguer, dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), que em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro, discursou em Moscou afirmando que “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”⁹⁸.

96Karl Marx e Friedrich Engels, Obras Escolhidas, 1996, op. cit., p. 96.

97COUTINHO, Carlos Nelson. “*A democracia como valor universal*”. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

98Coutinho, op. cit., p. 15.

O PCI de Berlinguer, junto ao Partido Comunista Francês (PCF) e o Partido Comunista Espanhol (PCE), encabeçou a dinâmica de socialdemocratização dos PCs europeus (que corria paralelo com a “neoliberalização” dos partidos socialistas) fruto da derrota dos processos revolucionários pós-Segunda Guerra Mundial. Este movimento de absorção dos velhos PCs stalinistas aos regimes conservadores burgueses, após as derrotas do movimento operário provocadas por estes mesmos partidos comunistas, foi denominado de *eurocomunismo*. Seu programa era sintetizado como “a via democrática ao socialismo”, ou a perspectiva do socialismo em colaboração com o Estado capitalista.

Em março de 1977, Santiago Carrillo, dirigente do PCE – que garantiu a transição conservadora na Espanha entre a ditadura fascista e a democracia burguesa, preservando a monarquia abençoada por Franco – definia as diretrizes do eurocomunismo: uma via democrática ao socialismo, baseada na utilização das mobilizações de massas para pressionar o Estado, e buscar ocupar postos estatais pela via eleitoral⁹⁹.

Este processo de colonização das organizações burocráticas tradicionais do movimento operário europeu pelas burguesias nacionais encantou Carlos Nelson. Para defender este “valor universal” abstrato, Coutinho elimina a necessidade de um Estado surgido da revolução e conclui a necessidade de preservar os elementos da democracia *burguesa* “como valor universal”.

A concepção segundo a qual a velha máquina estatal deve ser destruída para que se possa implantar a nova sociedade — uma metáfora que é muitas vezes entendida em sentido demasiadamente literal — quer indicar precisamente que a democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou a mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica. E, do mesmo modo como as forças produtivas materiais necessárias à criação da nova formação econômico-social já começam a se desenvolver no seio da velha sociedade capitalista, assim também esses elementos da nova democracia já se esboçam — frequentemente em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos e práticos do liberalismo clássico — no seio dos regimes políticos contemporâneos dominados pela burguesia [...] Portanto, para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade. (COUTINHO, 1980, p. 23)

99Santiago Lupe, “De vuelta con la ‘ruptura democrática’: del eurocomunismo a Podemos”, disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/De-vuelta-con-la-ruptura-democratica-del-eurocomunismo-a-Podemos>.

A teorização do eurocomunismo partia destas mesmas bases: o socialismo não compreendia uma nova forma de Estado, tendo à sua frente a classe revolucionária cujo objetivo é colocar fim a todo antagonismo de classe e ao Estado. Os elementos básicos essenciais da “democracia socialista” surgiriam da evolução linear da chamada “democracia liberal clássica”, ou, para usar os termos do marxismo, do seio das democracias capitalistas. A revolução das formas de propriedade e a posse dos meios de produção por parte da classe trabalhadora à cabeça do Estado seriam uma simples “metáfora” má compreendida das elaborações do marxismo clássico. Para a conquista pacífica do socialismo nos marcos da democracia capitalista, não havia espaço para a revolução proletária.

A ousadia nem sempre está ligada a qualquer rigor teórico particular. No plano teórico, o velho dogma revisionista segundo o qual existiria uma espécie de democracia em geral, acima das classes e dos regimes de dominação de classe – contra o qual o marxismo se enfrentou implacavelmente – é repetido por Carlos Nelson Coutinho. E o revisionismo teórico nunca se destacou pela ousadia política: de fato, para Coutinho nenhum programa expressava melhor a luta pelas liberdades democráticas no Brasil de então como a plataforma do MDB.

Levando até as últimas consequências a tradução do eurocomunismo no Brasil, Coutinho define que:

Essa visão estreita se baseia, antes de mais nada, numa errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa. Mas implica, em segundo lugar, ainda que por vezes implicitamente, uma concepção equivocada das tarefas que se colocam atualmente ao conjunto das forças populares brasileiras: essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que tomarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso País. (COUTINHO, 1980, p. 16)

É do maior interesse notar que Coutinho escreve estas linhas no calor da principal onda de greves na história do país até então, em meio ao ascenso operário metalúrgico de 1979-80, sobre o qual discurremos acima. Isso porque, em suas próprias palavras, o Brasil deparava-se com uma tarefa democrática “urgente e prioritária: a de derrotar o regime de exceção implantado em nosso País depois de 64” (COUTINHO, 1980, p. 17). Se o eurocomunismo pôde florescer fruto da derrota do movimento operário europeu em base à traição de suas direções stalinistas, no Brasil essa doutrina chegava a porto enquanto as maiores batalhas ainda estavam em curso. O desprezo dessa doutrina pela luta de classes faz com que Coutinho ignore solenemente as ações de massas dos trabalhadores, e separe categoricamente sua

elaboração sobre a renovação democrática brasileira do papel do movimento operário na derrubada da ditadura militar.

Cumpramos remarcar, também, que para o intelectual brasileiro a classe trabalhadora já não é o sujeito social central na sociedade moderna, cujo programa tratasse de responder às demandas mais sentidas da pequena-burguesia empobrecida, na cidade e no campo. Este papel agora caberia ao vago sujeito “classes populares”. Isso lhe permite elaborar o conceito de hegemonia¹⁰⁰ não como atributo da luta de classes, mas da coalizão de “um conjunto de classes”¹⁰¹, incluídos setores da burguesia nacional.

Assim, do ponto de vista econômico da “renovação democrática”:

[...] Trata-se de democratizar a economia nacional, criando uma situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro — que se torna cada vez mais produtivo — revertam em favor da grande maioria da população. Isso aparece como pressuposto indispensável para integrar na sociedade nacional, na condição de sujeitos, enormes parcelas da população hoje reduzidas a uma condição subumana, e, desse modo, destruir pela raiz os processos marginalizadores que caracterizam a “via prussiana”. Concretamente, em nossos dias, a democratização da economia requer a aplicação de um programa econômico antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista; um programa que interessaria a amplas parcelas da população, desde a classe operária e os camponeses até as camadas médias assalariadas e a pequena e média burguesia nacional. (COUTINHO, 1980, p. 46)

O que torna importante retomar esta elaboração de Coutinho é que ela contém sensíveis coincidências com a argumentação básica dos documentos aprovados nos Encontros Nacionais do PT. A insistência em que o socialismo não poderia ser alcançado de forma imediata e seria fruto de um longo processo econômico, sempre ignorando a luta de classes real e deturpando a concepção marxista do Estado, também surge com frequência, como vimos, nestes documentos.

Chama a atenção a semelhança no tratamento de temas como a pluralidade e a concepção particular de hegemonia, desenvolvidos por Carlos Nelson Coutinho.

100Como havíamos destacado anteriormente, o conceito de *hegemonia*, desenvolvido mais amplamente pelo marxista italiano Antonio Gramsci, faz referência à dualidade “dominação/direção”: a classe dirigente de um país domina seus inimigos (a burguesia sobre a classe trabalhadora) e “hegemoniza” seus aliados (grande burguesia sobre a pequena e média burguesia), dirigindo-os mediante o consenso com seus projetos e políticas. Quando tratamos especificamente de como a classe trabalhadora organizada em partido batalha por sua hegemonia, a ênfase está na sua capacidade de elaborar um programa que dê conta dos interesses mais sentidos não apenas dos próprios trabalhadores, mas dos setores mais explorados da pequena burguesia urbana e rural, a fim de que estes potenciais aliados cheguem à conclusão de que é possível conquistar melhores condições sociais seguindo o programa revolucionário da vanguarda dos trabalhadores, em choque com a ordem burguesa. Este problema foi profundamente refletido pelo marxismo da III Internacional, em seus quatro primeiros Congressos (1919-1922), assim como por Trotski e a IV Internacional.

101Carlos Nelson Coutinho, op. cit.

Ampliar a organização e a articulação desses vários sujeitos políticos coletivos de base e ao mesmo tempo, lutar por sua unificação (respeitadas sua autonomia e diversidade) num poderoso *bloco democrático e popular* não é apenas condição para extirpar definitivamente os elementos ditatoriais que deverão permanecer ao longo do período de transição que se anuncia: é também um passo decisivo no sentido de criar os pressupostos para o aprofundamento e generalização do processo de renovação democrática e consequentemente, para o êxito do programa antimonopolista de democratização da economia no rumo do socialismo. Esse bloco unitário dos organismos da democracia de base já é hoje — e deverá se tomar cada vez mais — um poderoso instrumento de pressão e controle sobre a ação dos mecanismos de representação indireta, como os parlamentos. [...] A democracia socialista é, assim, uma *democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores* representados através da pluralidade dos seus organismos [grifos nossos] (COUTINHO, 1980, p. 47)

Quando Coutinho diz que a noção marxista da destruição do velho aparelho de Estado é uma “metáfora” cujo real significado é a manutenção do Estado e a sua democratização, revela uma das bases da concepção socialdemocrata – e não marxista – do aparato estatal que foi absorvida pela direção do PT. O relato seria que não existe contradição entre a teoria marxista de Estado e a ocupação de seus postos pela via eleitoral com o fim de administrar sua ampliação democrático-popular.

Consequentemente, a questão da hegemonia estaria reduzida a aumentar a preeminência cultural dos trabalhadores, e a preponderância de sua visão política, nos limites do velho Estado. Baseado no modelo do PCI de Berlinguer, hegemonia estava associada à “obtenção do consenso majoritário das correntes políticas e das classes e camadas sociais”¹⁰², ou seja, a capacidade de atender aos interesses de todas as classes sociais ao mesmo tempo.

Entretanto, com Galileu poderíamos dizer “*Eppur si muove*”¹⁰³. Cada frase de Coutinho assemelha-se a um machado descendo sobre o marxismo, cuja fortaleza, entretanto, não se abala com o lenhador. Isso, porque é frágil a tentativa de Coutinho de reduzir a teoria marxista do Estado a uma espécie de democratização ampliada da sociedade capitalista. Apoiando-nos no percurso teórico que fizemos ao início, sobre a verdadeira concepção marxista do Estado, é útil relembrar como o belga Ernest Mandel¹⁰⁴ considerava esse problema:

Os liberais de classe média, na atualidade – além dos socialistas reformistas e os stalinistas que imitam seus trejeitos e suas ideias – acreditam na

102Carlos Nelson Coutinho, op. cit.

103“*E, no entanto, ela se move*”. Frase atribuída a Galileu Galilei, depois de ser forçado pela Igreja a confessar, mediante pena de morte, que a terra era o centro do universo, plana e inamovível.

104MANDEL, Ernest. “*Marxist theory of the state*”, 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/mandel/1969/xx/state.htm> (acessado em 07/04/2018).

existência de um Estado que figura como árbitro imparcial acima da egoísta luta de classes e lida de maneira justa com as respectivas demandas dos diversos “grupos de interesse”. Essa noção exaltada de um Estado sem classes presidindo uma democracia pura, que se baseia no consenso do povo ao invés de engajar-se na defesa da propriedade privada e dos direitos da classe dominante, é o núcleo da ideologia democrático-burguesa [...] O Estado não é idêntico à sociedade organizada; o Estado é uma forma particular da sociedade organizada, que nem sempre existiu e nem sempre existirá, que surgiu e desaparecerá no curso da História Humana. Mais precisamente, o Estado significa uma instituição social particular na qual uma série de funções, que antes eram exercidas pela maioria da sociedade, tornam-se privilégio exclusivo de instituições particulares” (MANDEL, 1969)

Conclui dizendo que

Os homens importantes do aparelho governativo são parte e parcela da grande burguesia. Assim, a arbitragem não se dá no vácuo: dá-se na estrutura que mantém a sociedade existente de classes. Sem dúvida que podem ser feitas pelos árbitros concessões aos explorados; isso depende essencialmente da relação de forças. Mas o objetivo básico da arbitragem é manter a exploração capitalista como tal, transigindo um pouco em assuntos secundários, no, caso de ser preciso. (MANDEL, 1969)

Para que o Estado em geral deixe de existir, é necessário liquidar o edifício estatal da burguesia (sua dissolução e a substituição integral dos funcionários, da burocracia estatal, sua polícia e seu exército permanente), e substituí-lo pela organização dos trabalhadores como classe dominante, num processo de expropriação dos capitalistas e socialização das forças produtivas que deve se desenvolver a nível internacional, como forma de eliminar os antagonismos entre as classes e, portanto, o próprio Estado.

Contrário a essa concepção, Coutinho insiste no socialismo sem revolução, uma hegemonia dos trabalhadores sem ruptura com o capitalismo:

A libertação do proletariado, como disse Marx, é obra do próprio proletariado; e deve se fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta essa tendência à burocratização e à alienação do poder. Nessa democracia de massas, a dialética do pluralismo — a autonomia dos sujeitos políticos coletivos — não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política, a ser construída de baixo para cima, através da obtenção do consenso majoritário; e essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da hegemonia dos trabalhadores. (COUTINHO, 1980, p. 44)

Poderíamos dizer que durante quase 40 anos, de 1852 a 1891, em suas cartas particulares e nas obras publicadas, Marx e Engels discutiram a emancipação dos trabalhadores ligada à revolução violenta contra a ordem burguesa. Falaram com frequência da destruição do Estado burguês não como “metáfora”, como quer Coutinho, mas como

programa, especialmente após a experiência da Comuna de Paris¹⁰⁵. A “ditadura do proletariado” – entendida como a mais ampla e irrestrita democracia para as massas, e a ditadura contra a ínfima minoria de exploradores – foi a fórmula historicamente mais concreta e cientificamente mais exata da tarefa de destruição do Estado capitalista.

A conclusão do texto “*A democracia como valor universal*” é que, partindo do pressuposto de que não havia condições concretas para o avanço imediato ao socialismo propriamente dito (em meio ao ascenso de 1979-80), do que se tratava era encontrar a melhor maneira de acabar com a “via prussiana”¹⁰⁶ das transformações políticas no Brasil, marcadamente elitistas. A luta pela eliminação desta tendência de modernizações conservadoras controladas pela elite e sem a participação popular devia passar por uma profunda “renovação democrática”, ou seja, a conquista de liberdades formais que servissem de pressuposto à consolidação de um regime democrático, base de avanço para os objetivos finais do socialismo¹⁰⁷.

De modo esquemático poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das regras do jogo a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade. [...] E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular. (COUTINHO, 1980, p. 57)

Cumpre lembrar ainda que esta concepção do “Estado popular livre” foi combatida de maneira nada “metafórica” pelos criadores do socialismo científico. Sem ir mais longe,

105Ver LÊNIN, Vladimir. “*La revolución proletaria y el renegado Kautsky*”. In: Obras Escogidas. Tomo II. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013, p. 330.

106Segundo a definição de Coutinho, o conceito de “via prussiana” foi elaborado “com o objetivo principal de conceituar a modernização agrária”, transformações feitas pelo alto que não alteravam a estrutura social; teria, segundo Coutinho, relação o conceito de “revolução passiva” de Gramsci, que também expressava processos sociais e políticos de transformação ‘pelo alto’. Ver “Via prussiana e revolução passiva”, de Vladimir Luis da Silva.

107“*Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou “prussiana” da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro. (Não se deve esquecer, antes de mais nada, que a ‘via prussiana’ levou sempre à construção das superestruturas adequadas à dominação de uma restrita oligarquia — primeiro latifundiária, agora monopolista — sobre a esmagadora maioria da população.) A luta pela eliminação dessa tendência confunde-se com uma profunda renovação democrática do conjunto da vida brasileira; essa renovação aparece, portanto, não apenas como a alternativa histórica à “via prussiana”, como o modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso País, mas também — e precisamente por isso — como o processo da criação dos pressupostos necessários a um avanço do Brasil no rumo do socialismo*”. Carlos Nelson Coutinho, op. cit.

Engels é taxativo em dizer que, como instituição transitória que se utiliza na luta revolucionária para submeter pela violência o adversário de classe, “*é um absurdo falar de Estado popular livre: enquanto o proletariado seguir necessitando do Estado, não o necessitará no interesse da liberdade, mas para dominar seus adversários*” (ENGELS, 1997, p. 185). Aplicando uma estocada no coração da revisão teórica da socialdemocracia já do início do século XX, Lênin explica que:

Nós somos partidários da república democrática como a melhor forma de Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas não temos o direito de esquecer que a escravidão assalariada é o destino do povo, mesmo na república burguesa mais democrática. Ademais, todo Estado é uma “força especial para a repressão” da classe oprimida. Por conseguinte, *todo Estado é não livre e não popular* [grifos do autor]. (LÊNIN, 2013a, P. 137).

Carlos Nelson Coutinho, portanto, ex-militante do PCB e um dos principais membros do PT na década de 1980, teve grande importância da moldura das concepções teóricas do partido, não menos sobre a questão do Estado, democracia e socialismo. Como repara o próprio Coutinho, participou de formações partidárias no PT nas décadas de 80 e 90¹⁰⁸.

3.12 VI Encontro Nacional do PT e o “Governo democrático-popular”

Diversos conceitos de Carlos Nelson Coutinho aparecem pulverizados nos documentos centrais do VI Encontro do PT, realizado no Colégio Caetano de Campos (SP), em agosto de 1989.

Nas eleições de 1988, o PT venceu em 36 prefeituras, que agrupavam mais de 20 milhões de pessoas e eram responsáveis por 1/3 do Produto Interno Bruto. Elegeu mais de mil vereadores e teve destacadas performances eleitorais em centros importantes do País. Isso havia feito com que, em sua análise, as candidaturas de Lula e de Leonel Brizola (PDT) fossem as grandes alternativas progressistas para as presidenciais de 1989 (um “campo progressista” que incluía o PSB e mesmo o PSDB¹⁰⁹).

¹⁰⁸“*Democracia e socialismo: questões de princípio*’ foi escrito para o seminário ‘PT: um projeto para o Brasil’, realizado em São Paulo, em 15-16 de abril de 1989, sob a coordenação de Francisco C. Weffort, então ainda militante do PT. O texto foi comentado, naquele seminário, por José Arthur Gianotti, Vladimir Pomar e Tarso Genro, aos quais muito agradeço pelas fecundas sugestões e observações críticas então apresentadas [...] O pequeno texto sobre Marxismo, democracia e revolução resultou da minha intervenção na mesa-redonda nacional ‘O PT e o marxismo’ (patrocinada pela Coordenação Nacional do Iº Congresso do PT), efetivada em São Paulo, em 4 de agosto de 1991. O socialismo hoje: entre crise e reconstrução foi apresentado e discutido no ‘Seminário de Estratégia’, organizado pela Secretaria Nacional de Formação Política do PT e realizado em São Paulo, entre junho e agosto de 1997”. Carlos Nelson Coutinho, 2000, disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=179>.

¹⁰⁹“As eleições presidenciais e a candidatura Lula”, VI Encontro, 1989, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-aseleicoespresidenciaiseacandidaturalula.pdf>.

Em 1989, o PT aprova o documento "O momento atual e as nossas tarefas"¹¹⁰, que, vendo o PT como o principal partido de oposição a partir da correlação de forças criada com os resultados eleitorais de 1988, indica que o Programa de Governo Democrático-Popular e o próprio Governo Democrático-Popular são "instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual" e podem "abrir condições para a disputa de uma alternativa de poder".

Neste documento, afirma-se que:

Evidentemente, uma vitória eleitoral do PT aceleraria enormemente a disputa política no País, criando uma situação de crise aberta e generalização do regime da Nova República. Todavia, *não há, hoje, instalada no cenário político do País uma situação revolucionária ou pré-revolucionária*, pois, para tanto, é necessário que estejam diretamente questionadas as estruturas vertebrais do Estado, as Forças Armadas, o poder econômico do capital. E também que a estas estruturas se oponha um processo aberto de constituição de um poder popular alternativo. [...] Frente a esta situação, o PT reafirma que o caminho para o enfrentamento da crise sob a perspectiva dos trabalhadores exige a conquista de um *governo democrático-popular*. [...] Contra o projeto das classes dominantes, o PT reafirma o seu caminho para resolver a crise do ponto de vista dos trabalhadores, que é a instauração de um governo democrático-popular, anti-imperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento sobre novas bases, e no qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo [grifos nossos]. (MOMENTO ATUAL E NOSSAS TAREFAS)

Três itens remetem-se às elaborações teóricas que discutíamos em Carlos Nelson Coutinho: 1) a substituição da classe trabalhadora pelas “classes populares” como sujeito social preponderante; 2) a noção de que a luta pela hegemonia das “classes populares” não inclui o programa da destruição do Estado capitalista, e pode ser conquistada nos marcos dessa sociedade; 3) o objetivo primordial torna-se um “governo democrático-popular” nos moldes do eurocomunismo.

Escusado dizer que, para uma burguesia que precisava com urgência assentar um regime democrático de fachada, após a decadência do regime militar, o discurso democrático-popular não lhe era particularmente nocivo.

Também aqui, insiste-se no argumento de que não havia condições concretas imediatas para o socialismo no Brasil, uma conclusão cujos fundamentos estão longe da análise dos fenômenos da luta de classes, e especialmente separados do papel que a direção do PT cumpriu durante as greves da década de 80 e a conciliação de classes durante as Diretas e a

110“O momento atual e nossas tarefas”, VI Encontro Nacional do PT, 1989, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-momentoatualeasnossastarefas.pdf>.

Constituinte de 1988. Restava espaço apenas para um governo popular alternativo: nas palavras do documento, “O objetivo da tática dos trabalhadores é a conquista de um governo democrático-popular, com a eleição de Lula presidente do Brasil em novembro próximo”¹¹¹.

A disputa por hegemonia estava circunscrita à competição de projetos econômico-sociais, em meio à crise econômica de 1989, nas eleições de fim de ano. Segundo o documento “As bases do Plano de Ação de Governo”¹¹², também de 1989 e que delineava o programa de governo democrático-popular do PT:

A política do governo democrático-popular para o setor público passa pela desprivatização do aparelho estatal, com a desmontagem das máquinas de corrupção e favorecimento. Esse é um pré-requisito para a reconstituição do espaço da atividade pública, com a recuperação do planejamento do poder de regulação e orientação da economia. O Estado deve ser capaz de articular o conjunto da política econômica, para garantir o objetivo de distribuição de renda e modernização. (PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO)

As tarefas de uma eventual presidência Lula estavam estabelecidas: converter a máquina de Estado capitalista num instrumento da “redistribuição de renda e da modernização”, absorvendo as demandas populares e assimilando-as na medida do possível com o objetivo da renovação democrática do governo. Nos termos de Carlos Nelson Coutinho, “a ampla incorporação organizada das grandes massas na vida política nacional”¹¹³, que deslocasse “cada vez mais ‘para baixo’ o eixo das grandes decisões hoje tomadas ‘pelo alto’”¹¹⁴. Essa incorporação das massas na vida política deveria se dar com a eleição de Lula a presidente.

O processo de renovação democrática que queria liderar o PT através da candidatura de Lula passava por este objetivo de incorporar as demandas de todas as classes sociais em seu programa, inclusive os de setores da burguesia nacional – como teorizava Coutinho com o “bloco democrático e popular” – e não um programa de independência de classe dos trabalhadores que unificasse os trabalhadores e hegemonizasse os setores explorados e oprimidos da pequena burguesia urbana e rural, em combate à burguesia nacional.

Sem este combate à burguesia e seus partidos tradicionais, é impossível sequer pensar em hegemonia dos trabalhadores, muito menos na quebra da máquina estatal da burguesia,

111Idem.

112“As bases do Plano de Ação de Governo”, VI Encontro Nacional do PT, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-asbasesdopag.pdf>.

113Carlos Nelson Coutinho, op. cit.

114Idem.

que só pode ser levada a cabo com a conquista prévia da imensa maioria dos trabalhadores para um programa revolucionário.

As consequências políticas dessa concepção de hegemonia como conciliação de classes ficarão evidentes a partir de 2003, com o primeiro governo de Lula.

3.13 O “socialismo petista” e o Governo Democrático Popular

Nossa intenção desde o início deste capítulo foi identificar a ausência de um *sentido dos fins* na discussão do PT já nos seus documentos de fundação, tendo como eixo ordenador a inexistência de um debate sobre a natureza e as funções do Estado capitalista. Mostramos como a compreensão confusa do PT acerca do Estado não podia estar mais afastada da teoria marxista do Estado. No decorrer do capítulo assinalamos algumas das falhas teóricas de origem que deram substância à ideia – que se tornou basilar na concepção do PT – de que a “conquista do poder” pelos trabalhadores coexistia com a manutenção do Estado capitalista, e se reduzia a nada mais que a chegada do PT ao Legislativo e ao Executivo pela via eleitoral.

Fazendo o percurso de 1979 a 1989 – dos documentos pré-PT, com a Carta de Santo André-Lins, até o VI Encontro Nacional do partido – fica patente que a inexistência do debate sobre as tarefas do PT diante da máquina de Estado existente (mesmo em documentos que reivindicavam a independência de classes, como o de 1979), fomentava a visão da tomada do poder como procedimento institucional e pacífico, sem a revolução dos trabalhadores. Um tema tão caro ao marxismo – e apreendido mediante experiências históricas do proletariado mundial – quanto a *destruição do velho aparato de Estado burguês* nunca figurou como objetivo para o partido que teve seu berço nas greves de São Bernardo do Campo contra a ditadura militar.

Sem a intenção de passar em revista toda a década de 1990, nos interessa apenas avaliar o documento “O socialismo petista”, aprovado no VII Encontro Nacional de 1990, como consolidação das teses anteriores, em que a luta por reformas estava rigorosamente divorciada da preparação revolucionária pela derrubada do Estado capitalista.

No VII Encontro Nacional, realizado no Anhembi em São Paulo, entre maio e junho de 1990, um dos principais documentos aprovados intitula-se “O socialismo petista”¹¹⁵. Trata-se de sintetizar as razões de existência do PT desde as lutas durante a ditadura militar. Complacente com o ecletismo teórico, faz gala de que o PT não tem filosofia oficial, e se

115“O socialismo petista”, VII Encontro Nacional do PT, 1990, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-socialismopetista.pdf>.

compõe de um intrincado rejunte de cosmovisões que coexistem: “o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais e doutrinas laicas de revolução comportamental”¹¹⁶. O desluzimento da teoria para a direção partidária – que levou em perspectiva a resultados catastróficos – aparecia, da mesma maneira, ao afirmar como mérito que a maior parte dos petistas era anticapitalista “antes por descoberta empírica do que teórica”. Essa frágil manta doutrinária foi sempre a fonte da inominável confusão com que o PT tentava, sem sucesso, explicar o que reconhecia como “socialismo”.

Frisando o pluralismo e a liberdade interna defendida pelo partido, o documento resume dessa maneira a vocação máxima do PT: “*A democracia tem para o PT um valor estratégico*”.

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. (O SOCIALISMO PETISTA)

Vimos essa mesma ideia na elaboração de Carlos Nelson Coutinho, e aqui fica registrado como a meta final clara do PT: a democracia “em geral”. O caráter amorfo de sua noção de socialismo se subordinava “oficialmente” a esse objetivo, igualmente amorfo. Exatamente quando defender os direitos democráticos, e em especial as conquistas históricas dos trabalhadores, implicava questionar o conjunto do sistema capitalista.

É quase inevitável lembrar da maneira clara com que Lênin abordava a questão da democracia numa sociedade ainda dividida em classes sociais antagônicas, em polêmica com Kautsky:

É compreensível que um liberal fale de “democracia” em termos gerais. Mas um marxista jamais deixará de perguntar: “Para que classe?”. Todos sabem por exemplo – e o “historiador” Kautsky também o sabe – que as sublevações e a grande efervescência entre os escravos na antiguidade revelaram imediatamente que o Estado antigo era em essência uma ditadura dos proprietários de escravos. Esta ditadura abolia a democracia entre os proprietários de escravos e para eles? Todos sabem que não [...] É evidente que não podemos falar de “democracia pura” enquanto existam diferentes classes; só podemos falar de democracia de classe. A democracia pura é a frase mentirosa de um liberal que trata de enganar os operários. A história conhece a democracia burguesa, que substituiu o feudalismo, e a democracia proletária, que substituiu a democracia burguesa.

Dessa reflexão de enorme envergadura teórica e política, surge que, como forma de Estado, a impossibilidade de uma “democracia pura” como objetivo torna igualmente

116Idem.

impossível falar da democratização de um suposto “Estado popular” que incorporasse as grandes massas na vida política. Sobre isso, Engels¹¹⁷ é igualmente penetrante:

Como, portanto, o Estado é uma instituição meramente transitória, que se utiliza na luta, na revolução, para submeter pela violência os adversários, é um absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado seguir necessitando do Estado, não o necessitará no interesse da liberdade, mas para dominar seus adversários, e tão cedo se torne possível falar de liberdade, o Estado enquanto tal deixará de existir.

Sem negar a possibilidade de reformas, o marxismo não gera ilusões na estratégia ilusória da democratização do Estado como objetivo em si mesmo: as reformas são subproduto da preparação da luta revolucionária por derrubá-lo.

À luz dessa reflexão, é notável a conclusão política – agora literal – que se extrai do objetivo da “democracia em geral” como fim em si mesmo, no que respeita à tarefa frente ao Estado. Em uma tentativa curiosa de polemizar com a socialdemocracia europeia, o documento registra que:

Muitos dos desafios aparentemente conjunturais – a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária – só podem ser de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas. [...] As correntes socialdemocratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a *a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base*, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, *deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar mas o próprio socialismo*. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia o seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT [grifo nosso]. (O SOCIALISMO PETISTA)

A polêmica com a socialdemocracia não parece bem posta. A socialdemocracia da II Internacional justificou sua traição à classe trabalhadora *precisamente* com a ideia da “transição parlamentar ao socialismo”, primeiro com Eduard Bernstein e depois com Karl Kautsky, no final do século XIX e início do século XX. De fato, ao delimitar-se da noção do “socialismo real”, criticando diversos dos trejeitos mais reacionários dos regimes controlados pela burocracia stalinista, o PT não retorna à experiência de Outubro de 1917, mas à doutrina socialdemocrata da democratização do Estado¹¹⁸. *De te fabula narratur*¹¹⁹.

117Carta de Friedrich Engels a August Bebel, 28 de março de 1875, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/03/28.htm>.

Ademais, o problema central é ocultar a estratégia parlamentarista do PT atrás de uma crítica sem conhecimento de causa à socialdemocracia. Segundo lógica do documento, com o cuidado do partido em apoiar-se na “mobilização das massas pela base”, seria possível chegar ao socialismo “a partir do Governo e das instituições do Estado”. A crítica à socialdemocracia se reduz a que esta divorciou a ocupação de cargos estatais da pressão social através de mobilizações. Se a acusação é legítima, a conclusão de que o socialismo viria da pressão das bases por reformas no Estado não torna as coisas melhores.

Sobre estas bases, saber o que o PT entendia por socialismo em 1990 – problema em virtude do qual a base do partido criticava a direção por não o definir com clareza – não era desafio simples. A epítome do “socialismo petista” ganha este parágrafo simbólico:

Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo. (O SOCIALISMO PETISTA)

Um ideal libertário para recuperar a unidade entre socialismo e humanismo. Como vemos, o empirismo não levou apenas a filosofia inglesa ao caminho do conservadorismo político.

Sucedem que, ainda que seja impensável a fundação do PT sem levar em consideração o ascenso do proletariado brasileiro no ABC paulista, na década de 1970, tampouco se podem compreender as bases programáticas e estratégicas deste partido sem ter em conta algumas ideias predominantes nas “esquerdas” latino-americanas: a substituição do socialismo pela “radicalização da democracia”; a substituição da classe trabalhadora como sujeito revolucionário por formas diversas de “sujeitos populares”; a transformação do conceito de

118Um dos itens do documento “Por um governo democrático-popular”, aprovado no VIII Encontro Nacional do PT, realizado em Brasília em junho de 1993, se chama “Democratizar o Estado”, com as indicações correspondentes: *“Devemos incorporar à campanha eleitoral de 1994 a defesa das seguintes medidas: proporcionalidade estrita no sistema eleitoral (a cada eleitor um voto de igual valor, assegurada a representação de cada Estado); a rejeição de barreiras elevadas para o reconhecimento dos partidos e a presença dos seus deputados no Parlamento; adoção de legislação que fortaleça os partidos (fidelidade partidária e perda de mandato); eleição por lista partidária; democratização da propriedade e do acesso aos meios de comunicação de massa; investigação rápida e punição rigorosa de todos os envolvidos em crimes de corrupção; democratização e controle externo do Judiciário; democratização das Forças Armadas; combate à ideologia da segurança nacional; garantia dos direitos sindicais e da livre organização dos trabalhadores nas empresas; regulamentação dos itens da Constituição de 1988 que viabilizam a prática do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular na proposição de leis”*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-porungovernodemocratico.pdf>.

119“A fábula fala de ti”, Horácio.

hegemonia da classe operária em uma conformação de alianças policlassistas com um verniz socialdemocrata, separada da estratégia revolucionária diante do problema do Estado.

Não é casual que os cultores destas ideias tenham encontrado no PT um paradigma de “construção hegemônica”, e cheio de promessas quanto às possibilidades de gerar uma mudança próxima ao socialismo nos marcos da democracia capitalista.

Um autor argentino radicado no Brasil, Raúl Burgos, tentando demonstrar a presença de temáticas gramscianas nas “esquerdas” *aggiornadas* da América Latina¹²⁰, assinalava, a propósito do PT:

O 1º Congresso será um momento importante da discussão coletiva onde se chega a uma síntese significativa sobre a questão do socialismo e sobre o tema da estratégia para conquistá-lo, que continuam vigentes até hoje. As resoluções do Congresso caracterizam o tipo de estratégia adotada como uma estratégia com ‘ênfase na disputa de hegemonia’ [...] e o lugar destacado que este conceito alcançou na definição do PT fica claro nas colocações de duas seções fundamentais das resoluções intituladas ‘O papel central da disputa de hegemonia’ e ‘A disputa de hegemonia hoje’, onde são desenvolvidos os conteúdos desta estratégia. (BURGOS, 1997)

Sobre as ações no nível do Estado, diz o documento citado por Burgos, aprovado no 1º Congresso do PT em 1991¹²¹:

A ação de governo que o PT exerce hoje deve ser vista como um elemento decisivo na construção de nossa hegemonia, já que se trata de governar, executar políticas e democratizar o Estado, acionar a participação e o controle popular, conviver e interatuar com outros setores, segmentos e classes sociais, exercer de fato o direito à hegemonia, legitimada nas urnas, ainda que seja por ora em nível municipal [...] Em resumo, disputar hegemonia hoje significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação da cidadania e do trabalho, de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil. (BURGOS, 1997)

Deixando de lado qualquer interpretação “leninista” da questão da hegemonia, o PT passou a propor uma “hegemonia” como forma de lutar pelo socialismo “dentro da democracia”, ou seja, uma hegemonia que não se orientava a fazer a revolução socialista contra o Estado capitalista, mas limitar-se a reformá-lo – o que em toda a história do século XX auxiliou o represtígio da hegemonia burguesa.

¹²⁰Raúl Burgos, “La interferencia gramsciana en la producción teórica y política de la izquierda latinoamericana”. Documento preparado para o Encontro da *Latin American Studies Association*, Continental Plaza Hotel, Guadalajara, México, em abril de 1997. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa97/burgos.pdf>.

¹²¹Sobre este Congresso, ver acervo da Fundação Perseu Abramo, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>.

Não obstante, a construção supostamente “hegemônica” do PT terminou se transformando, depois de chegar ao poder, segundo Massimo Modonesi¹²², em um “conservadorismo reformista moderado” que, enquanto com o Bolsa Família e a criação de 10 milhões de empregos garantia certa melhoria nas péssimas condições de vida de um setor significativo da população brasileira, atuava como um “gendarme espetacular do capital” para garantir os negócios do empresariado, como expressa Ricardo Antunes¹²³.

122Massimo Modonesi, “*Horizontes Gramscianos: Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci*”, disponível em: <https://massimomodonesi.files.wordpress.com/2014/04/modonesi-horizontes-gramscianos.pdf>.

123Ver entrevista de Ricardo Antunes à revista Ideias de Esquerda, disponível em: <http://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=126>.

4. A terceirização e a precarização do trabalho nos governos do PT

Existem vastos estudos que mostram o avanço da terceirização, da informalidade e da precarização das condições de trabalho no Brasil desde a fase recessiva da economia em 1992-1993 e a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Estudos mais recentes mostram que, durante toda a década de 2000 no Brasil, essa tendência de crescimento do trabalho precário seguiu e se acentuou, em sintonia com o avanço da integração internacional das cadeias de produção, com o volume do comércio mundial e a expansão da exportação de capitais¹²⁴. A prática política do PT no governo, derivada do desenvolvimento das concepções que tratamos no capítulo anterior, colocou o partido em sintonia com o empresariado numa das dimensões mais sensíveis da conciliação de classes, do ponto de vista do capitalismo: as condições de vida da classe trabalhadora e seus direitos trabalhistas. A tese sobre a possibilidade de “unir os interesses dos empresários com os trabalhadores” tinha de redundar, por conclusão lógica, na subordinação dos interesses dos trabalhadores à necessidade de lucratividade dos empresários.

Antes de nos centrarmos neste ponto, cumpre fazer uma incursão teórica sobre as tendências internacionais que atravessam as modificações na estrutura morfológica do trabalho.

O capitalismo, em suas últimas décadas, vem apresentando um movimento tendencial em que terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação de sua lógica. (ANTUNES e DRUCK; 2014, p. 13)

Assim, em plena eclosão da mais recente crise global, a partir de 2007-2008, esse quadro se intensificou e assistimos a uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, de matriz taylorista/fordista, que foi dominante no século XX e vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de terceirização, informalidade e precarização, ampliando os mecanismos de extração de sobretrabalho em tempo cada vez menor. Assim, a informalidade deixa de ser exceção para tendencialmente tornar-se a regra e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível, se não houver contraposição forte a esse movimento tendencial à escala global.

Os países que conformam a periferia do capitalismo, os países ditos coloniais e semi-coloniais, são os principais centros dos laboratórios da precarização do trabalho; mas esta tendência não se restringe a estas nações. Os países centrais também passam pelo processo da “acumulação flexível” do capital – segundo os termos de Antunes e Druck – aprofundando a

124Ver Ricardo Antunes, “*O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*”.

lógica do toyotismo que assumiu a dianteira, na década de 1980, frente ao modelo taylorista/fordista. Desenvolveu-se uma estrutura produtiva mais flexível através da desconcentração produtiva – a pulverização do processo produtivo em diferentes localidades dentro de um país, e no interior de diversos países – das redes de subcontratação (terceirização), da multivariada das funções e do rebaixamento salarial, do “envolvimento colaborativo” em situações de semi-assalariamento, das intrincadas redes dos trabalhos de meio-período (os *part-time jobs* na Europa), dos contratos de *zero-hora* (dentro dos quais os trabalhadores só recebem pelo horário em que empregam sua força física, não importando quanto tempo ficam à disposição do patrão), entre outras. O trabalho “polivalente” e a integração das indústrias com um gigantesco apêndice de empresas terceirizadas modificam consideravelmente a paisagem do mundo do trabalho comparado com o que conhecíamos no século XX, inclusive em suas últimas décadas, que presenciaram em germen a introdução dos primeiros elementos da informatização.

Para o conceito de terceirização, é importante notar a definição de Paula Marcelino (2008), segundo a qual a terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução dos custos com a força de trabalho e/ou externalização dos conflitos trabalhistas.

Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação dos postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, envolvimento, terceirização ampliada, tudo isso passa a integrar a pragmática da empresa flexível. Como paralelo, vale a referência: se no apogeu do taylorismo/fordismo mensurava-se a pujança de uma empresa pelo número de operários que nela exercia sua atividade laboral – a era do operário-massa – pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da ‘empresa enxuta’, são merecedoras de destaque as empresas que mantêm menor contingente de trabalhadores e, apesar disso, aumentam seus índices de produtividade (ANTUNES e DRUCK; 2014, p. 14).

Esta tendência caminha lado a lado com a ampliação descomunal do trabalho terceirizado, rotativo e precário acoplado ao serviço destas mesmas empresas. Teremos ocasião de falar mais detidamente sobre isso num item à parte. O importante é deixar marcado que a tendência de informalização precária da estrutura do trabalho atravessa as mais distintas formações econômico-sociais, não sendo mais uma característica distintiva dos países de desenvolvimento capitalista atrasado.

Krein e Teixeira (2016, p. 114-116), com base em um apanhado na literatura, assinalam diferentes fatores que contribuem para a terceirização, bem como discorrem sobre suas formas de manifestação. Destacam o fenômeno da financeirização, que passa a exigir respostas de rentabilidade a curto prazo, conforme o padrão do mercado financeiro; o desenvolvimento das

comunicações e dos transportes, que tornou viável a constituição e a integração de redes de subcontratação; a redução de custos e a focalização na atividade-fim da empresa (que hoje, no Brasil já admite contratos terceirizados); a concorrência internacional e a busca por níveis elevados de produtividade, que levaram as grandes companhias a submeterem os países periféricos às diretrizes mundiais de gestão do processo de produção sob o domínio delas, à reorganização da produção e à redução de custos; e a tendência hegemônica de defesa da flexibilização como ajuste da força de trabalho a esse contexto. Sobre as formas de manifestação concernentes às relações de trabalho inerentes à terceirização que provocam precarização dos trabalhadores, os referidos autores sublinham: repercussões negativas na remuneração e seus benefícios; contratação temporária de trabalhadores por meio de agências de intermediação, caracterizando relação de emprego triangular; contratação de cooperativas, pessoa jurídica, autônomo, trabalho estágio; trabalho informal; trabalho especializado, sem necessariamente reduzir direitos trabalhistas; e trabalho “escravo”.

Durante última década no Brasil, segundo Antunes e Druck, o crescimento e difusão da terceirização se tornou uma modalidade de organização, gestão e controle do trabalho que exige total flexibilidade em todos os níveis (ANTUNES e DRUCK, 2014). Essa modalidade, terrível para o trabalhador, não elimina *tout court* o trabalho contratado: ela o cerca, enfraquece sua organização, fragiliza sua condição – na medida em que, muitas vezes, a fronteira entre o trabalho contratado e terceirizado é tênue.

A reforma trabalhista, aprovada em 2017 pelo governo golpista de Temer, já flexibilizava inúmeros dispositivos que na CLT se destinavam a conferir alguma proteção parcial ao trabalhador na assinatura dos contratos. Em agosto de 2018, o Supremo Tribunal Federal – que desempenhou um papel seminal na consecução do golpe institucional, e posterior eleição de Jair Bolsonaro – aprovou, por sete votos a quatro, a terceirização de qualquer tipo de atividade, até mesmo das chamadas atividades-fim (que são as que identificam a atuação de uma empresa ou de uma instituição), o que ficou conhecido como “terceirização irrestrita”. Estas medidas selvagens contra os trabalhadores e altamente benéficas ao empresariado denotam um dos aspectos mais característicos do tipo dependente e semicolonial da classe dominante brasileira, em sua cruzada por atrair investimentos estrangeiros ao país.

A diferenciação, conferida pela terceirização, se dá em todos os âmbitos da relação de compra e venda da força de trabalho: na forma de inserção, no tipo de contrato, nos níveis salariais e na jornada de trabalho. A centralidade que a terceirização do trabalho tem na

estratégia patronal não se reduz à flexibilização de direitos e de salários: ela incorpora uma dimensão mais cruel, que insere uma divisão tendencialmente estrutural entre trabalhadores “de primeira e segunda categoria”, que cumprem a mesma função mas cujos direitos são diferenciados, que mesmo trabalhando na mesma empresa, não tem o mesmo vínculo empregatício (ANTUNES, 2018). Essa discriminação, alimentada conscientemente pela patronal, se explicita em todos os âmbitos da vida cotidiana: desde o treinamento – em geral menor para os terceirizados – no acesso limitado às instalações da empresa (refeitórios e vestiários), na utilização de uniformes distintos (inclusive a rotatividade dos mesmos uniformes entre trabalhadores terceirizados que se sucedem rapidamente uns aos outros, como vastamente comum na indústria gráfica e alimentícia, uma forma patente de humilhação), nas revistas na entrada e saída do turno, nas jornadas mais extensas, na intensificação do trabalho e na maior rotatividade.

O adoecimento ocupacional e a elevada taxa de acidentes de trabalho, se são generalizados no modo de produção capitalista, são ainda mais agravados na situação de extrema vulnerabilidade dos trabalhadores subcontratados e terceirizados, uma vez que as empresas que usufruem de seus serviços eximem-se da responsabilidade formal por estes operários¹²⁵.

Conforme estudo realizado de Druck e Franco (2007), a terceirização do trabalho, que teve seus pilares estabelecidos nos governos neoliberais do PSDB da década de 90 (os anos de Fernando Henrique Cardoso), cresceu em todas as direções na década de 2000, destacadamente no setor público e nas empresas estatais. Estes setores abriram caminho para o avanço da precarização do trabalho através da terceirização nos setores: bancário,

125Em 2017, o Ministério da Saúde relatou que “Entre 2010 e 2015, o Ministério da Saúde registrou 439,4 mil acidentes de trabalho grave, 276,6 mil acidentes de trabalho por exposição a material biológico e 30,5 mil intoxicações exógenas (exposição a substâncias químicas) relacionadas ao trabalho” (Cf. “Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana”, 03/08/2017). De 2012 a 2016, houve 3,5 milhões de casos de acidentes de trabalho, com 13,3 mil mortes. O Brasil é a quarta nação do mundo que mais registra acidentes durante atividades laborais, atrás apenas da China, da Índia e da Indonésia (Cf. “Correio Braziliense”, 05/06/2017).

telemarketing, petroquímico¹²⁶, petroleiro, empresas estatais e privatizadas de energia elétrica, comunicações e serviços públicos de saúde¹²⁷.

Em pesquisa nacional realizada em 2006 com trabalhadores do setor químico, entre as atividades mais terceirizadas, além dos chamados serviços periféricos (limpeza, vigilância e refeição) aparecem a manutenção (32,8%) e a montagem (24,6%). No que se refere às negociações, 52% dos trabalhadores terceirizados responderam que nunca haviam negociado cláusulas, 25% já haviam negociado e 5% estavam negociando¹²⁸. No sistema financeiro destacam-se os bancos e os *call centers*, que congregam centenas de milhares de trabalhadores ou “infoproletários” (ANTUNES e BRAGA, 2009). A evolução do emprego bancário entre 1994 e 2005 é indicativa do crescimento da terceirização no setor: enquanto o número de bancários caiu 26,47%, o de “não bancários” (terceirizados) subiu 39,54% e, em 2005, representavam 32% do total de trabalhadores de banco (DIEESE, 2007).

Sobre o Brasil, em 2009, Graça Druck declara que:

Hoje, considera-se que há uma nova precarização social do trabalho no Brasil. É nova porque foi reconfigurada e ampliada, levando a uma regressão social em todas as suas dimensões. Seu caráter abrangente, generalizado e central: 1) atinge tanto as regiões mais desenvolvidas do país (por exemplo, São Paulo) quanto as regiões mais tradicionalmente marcadas pela precariedade; 2) está presente tanto nos setores mais dinâmicos e modernos do país (indústrias de ponta) quanto nas formas mais tradicionais de trabalho informal (trabalho por conta própria, autônomo, etc.); 3) atinge tanto os trabalhadores mais qualificados quanto os menos qualificados. Enfim, essa precarização se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragiliza os vínculos e impõe perdas dos mais variados tipos (direitos, emprego, saúde e vida) para todos os que vivem do trabalho (DRUCK, 2009, p. 61).

Os resultados da pesquisa do DIEESE-CUT de 2011 registravam que, em 2010, os setores “tipicamente terceirizados” correspondiam a 25,5% dos empregos formais no Brasil. A

126“Em pesquisa realizada em 2004 no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, essas tendências também se confirmaram, pois houve difusão e generalização da terceirização para todas as áreas de atividades das empresas. A proporção de trabalhador terceirizado/subcontratado por trabalhador contratado diretamente cresceu: para 10 empresas que forneceram essas informações, constatou-se uma relação de 63,7% de trabalhadores terceirizados contra apenas 36,3% de trabalhadores contratados diretamente. Também houve diversificação e implementação de novas modalidades: empresas prestadoras de serviços especializados não industriais, locadoras de mão de obra, cooperativas, prestador de serviços/firma individual (empresa filhote) e ONG/Entidades Sem Fins Lucrativos. Para um subconjunto de seis empresas que forneceram informações sobre remuneração de trabalhadores contratados e terceirizados, o custo de um trabalhador subcontratado é de 1,4 a 5 vezes menor do que o do trabalhador contratado.” Ver análise apresentada em Druck e Franco (2007).

127DRUCK, G.; FRANCO, T. (orgs). “*A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*”. São Paulo: Boitempo, 2007.

128ANTUNES, R. (org). “*Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*”. São Paulo: Boitempo, 2013.

institucionalização da terceirização (que começou a receber cobertura “legal” no Brasil com o Decreto-Lei nº 200/1967¹²⁹) estabeleceu como norma padrão uma série de violações patentes dos mais elementares direitos trabalhistas de uma ampla camada de trabalhadores assalariados. Esta mesma pesquisa do DIEESE-CUT informa que a remuneração dos empregados em setores tipicamente terceirizados foi, se nos restringimos ao ano de 2010, 27,1% menor do que a dos demais empregados; a jornada de trabalho dos terceirizados foi três horas superior; o tempo de permanência dos terceirizados no emprego foi 55,5% menor que o dos demais empregados e a taxa de rotatividade nas empresas tipicamente terceirizadas foi de 44,9%¹³⁰.

Se circunscrevemos a abordagem ao Estado de São Paulo, o mais industrializado do país, a evolução da terceirização não foi menos tremenda: segundo Márcio Pochmann, o número de trabalhadores formais em atividades tipicamente terceirizáveis foi de 110 mil em 1995 para 700 mil em 2010, aumento de quase 650%. No período de 1996 a 2010, o crescimento médio do emprego formal terceirizado foi de 13,1% ao ano¹³¹.

Em estudo do DIEESE de março de 2017, verifica-se que em 2014, havia 12,5 milhões de vínculos ativos nas atividades tipicamente terceirizadas e 35,6 milhões nas tipicamente

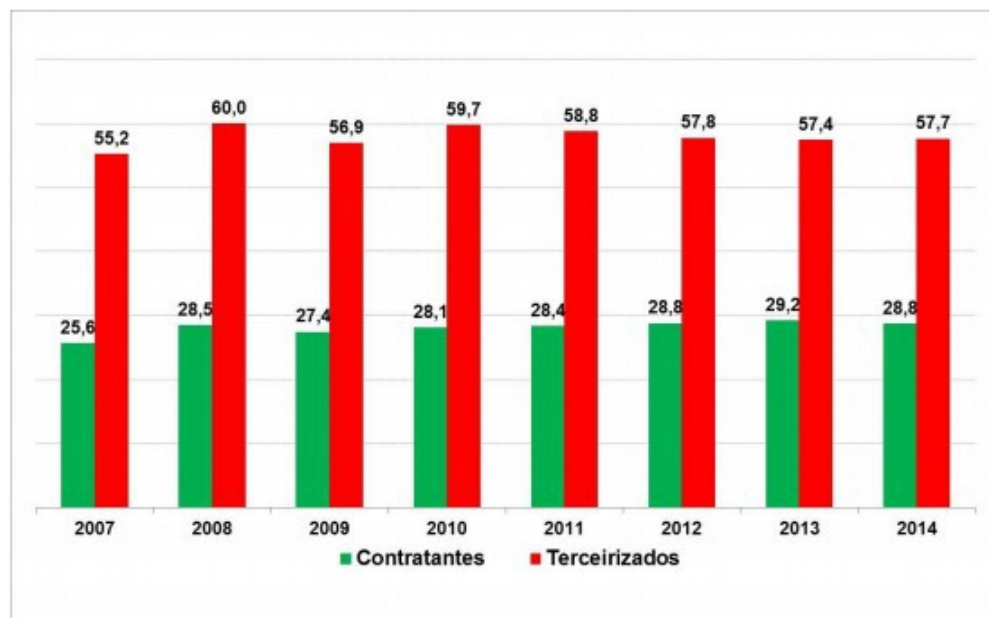
129A terceirização no Brasil está coberta legalmente por quatro instrumentos principais: 1) O Decreto-Lei nº 200/1967, que autoriza a contratação de serviços pela administração pública federal, justificada para “[...] impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa” e “[...] para melhor incumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle [...]”, repassando as atividades de execução para a iniciativa privada, desde que aprovada a sua experiência e competência na atividade; 2) A lei do trabalho temporário, de 1974, que permite às empresas contratar outras empresas especializadas em trabalho temporário, somente para situações justificadas, como a substituição de empregados regulares por motivo de afastamento (licença-maternidade, férias ou outra ocorrência) e em casos de necessário aumento de produção ou serviços em determinados períodos atípicos. Esse contrato é por tempo determinado e não poderá exceder três meses, a não ser em casos autorizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, através de sua representação local. São garantidos pela lei todos os direitos aos trabalhadores contratados temporariamente, nos mesmos termos que os trabalhadores regulares, além de definir que a remuneração será equivalente a quem substituírem. Em 1997 e, posteriormente, em 2004, duas instruções normativas ampliam as possibilidades de contratação de trabalho temporário, ampliando o período (de três para seis meses, desde que comprovada a sua necessidade), definindo que o trabalhador temporário pode atuar tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim da empresa contratante; 3) o Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, de 1993, define como ilegal a intermediação de mão-de-obra e ao mesmo tempo garante que a contratação irregular de trabalhadores, através de empresa interposta, não caracteriza vínculo de emprego no caso da administração pública; permite a subcontratação de serviços na área de vigilância, conservação e limpeza e em todas as atividades-meio das empresas contratantes; 4) e por último, o mais importante mecanismo da legalização da terceirização na forma mais perversa que ela pode tomar: a Lei nº 8.949, de 1994, que possibilita a organização de cooperativas de prestação de serviços, constituída por trabalhadores, que poderão executar o trabalho dentro da empresa contratante. Estabelece que qualquer que seja o tipo da cooperativa, não existe vínculo empregatício de seus membros, já que esses não são assalariados e, portanto, não estão sob a proteção da CLT, nem das leis e normas trabalhistas, e nem mesmo das convenções coletivas. Ver Druck (2009).

130Fonte dos dados da pesquisa Dieese-CUT 2011.

131Márcio Pochmann, 2012.

contratantes, ou seja, essas últimas respondem por cerca de um quarto dos vínculos de trabalho formais no Brasil¹³². Nas atividades tipicamente contratantes, quando se observa a relação entre vínculos ativos e vínculos rompidos ao final de 2014, nota-se que de cada 100 vínculos ativos pouco mais de 40 foram rompidos. Já nos setores tipicamente terceirizados, essa relação é de 100 vínculos ativos para 80 rompidos. Esse último dado indica como os vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas oferecem estruturalmente uma alta rotatividade.

**Taxa de rotatividade descontada em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil - 2007-2014 (em %)**



Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

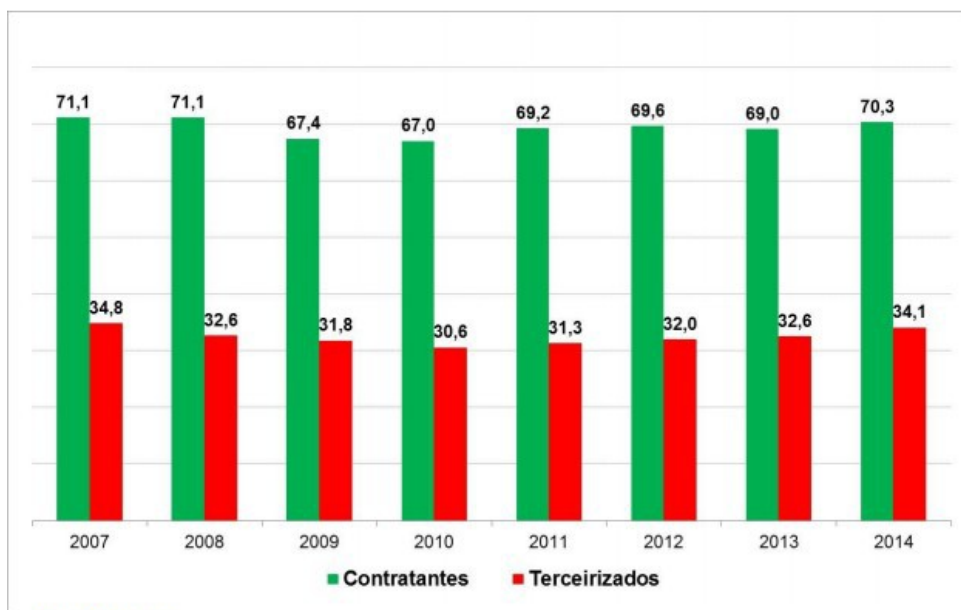
Obs.: Exceto desligamentos a pedido do trabalhador, falecimentos, transferências e aposentadorias

Quando se exclui do total de vínculos rompidos aqueles que ocorreram a pedido do trabalhador, por morte ou aposentadoria e as transferências de trabalhadores entre unidades da mesma empresa, chega-se à taxa de rotatividade descontada. Esse indicador reflete a qualidade dos postos de trabalho, pois diz respeito à maior ou menor estabilidade do posto de trabalho. Quanto maior a taxa de rotatividade descontada, menor a estabilidade, portanto, menor a qualidade do posto de trabalho.

¹³²DIEESE, "Terceirização e precarização das condições de trabalho Condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes", março 2017.

A taxa de rotatividade descontada nas atividades tipicamente terceirizadas, em praticamente todos os anos analisados pela pesquisa acima mencionada, é o dobro da que se verifica nas atividades tipicamente contratantes.

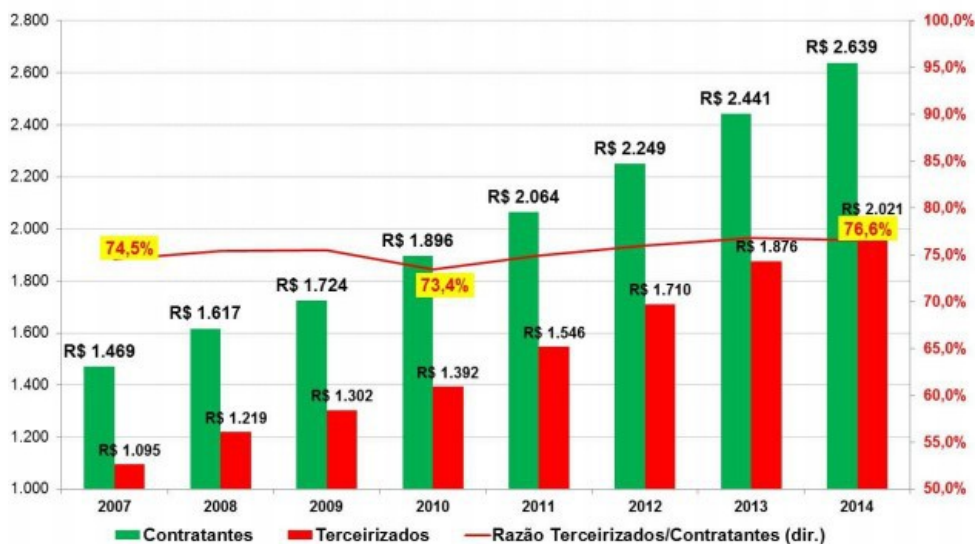
**Tempo médio de duração dos vínculos formais de emprego nas atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil, 2007-2014 (em meses)**



Fonte: MTb. Rais
Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional
Obs.: Inclui apenas vínculos ativos

Em 2014, os vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas duravam, em média, 34,1 meses ou 2 anos e 10 meses. Já nas atividades tipicamente contratantes, a duração média dos vínculos era de 70,3 meses ou 5 anos e 10 meses. A análise comparativa da remuneração nominal média mostra que, nas atividades tipicamente terceirizadas, ela é inferior à praticada nas atividades tipicamente contratantes. De 2007 a 2014, essa diferença se manteve, em média, entre 23% e 27%. Em dezembro de 2014, a remuneração média nas atividades tipicamente contratantes era de R\$ 2.639, enquanto nas atividades tipicamente terceirizadas era de R\$ 2.021.

**Remuneração nominal média dos vínculos formais de emprego segundo atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil, 2007-2014 (Em R\$ e %)**

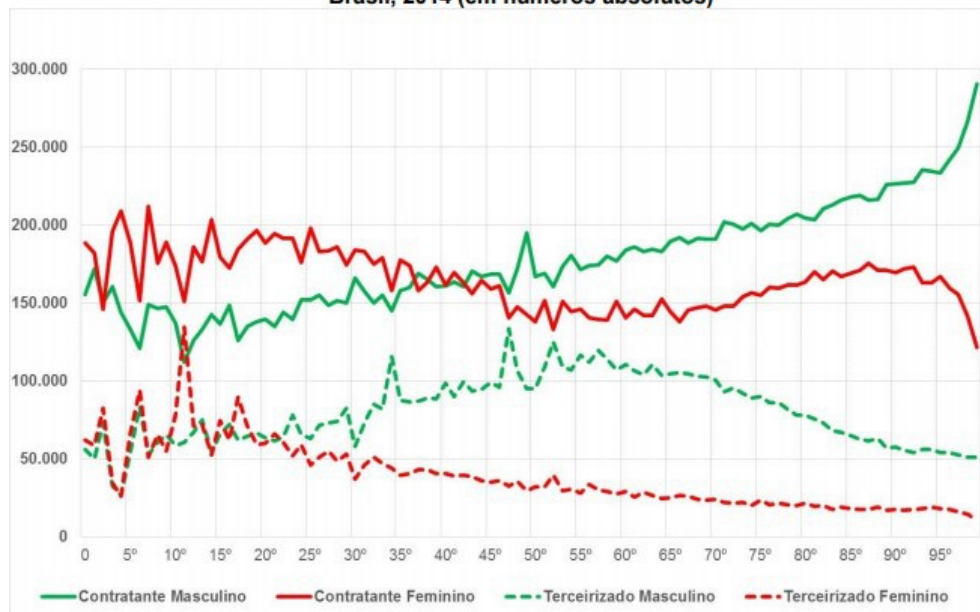


Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

Segundo o sexo, podemos observar que os homens empregados em atividades tipicamente terceirizadas concentram-se em estratos intermediários de remuneração e as mulheres nos estratos com os menores rendimentos. As mulheres, especialmente as negras, são os segmentos sociais mais castigados pelo flagelo da terceirização, tanto nas condições de vida quanto na situação de remuneração.

**Distribuição dos vínculos formais de emprego por faixa de remuneração, segundo sexo em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil, 2014 (em números absolutos)**

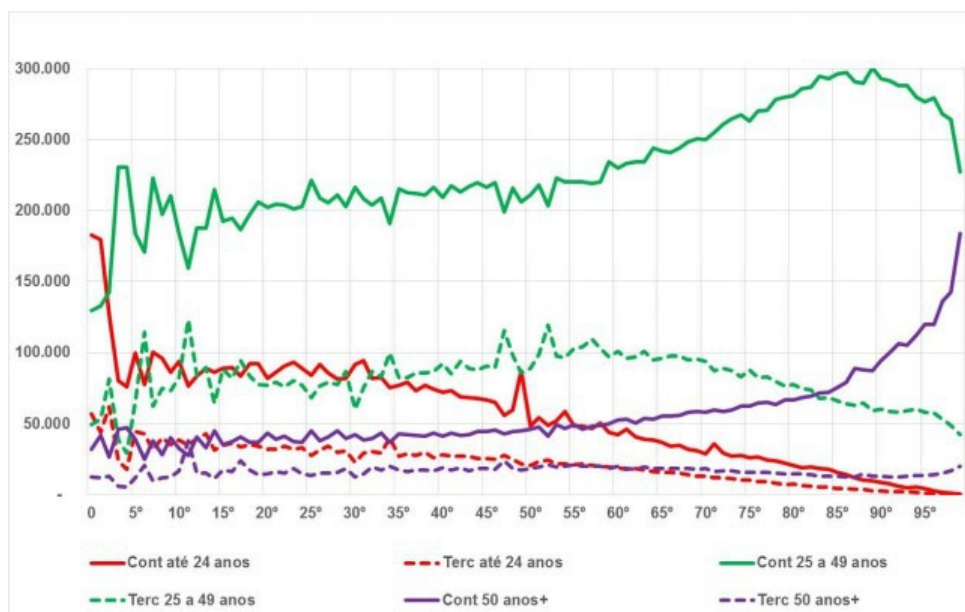


Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE. Subseção CUT

Já observando a distribuição dos vínculos por faixas etárias e de remuneração, é notável como há menos jovens até 24 anos em níveis mais elevados de remuneração nas atividades terceirizadas. Nas atividades contratantes também se observa queda na participação dos jovens até 24 anos quando se avança em direção às maiores faixas de remuneração, embora tenham maior participação na comparação com os jovens que desenvolvem as atividades laborais nas atividades terceirizadas.

Distribuição dos vínculos formais de emprego por faixas de remuneração e etárias em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes -Brasil, 2014 (em números absolutos)



Fonte: MTb. Rais
Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

A conclusão do estudo do DIEESE de 2017 é inequívoca quanto ao avanço da terceirização, no período de 2007 a 2014:

A taxa de rotatividade descontada é duas vezes maior nas atividades tipicamente terceirizadas (57,7%, contra 28,8% nas atividades tipicamente contratantes). Nas atividades tipicamente terceirizadas, 44,1% dos vínculos de trabalho foram contratados no mesmo ano, enquanto nas tipicamente contratantes, o percentual foi de 29,3%. 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas tinham jornada contratada entre 41 e 44 horas semanais. Já nos setores tipicamente contratantes, a proporção era de 61,6%. Os salários pagos nas atividades tipicamente terceirizadas fora da região Sudeste eram menores, o que reforça as desigualdades regionais. O percentual de afastamentos por acidentes de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas é maior do que nas atividades tipicamente contratantes - 9,6% contra 6,1%. Os salários nas atividades tipicamente terceirizadas eram, em média, 23,4% menor do que nas atividades tipicamente contratantes. (DIEESE, 2017).

Participação dos vínculos formais de emprego com jornada contratada de 41 a 44 horas semanais, por faixa de remuneração, em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil, 2014 (% em relação ao total dos vínculos do setor)



Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

Segundo o DIEESE, em 2014, a maior proporção de vínculos em atividades terceirizadas esteve no Sudeste, seguido pela região Sul. Isso confirma a hipótese de Druck acerca da disseminação da precarização do trabalho não apenas nas regiões tradicionalmente pobres do país, mas também naquelas que abrigam as formas mais avançadas da indústria. No Norte, há menor participação desse tipo de atividade econômica (19,9%). Em todas as regiões, verifica-se queda no percentual de vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas, à medida que se avança em direção aos níveis mais elevados de remuneração. Essa queda é mais expressiva no Nordeste, onde somente 12,6% dos vínculos de emprego nas atividades tipicamente terceirizadas se inserem no maior estrato de remuneração. No Sudeste, este percentual atinge 21,2%.

**Participação dos segmentos tipicamente terceirizados no total de vínculos formais de emprego segundo quartos da distribuição da remuneração
Brasil, Grandes Regiões, 2014 (em %)**

Faixa de remuneração	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
25% menores remunerações	20,6	26,0	31,4	30,6	25,0	28,3
2º quarto	22,8	29,6	29,7	26,8	25,7	28,4
3º quarto	24,5	23,9	31,4	27,4	25,6	28,8
25% maiores remunerações	12,2	12,6	21,2	16,7	11,3	17,9
Total	19,9	24,0	28,1	25,1	21,2	25,8

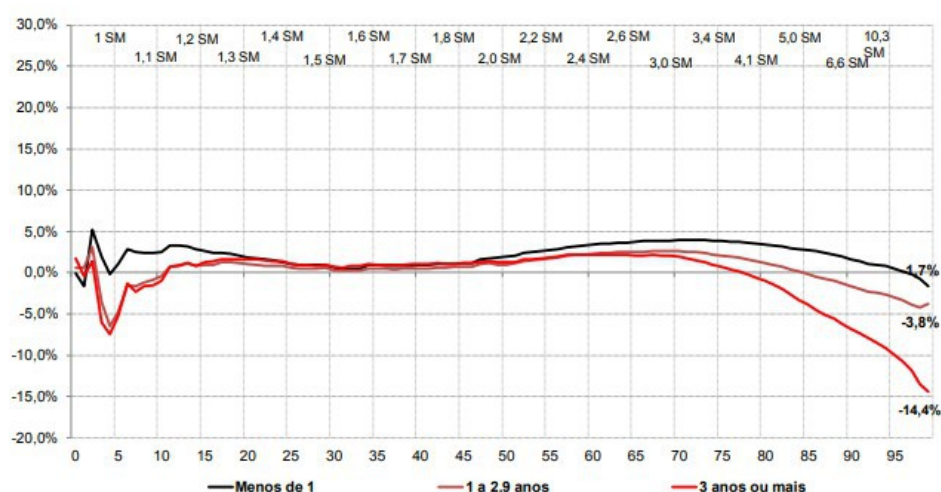
Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

Obs.: Remuneração em dezembro

Normalmente, quanto mais longo é o tempo no emprego, maiores são os salários e a remuneração. No entanto, quando se comparam os vínculos com o mesmo tempo no emprego nas atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes, as diferenças salariais são expressivas a partir do patamar de 3,4 salários mínimos, alcançando diferença média acumulada de -14,4%.

**Diferença salarial média acumula por faixa salarial e por faixa de duração do vínculo de emprego em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil, 2014 (em %)**



Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

Os dados são muito chamativos sobre a acentuação do processo de terceirização e precarização do trabalho durante o segundo mandato de Lula, e o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Naturalmente falamos também de processos regionais estaduais e municipais, não apenas a nível federal, que envolvem distintas forças do espectro político. Entretanto, dotado dos postos primordiais no Executivo federal, o PT decidiu não ser empecilho algum aos empresários, nacionais e estrangeiros, que se beneficiaram da leniência do governo diante da perda de acelerada de direitos trabalhistas e a alteração estrutural das formas contratuais de trabalho. Em 2003, apenas chegado ao governo, Lula propôs uma “limpeza” de 100 artigos da CLT, entre os quais figurava item sobre o direito de descanso das mulheres¹³³; em 2007, voltou ao tema da flexibilização da CLT para defender que a adoção de contratos especiais para jovens de 15 a 24 anos desempregados, já que “não é possível que coisas feitas em 1943 não precisem de mudanças para 2007, 2008”¹³⁴. Tudo isso, antes mesmo que Dilma, em junho de 2015, sancionasse a Medida Provisória 665, convertida na Lei 13.134, que restringiu o acesso a direitos trabalhistas como o seguro-desemprego, o abono salarial e o seguro defeso.

Vejamos como estas alterações afetaram alguns dos principais ramos da economia.

4.1 O setor de telecomunicações como caso exemplar da precarização do trabalho na década de 2000

Grande parte dos elementos que caracterizam atualmente o trabalho no setor de telecomunicações, do ponto de vista técnico, surge a partir da década de 1970 com as novas tecnologias responsáveis pela digitalização de serviços e produtos de comunicação e pela informatização inserida nos anos 1990. O mercado brasileiro do setor de telecomunicações foi alterado profundamente a partir do amplo processo de privatização operado pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que dissolveu e vendeu o Sistema Telebrás – anteriormente estatal – entre 1995 e 1998 (CAVALCANTE, 2014).

Os impactos das políticas neoliberais dos anos 1990 no setor de telecomunicações foram efetivados em três etapas:

133“O artigo 384 da CLT, que o ministério [do Trabalho, chefiado por Jacques Wagner] quer extinguir, diz que a mulher tem direito a descanso de 15 minutos entre o término da jornada de trabalho normal e o início da adicional. ‘Isso valia para o período em que a CLT foi editada, em 1943, quando o entendimento era que a mulher era frágil. Hoje, elas até dirigem caminhão’, afirma Otávio Brito, consultor jurídico do ministério, encarregado de ‘limpar’ a CLT. ‘Imagine uma mulher que chefia uma seção composta por homens ter de parar seu trabalho por 15 minutos para poder cumprir a lei. Isso não faz sentido.’” Folha de São Paulo, 22/04/2003, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2204200304.htm>.

134Gazeta do Povo, 17/05/2007.

A primeira é a decisão de quebra do monopólio e desestatização do setor desde o início de 1995, com a aprovação de uma Emenda Constitucional e a elaboração do Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste), que buscava a valorização das companhias para futura venda. A segunda etapa é inaugurada com a Lei Mínima de 1996, que possibilitou e regulamentou a exploração privada de serviços considerados não essenciais como a telefonia celular. A terceira e derradeira fase veio com a aprovação da Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que substituiu o código de 1962 (exceto em relação à radiodifusão) e a concretização da venda do Sistema Telebrás em julho de 1998, após ser fatiado em quatro regiões, correspondentes às antigas teles estaduais: três áreas de telefonia fixa local (assumidas por Telefônica, Telemar e Brasil Telecom – hoje, as duas últimas formam parte da Oi) e uma de longa distância, a Embratel; todas estas empresas operavam em regime público de concessão. (CAVALCANTE; 2014, p. 187).

Estas modificações na paisagem do mercado de telecomunicações beneficiaram amplamente o capital estrangeiro. Há quatro grandes corporações que controlam esse mercado no Brasil: a espanhola Telefônica, a mexicana Telmex/América Móvil, a italiana Tim, e a Oi (Brasil/Portugal).

Os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva não alteraram a essência desse processo de privatizações e favorecimento de um escopo reduzido de grandes monopólios; pelo contrário, promoveram uma delas, a Oi, como “campeã nacional” do setor¹³⁵. Dessa forma, enquanto continuidade desobstruída, o projeto de privatização das telecomunicações dos 1990 (em especial do Sistema Telebrás) recebeu a chancela dos governos do PT, também nos governos de Dilma Rousseff.

Esse fato teve impactos claros nas condições de trabalho. Conforme Cavalcante (2014), o período foi marcado por intensas reformas na regulação dos contratos de trabalho no setor de telecomunicação, orientadas principalmente por políticas neoliberais que se caracterizaram especialmente pela promoção de modalidades contratuais “flexíveis”, ou seja, permitiam, de acordo com o interesse das empresas privadas, um manejo da força de trabalho adequado à flexibilização e precarização das condições de trabalho (atingindo o cume nos “cômodos infernais” dos *call centers*). Essas reformas diminuíram o poder de ação coletiva dos trabalhadores, e por conseguinte, abriram caminho para a redução desimpedida de direitos e

135Ver Cavalcante (2012). Segundo o autor, esse processo de favorecimento de grandes monopólios apenas se aprofundou no governo Dilma Rousseff, reforçando os ideais do plano de privatização, propondo parcerias público-privadas com as empresas para a oferta de serviços (que em geral, seguem sendo, como não poderia deixar de ser, altamente precários para os usuários, e especialmente para os trabalhadores provedores de serviços). Em fevereiro de 2012, o governo Dilma lançou um projeto de desoneração de impostos para as empresas privadas na ordem de R\$6 bilhões, para que estas participassem do chamado Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

garantias trabalhistas, antes mesmo da série de contrarreformas reacionárias oriunda do golpe institucional.

4.2 Brazilian Call Center Industry Report

A pesquisa intitulada *Brazilian Call Center Industry Report* (2005)¹³⁶ aplicou questionários em 103 empresas de teleatendimento no Brasil, com um total de 126 mil empregados, e verificou a agonia dos direitos trabalhistas em meio ao surto de crescimento dos postos de trabalho precários nas telecomunicações¹³⁷. Dessa amostra, verificou-se que 76,2% da força de trabalho era composta de mulheres e mais de 74% tinham ensino médio completo. Sobre os contratos de trabalho, 87% eram de jornada máxima da categoria, enquanto 13% representavam jornadas abaixo de 36 horas. 26% dos contratos eram efetivados com trabalhadores temporários, e as únicas razões – cínicas e desabridas – das empresas para essa forma cruel de fragilizar a manutenção dos trabalhadores eram “variações de demanda e redução de custos”.

Ainda segundo a pesquisa, quase 90% dos trabalhadores contratados para teleatendimento no segmento de mídia são trabalhadores terceirizados. O número de chamadas recebidas nos *call centers* terceirizados é maior que as chamadas recebidas nos serviços de atendimento das próprias empresas, mostrando que os trabalhadores terceirizados não apenas cumprem a mesma função, mas tem uma sobrecarga maior de serviço. A autonomia desses trabalhadores é praticamente reduzida a zero, na medida em que tem de simplesmente executar as “diretrizes estratégicas” definidas pela hierarquia de comando da empresa contratante, o que torna esses trabalhadores em quase “autômatos inquietos” (BRAGA, 2009). Para piorar o quadro, um dos dados mais relevantes da pesquisa se refere à alta rotatividade: a média de permanência de um empregado terceirizado no setor de telemarketing é de 2,4 anos, mas 56% dos trabalhadores não atingem sequer um ano em seus postos de trabalho.

136 *Brazilian Call Center Industry Report*, ver no link: <http://www.ergonet.com.br/download/callcenter-moacir.pdf>.

137 “Os empregos em empresas de teleatendimento controladas por prestadoras de serviços em telecomunicações cresceram num ritmo bastante elevado. Segundo a Teleco/Telebrasil, o número de postos subiu de 10.500 em 2000 para 226.400 em 2011. Já o estudo do Dieese de 2007 aponta 261.175 trabalhadores em centrais de teleatendimento no Brasil. As empresas se encontram, em sua maioria (mais de 75%), na região Sudeste. Mais de 80% dessa força de trabalho possui ensino médio completo, mas seus rendimentos são relativamente baixos. Em 2007, 74,3% recebiam entre um e dois salários mínimos, e somente 5% apresentavam remuneração superior a quatro salários mínimos”. Ver Cavalcante (2014).

Em última instância, trata-se de um tipo de trabalho que testemunha como nenhum outro a taylorização do trabalho intelectual e do campo da relação de serviço: uma comunicação instrumental sob a coerção do fluxo informacional e prisioneira do script, tendente a transformar o teleoperador em uma espécie de autômato inquieto. Os objetivos são claros: multiplicar as operações e diminuir os seus custos por meio da redução do estatuto da comunicação à condição de pura instrumentalidade (BRAGA, 2009, p. 71)

Segundo Sadi Dal Rosso (2008), a telefonia é um dos setores em que mais foram relatados aumentos nos ritmos e intensidade do trabalho (67,3%, contra uma média de 43,2%), com consequências nefastas à saúde desses trabalhadores, em sua maioria ainda bastante jovens. Conforme Dal Rosso, “o setor da telefonia está afetando dramaticamente a saúde de seus funcionários de uma forma mais intensa que os demais” (2008, p. 142).

O emprego indireto no setor [telecomunicações] envolve vários segmentos, tanto os que se costumam considerar “atividades-meio” quanto os que são considerados “atividades-fim”, por exemplo: assistência técnica a clientes, instalação e manutenção de cabos e linhas de assinantes, instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações, pesquisa e desenvolvimento, serviços de atendimento ao consumidor, projetos de engenharia, processamento de dados e digitação, limpeza, segurança e portaria, restaurante e cantina, conservação, manutenção e reparo de instalações físicas e de transporte. [...] Como a terceirização corresponde ao processo em que o trabalho é realizado para uma empresa, mas contratado por outra, o que se busca é a anulação da relação direta entre pessoa jurídica e trabalhadores, e a constituição de relação entre duas pessoas jurídicas, numa tentativa de sair do âmbito das relações trabalhistas e entrar no das comerciais. Para a empresa contratante, abre-se concretamente a possibilidade de reduzir os custos com a força de trabalho, e tal meta, longe de ser um detalhe ou particularidade cultural, é essencial em qualquer plano de gestão “moderno”, ou seja, não há contradição e sim complementaridade, para as empresas, entre aumento da produtividade (com busca possível por “qualidade”) e redução dos custos. É este, então, seu traço decisivo: buscar um manejo da força de trabalho de forma diferente da relação clássica trabalhista – o que denota uma implicação sociopolítica de profundas consequências para a ação sindical. (CAVALCANTE, 2014, p. 210-211).

O *Brazilian Report* ainda mostra que as operadoras de telecomunicações empregam um número cada vez menor de funcionários, utilizando os serviços de um número exorbitante de trabalhadores espalhados pelos *call centers*. Essa pulverização dificulta a organização dos trabalhadores, que hoje estão representados por burocracias sindicais que atendem antes os seus interesses particulares que as demandas dos trabalhadores. Tal aspecto fragiliza ainda mais a oportunidade de contestar a retirada de direitos, especialmente porque os trabalhadores não se encontram vinculados diretamente às empresas contratantes, não podendo portanto ter influência direta sobre as estruturas físicas que centralizam as operações dessas empresas.

Para o usuário, o resultado final é inusitado: do pedido de uma linha telefônica à instalação, reparo e reclamação em *call centers*, em suma, todo o

processo de relação com uma companhia de telecomunicações, ele pode não entrar em contato, em nenhum momento sequer, com trabalhadores da empresa central (CAVALCANTE, 2014, p. 211).

Desde a privatização, a criação de vagas efetivou-se, portanto, por meio de empregos indiretos (terceirização). Essa condição da expansão precária dos postos de trabalho em alguns setores, e o incremento desmesurado da terceirização do trabalho, foi um dos pilares das políticas neoliberais dos anos 1990 que permaneceram de pé e em evolução acelerada durante os governos do PT na década de 2000. Como a terceirização se implementava com mais facilidade às faixas etárias mais jovens que ingressavam no mercado de trabalho depois de efetuadas as reformas, esse imenso espectro de milhões de jovens trabalhadores, compreensivelmente, não participava da concepção que tentava identificar o PT com a defesa dos direitos trabalhistas.

4.3 Indústria Petrolífera: a Petrobrás alvo da terceirização

No caso da indústria petrolífera, monopolizada pelo Estado, a situação é extremamente grave. Todas as pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa demonstram um crescimento desenfreado da terceirização em atividades nucleares, como manutenção, montagem e operação. Em 2008, havia 260.474 terceirizados e 74.240 contratados diretos, uma relação de 3,5 terceirizados para cada trabalhador contratado (Ibase, 2008)¹³⁸. É também nessa empresa que se evidencia um dos efeitos mais perversos da terceirização: os acidentes de trabalho e, entre eles, os acidentes fatais, que atingem majoritariamente os terceirizados. Entre 1998 e 2005, a relação de acidentes fatais entre terceirizados e contratados foi de 22 para 4 em 1998 e de 13 para 0 em 2005 (Dieese, 2007). Em 2007, 16 trabalhadores morreram em acidentes na empresa, dos quais 15 eram terceirizados (Frente Nacional dos Petroleiros, 2011).

A Petrobrás, fundada em 1953, é uma sociedade anônima de capital aberto, que chega ao final de 2009 como a quarta maior companhia de energia do mundo (conforme dados da consultoria PFC Energy). Atua na área de óleo, gás e energia e, de forma integrada, nos segmentos de exploração, produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica e

138“Outro dado que merece destaque é o aumento significativo na proporção do número de pessoas terceirizadas face ao número total de empregados(as) diretos. Percebemos uma tendência das grandes empresas na contratação de terceirizados e quarteirizados, mesmo em suas áreas fins. E isso ocorre, muitas vezes, sem o comprometimento direto da grande companhia com a garantia de direitos fundamentais e o pagamento de encargos e benefícios – que ficam a cargo de pequenas e médias prestadoras de serviço, que aparecem, desaparecem e mudam seus nomes com muita facilidade. Muitas pessoas terceirizadas convivem diariamente com empregados(as) diretos da grande empresa, desempenham funções semelhantes, mas são preteridas na hora da distribuição de lucros e diversos benefícios e garantias legais”. Ibase, ver em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/102804/BS_completo.pdf?sequence=7.

distribuição de derivados. Em todos os governos da Nova República representou um importante símbolo internacional da economia brasileira, já que é a maior companhia exploradora do mundo em águas profundas, detendo 23% das operações nessa atividade¹³⁹. Não à toa, é um dos alvos principais das petrolíferas estrangeiras, como a Shell, a Total e a Chevron, cujos interesses financeiros são ecoados, por meios tortuosos mas seguros, pela Operação Lava Jato. Entretanto, mesmo nos governos do PT, a empresa não se viu infestada apenas por esquemas ilícitos (que têm origem muito anterior, e atravessam toda a Nova República¹⁴⁰): a pandemia da terceirização – com efeitos fatais para centenas de trabalhadores – se fez sentir durante a década de 2000.

Em 2011, houve diversas paralisações na Petrobrás por ocasião da morte de 11 trabalhadores. Até então, o número de trabalhadores que morreram pela precarização das condições de trabalho na estatal era de 300 petroleiros nos últimos 16 anos, dos quais 243 eram terceirizados¹⁴¹.

A terceirização não se configura como um fenômeno novo na indústria de petróleo, particularmente no segmento de exploração e produção, já que, internacionalmente, desde as primeiras décadas do século XX, engendrou-se em torno das companhias de Petróleo uma extensa rede de produtos e serviços oferecidos por firmas especializadas. Dentre essas Companhias, pode-se citar a Halliburton (cimentação de poços), Baker & Hughes (brocas convencionais) e Schlumberger (sondagem de poço) que, no caso brasileiro, prestam serviços à Petrobrás, na Bacia de Campos, há pelo menos 20 anos. (DIEESE, 2002).

Mencionaremos, no capítulo seguinte dedicado ao golpe institucional no Brasil, o grande peso que detém os interesses das empresas estrangeiras, como a Halliburton e a Schlumberger, no destino da Petrobrás. Estes monopólios, vinculados a poderosos fundos de investimento da Europa e dos Estados Unidos, também possuem franca abertura para intervir nas condições de trabalho dos funcionários da petrolífera brasileira¹⁴².

139Cumpre destacar que com as descobertas do pré-sal o Brasil dobrou suas reservas (hoje, de 14 bilhões de barris) e também sua produção até 2020, o que representa um crescimento médio de 8,8% ao ano, o maior da indústria mundial.

140Para exame detalhado sobre este tema, referimos a obra “Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura cívico-militar” (Editora da UFF, 2014), do professor do departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pedro Henrique Pedreira Campos. Na obra, mostra-se como as mesmas construtoras que hoje estão no banco dos réus da operação Lava Jato já pagavam propinas e se organizavam em cartéis durante o regime militar, inclusive na Petrobrás.

141“Insegurança na Petrobras matou 300 trabalhadores nos últimos 16 anos”, Viomundo, disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/inseguranca-na-petrobras-matou-300-trabalhadores-nos-ultimos-16-anos.html>.

O avanço do processo de terceirização para áreas até então consideradas nobres (manutenção e operação) coincide com a desregulamentação do setor e com a adoção de um novo modelo de organização por parte da Petrobrás. Este modelo, segundo o DIEESE, implantado em outubro de 2000 (bem antes da revelação dos escândalos de corrupção), dividiu a empresa em quatro áreas de negócios – Exploração e Produção (E&P), Abastecimento, Gás e Energia, Internacional – duas áreas de apoio – Financeiro e Serviços – e as unidades corporativas, ligadas diretamente ao Presidente da empresa.

Nesse sentido, foram-se formulando soluções mais “simples”, nas quais a terceirização com precarização das relações de trabalho apareceu como estratégia para redução de custos, tornando-se a prática mais adotada. Se, num primeiro momento, concentrou-se em serviços altamente especializados, em uma segunda etapa, expandiu-se para praticamente todos os segmentos da atividade.

A novidade é a generalização desta prática em setores até então considerados estratégicos (DIEESE, 2009). Dentre os setores terceirizados na Petrobrás, podemos destacar: Alimentação, Análise laboratorial, Almoxarifado, Cimentação e complementação de poços, Montagem e construção de projetos, Informática, Limpeza predial, Manutenção (predial, mecânica, caldeiraria, soldagem, elétrica, instrumentação, refratários, isolamentos térmicos e de inspeção de equipamentos), Movimentação de cargas, Perfuração e perfilagem de poços, Operação de sondas, Serviços médicos e administrativos, Transporte, Utilidades e vigilância.

Não apenas durante os governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, mas os governos do PT no decênio seguinte tiveram como paradigma a naturalização da subcontratação e da terceirização do trabalho como *modus operandi* da Petrobrás. Para dar conta dessa evolução, desde 2003 (primeiro ano do governo Lula), o número de trabalhadores terceirizados na Petrobrás foi sempre maior que o número de efetivos; a relação de proporção apenas aumentou. O número de trabalhadores efetivos do Sistema Petrobrás em 2014 era de 86.108 empregados (incluindo a Petrobrás Controladora e todas as suas empresas no Brasil e no exterior). Em 2002, esse número era de 40.395 empregados. Em 2002, o número de empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados) era de 121.225; em 2014, foram 360.180 terceirizados¹⁴³. Portanto, segundo dados de 2014, havia mais de quatro vezes mais trabalhadores terceirizados que efetivos na Petrobrás. O número de concursados saltou de 40 mil para 86 mil. No entanto, a participação desses concursados no total da força de

¹⁴²Em 2010, a Halliburton, multinacional do óleo e do gás que atua em 80 países e presta serviços à Petrobrás, demitiu 100 trabalhadores terceirizados em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Ver em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/setor-demite-e-preocupa-em-mossoro/258047>.

trabalho da Petrobrás caiu pela metade nos últimos 12 anos. Saltando de 49 mil para 360 mil, a terceirização teve crescimento de mais de 630%. Em 2001, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, os concursados já eram minoria: 45% dos empregados. Hoje, eles são apenas 20% do quadro de trabalhadores da Petrobrás¹⁴⁴.

De fato, as razões dadas pela Petrobrás, quando seu presidente era Sergio Gabrielli durante o primeiro governo Dilma Rousseff em 2011, justificava os parâmetros de utilização da terceirização, e não se opunha de forma alguma a ela:

A empresa também se posiciona em relação ao tema, apontando e propondo possíveis diretrizes para legislação: foco em contratação de serviços; preservar as competências estratégicas na companhia quando da decisão sobre contratar; contratar serviços na medida da necessidade da companhia e disponibilidade do mercado e seu fomento/desenvolvimento; incluir atividades executadas internamente; otimizar utilização de recursos próprios e de terceiros; basear a contratação de serviços na competitividade dos negócios; explicitar áreas de capacitação permitidas; incluir no instrumento contratual mecanismos para impedir a precarização do trabalho e vincular pagamento de faturas condicionado ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias e responsabilizar subsidiariamente a contratante; incluir mecanismos para impedir ingerência nas empresas contratadas; assegurar o cumprimento das exigências de segurança, meio ambiente, saúde e responsabilidade social na execução de serviços contratados; monitorar custos e resultados empresariais, incluindo a capacidade técnica dos profissionais; estimular desenvolvimento de profissionais; considerar as novas tecnologias e seus impactos nas relações entre contratante e contratada; práticas de gestão empresarial abrangendo empregados de prestadoras sem estabelecimento de vínculo. (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2011, p. 17)

As próprias organizações sindicais tem dificuldade em fornecer dados precisos sobre o número de empresas terceirizadas que operam na Petrobrás; nas estimativas de 2011, pode-se atingir mais de 1000 empresas que atuam nas mais diversas áreas. Com dados da própria FUP

143“Contratação de terceirizados: respostas ao jornal O Globo”, 02/06/2014. “Ao defender a gestão da Petrobrás no embate com a oposição nas CPIs abertas no Congresso, o governo cita a realização de 18 concursos públicos desde 2003, que fizeram dobrar o quadro de efetivos da estatal nos mandatos de Lula e Dilma. O número de concursados saltou de 40 mil para 86 mil. No entanto, a participação desses concursados no total da força de trabalho da Petrobrás caiu de 25% para 20% nos últimos 12 anos. Isso porque, no mesmo período, houve uma explosão na contratação de terceirizados, que saltaram de 121 mil para 360 mil, um crescimento de quase 200%. Nos últimos 12 anos, entraram ‘pela janela’ sete vezes mais contratados indiretamente do que o total de concursados efetivados. Em 2002, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), os concursados já eram apenas 25% dos empregados. A continuidade da política de terceirização reduziu essa participação ainda mais, para 20% do quadro de trabalhadores da Petrobrás.” (O Globo, 2/6/2014).

144Cf. Petrobrás contrata quase 10 vezes mais terceirizados, <http://blogdopetroleo.com.br/petrobras-contrata-quase-dez-vezes-mais-terceirizados-2/>, 2014.

(Federação Única dos Petroleiros, dirigida pela CUT), no setor de análise de amostras, no mesmo período, a terceirização chegava a 80%¹⁴⁵.

Neste quadro, um exemplo de nova modalidade de contratação na estatal foi o chamado contrato de “*facilities*”. Neste acordo comercial, nada há que privilegie a contenção da “precariedade do trabalho”: as prestadoras de serviços são contratadas para entregar o serviço pronto. Ao contratar uma empresa de limpeza, por exemplo, a mesma se responsabiliza pelo fornecimento do quadro de funcionários e pelo material utilizado, assim como no caso de empresas de manutenção. Um tipo tal de prestação de serviços tem como característica a informalidade e a transitoriedade, um serviço efêmero que anula qualquer vínculo com a empresa tomadora. Dessa maneira, a Petrobrás não responde subsidiariamente quando a prestadora de serviços não cumpre suas obrigações trabalhistas. Curioso que a preocupação se anuncie como “estimular desenvolvimentos profissionais”, quando a única certeza de um trabalhador terceirizado é que em questão de poucos meses estará desempregado ou servindo provisoriamente uma empresa completamente distinta.

Durante a presidência de Sergio Gabrielli, que é professor licenciado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), estabeleceu-se, portanto, a terceirização como um procedimento regulamentado institucionalmente na Petrobrás. Alegadamente, incluía-se nos contratos com a empresa terceirizadora mecanismos para “impedir a precarização do trabalho”, uma motivação incompatível com a própria concepção da terceirização – um contrato depreciado, rotativo, realizado com trabalhadores que não recebem o treinamento técnico e a instrução de segurança necessários para cumprir a função, com o objetivo de reduzir custos à empresa tomadora de serviços, e incrementar os lucros da empresa terceirizadora. Adotar a contratação terceirizada com o fim de “impedir a precarização” é como aliar-se com o diabo para apagar seus chifres e suas garras.

Sem dúvida é correto pontuar a acentuação da terceirização durante as administrações do PSDB, cujo símbolo foi o afundamento da plataforma P-36, na Bacia de Campos, em 2001. Tanto Fernando Henrique Cardoso, quanto seu então ministro da Casa Civil, Pedro Parente – insolitamente, presidente da Petrobrás na presidência de Temer – aceleraram a introdução institucional da terceirização como forma de facilitar a operação ideológica que tratava de justificar o programa de privatização da estatal. Não se poderia esperar algo distinto de uma força política que reivindica desabridamente a representação das finanças

145Cf. A terceirização na Petrobrás: 2011, Instituto Observatório Social, http://www.redlat.net/site/wp-content/uploads/2015/12/01-05-2011_09-petrobras-terceirizacao.pdf.

internacionais no país. A inexistência no pioneirismo da precarização, entretanto, não exime os governos do PT deste flagelo sobre os trabalhadores da indústria petrolífera: ilustra, de fato, que o “neodesenvolvimentismo petista”, à testa do Estado, caminhou de mãos dadas com a deterioração de pressupostos básicos dos direitos trabalhistas.

4.4 A terceirização no setor bancário

No ano de 1995, sob o governo FHC, o Banco Central editou a Resolução n. 2.166, que ampliou de maneira significativa as hipóteses de terceirização no setor financeiro¹⁴⁶.

Naquele então, além dos Bancos Múltiplos e das Financeiras, os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal também poderiam contratar empresas interpostas para a função de correspondente bancário. Além disso, houve um expressivo alargamento das áreas e funções que poderiam ser terceirizadas: I - recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança; II - recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento; III - recebimentos e pagamentos decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante na forma da regulamentação em vigor; IV - execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante; V - recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos; VI - análise de crédito e cadastro; VII - execução de cobrança de títulos; VIII - outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas; IX - outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil.

Em 2002, em mais uma ampliação das funções que poderiam ser delegadas aos terceirizados, permitiu a atuação dos correspondentes bancários aos “Serviços Notariais e de Registro”, incrementando as possibilidades de terceirização no setor¹⁴⁷. Jinkings¹⁴⁸ (2002) faz uma abordagem desde a década de 1980 para dar um panorama do caminho da precarização, passando pelo governo de FHC:

“De 85 a 97, nesses 12 anos, se dá uma mudança drástica. Uma mudança não só de perfil, mas da forma como os bancos atuavam no mercado. Em 1985, tínhamos algo em torno de 800 mil bancários no país e agências com 300 funcionários, [...] agências com baterias de caixas enormes. [...] era o perfil dos bancos atuar no varejo, de atender do pequeno ao grande cliente. De lá para cá, as coisas mudaram muito. Inclusive o perfil dos funcionários. Entre

146OLMO, Felipe. “Terceirização no setor bancário”, maio de 2016.

147“Art. 2º - Ficam os bancos múltiplos com carteira comercial ou de crédito, financiamento e investimento, os bancos comerciais, a Caixa Econômica Federal e as sociedades de crédito, financiamento e investimento autorizados a contratar os serviços notariais e de registro, de que trata a Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, para o desempenho das funções de correspondentes no País, observadas as condições estabelecidas na Resolução 2.707, de 30 de março de 2000.” Cf. http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2002/pdf/res_2953_v2_P.pdf.

148JINKINGS, Nise. *Trabalho e resistência na “fonte misteriosa” : os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. São Paulo : Ed. da Unicamp, 2002.

os bancários daquela época, tinha um número muito grande de escriturário e caixa, era a maioria. Pessoas jovens: 18, 19, 20 anos, solteiros e que viam o banco apenas como trampolim. Utilizavam o banco para pagar o estudo, mas pensando em fazer qualquer coisa na vida, menos serem bancários. De lá para cá, as agências mudaram, os bancos também mudaram seu perfil. [...] são agências muito mais informatizadas, uma parte grande do serviço é feita pelo auto-atendimento. O número de caixas está muito mais reduzido, a clientela elitizando-se cada vez mais, os bancos criando mecanismos para poder expulsar de dentro da agência os pequenos correntistas, que não interessam a eles. Manter apenas as grandes contas e jogar o máximo possível para fazer as operações através da Internet, através de formas alternativas à agência bancária” (JINKINGS; 2002, 91)

Grijalbo Coutinho, em sua abordagem sobre a terceirização bancária durante os governos FHC¹⁴⁹, diz que:

É inegável o alargamento da terceirização bancária durante a gestão de FHC, não apenas no que tange aos estabelecimentos autorizados a contratar empresas prestadoras de serviços para as funções inerentes ao desempenho de “correspondentes”, mas também quanto ao rol de atividades inscritas como delegáveis pela via da intermediação de mão de obra [...] Assim como havia acontecido durante os “desgovernos militares”, em FHC, repetiu-se: a terceirização bancária ganhou impulso com a existência de uma crise econômica internacional e com a fragilidade do Poder Executivo frente ao mercado financeiro. Nas duas ocasiões, a fatura pelo custo da crise foi deixada para os bancários brasileiros (formais e terceirizados), em lugar de destaque. (COUTINHO, 2011, p. 110)

Como em outros setores da economia, a essa política de deterioração estratégica das condições de trabalho e avanço na informalização estrutural da vida operado pelos governos neoliberais, o governo do PT, desde a primeira gestão de Lula na presidência em 2003, manteve de pé este pilar da política econômica neoliberal.

Entre os anos de 2003 e 2010, sob o governo Lula, diversas outras resoluções foram editadas com o intuito de ampliar a terceirização no setor financeiro, em especial a de número 3.110, de 31 de julho de 2003¹⁵⁰, que ampliou mais uma vez os sujeitos que poderiam contratar os serviços de correspondente. Agora, as associações de poupança e empréstimo e as empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, também poderiam se utilizar destes serviços.

É de particular interesse uma análise breve deste dispositivo, no quesito da permissividade à terceirização das atividades no sistema financeiro já no início do primeiro

149COUTINHO, Grijalbo Fernandes. Terceirização bancária no Brasil: direitos humanos violados pelo Banco Central. São Paulo: Ltr, 2011.

150Resolução 3.110, de 31 de julho de 2003 do banco Central do Brasil: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46566/Res_3110_v3_P.pdf

governo Lula. Assinada por Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda do governo Temer e que à época era presidente do Banco Central no governo Lula, a Resolução 3.110 afirmava, quanto à contratação de serviços:

§ 2º A contratação de empresa para a prestação dos serviços referidos no caput deve ser objeto de comunicação ao Banco Central do Brasil. (Redação dada pela Resolução 3.654, de 17/12/2008.)

§ 3º As funções de correspondente podem ser desempenhadas por serviços notariais e de registro, de que trata a Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Nestes primeiros parágrafos da resolução se referenda o estipulado em resoluções anteriores, na década de 1990, sobre o temário da possibilidade de contratação de terceiros para prestação de serviços. Note-se que a resolução é atualizada, sem modificações, em dezembro de 2008, já no auge do segundo mandato de Lula. Seguindo:

Art. 3º Depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil a contratação, por parte de instituição financeira, para a prestação de qualquer dos serviços referidos no art. 1º, de empresa que utilize o termo -banco- em sua denominação social ou no respectivo nome de fantasia.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à hipótese de substabelecimento do contrato a terceiros, total ou parcialmente.

Art. 4º Os contratos referentes à prestação de serviços de correspondente nos termos desta Resolução devem incluir cláusulas prevendo:

4.I - a total responsabilidade da instituição financeira contratante sobre os serviços prestados pela empresa contratada, inclusive na hipótese de substabelecimento do contrato a terceiros, total ou parcialmente;

4.II - o integral e irrestrito acesso do Banco Central do Brasil, por intermédio da instituição financeira contratante, a todas as informações, dados e documentos relativos à empresa contratada, ao terceiro substabelecido e aos serviços por esses prestados;

4.III - que, na hipótese de substabelecimento do contrato a terceiros, total ou parcialmente, a empresa contratada deverá obter a prévia anuência da instituição financeira contratante;

4.IV - a vedação, à empresa contratada, de:

a) efetuar adiantamento por conta de recursos a serem liberados pela instituição financeira contratante;

b) emitir, a seu favor, carnês ou títulos relativos às operações intermediadas;

c) cobrar, por iniciativa própria, qualquer tarifa relacionada com a prestação dos serviços a que se refere o contrato;

d) prestar qualquer tipo de garantia nas operações a que se refere o contrato;

4.V - que os acertos financeiros entre a instituição financeira contratante e a empresa contratada devem ocorrer, no máximo, a cada dois dias úteis;

4.VI - que, nos contratos de empréstimos e de financiamentos, a liberação de recursos deve ser efetuada mediante cheque nominativo, cruzado e intransferível, de emissão da instituição financeira contratante a favor do beneficiário ou da empresa comercial vendedora, ou crédito em conta de depósitos à vista do beneficiário ou da empresa comercial vendedora;

4.VII - a obrigatoriedade de divulgação, pela empresa contratada, em painel afixado em local visível ao público, de informação que explicita, de forma

inequívoca, a sua condição de simples prestadora de serviços à instituição financeira contratante.

§ 1º Na hipótese de subestabelecimento do contrato a terceiros, devem ser observadas as disposições do art. 1º, § 2º.

§ 2º Alternativamente ao esquema de pagamento previsto no inciso VI, a liberação de recursos poderá ser processada mediante cheque nominativo, cruzado e intransferível, de emissão da empresa contratada, atuando por conta e ordem da instituição financeira contratante, a favor do beneficiário ou da empresa comercial vendedora, desde que, diariamente, o valor total dos cheques emitidos seja idêntico ao dos recursos recebidos da instituição financeira contratante para tal fim.

Art. 5º As empresas contratadas para a prestação de serviços de correspondente nos termos desta Resolução estão sujeitas às penalidades previstas no art. 44, § 7º, da Lei 4.595, de 1964, caso venham a praticar, por sua própria conta e ordem, operações privativas de instituição financeira.

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 8º Ficam revogados a Resolução 2.707, de 30 de março de 2000, e o art. 2º da Resolução 2.953, de 25 de abril de 2002, passando a base regulamentar e as citações à norma ora revogada, constantes de normativos editados pelo Banco Central do Brasil, a ter como referência esta resolução. (BACEN, Resolução 3110)

Apesar da ambiguidade do documento, em nenhum momento se estabelecem as responsabilidades da instituição financeira ligada ao Banco Central frente ao contrato de trabalho dos funcionários contratados, caso a empresa terceirizada deixe de cumprir o acordo, ou venha à falência prévia à quitação do débito (um procedimento tão comum que por vezes é utilizado como *modus operandi* das empresas para não pagar seus próprios trabalhadores). Ao longo dos parágrafos e incisos, a preocupação se limita a precaver a empresa terceirizadora de qualquer operação indevida de natureza financeira contra a instituição contratante – uma preocupação, além do mais, natural – mas brilha pela ausência qualquer reparo contra a informalização e a precarização das condições de trabalho – que o documento, de fato, ratifica.

Sobre esse tópico, Campello (2004)¹⁵¹ frisa o amplo segmento de terceirizados que inundou o setor bancário, englobando sem dúvida o setor privado também.

Os empregados terceirizados são recrutados, com grande frequência, entre bancários demitidos, sendo a experiência na atividade bancária e preferencialmente na própria tarefa, uma condição valorizada pelas empresas contratantes. Os trabalhos realizados por terceirizados, comparativamente aos realizados por empregados do próprio banco, em setores como de

151CAMPELLO, Jaqueline Cunha. “*Cargas de trabalho e evidências de seu impacto sobre a saúde dos trabalhadores em bancos: estudo de caso em quatro instituições financeiras de Porto Alegre*”. Tese defendida em 2004 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

compensação de cheques, *telemarketing*, desenvolvimento de softwares, segundo Segnini (1999), têm índices de produtividade mais elevados. As jornadas são mais longas, tendo sua duração contratual frequentemente desrespeitada, sendo feitas muitas horas extras. Quanto aos salários, em um exemplo de caso relatado pela autora, os vencimentos de terceirizados eram iguais a apenas um terço daqueles praticados em um banco público para a mesma função. Contribui para a caracterização da precarização do trabalho terceirizado, além da sua intensificação com menor salário, a incerteza permanente sobre a manutenção do emprego. (CAMPELLO; 2004, p. 51).

Assim como demais setores da economia, um traço específico e marcante da terceirização do trabalho surge novamente: a ausência de qualquer responsabilidade, por parte da instituição, pública ou privada, frente aos contratos estabelecidos com funcionários, sempre considerados “alheios” ao local de trabalho, neste caso, em primeiro lugar, na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Na Resolução 3.954, de 24 de fevereiro de 2011 (portanto, na primeira gestão Dilma Rousseff), o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, se apoia na resolução anterior para implementar algumas modificações, nenhuma das quais se refere ao problema da subcontratação ou da terceirização do trabalho. Apoia-se sobre ela como uma prerrogativa “natural”.

Art. 4º A instituição contratante, para celebração ou renovação de contrato de correspondente, deve verificar a existência de fatos que, a seu critério, desabonem a entidade contratada ou seus administradores, estabelecendo medidas de caráter preventivo e corretivo a serem adotadas na hipótese de constatação, a qualquer tempo, desses fatos, abrangendo, inclusive, a suspensão do atendimento prestado ao público e o encerramento do contrato (BACEN, Resolução 3.954).

O ovo, que devia dar uma águia, não chegou a dar um frango¹⁵². A “suspensão do atendimento prestado e o encerramento do contrato” não preveem – em qualquer cláusula – a proteção do emprego, ou a efetivação imediata do funcionário terceirizado. Consta que, em 1815, Talleyrand teria dito que os Bourbon não tinham aprendido nada nem esquecido nada. Mas a julgar pelo caso brasileiro, o PT não sacou grandes lições da década neoliberal dos 1990, ou mesmo de sua retórica a “serviço dos trabalhadores”.

Ainda na Resolução de 2011, estabelece-se:

Art. 10. O contrato de correspondente deve estabelecer:

I - exigência de que o contratado mantenha relação formalizada mediante vínculo empregatício ou vínculo contratual de outra espécie com as pessoas naturais integrantes da sua equipe, envolvidas no atendimento a clientes e usuários;

152“Histórias Sem Data”, Machado de Assis.

- II - vedação à utilização, pelo contratado, de instalações cuja configuração arquitetônica, logomarca e placas indicativas sejam similares às adotadas pela instituição contratante em suas agências e postos de atendimento;
- III - divulgação ao público, pelo contratado, de sua condição de prestador de serviços à instituição contratante, identificada pelo nome com que é conhecida no mercado, com descrição dos produtos e serviços oferecidos e telefones dos serviços de atendimento e de ouvidoria da instituição contratante, por meio de painel visível mantido nos locais onde seja prestado atendimento aos clientes e usuários, e por outras formas caso necessário para esclarecimento do público;
- IV - realização de acertos financeiros entre a instituição contratante e o correspondente, no máximo, a cada dois dias úteis;
- V - utilização, pelo correspondente, exclusivamente de padrões, normas operacionais e tabelas definidas pela instituição contratante, inclusive na proposição ou aplicação de tarifas, taxas de juros, taxas de câmbio, cálculo de Custo Efetivo Total (CET) e quaisquer quantias auferidas ou devidas pelo cliente, inerentes aos produtos e serviços de fornecimento da instituição contratante;
- VI - vedação ao contratado de emitir, a seu favor, carnês ou títulos relativos às operações realizadas, ou cobrar por conta própria, a qualquer título, valor relacionado com os produtos e serviços de fornecimento da instituição contratante;
- VII - vedação à realização de adiantamento a cliente, pelo correspondente, por conta de recursos a serem liberados pela instituição contratante;
- VIII - vedação à prestação de garantia, inclusive coobrigação, pelo correspondente nas operações a que se refere o contrato;
- IX - realização, pelo contratado, de atendimento aos clientes e usuários relativo a demandas envolvendo esclarecimentos, obtenção de documentos, liberações, reclamações e outros referentes aos produtos e serviços fornecidos, as quais serão encaminhadas de imediato à instituição contratante, quando não forem resolvidas pelo correspondente;
- X - permissão de acesso do Banco Central do Brasil aos contratos firmados ao amparo desta resolução, à documentação e informações referentes aos produtos e serviços fornecidos, bem como às dependências do contratado e respectiva documentação relativa aos atos constitutivos, registros, cadastros e licenças requeridos pela legislação;
- XI - possibilidade de adoção de medidas pela instituição contratante, por sua iniciativa, nos termos do art. 4º, ou por determinação do Banco Central do Brasil;
- XII - observância do plano de controle de qualidade do atendimento, estabelecido pela instituição contratante nos termos do art. 14, § 1º, e das medidas administrativas nele previstas; e
- XIII - declaração de que o contratado tem pleno conhecimento de que a realização, por sua própria conta, das operações consideradas privativas das instituições financeiras ou de outras operações vedadas pela legislação vigente sujeita o infrator às penalidades previstas nas Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e nº 7.492, de 16 de junho de 1986 (BACEN, Resolução 3954).

Esse conjunto de incisos na Resolução de 2011 aprofunda o caráter de “várias empresas dentro de uma empresa” ou instituição pública, em que os trabalhadores subcontratados têm demarcações delimitadas sobre onde podem atuar dentro dos bancos, quais encargos lhes são

permitidos, e quais limites intransponíveis os detêm. O “vínculo empregatício ou vínculo contratual de outra espécie” deixa vago o suficiente o caráter da empregabilidade, e constituem a base jurídica sobre a qual se fundam as diferenças nos direitos trabalhistas de funcionários que perfazem tarefas de mesma natureza, mas têm contratos distintos.

Esses exemplos acima ilustram alguns dos principais aspectos da permanência das bases da terceirização herdadas da década de 1990. Ainda segundo Campello:

Os bancos também utilizam, especialmente os estatais, a mão-de-obra de um relativamente grande número de estagiários, sendo que os mesmos realizam desde tarefas eminentemente simples até a substituição do conjunto de tarefas realizadas por empregados dos bancos. Nos bancos estatais, com alto déficit de funcionários, decorrente de aposentadorias e planos de demissão, os estagiários são frequentemente encontrados assumindo as mesmas atividades e funções dos bancários, sem, no entanto, terem vínculo empregatício e os direitos daí decorrentes (CAMPELLO, 2004, p. 52).

Por outro lado, é também comum serem alocados na realização de tarefas manuais das mais desqualificadas e pobres. Estas formas de treinamento, na medida em que não lhes permitem um aperfeiçoamento técnico em relação a conhecimentos teóricos adquiridos, no sentido como foi concebida a lei dos estágios, têm sido caracterizadas como uma burla à lei, reduzindo-se a uma forma de obter mão-de-obra barata (Jinkings, 2002; Druck e Figueiras, 2000).

De conjunto, este elo de continuidade entre as décadas de 90 e 2000 representou uma combinação de precarização crescente do trabalho bancário, redução salarial e informalização, baixo aperfeiçoamento técnico e múltiplos casos de adoecimento ocupacional (CAMPELLO, 2004).

4.5 Terceirização no setor elétrico

Grijalbo Coutinho¹⁵³ introduz de maneira eficiente o debate da terceirização no setor elétrico do Brasil com cifras emblemáticas sobre a modificação da composição do quadro funcional, por um lado, e pelo número de acidentes de trabalho, pelo outro. A reestruturação produtiva também operou seus efeitos no sistema Eletrobrás, que hoje foi posto à venda pelo governo Michel Temer¹⁵⁴.

153COUTINHO, Grijalbo Fernandes. *Terceirização e Acidentalidade (Morbidez) no Trabalho: uma estreita relação que dilacera a dignidade humana e desafia o Direito*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

154“Ministério propõe privatização da Eletrobras”, G1, disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/governo-temer-decide-privatizar-a-eletobras.ghtml>

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos, de 2003 a 2008 houve significativa mudança na composição do setor elétrico brasileiro. Em 2003, o número de funcionários pertencentes ao sistema Eletrobrás era de 97.399 trabalhadores efetivos, e o número de trabalhadores terceirizados era de 39.649 (uma cifra já avultada, produto do avanço neoliberal durante os governos FHC). Durante os anos seguintes o número de trabalhadores terceirizados não cessa de crescer, numa velocidade muito maior que o número de trabalhadores efetivos. Em 2008, no auge do segundo mandato do governo Lula, o número de trabalhadores efetivos do sistema Eletrobrás chega a 101.451; enquanto o volume de trabalhadores terceirizados alcança a marca de 126.333 funcionários¹⁵⁵.

Assim, no espaço de cinco anos, entre 2003 e 2008, o crescimento dos trabalhadores próprios foi extremamente reduzido (de 97.399 para 101.451), ao contrário da contratação de trabalhadores terceirizados, que cresceu três vezes mais em relação ao seu quantitativo de 2003 (de 39.649 para 126.333), compondo a maioria do quadro de funcionários (COUTINHO, 2014).

Além dos efeitos imediatos da precarização das condições de vida e de trabalho dos funcionários terceirizados (também politicamente, afetando os efetivos através da divisão das fileiras dos trabalhadores), esse crescente terceirizador na década de 2000 significou um aumento no número de acidentes no local de trabalho, inclusive fatais.

Não sendo tendência circunstancial a relação apresentada, o tempo de onze anos (2002 a 2011) demonstra que a força de trabalho própria do sistema elétrico mudou muito pouco, ao contrário do vertiginoso crescimento do quadro de trabalhadores terceirizados (acima de três vezes mais), passando a superar inclusive a força de trabalho principal, em mais de 20%. Outro dado expressivo, objeto mais específico da presente investigação, revela a grande desproporção de acidentes fatais de trabalho entre os trabalhadores próprios e os terceirizados. Com forças de trabalho próximas de uma equivalência (20% a mais em favor das subcontratadas), os terceirizados compõem a parte extremamente vulnerável aos acidentes de trabalho fatais (COUTINHO, 2014, p. 201).

De fato, segundo mostra Luís Geraldo da Silva (2013)¹⁵⁶, com 97.399 funcionários efetivos em 2003, a Eletrobrás registrou 14 acidentes fatais. No mesmo ano, dentro do total de 39.649 trabalhadores terceirizados, houve 66 acidentes fatais. Em 2006, com 101.105

155DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Terceirização e morte no Trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro*. Estudos e Pesquisas, n. 50, mar. 2010. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

156SILVA. Luís Geraldo da. *Os acidentes fatais entre os trabalhadores contratados e subcontratados do setor elétrico brasileiro*. Estudos do Trabalho, ano VI, n. 12, 2013. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org.

funcionários efetivos, houve 19 acidentes fatais; com os 110.871 trabalhadores terceirizados – a primeira vez na década de 2000 em que a maior parte de contratados no sistema Eletrobrás é de natureza terceirizada – houve 74 acidentes fatais. No auge do segundo mandato de Lula, em 2008, houve 15 acidentes fatais num universo de 101.451 funcionários efetivos; já no universo de 126.333 trabalhadores terceirizados, o número de acidentes fatais foi de 60¹⁵⁷.

Segundo Coutinho, nos relatórios de 2006 e 2008, a Fundação Coge¹⁵⁸ relaciona diretamente o aumento da acidentalidade fatal com crescimento da terceirização do setor elétrico, senão vejamos trechos dos respectivos anuários transcritos nos estudos do Dieese. No relatório de 2006, diz-se que “Relembramos, por exemplo, que no ano de 1994 o setor elétrico contava com 183.380 próprios e registrou 35 acidentes fatais, menos da metade do valor de 2006 [...]”. Já no relatório de 2008:

Os serviços terceirizados têm influência marcante nas taxas de acidentalidades no Setor Elétrico Brasileiro, especialmente na taxa de gravidade, tendo sido registrados 60 acidentes com consequências fatais em 2008. Esse valor, apesar de mostrar uma estabilização dos acidentes em relação ao ano anterior (59), trata de vida humana que sabemos não tem preço, continuando muito alto se comparado às 15 ocorrências de acidentados de consequência fatal com empregados próprios [...]. Cumpre observar, especialmente, o processo de terceirização das atividades no setor e naquelas de maior risco, iniciado em 1995.

Chama a atenção não apenas o número total de funcionários efetivos em 1994 no sistema Eletrobrás (segundo o Relatório da Fundação Coge, contavam-se mais de 183.000 trabalhadores), mas a dramática redução desse quadro nos anos seguintes produto das gestões neoliberais de FHC, algo que não foi freado senão levemente durante os governos do PT. Os acidentes ocupacionais, cujo incremento tem relação direta com a subcontratação, também não cederam. Em 2012, na primeira presidência de Dilma Rousseff, para 9 acidentes fatais entre os trabalhadores próprios morreram 58 trabalhadores terceirizados em decorrência do desempenho de atividades laborais no setor elétrico brasileiro, ainda que a quantidade da

157Idem.

158“Constituída em 05 de novembro de 1998 na cidade do Rio de Janeiro, onde tem sua sede e foro, por 26 empresas do setor de energia elétrica brasileiro, a Fundação COGE veio suceder o Comitê de Gestão Empresarial

– COGE. A integração e o intercâmbio técnico que constituíam a ênfase dos projetos desenvolvidos de forma coletiva pelos profissionais das empresas participantes do Comitê foram substituídos pela nova filosofia de atuação da Fundação COGE, uma instituição de caráter técnico-científico voltada para a pesquisa, ensino, estudo e aperfeiçoamento dos métodos, processos e rotinas do Setor Elétrico do Brasil. Atualmente, a Fundação COGE reúne em seu quadro de parceiras 67 empresas públicas e privadas do setor de energia elétrica, responsáveis, em seu conjunto, por mais de 90% de toda a eletricidade gerada, transmitida e distribuída no Brasil. Relação das 67 Empresas Parceiras da Fundação Coge” (FUNDAÇÃO COGE, [online]).

força de trabalho em cada um dos segmentos não guarde proporção tão desigual (35% a mais de pessoal no âmbito das subcontratadas)¹⁵⁹.

Retomando a vinculação específica do processo da terceirização do trabalho no Brasil com a magnitude da reestruturação produtiva internacional desde a década de 1990, Coutinho diz que

Do contexto internacional vinculado ao modelo flexível de produção, diversos fatores provocam mortes, mutilações e adoecimentos laborais, entre outros: polivalência do trabalhador, que reduz a sua capacidade de dominar ou conhecer melhor as partes executadas por ele dentro da cadeia produtiva; alta rotatividade de mão de obra; jornadas extenuantes de trabalho nos períodos de pico para atender às necessidades dos públicos de maior renda (sistema *kanban* e *just-in-time*); intensividade da jornada, que leva ao esgotamento físico e mental; fixação de metas e pressão patronal para o seu cumprimento; captura da subjetividade do trabalhador, que passa a não ter vida social ou política fora do domínio da empregadora; tensão das relações de trabalho sufocada por mecanismos intimidatórios; isolamento e invisibilidade sociais dos terceirizados; tantas outras condições de trabalho degradantes analisadas no desenvolvimento deste trabalho – salários irrisórios, discriminação salarial e política, além da submissão ao trabalho em condições análogas às de escravo (COUTINHO, 2014, p. 212).

Nas décadas de 1990 e 2000, estamos ainda nos marcos de um sistema elétrico de administração estatal. Não há nenhum motivo para descrever que o projeto de privatização do sistema Eletrobrás pelo governo ilegítimo de Michel Temer abrirá as portas para a acentuação das mesmas tendências.

4.6 Desemprego nas décadas de 1990 e 2000

Conforme Pochmann (2004), entre a abolição da escravidão no último quartel do século XIX e a década de 1980, a evolução do emprego assalariado foi positiva, salvo em períodos especiais, quando a conjuntura econômica era recessiva, como nos períodos de 1929-1932, 1980-83, 1990-92, ou quando houve profunda modificação técnica na produção, como a renovação tecnológica das indústrias têxteis nos anos 1950. Durante as décadas de 1940 e 1970, a cada dez postos de trabalho criados, oito eram empregos assalariados, sendo sete com carteira assinada. Entretanto, nos anos 1990, a cada dez empregos criados, apenas quatro eram assalariados.

A maior parte das vagas de trabalho abertas [nas décadas de 1980 e 1990] no mercado de trabalho não foram de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras. [...] Ao contrário do que se verificou entre 1890 e 1980, quando o Brasil se situou entre as economias capitalistas mais

159COUTINHO, op.cit., p. 202.

dinâmicas do mundo, constata-se que a partir de 1980 o país passou a registrar um quadro de baixas taxas de expansão econômica. [...] Entre 1980 e 2004, por exemplo, a variação média anual do PIB foi de apenas 2,1%, com aumento acumulado da renda per capita abaixo de 8%. A título de comparação, verifica-se que, entre 1960 e 1980, a renda per capita cresceu, em média, 4% ao ano. (POCHMANN; 2004, pp. 61-66)

Em 2003, o indicador do desemprego nacional, segundo o IBGE e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), alcançou mais de 8,5 milhões de pessoas. O duplo mandato de FHC (1994-2002) assentava, no bojo da agenda neoliberal, três pilares de uma economia semicolonial: a precarização das condições de trabalho (terceirização e informalização precária); a dependência do modelo primário-extrativista da economia, voltado à exportação de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado; e uma camada crônica de desempregados (utilizada como exército industrial de reserva para pressionar para baixo o salário geral da classe trabalhadora). De forma marcante no período de 1994-1998, os anos que prepararam a série de privatizações do governo do PSDB, há uma diminuição notável no número de empregos, devido ao início do processo de venda de empresas estatais, e dos chamados planos de demissão voluntária (PDVs).

A voracidade do crescimento chinês em toda a década de 2000, a consequente elevação dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil e um forte fluxo de capitais estrangeiros a partir de 2003 permitiram margem para a recomposição parcial do número de empregos, em distintos segmentos da economia. Frente aos mandatos de FHC, especialmente o quadriênio de 1998-2002, os governos de Lula registraram tendências de aumento de postos de trabalho: trata-se de uma das principais figuras da propaganda petista. Entretanto, a qualidade precária dos postos de trabalho gerados durante dos governos do PT – em que a terceirização foi uma verdadeira epidemia – exige uma análise mais cuidadosa acerca dos “dados duros”. Acrescente-se a isso que, levando em consideração a necessidade que os capitalistas enxergaram em explorar mão de obra barata para aproveitar o superciclo das *commodities*, os resultados do emprego na década de 2000 não chegam a impressionar: foram produto do novo ciclo econômico internacional, favorável às exportações de matérias-primas, combinada à manutenção das bases do avanço neoliberal sobre os direitos trabalhistas e as condições de vida da população.

Durante as décadas de 1990 e 2000, observa-se o crescimento da informalidade no país, especialmente nos centros urbanos industriais mais desenvolvidos, a exemplo de São Paulo, ao lado de taxas de desemprego inéditas em toda a história. Atualmente (2005), a situação ocupacional da região urbana do país está distribuída da seguinte forma: 54% dos ocupados são assalariados, 21% são trabalhadores autônomos e 4,5% empregadores.

Compõem o conjunto de trabalhadores assalariados “formais” – assalariados com registro, 37%; trabalhadores domésticos com registro, 2,5%; militares e funcionários públicos, 8%, correspondendo a 47% dos ocupados – enquanto os ‘informais’ representam 53% do total dos ocupados – assalariados sem registro, 17,5%; trabalhadores domésticos sem registro, 7%; autônomos, 21%; empregadores, 4,5%; sem remuneração, 3%. As taxas de desemprego das regiões metropolitanas, que mantém altos patamares desde os anos 1990, completam esse quadro, a mais alta chegando a 24,4% em Salvador. Em São Paulo, a taxa é de 17% e, em Porto Alegre, 14,5%. (DRUCK; 2009, p. 42)

Segundo relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no Brasil¹⁶⁰, entre 1992 e 2007, o desemprego masculino cresceu de 5,4% para 6,1%, enquanto o desemprego feminino cresceu de 8% para 11,1%. A taxa de desemprego dos trabalhadores brancos aumentou de 5,8% para 7,3%, ao passo que a dos trabalhadores negros passou de 7,2% para 9,3% (DRUCK, 2009). Se tomamos apenas as capitais, as taxas metropolitanas de desemprego, calculadas para uma série disponível de 1998 a 2008 pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do DIEESE e Seade, indicam ainda um alto patamar do desemprego no período: em 1998, 18,7% ou 2.975.000 pessoas; em 2003, 20,3% ou 3.777.000 pessoas; e, em 2008, 14,1% ou 2.812.000 pessoas. Levando em conta as oscilações dos dados numéricos, podemos dizer que no auge do chamado “lulismo” a taxa de desemprego era semelhante ao auge do governo FHC.

Ainda assim, quando analisamos as taxas de desemprego urbano no país, após a crise desencadeada em outubro de 2008, notamos a vulnerabilidade do emprego no Brasil e a dificuldade para superar os altos níveis de desemprego, decorrentes da forma de inserção do país na globalização. Entre outubro de 2008 e março de 2009, ou seja, em apenas 6 meses, os desocupados cresceram 19%, passando de 1.743.000 para 2.082.000, igualando-se ao mesmo percentual de recuperação do desemprego em 5 anos, quando caiu de um total de 2.608.000 desocupados em 2003 para 2.100.000 em 2007 (PME/IBGE 2008). A taxa de desocupação aumentou de 7,5% em outubro de 2008 para 9% em março de 2009. O setor industrial (extrativo, de transformação e outros) atingiu, em abril de 2009, 5,9% de desocupação, voltando ao patamar de 2003, ano em que a desocupação atingiu as mais altas taxas de toda a década de 2000. Na região metropolitana de São Paulo, ela salta de 7,7% para 10,5%, apresentando um crescimento de 36% de desocupados em apenas 6 meses. Esse quadro sintetiza o grau de precarização em que vive um segmento ainda muito grande de trabalhadores no Brasil. (DRUCK; 2009, 64)

Os dados da OIT de 2007 mostram que na América Latina os jovens representavam 46% do total de desempregados. Dez milhões de jovens estavam desempregados, mais de 30 milhões trabalhavam informalmente e em condições precárias de trabalho e 22 milhões não

160Relatório Global da OIT, “Igualdade no Trabalho: um desafio contínuo”, 2007.

estudavam nem trabalhavam em todo o subcontinente. No Brasil, no mesmo ano, a taxa de desemprego entre jovens de 16 a 24 anos era de 16,8%¹⁶¹. Em estudos posteriores da OIT, a tendência desse flagelo do desemprego juvenil permanece na década governada pelo PT.

Estudo recente da OIT (2009c) sobre o trabalho decente e a juventude no Brasil, com base nos dados da Pnad, aponta que os jovens de 15 a 24 anos representavam 49% do total de desempregados no país em 2006. Havia 3,9 milhões de jovens desempregados e 11 milhões de jovens ocupados na informalidade (67,5% da PEA); além disso, 6,5 milhões (18,8%) de jovens não estudavam nem trabalhavam. Isso explicita o grau de vulnerabilidade e o déficit de ‘trabalho decente’ para os jovens no Brasil (DRUCK, 2009, p. 64)

Isso afetou também, como não poderia deixar de ser, a receita das famílias trabalhadoras, especialmente as de baixa renda, e entre os grupos mais explorados e oprimidos no país, particularmente entre a população negra. Segundo relatório global sobre os salários, realizado pela OIT em 2011, no Brasil, um em cada cinco trabalhadores assalariados nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME (Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE) foi considerado de baixa renda, com alta representação de mulheres, negros, jovens e trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Uma das constatações é que existe pouca mobilidade, no Brasil, entre os trabalhadores de baixa renda e os demais assalariados. No período analisado de 2002 a 2009, 44,2% mantiveram sua situação de trabalhador de baixa renda, 18,3% passaram para o desemprego ou saíram do mercado de trabalho e 37,5% passaram a obter salários mais favoráveis¹⁶².

A pesquisa “Igualdade no trabalho: um desafio contínuo”, também realizada em 2011 pela OIT¹⁶³, declara que no Brasil, um país onde são os próprios inquiridos que declaram em que categoria racial se incluem, os dados mostram que a taxa de desemprego entre os trabalhadores “pretos” e “pardos” se situava nos 10,1%, sendo superior à dos trabalhadores

161Sete anos depois, a taxa de desemprego entre os jovens brasileiros seguiu tendência de crescimento. “A porção de jovens (entre 15 e 29 anos) que não estão nem empregados, nem estudando ou em treinamento (NEET, em inglês) aumentou em 30 de um total de 40 países para os quais dados estão disponíveis para 2007 e 2011-12. Na Irlanda e na Espanha, a taxa de NEET cresceu mais de 9,4 e 8,7 pontos percentuais, respectivamente, desde 2007. Em ambos os países, a taxa de NEET está acima de 20%. [...] As taxas de NEET estão também altas no Brasil, em que permaneceu em 18,4% em 2009, com considerável heterogeneidade entre os diversos segmentos do mercado de trabalho; apenas 12,1% de brasileiros do sexo masculino eram parte da NEET, mas esta afetava 21,1% das brasileiras, e cresceu para 28,2% entre as jovens mulheres negras, um segmento particularmente de risco”. Fonte: “**GLOBAL EMPLOYMENT TRENDS 2014: Risk of a jobless recovery?**”, Organização Internacional do Trabalho, 2014.

162Relatório global sobre os salários 2010/11, ver em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/relat%C3%B3rio-global-sobre-os-sal%C3%A1rios-201011>.

163Igualdade no trabalho: Um desafio contínuo. Relatório Global no quadro do seguimento da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Ver em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_155394.pdf

brancos (8,2%). Embora a população “preta” ou “parda” represente 45,3% da população em idade ativa nas seis regiões metropolitanas, constituía 50,5% da população desempregada.

Como afirmou o próprio André Singer, um dos principais expoentes do lulismo com quem debateremos abaixo, os governos do PT tiram “a centralidade da batalha em torno da desregulamentação neoliberal do trabalho” (SINGER; 2012; p. 196). Com isso, não espanta que além da precarização continuada do trabalho, o desemprego tenha sido um flagelo que não deixou de se abater sobre a população trabalhadora: trata-se de uma das principais consequências da terceirização e rotatividade do trabalho, e do processo do “reformismo lento”, que Singer confessa ter se materializado na diminuição da miséria extrema em função do aumento exponencial da camada de pobres.

"Em outras palavras, o lulismo por vezes considera que foi muito mais longe na redução da pobreza do que realmente o fez. Isso não significa que a redução da pobreza tenha sido pequena. Foi expressiva, mas não a ponto de tornar o contingente de pobres residual ou próximo disso, uma vez que os antigos miseráveis ocuparam esse lugar. [...] Por que o lulismo não poderia ser tão exitoso e rápido na redução da pobreza quanto foi da miséria? Simplesmente porque, ao combater a extrema pobreza, o lulismo incrementava a pobreza, uma vez que a imensa maioria dos ex-miseráveis "ascendia" para tal faixa [...] O contingente de muitos pobres era tão grande que uma ação lenta, como a do reformismo fraco, ainda que contínua, só poderia levar os antigos miseráveis, em um momento inicial, à condição de novos pobres. A combinação entre o tamanho da dívida social e a lentidão do processo integrativo determinava a permanência da pobreza" (SINGER; 2018; p. 84-86)

Singer aponta um aspecto interessante, sem dar a devida atenção ao tema: o PT tornou a "diminuição da pobreza" a régua máxima para medir o êxito político. Tratar-se-ia da simples modificação da categoria da pobreza, talvez algo menos penosa, aceitando o preceito da "impossibilidade de erradicar a pobreza" (que deriva de outro suposto preceito, o da impossibilidade de superar a sociedade capitalista). Mas, se admitimos os números do próprio Singer, ao final do segundo mandato de Dilma Rousseff havia ainda no Brasil 60 milhões de pobres (SINGER; p. 87), com 56 milhões de pessoas dependentes do Bolsa Família, o que é um sinal evidente de pobreza. Ou seja, em seu próprio terreno, a política petista provou que a verdadeira ilusão é acreditar que a luta contra as mazelas do desemprego, da pobreza e da fome pode ser divorciada de uma estratégia de superação do capitalismo. A "diminuição da pobreza" durante o lulismo pode ter sido uma das chaves da "política do possível" no programa do "reformismo fraco". Mas há que notar que é um programa que admite a existência de milhões de pobres. E o admite por se inscrever no interior do horizonte da administração do capitalismo neoliberal decadente. Certamente é necessário atacar o

problema da pobreza, envolvendo-o, entretanto, na problemática de um programa anticapitalista que busque extirpar a pobreza, colocar fim às próprias condições e relações econômicas de produção que permitem a existência da pobreza estrutural. Não acreditamos ser digno da humanidade um programa que se acomode com a existência de "apenas" alguns milhões de pessoas sem acesso aos serviços básicos, vítimas da exploração e opressão capitalistas. Infelizmente, não é o que encontramos nem mesmo nos mais lúcidos pensadores do espectro petista.

5. O golpe institucional

Tratamos acima de algumas das bases que configuraram, materialmente (e não no discurso), as principais características do lulismo como fenômeno particular, e dos governos do PT em geral (ou seja, os governos de Lula e Dilma Rousseff). O episódio das Jornadas de Junho em 2013, em pleno primeiro mandato de Dilma, pela seu caráter de ponto de inflexão na história nacional recente, merece atenção à parte, e buscaremos desenvolver seus contornos e aspectos mais importantes na continuidade deste trabalho. De primeira importância, no imediato, dedicamos este capítulo a compreender as engrenagens, objetivos e consequências do golpe institucional. Balzac comenta que quando tratamos de história é preciso conceder a cada um seu devido papel. Grande parte deste capítulo se concentra em mostrar as articulações da direita (ventre do qual irrompe o rebento de extrema direita, que em 2016 era uma mera fração do movimento encabeçado pelo conservadorismo agrupado em suas siglas tradicionais, especialmente no PSDB), sua inspiração estrangeira, seus agentes internos tanto no legislativo quanto no judiciário. Entretanto, pecaríamos pela limitação se nos detivéssemos no ponto em que a questão apenas começa. De fato, é instigante indagar qual papel teve a política do PT, que congrega tudo o que expusemos até aqui, no fortalecimento e consolidação das condições que prepararam o êxito do golpe institucional de 2016. A escassa exploração desse problema cobra enorme preço no esclarecimento teórico e político, necessário para trilhar os caminhos do combate ao golpe e sua continuidade no governo de Jair Bolsonaro. Seria um resultado desejável, para repelir o programa da extrema direita, retornar às práticas da política do PT? Ou seria razoável considerar que é inadequado buscar eliminar os efeitos do golpismo abrindo alas para o retorno de uma política que contribuiu de maneira considerável para o seu inquietante advento?

No dia 17 de abril de 2016 o Plenário da Câmara dos Deputados autorizou a instauração do processo de impeachment, com os votos favoráveis de 367 deputados, 137 contrários e 7 abstenções. O simbólico não foi o resultado tomado em si mesmo, mas a maneira com que se conduziu a própria sessão: centenas de políticos dedicando seu voto a Deus, à família, às Forças Armadas, a torturadores da ditadura militar (homenagem de Jair Bolsonaro a Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI), e contra o comunismo. Essa atmosfera, que transitava entre valores oriundos de um concílio ecumênico medieval e um linguajar oriundo da Guerra Fria, formou os vapores que dariam o tom do governo ilegal, ilegítimo e fraudulento de Michel Temer.

Estas centenas de deputados, donos de intermináveis privilégios e denunciados por corrupção, lavagem de dinheiro, manutenção de trabalhadores em regime análogo à escravidão e diversos outros crimes, sequestraram a vontade de milhões de votantes para impor contrarreformas ainda mais duras que as já implementadas pelos ajustes de Dilma Rousseff.

É tentador localizar o núcleo das contradições que levaram a este desenlace brasileiro na própria arena nacional. Afinal de contas, seria um desafio encontrar espetáculo tão repugnante como o da jornada do 17 de abril sequer em países vizinhos na América Latina, que mesmo passando por momentos de reversão do quadro pós-neoliberal – como nossa vizinha Argentina – apresentam outras formas de ser em suas crises. Entretanto, dimensionar o problema em seu quadrante exclusivamente nacional dificultaria a análise, e levaria a resultados equivocados. Obcecados pelas árvores, não conseguiríamos ver o bosque.

A vida interna de todos os países, não obstante suas características particulares e um curso que depende em grande medida das tradições nacionais, está subordinada à dinâmica da economia mundial. Unindo entre si países e continentes que se encontravam em etapas diferentes de desenvolvimento através de um sistema de dependência e oposição, aproximando e combinando estes diversos níveis de desenvolvimento e opondo-os entre si através das fronteiras nacionais, a economia capitalista mundial se converteu há muito em uma realidade poderosa que determina cada uma de suas partes componentes.

Não é diferente com o Brasil. É inegável que, como menciona o teórico revolucionário russo Leon Trotski¹⁶⁴, os interesses do imperialismo alteram, deformam e aceleram o desenvolvimento de processos políticos nos países oprimidos. Tanto assim que sua economia e seus fenômenos políticos sequer podem ser pensados por fora dos orgânicos laços de dependência.

Assim, seria superficial tentar separar os grandes movimentos da estrutura estatal de países semicoloniais, como o Brasil, da batuta das potências estrangeiras. O golpe institucional, uma articulação do poder judiciário com o legislativo (além da imprensa oficial) com o fim de depor o poder executivo, teve o “benéfico auxílio” de instituições como o Departamento de Estado norteamericano e a Corte Suprema em Washington, com grandes expectativas dos monopólios internacionais sobre as novas oportunidades de valorizar capital na América Latina (não se esperava então que o sucessor de Barack Obama seria ninguém menos que Donald Trump). Para dar um empurrão à direita nacional não foi necessário

164TROTSKI, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

utilizar o expediente da força militar como na década de 70, já que a classe trabalhadora ainda não aparece como sujeito político independente na crise, e sim as próprias instituições de um regime político degradado em uma nação semicolonial.

Grandes processos internacionais impulsionam o desenvolvimento da política dos países coloniais e semicoloniais, por vezes em proporção maior que a dos países imperialistas. Com o estouro da crise econômica mundial de 2008, novos espaços de acumulação precisam ser encontrados pelas altas finanças internacionais para substituir a China como “fábrica do mundo”, ou seja, o papel de exportador de produtos manufaturados com baixo valor agregado, algo a que o gigante asiático não pode mais se circunscrever. Se a China foi um destino privilegiado do capital excedente norte-americano, a impossibilidade de manter o modelo exportador, a sobreacumulação de capitais e as tensões financeiras internas aceleraram as tendências nacionalistas chinesas, a fim de abandonar seu papel de receptor de capitais para converter-se em competidor mundial pelos espaços de investimento.

Uma economia de 100 milhões de trabalhadores, como a brasileira, não pode por si mesmo substituir a China, mas é um dos elos da cadeia de produção deste eventual sucessor: o salário médio de um trabalhador chinês já é maior que o de um trabalhador brasileiro.

Outro elemento de grandes proporções deriva da ruptura do caráter das relações bilaterais entre Estados Unidos-China. O processo de internacionalização financeira e produtiva – o maior “empreendimento capitalista” dos últimos 40 anos – sofre uma perda de dinamismo. Isto se evidencia com especial ênfase no débil incremento do investimento nos países centrais e numa queda do ritmo de crescimento do comércio internacional (ainda que não haja quebras massivas de grandes empresas ou um crescimento acentuado do desemprego nos países centrais para além dos níveis herdados nos anos particularmente críticos da crise).

De todo modo, se por ora não se configura um outro “empreendimento capitalista” que substitua o neoliberalismo, este já não conta com a força que possibilitou os países centrais superarem a crise econômica da década de 70.

Este ritmo lento e dilacerante de recuperação da economia – praticamente nula ou muito baixa na maioria dos países centrais – teve notável repercussão na política. Na segunda década do século XXI, uma vez desencadeada a crise econômica, os partidos tradicionais dos regimes políticos europeus, em primeiro lugar – organizações que, utilizando a terminologia do intelectual paquistanês Tariq Ali, conformaram o “extremo centro do consenso neoliberal” – começaram a perder sua legitimidade e ver sua representação ruir. O tradicional

bipartidismo cedeu sob a pressão de suas próprias contradições, dando origem a fenômenos políticos que se situavam nos extremos, à direita e à esquerda.

Tomando emprestada uma categoria do marxista italiano Antonio Gramsci, chamamos este processo de “crise orgânica”. Em seus *Cadernos do Cárcere*, Gramsci definia da seguinte forma esta crise de representação: “*Em certo ponto de sua vida histórica os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, ou seja, que os partidos tradicionais, naquela determinada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, os representam e os dirigem, não são já reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando estas crises ocorrem, a situação imediata se torna delicada e perigosa, porque o campo fica aberto a soluções de força, à atividade de potências obscuras representadas por homens providenciais e carismáticos [...] Em cada país o processo é distinto, ainda que o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que se produz seja porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual solicitou ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra) ou porque vastas massas (especialmente camponeses e pequenos burgueses intelectuais) passaram da passividade política a uma certa atividade e colocam reivindicações que em seu conjunto não orgânico constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’ e isto é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto*” (C13 §23, entre maio de 1932 e início de 1934)¹⁶⁵.

Portanto, a “crise orgânica” se distingue das crises conjunturais porque é uma crise de conjunto (econômica, social e política) que coloca em primeiro plano contradições fundamentais das classes dominantes que não podem ser resolvidas pelos métodos habituais. Abre-se assim um período de questionamento da orientação da classe dominante que se expressa na crise do regime político e de seus partidos tradicionais, e o principal efeito é o surgimento de novas maneiras de “pensar e sentir”, à direita e à esquerda.

Vimos estes fenômenos se desenvolverem na Europa, nos Estados Unidos, e também nos países chamados “periféricos”. A América Latina, que passa por um verdadeiro fim de ciclo dos governos pós-neoliberais, viu distintos países serem atravessados por crises orgânicas, de difícil solução – como a Venezuela. O golpe institucional, e os resultados que dele advieram, são a expressão pela direita dessa “crise orgânica” no Brasil, que tem origem nas Jornadas de Junho de 2013.

165GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Não se trata de reduzir as expectativas do capital internacional em recuperar-se com os prognósticos políticos de um país latino-americano como o Brasil. Pelo contrário, ocupamo-nos de eliminar metodologicamente o equívoco de circunscrever os acontecimentos brasileiros a motivações endógenas. Em nossa época, os processos nacionais de grande envergadura tem raízes internacionais.

Mas como isto se relaciona com os resultados do golpe institucional?

5.1 A fábrica de sacrifícios de Michel Temer

Por mais que o golpe institucional desanuviasse algumas das preocupações do capital estrangeiro, e abrisse novas perspectivas de acumulação de capitais no Brasil com um governo declaradamente pró-empresarial, a assunção de Michel Temer ao Executivo nacional não esteve destituída de ampla preocupação neste mesmo segmento econômico que apoiou o impeachment.

Em particular, os jornais das finanças imperialistas se prontificaram a aceitar as “belezas de um governo economicamente ortodoxo”, mas especulavam sobre as possibilidades de eclosão de conflitos entre as classes sociais no Brasil. No dia 18 de abril de 2016, dia seguinte à votação do impeachment na Câmara dos Deputados, a rede de notícias financeiras Bloomberg – apoiadora do golpe institucional – dizia que apesar de se tratar “de um momento de catarse positiva para o Brasil”, haveria “convulsão social” e a crise perduraria “por muito tempo”¹⁶⁶. Paul Rathbone, colunista do periódico financeiro britânico Financial Times, no mesmo 18 de abril, não negava os riscos e acompanhava a mesma preocupação, aconselhando “como consertar um sistema quebrado no Brasil pós-Rousseff” sabendo que “problemas sociais virão a um governo sem mandato popular”, referindo-se a Michel Temer¹⁶⁷.

166“Rousseff Hangs by a Thread After Losing Impeachment Vote”, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-04-18/rousseff-hangs-by-a-thread-after-brazil-vote-as-allies-cry-coup>. 18 de abril de 2016.

167Financial Times, “In a post-Rousseff Brazil, how to mend a broken system”, <http://www.ft.com/cms/s/0/75d2d10c-0510-11e6-a70d-4e39ac32c284.html#ixzz46BhfOxb5>. Paul Rathbone faz a seguinte especulação: “Temer tem o desafio de corrigir o navio do Estado brasileiro – pelo menos por enquanto. Como pode fazê-lo? O plano de Temer está contido na chamada ‘Ponte para o Futuro’. Publicado no ano passado, o documento pede uma economia mais aberta, mais privatização, a flexibilização das leis trabalhistas e o fim da indexação da aposentadoria com a inflação. Isso é música aos ouvidos dos investidores. Para convencer totalmente os mercados, entretanto, Temer precisará apontar chefes de peso para as finanças e para o Banco Central. Para contrapor os argumentos de que o impeachment é um golpe mal disfarçado, terá de designar um peso pesado na Justiça [...] Será capaz de fazer mesmo a metade disso? Sua chance será breve e não tem mandato popular para executar um programa abrangente de reformas econômicas” [Tradução minha], 18 de abril de 2016.

O semanário britânico *The Economist*, também porta-voz das altas finanças internacionais, foi mais cauteloso, e alertou no dia 21 de abril de 2016 para as dificuldades de se governar sem um mandato popular que autorizasse reformas profundas na economia. Os eufemismos para não mencionar o papel da classe trabalhadora em dificultar a aplicação de ajustes mais duros só deixavam em evidência os temores das finanças. Este semanário advertiu que “o discurso de um governo de unidade nacional parece cada vez mais à tentativa de um conjunto de trapaceiros tentando substituir outro. [...] Rousseff parece a caminho de deixar o cargo. Tragicamente para o Brasil, está longe de ser claro o que seguirá a ela”¹⁶⁸.

Mencionamos alguns dos principais jornais das altas finanças para demonstrar o grau de incerteza sentido inclusive por aqueles que representavam os mais beneficiados com o golpe institucional no Brasil. Como anunciava corretamente o *Financial Times*, no artigo citado, o plano de Temer estava contido na chamada ‘Ponte para o Futuro’, documento que exigia uma economia mais aberta, mais privatização, a flexibilização das leis trabalhistas e o fim da indexação da aposentadoria com a inflação. Essa agenda neoliberal esteve sempre à mercê dos fluxos e refluxos da relação de forças entre as classes sociais, variando de acordo com a maior ou menor fortaleza de um governo saturado de políticos envolvidos em esquemas financeiros com empreiteiras e grandes empresas, a começar pelo próprio Michel Temer e sua “alta cúpula”. No dia 12 de maio de 2016 Temer discursou em rede nacional para responder às dúvidas do mercado financeiro que auspiciava suas dificuldades.

Apesar de evitar assumir a postura de quem faz um discurso de posse (uma vez que exercia cargo interino), Temer não quis deixar dúvidas nos mercados financeiros e empresários que o ouviam dentro e fora das fronteiras nacionais sobre os objetivos de um mandato fruto do golpe institucional. Traduziu em diversos sinônimos uma mensagem inequívoca: de que seria um governo organicamente dedicado a fazer com que os trabalhadores pagassem pela crise promovida pelos capitalistas, através de medidas regressivas e duras contrarreformas que atacavam direitos estruturais adquiridos, no objetivo de remodelar a relação de forças políticas nos moldes da ofensiva neoliberal dos anos 1990. Chamou isso de “democracia da eficiência”.

Em primeiro lugar, Temer fez questão de frisar a vocação que tinha pela Constituição de 1988, que escrevera junto a alguns dos presentes na cerimônia. Uma das debilidades de origem do governo Temer, apontado inclusive por segmentos da imprensa internacional, era

¹⁶⁸The Economist, “Brazil’s political crisis: The darkest hour”, 21 de abril de 2016, <http://www.economist.com/news/americas/21697291-economy-freefall-president-likely-be-impeached-brazils-democracy-faces-its?iid=305&ah=417bd5664dc76da5d98af4f7a640fd8a>.

que surgira de um processo com bases jurídicas totalmente questionáveis, sequestrando os votos de milhões de brasileiros. Para camuflar que fora fruto do golpe, disse que operaria segundo a Constituição, esquecendo do seu pecadilho de origem. Era quase “natural” que um governo que surgiu de um golpe institucional, pelas mãos de um Judiciário e um Legislativo que rasgaram vigorosa e repetidamente a Constituição segundo seus caprichos, começasse por confessar lealdade a ela, já que não se tem por hábito contar por si mesmo a história dos próprios crimes.

Sobre o tema, enalteceu os trabalhos do Judiciário, e reforçou a ideia da harmonia entre os poderes, “cada órgão no poder tem suas tarefas, sem interferência dos poderes um no outro”. Interferir seria inconstitucional segundo Temer (depois do golpe, bem entendido), sem lembrar que o Supremo Tribunal Federal interferiu quando considerou conveniente, em prol do impeachment, e rasgou a Constituição ao impedir a posse de Lula na Casa Civil, uma prerrogativa que cabe apenas à presidência. Ou a própria votação nas casas do parlamento sobre um impeachment sem quaisquer bases constitucionais, outra interferência flagrante do Judiciário como parte integrante da orquestração do golpe institucional.

O segundo tema tratado no discurso foi a economia. Em síntese, a mensagem foi: aos capitalistas que crerem, venha o paraíso. Usou uma imensidão de jargões tirados dos arsenais do liberalismo, de Milton Friedman e da “Escola de Chicago”, na tentativa de convencer que maior desafio do país seria “estancar o processo de queda livre na atividade econômica” e resgatar a credibilidade interna e externa, “para que industriais, empresários e o setor de serviços, a agricultura se entusiasmem e voltem a sentir segurança em seus investimentos”; “incentivar de maneira significativa” as parcerias público-privadas, porque acima de tudo era “preciso reconstruir os fundamentos da economia e melhorar o ambiente de negócios para o setor privado”¹⁶⁹.

Criou até, à sua maneira, uma genealogia da democracia para chegar ao que parecia ser o ápice da civilização. Segundo o discurso de Temer, tivemos uma “democracia liberal” em primeiro lugar, sucedida por uma “democracia dos direitos”, que por sua vez deveria ser substituída por aquilo que de maior estatura já fora feito pela humanidade, que aqui se reduzia a Temer: a “democracia da eficiência”. Assim, revelou que o brasileiro só teria emprego “se a indústria, o comércio, estiverem caminhando bem”, algo alegadamente óbvio uma vez que “o

¹⁶⁹Os excertos extraídos do discurso e citados aqui podem ser revisitados na íntegra no vídeo disponibilizado pelo G1, no dia 12 de abril de 2016, no artigo “Temer fala em manter programas sociais e reequilibrar as contas”, através do endereço: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/temer-diz-que-ha-urgencia-em-pacificar-e-unificar-o-brasil.html>.

estado não pode fazer tudo, ele depende da atuação dos setores produtivos: empresários de um lado e trabalhadores de outro é que vão criar nossa prosperidade”. Os trabalhadores demitidos, que perderam poder aquisitivo, cuja idade de aposentadoria seria aumentada teriam de, sempre segundo a “teorização do golpe”, apoiar os empresários em benefício destes.

A mensagem de que “o estado não pode fazer tudo” (como se o estado capitalista garantisse serviços de qualidade aos trabalhadores) tinha endereço certo: cortar gastos e promover privatizações. A “democracia da eficiência” significou desde então cortes nos gastos em saúde e educação, a implementação da inominável reforma trabalhista, a reforma do ensino médio e a onda de privatizações (dentre as quais, a da Eletrobrás) para “equilibrar as contas públicas”. “Quanto mais cedo formos capazes de reequilibrar as contas públicas, mais rápido conseguiremos retomar o crescimento”, declarou Temer em tom de ameaça. Era um claro prelúdio à sinfonia de privatizações (ou desestatizações) que preparava.

Ainda no tema econômico, tranquilizou os mercados dizendo que não interferiria na política do Banco Central e controlaria a inflação. Não deixou de tentar falar em nome da “classe trabalhadora que sofre com o desemprego”. Num cinismo antológico, Temer reafirmou o tom ajustador: resolver o problema do desemprego depende da redução dos direitos trabalhistas, na mesma escolha entre emprego ou salário que a direita de Mauricio Macri impôs aos trabalhadores na Argentina a partir de dezembro de 2015.

Toda essa liturgia econômica ganhou contornos místicos na boca de Temer, um “liberalismo de salvação nacional”, única e primordial função do seu governo, que fez questão de lembrar que terá pouco tempo para aplicar as medidas necessárias. E para aplicar as medidas necessárias, era preciso que o corpo sobre o qual se opera não se mexesse.

Esse foi o terceiro eixo de Temer: a segurança. A sobriedade e discrição do “liberalismo de salvação nacional” exigiu unidade e ordem. “É urgente pacificar a nação e unificar o Brasil”. Num cenário como o de meados de 2016, de ocupação generalizada de escolas técnicas e da rede pública em diversos estados, como o de São Paulo, este chamado caía como um martelo: repressão às ocupações. Pacificar significa reprimir lutas. Identificou, sem falar, seus inimigos: a classe trabalhadora e a juventude, além daqueles jovens secundaristas que ocupavam dezenas de escolas em vários estados contra os ataques à educação.

Definiu uma palavra de ordem de acordo com uma anedota vivenciada num posto de gasolina: “Passei no posto e vi o cartaz ‘não fale em crise: trabalhe!’. Gostei da mensagem, quero popularizá-la em todo o país”. Uma ameaça velada a todas as greves, piquetes e a

qualquer resistência oposta pelos trabalhadores à agenda de reformas que “precisa ser aplicada urgentemente e exige harmonia nacional”.

Não à toa agradeceu tanto o Judiciário, o poder que mais se fortaleceu para seguir desempenhando o papel de árbitro da situação nacional, principalmente contra os sindicatos, as organizações de esquerda e as lutas de resistência. Seu ex-Ministro da Justiça, aquele que fora chefe da assassina PM paulista, Alexandre de Moraes, assumiu o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal, e ainda tem na pasta de Segurança Institucional um general sionista, Sérgio Etchegoyen, que comanda o serviço de inteligência da Abin (Agência Brasileira de Inteligência Nacional), cuja família prestou serviços à ditadura militar.

Este foi o sinal que o governo Temer quis dar ao estrangeiro, que se não for pelo palavrório seria pela força que conteria a luta de classes, para responder o receio dos monopólios financeiros em valorizar capital nesse “teatro de investimento” ora tão inseguro.

O esforço vingou. No dia 19 de maio de 2016, o embaixador dos Estados Unidos na OEA (Organização dos Estados Americanos), Michael Fitzpatrick, rechaçou na plenária da entidade a afirmação de países membros como a Venezuela, a Bolívia e a Nicarágua, de que teria havido um golpe no Brasil¹⁷⁰. Era a primeira vez que o governo estadunidense, chefiado então por Barack Obama, rejeitava claramente a noção de que o processo de impeachment que afastou Dilma Rousseff da presidência se tratava de um golpe. Até então, a posição dos EUA vinha sendo de cautela, ainda que postulasse que o processo contra Dilma Rousseff respeitava as normas democráticas. No mesmo sentido, o governo alemão, chefiado pela chanceler Angela Merkel, destacou que não houve golpe e manteria todas as relações diplomáticas com Temer¹⁷¹.

Essa aprovação por parte de algumas das principais potências capitalistas tinha fundamento no interesse dos negócios a serem realizados. A intenção do governo golpista foi conseguir mais de R\$30 bilhões em vendas de ativos, que já contava com a venda da Caixa Seguridade, do IRB¹⁷², de participações da Infraero em aeroportos e concessões de rodovias, portos e aeroportos. Já haviam sido concedidos à iniciativa privada seis aeroportos,

¹⁷⁰Segundo Michael Fitzpatrick, “não há dúvida de que no Brasil há um claro respeito pelas instituições democráticas, uma clara separação de poderes, vigora o Estado de Direito e há uma solução pacífica das disputas. Nada disso se parece com o caso da Venezuela e essa é nossa preocupação [...] Não acreditamos que seja um golpe suave ou de outro tipo. O que ocorreu no Brasil seguiu o processo legal constitucional e respeitando completamente a democracia”. Valor Econômico, 19 de maio de 2016, “Não há golpe em curso no Brasil, diz embaixador americano na OEA”, disponível no endereço: <http://www.valor.com.br/internacional/4569955/nao-ha-golpe-em-curso-no-brasil-diz-embaixador-americano-na-oea>.

responsáveis por 45% do fluxo de passageiros do país, e Temer adicionou o plano de privatizar os aeroportos de Congonhas e Santos Dumont, que têm a rota mais movimentada do país, a ponte aérea Rio-São Paulo. Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, em 10 de julho de 2016¹⁷³, Temer anunciou pela primeira vez o aumento planejado da idade de aposentadoria para as mulheres e homens, para 63 e 65 anos respectivamente, deixando claro que as reformas da Previdência e Trabalhista viriam depois da conclusão do impeachment.

O plenário do Senado aprovou no dia 31 de agosto de 2016, por 61 votos favoráveis e 20 contrários, o impeachment de Dilma Rousseff¹⁷⁴. A presidente alegadamente afastada foi condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal – as chamadas "pedaladas fiscais" no Plano Safra e os decretos que geraram gastos sem autorização do Congresso Nacional. O Senado brasileiro, como de uso, não foi exatamente uma academia de oratória dos despossuídos¹⁷⁵.

5.2 O Judiciário brasileiro como aríete dos interesses do empresariado

O caminho estava aberto para a terapia de choque da “Ponte para o Futuro” de Temer, mesmo em meio a demonstrações de protestos populares. O próprio Judiciário reconheceu que não estava alheio à crise de prestígio das instituições do regime político. Ainda à época a instituição mais preservada, seu papel no impeachment o vinculou com a defesa do espectro político da direita e à proteção seletiva de corruptos. A posse de Cármen Lúcia como

171Ao ser questionado por um repórter se houve um golpe de Estado no Brasil, Martin Schäfer, porta-voz do Ministério do Exterior da Alemanha, afirmou que o governo alemão não se deixaria levar por "jogos de palavra e formulações simples desse tipo": *"Temos certeza de que um país forte, uma democracia como o Brasil, conseguirá superar essa crise. Mantemos relações diplomáticas com o Brasil e é claro que também vamos cooperar com esse governo [interino]"*. Steffen Seibert, portavoz da chanceler Angela Merkel, também destacou que o Brasil é um importante parceiro estratégico da Alemanha, "o mais importante da América Latina", com o qual o país europeu mantém relações econômicas e políticas "muito próximas". Fonte: Deutsche Welle, "EUA e Alemanha descartam que haja golpe no Brasil", disponível no endereço: <http://www.dw.com/pt-br/eua-e-alemanha-descartam-que-haja-golpe-no-brasil/a-19267578>.

172Instituto de Resseguros do Brasil. Criado em 1939 por Getúlio Vargas, o IRB tinha o objetivo de concentrar nas empresas nacionais o resseguro do país, através da própria empresa e de sua política de retrocessão, em que a maior parte do risco era repartido entre as seguradoras nacionais. Manteve seu monopólio até 2007, quando através de Lei Complementar o Congresso Nacional reabriu o mercado ressegurador brasileiro, e o IRB passou a ser classificado como Ressegurador Local.

173"Temer planeja privatizar Congonhas e Santos Dumont; veja entrevista", Folha de S. Paulo, 10 de julho de 2016. Disponível no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1790130-temer-planeja-privatizar-aeroportos-da-ponte-aerea.shtml>.

174"Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume", G1, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>.

presidente do Supremo Tribunal Federal, a 12 de setembro de 2016, parecia indicar uma figura de harmonia entre o STF e o MPF (Ministério Público Federal), diferenciando-se da conduta mais beligerante de Gilmar Mendes frente ao Ministério Público, estando mais próxima à linha de Rodrigo Janot e dos procuradores da Lava Jato. O objetivo era preservar a instituição “inquestionável e isenta” do Judiciário, afastando-se das figuras do golpe. Limpar essa imagem era fundamental para o judiciário seguir como instituição mais autoritária e incontrolável, sendo o árbitro da política nacional e a força mais reacionária no interior do regime.

No processo do sufrágio presidencial no Brasil, os principais atores do golpe institucional organizaram a política com um critério específico: o esvaziamento das atribuições do princípio da soberania popular. O princípio centenário da burguesia – estabelecido em sistema por Montesquieu no século XVII – da “divisão dos poderes” tem no Brasil atual uma função política específica, para além da proteção da propriedade privada capitalista: aqui, a divisão dos poderes trabalhou para preparar eleições a la carte para que surgisse das urnas um presidente que fosse a continuidade agressiva da política de Temer. Tomando uma definição do analista Demétrio Magnoli, referindo-se à Lei da Ficha Limpa, é possível dizer que a base filosófica do Judiciário brasileiro “é o conceito de que o eleitorado precisa da tutela de um estamento de sábios”¹⁷⁶. Esse estamento de juízes e procuradores não flutua no ar: tem altos privilégios financeiros, cargos vitalícios e mil e um laços com a embaixada norte-americana e o Departamento de Estado (que por anos treinou juízes como

175 Valem algumas considerações sobre esta “emérita” instituição. Na Roma antiga, a formação do Senado era composta por anciões que mantinham certo grau de parentesco e eram proprietários de escravos. Prestavam serviços para os mais nobres da região. Em troca, recebiam proteção do Estado Romano. Tinham, inclusive, poder de veto ou aprovação em relação às leis apresentadas pela monarquia. Era composto por quase 300 conselheiros de famílias bastante abastadas. É uma instituição tão arcaica e desprovida de lógica que, tirando-se o nome de Roma, várias características permanecem iguais no Senado de qualquer país do mundo, principalmente em uma semicolônia como o Brasil. Criado em 1824, o Senado brasileiro foi inspirado na Câmara dos Lordes do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, mas com a Proclamação da República do Brasil foi adotado um modelo semelhante ao do Senado dos Estados Unidos. A função do Senado brasileiro segue sendo de reavaliação das votações na Câmara e poder de veto. Em essência, é parte do mecanismo “*checks and balances*”, ou o sistema de “freios e contrapesos” da democracia burguesa que serve para amortecer os conflitos e manter as disputas de poder dentro das instituições do Estado capitalista, contrabalançando possíveis “excessos” que outras esferas do poder possam apresentar. Abriga membros de famílias poderosíssimas, verdadeiros coronéis de seus estados, como os Sarney no Maranhão, os Barbalho no Pará, os Jereissati no Ceará, os Calheiros em Alagoas, os Viana no Acre, os Maggi no Mato Grosso. Vários dos quais controlam extensas redes da economia regional, os meios de comunicação, rádio e televisão, além de notáveis latifundiários. Entre os donos de emissoras, estão famílias como os Sarney, no Maranhão, dona da Televisão Mirante, e os Collor, proprietários da TV Gazeta de Alagoas. O “romano” Caiado não é o único acusado de manter trabalho escravo em seus latifúndios.

176 “Sob a tutela dos juizes”. Demétrio Magnoli, Folha de São Paulo, 18/08/2018.

Sérgio Moro nas operações de “lavagem de dinheiro” – uma rubrica que permitiu a intervenção políticas de Washington em distintos países da América Latina na década de 90).

Concretamente, essa espécie de “bonapartismo judiciário” e seu extremo autoritarismo nas eleições se concentrou em impedir que Lula participasse das eleições. Essa arbitrariedade sem nenhum fundamento jurídico (pois parte da ausência de pressupostos legais para a sua prisão) sintetizou o principal ataque à soberania popular, impedindo que a população votasse em quem queria, um dos últimos restos de direitos políticos que as democracias burguesas podem oferecer.

O Poder Judiciário brasileiro é conformado por uma casta vitalícia e privilegiada, com tribunais superiores designados a partir de negociações entre as forças políticas predominantes e sem intervenção do voto popular na designação do conjunto dos juízes e procuradores. Se originalmente aquele equilíbrio de poderes se havia fundamentado na oposição à tirania do absolutismo monárquico, o certo é que seu papel histórico foi limitar ao mínimo a incidência da soberania popular nas democracias burguesas, baseadas justamente em defender a legalidade da propriedade capitalista. Todo o sistema legal se baseia em constituições que por vezes datam de dois ou três séculos (várias décadas no melhor dos casos) em muitos de seus núcleos fundamentais, que servem como sacralização do “poder constituído” e limitam todo “poder constituinte” do povo trabalhador.

Esta posição do Judiciário como aríete dos interesses do empresariado se acentuou depois do golpe institucional. O Judiciário tomou a peito dar o primeiro impulso a Temer na satisfação da burguesia nacional e estrangeira. Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, diziam que o Estado é um balcão que administra os negócios comuns de toda a burguesia¹⁷⁷. Os senhores da toga, como uma instituição chave do Estado burguês, são quem confere aos interesses da classe dominante o caráter de lei.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso argumentou já em 2015¹⁷⁸ que “*os acordos e convenções coletivas são instrumentos legítimos de prevenção de conflitos trabalhistas, podendo ser utilizados, inclusive, para redução de direitos trabalhistas*”.

Gilmar Mendes, também ministro do STF, demonstrou visão semelhante à de Barroso sobre a necessidade de reduzir os conflitos trabalhistas, limitando a possibilidade de os trabalhadores interporem processos judiciais contra o empresariado: “*Eu tenho a impressão*

que a CLT tem que passar por reformas e que nós também no âmbito da Justiça, da Justiça do Trabalho, do Supremo Tribunal Federal, temos que fazer uma releitura atualizada da legislação. Hoje nós não temos só o desafio de proteger o empregado, ou o chamado ex-empregado. Nós temos que garantir o sistema de empregabilidade”. É a inusitada teoria de que a legislação trabalhista deveria proteger o empresário também, não apenas o funcionário. Esses magistrados “manejam o arco como espantalhos”¹⁷⁹.

Na Justiça trabalhista, o paladino da concepção foi o ministro Ives Gandra Martins Filho, que ocupava a presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) até 2018. Na edição do Fórum Estadão Brasil Competitivo, Ives Gandra disse que a “reforma trabalhista é urgente”, e que a economia do país “não suportaria esperar as mudanças até o segundo semestre de 2017”. *“Acho que a economia não suportaria. Tenho impressão que não é necessária uma ampla reforma de toda a legislação, basta que se prestigie mais a negociação coletiva”¹⁸⁰.*

A campanha pela retrógrada e inconstitucional reforma trabalhista foi portanto encabeçada pelo Judiciário logo após o golpe institucional. Isso facilitou o trabalho de Temer a preparar o caminho para aprová-la na Câmara e no Senado em julho de 2017.

O Judiciário imagina acreditar apenas em si mesmo e exige do mundo a mesma imaginação. *“Haverá, por exemplo, algum país no mundo que participe tão ingenuamente de todas as ilusões do regime constitucional sem compartilhar das suas realidades como a chamada Alemanha constitucional?”*, disse uma vez Marx, na sua Crítica à Filosofia do Direito de Hegel¹⁸¹. Para o Judiciário, *“até mesmo o fato de as massas serem dominadas,*

178“*No início do ano de 2015, o STF julgou o RE 590.415, que ficou nacionalmente conhecido como o “Caso BESC”. O Banco do Estado de Santa Catarina, antes de ser privatizado, firmou um acordo coletivo com o sindicato dos empregados em que constava uma cláusula de quitação geral. Isto é, o empregado que aderisse ao plano recebia indenização e estaria impedido de obter qualquer diferença em processo judicial trabalhista. Mediante a interposição de recurso ao Supremo Tribunal Federal, o Banco conseguiu reverter a decisão, ficando assentado no STF, em célebre voto do Ministro Luís Roberto Barroso, que a cláusula era válida, tendo sido afirmado, em apertada síntese, que (i) a Constituição Federal prestigiou a autonomia coletiva da vontade como mecanismo pelo qual o trabalhador participará da formulação das normas que regerão a sua própria vida, inclusive no trabalho, bem como, que (ii) os acordos e convenções coletivas são instrumentos legítimos de prevenção de conflitos trabalhistas, podendo ser utilizados, inclusive, para redução de direitos trabalhistas. Ver aqui: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/stf-inova-e-decide-que-vale-o-negociado-sobre-o-legislado-no-ambito-trabalhista/>.*

179*Rei Lear*, de Shakespeare. Ato IV, cena IV.

180“*Reforma trabalhista é urgente e País não pode esperar até 2017, diz presidente do TST*”, disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,reforma-trabalhista-e-urgente-e-pais-nao-pode-esperar-ate-2017-diz-presidente-do-tst,10000077340>

181MARX, K. *“Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

governadas, possuídas, elas têm de reconhecer e admitir como uma concessão do céu!” segundo Marx¹⁸².

Sobre o Brasil poderíamos perguntar, seguindo o raciocínio de Marx, o que perguntou Gramsci sobre a democracia burguesa em geral: “*Se a democracia significa o governo das massas populares, expresso através de um Parlamento eleito por sufrágio universal, então em que país existiu alguma vez um governo que cumprisse este critério?*”¹⁸³. Torna-se inescapável a reflexão de que o Poder Judiciário é um dos principais mecanismos, numa democracia burguesa, para separar a imensa maioria da população do governo do Estado (dentre os quais se encontram a divisão de poderes entre o legislativo e executivo, a impossibilidade de revogar mandatos e a não eleição do poder judicial e seus privilégios financeiros).

Para aprofundar no caso concreto do Brasil, partindo dessa idéia, constatamos que o Judiciário brasileiro foi o principal pilar do golpe institucional. Dirigiu cada centímetro da política da classe dominante, para que os trabalhos de abril de 2016 não fossem desperdiçados nas eleições nacionais em 2018. A Corte Suprema digitou cada detalhe das eleições presidenciais, com o fim específico de que Lula, preso arbitrariamente e franco favorito para vencer, não disputasse o pleito, e a direita tucana, com Geraldo Alckmin, pudesse se beneficiar dos frutos de Temer. Quando ficou claro que o PSDB havia derretido depois de servir de base ao governo Temer, o Judiciário – mediante condicionamentos posteriores – não teve problemas em favorecer a extrema direita de Jair Bolsonaro. Não é exagerado afirmar que, em função das atividades do “poder da toga”, Bolsonaro venceu as eleições mais manipuladas da história recente do Brasil.

Alguns exemplos da interferência judiciária (sempre em favor da continuidade do golpe institucional), de abril a outubro de 2018, ilustram esse quadro de ingerência aberta do judiciário na política nacional. A começar pelo desembargador João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal-4, que admitiu desconsiderar a lei a fim de manter Lula preso, no

182Curiosamente, em março de 2016, os promotores Cassio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Araújo ficaram “famosos” ao afirmarem, no pedido de prisão preventiva de Luiz Inácio Lula da Silva, que “as atuais condutas” do ex-presidente “que outrora chegou a emocionar o país ao tomar posse como Presidente da República em janeiro de 2003 (‘o primeiro torneiro mecânico’ a fazê-lo de forma honrosa e democrática), certamente deixariam Marx e Hegel envergonhados”. Neste conjunto de confusões surge destes personagens o desprezo que sentem pela história do movimento operário e sua cristalização teórica no socialismo científico, fundado por Marx e Engels (e não Hegel). Mas não menos evidente, dentro do desprezo, é a homenagem que – à sua maneira – tem de prestar a ambos os pensadores. Enquanto Marx e Engels sobrevivem a si mesmos pela sua grandeza histórica mesmo na mente de glutões da burguesia, estes três personagens não correrão risco de ter seus nomes confundidos.

183GRAMSCI, A. “*The peasants and the dictatorship of the proletariat*”, Marxists Internet Archive, consultado em 04/05/2018.

episódio em que a ordem judicial do desembargador Rogério Favretto foi descumprida. Essa declaração foi abonada, em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, pelo diretor-geral da Polícia Federal, Rogério Galloro: este disse que Sérgio Moro, a presidente da Procuradoria-Geral da República (Raquel Dodge) e o presidente do TRF-4 (Thompson Flores), desrespeitaram a lei para que Lula seguisse na cadeia de maneira arbitrária.

A 25 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral negou de forma liminar (e arbitrária) o pedido do PT para que as emissoras passem a incluir em seus telejornais notícias sobre a agenda de campanha da coligação do PT. No dia 31 de agosto, a juíza responsável pelo caso de Lula, Carolina Lebbos, ordenou que Gleisi Hoffmann deixasse de atuar como advogada de Lula. Esse absurdo autoritário foi justificado pela "lei que proíbe parlamentares exercerem a função de advogado em casos das empresas mistas, como a Petrobras". A preocupação era isolar Lula no cárcere de Curitiba. No mesmo dia, o Tribunal Superior Eleitoral vetou, por 6 votos a 1, a participação de Lula das eleições. O TSE não fez menos que rasgar os últimos vestígios de soberania popular e enterrou o direito da população decidir em quem votar, num candidato reformista que tinha 40% das intenções de voto e venceria no primeiro turno caso disputasse. Isso ocorreu um dia após esta cúpula judicial ter aprovado a nefasta terceirização irrestrita e terem recebido aumento de R\$5,5 mil em seus salários já extraordinários, movem as peças para que estas eleições sejam manipuladas pelo golpe institucional.

No dia 3 de setembro, o ministro Sérgio Banhos, do TSE, decidiu suspender inserções televisivas veiculadas pela coligação "O povo feliz de novo" (PT/PC do B/Pros) pela aparição de Lula. A 9 de setembro, o então comandante das Forças Armadas, Eduardo Villas Boas, deu entrevista ao Estadão. Sempre tão submisso às "intromissões na soberania nacional" por parte das instituições imperialistas, dessa vez o bravo Villas Boas disse, a respeito do parecer do Comitê da ONU favorável a Lula, que era "uma tentativa de invasão da soberania nacional". Afirmou também que "a legitimidade do novo governo pode até ser questionada"¹⁸⁴, depois da facada a Jair Bolsonaro, mostrando sutilmente o apreço que a caserna, o reacionário Clube Militar e elementos da alta oficialidade tinham já nesse momento pela candidatura da extrema direita. Villas Boas já havia intervindo em prol da continuidade do golpe institucional em *tweet* no dia anterior do julgamento do *habeas corpus* de Lula no Supremo Tribunal Federal, a 4 de abril, pressionando o STF a não acatar o pedido e liberar Sérgio Moro e o TRF-4 para prender o líder petista arbitrariamente.

¹⁸⁴“Legitimidade de novo governo pode até ser questionada”, diz general Villas Boas”. Estado de São Paulo, 09/09/2018.

No dia 10 de setembro, a presidente do TSE, Rosa Weber, negou a prorrogação do prazo para o PT substituir o nome de Lula na chapa presidencial. Ao PT não foi concedido o direito mínimo que qualquer outro partido gozava, o de mudar seu candidato até o dia 17 de setembro. Junto com a negativa, a ministra enviou ao Supremo Tribunal Federal o recurso de Lula contra a rejeição, pelo plenário do TSE, de seu registro de candidatura.

A 11 de setembro, quando o veto à candidatura de Lula foi selado pelo Supremo Tribunal Federal, a procuradora-geral Raquel Dodge decidiu pelo arquivamento de um dos inquéritos que investigavam Aécio Neves por corrupção. Poucos dias depois, a 15 de setembro, o TSE negou pedido de defesa de Lula para que o petista preso pudesse gravar vídeos e áudios em apoio à candidatura de Fernando Haddad. No dia 17 de setembro, seguindo com seu autoritarismo, o ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Horbach, determinou que o Facebook removesse quatro postagens em que o PT promovia a candidatura de Lula. O pedido de retirada foi feito pela equipe de campanha de Jair Bolsonaro, que disputaria o segundo turno com Haddad. No dia 18 de setembro, o TSE acolheu o pedido da coligação de Bolsonaro e decretou a retirada da propaganda eleitoral do PT em que era lida uma carta de Lula a seu substituto, em uma evidente tentativa de atuar sobre a capacidade de transferência de votos do ex-presidente.

Como se não bastasse, no dia 26 de setembro foi anunciado que o judiciário tinha eliminado 3,6 milhões de títulos de eleitores no Brasil. Dentre esses, 1,5 milhão correspondem a títulos do Nordeste, região com a menor intenção de votos no candidato da extrema-direita: tratou-se de uma nova medida para favorecer Jair Bolsonaro. Esses títulos foram cassados pelo fato de esses eleitores não terem feito a autentificação biométrica, uma razão completamente banal (só na Bahia, reduto do PT, foram cassados 600 mil títulos eleitorais).

A manipulação do judiciário ainda não havia atingido o cume. A 28 de setembro, o ministro Luiz Fux, do STF, suspendeu uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski e proibiu Lula de dar entrevista aos jornais na prisão. Além disso, determinou a censura prévia ao jornal Folha de São Paulo (ou qualquer outro que quisesse entrevistar Lula), algo que não era feito desde a ditadura militar. Fux não apenas censurou arbitrariamente a imprensa (inclusive a que apoiou a destituição de Dilma e o governo Temer), mas violou dispositivos da própria constituição burguesa: a Lei 8.437/92; o Artigo 5º da Constituição; o Artigo 220 da Constituição; as regras de funcionamento do Supremo (o repúdio à censura prévia está contido no Inciso IX do Artigo 5º, segundo o qual "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença").

No dia 1º de outubro, na mesma semana do primeiro turno das eleições, Sérgio Moro quebrou o sigilo da delação de Antonio Palocci, que buscava denunciar Lula por corrupção: um vazamento que, mais uma vez, tinha como objetivo favorecer Bolsonaro. A quebra do sigilo da delação de Palocci (delação que já havia sido descartada pelo próprio Ministério Público Federal por falta de provas) foi a maneira mais grotesca de Sérgio Moro fazer sua contribuição na aquarela conjunta do judiciário que intervinha sem reboços nas eleições.

Por fim, o Ministério Público Federal apresentou no dia 4 de outubro, 3 dias antes do primeiro turno, alegações sem provas envolvendo o Instituto Lula e um apartamento em São Bernardo do Campo que reafirmam a prisão de Lula.

Bolsonaro foi praticamente empurrado ao Palácio do Planalto, no “*scrum*” feito pelo Poder Judiciário. Naturalmente, não foi o único ator a patrocinar o candidato da extrema direita, que chegou a ter o benefício de receber financiamento ilegal de campanha por parte de grandes empresários – como de Luciano Hang, dono da Havan – que pagavam serviços de disparo automático de mensagens do Whatsapp com difamações contra Haddad, uma prática que configura Caixa 2, devidamente silenciada pelo TSE. Os fatores reais de poder, que já se haviam enamorado da extrema direita previamente ao primeiro turno, se uniram para garantir o triunfo bolsonarista no dia 28 de outubro. A empreitada teria sido consideravelmente mais complexa, entretanto, sem o auxílio do autoritarismo judiciário, que aplainou o caminho “constitucional” da violação das próprias leis da democracia burguesa.

A arbitrariedades tão flagrantes, de uma casta incontrolável, a história já deu seu veredito: a irrupção das massas na história, em episódios tão emblemáticos como a Comuna de Paris de 1871, ou a Revolução Russa de 1917, deu origem a soluções que tocavam a raiz deste problema. A saber, impuseram que todos os juízes fossem eleitos pelo povo, revogáveis a qualquer momento e que recebessem o mesmo salário médio de um trabalhador, abolindo suas verbas auxiliares e outros privilégios pecuniários. Viviam de acordo com as condições de vida das massas que emergiam no controle de seus próprios destinos. Além disso, todos os julgamentos eram realizados por júris populares, abolindo os tribunais superiores. Grandes ideias cuja permanência é notável.

5.3 Série de contrarreformas do governo Temer: a nefasta contrarreforma trabalhista

Em outubro de 2016 Temer conseguiu aprovar no Congresso sua primeira PEC, a PEC 241, que congelou até 2036 todos os gastos já ínfimos na saúde e na educação¹⁸⁵. Logo em seguida, a reforma do Ensino Médio veio para tornar o ensino mais precário e técnico, e desencadeou uma onda de ocupações em escolas e universidades contra essa medida. Em seguida foi a vez do Projeto de Lei da terceirização irrestrita, que teve nova aprovação através da histórica contrarreforma trabalhista, um ataque em regra aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, e que já se encontravam escassos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A inspiração para a contrarreforma trabalhista é internacional; mais precisamente, alemã. A reforma, introduzida pelo governo do então chanceler socialdemocrata Gerhard Schröder, resultou em queda de 4,5% nos salários, com aumento da pobreza — pessoas que ganham até € 14 mil por ano. O Plano Hartz recebeu o nome de seu patrocinador, Peter Hartz, um dos chefes da Volkswagen e que liderou a comissão que avaliou a reforma. Foi dividido em quatro pilares. Cada trecho deles foi aprovado no Parlamento em diferentes projetos de lei. A reforma era tão grande que foram necessárias quatro leis separadas. Começou em 2003 e a cada tantos meses foram aprovados o Hartz 1, Hartz 2, Hartz 3 e, finalmente, o Hartz 4.

No primeiro pilar, a lei tratava de “padrões trabalhistas não convencionais”. Isso significa contratos não permanentes, trabalhadores rotativos de curto prazo, empregados que eram contratados por agências e terceirizados para empresas. Conhecemos isso bem no Brasil, que teve triplicado o número de terceirizados na década petista. Mas Temer quer o que conseguiu o governo alemão: o que ocorreu é que a lei passou a permitir que esses contratos fossem simplificados. *“Antes, a lei era muito estrita. Se você quisesse empregar uma pessoa, teria basicamente de ser um contrato permanente. Isso foi facilitado e os contratos temporários foram acelerados”*, diz Daniel Samaan, economista da OIT¹⁸⁶. Mas, ao mesmo tempo, ficou estabelecido que os contratados teriam remuneração igual à dos empregados

185A medida devastará a rede já intoleravelmente precária de saúde e educação para a população trabalhadora: o Brasil gasta, por exemplo, a metade que a vizinha Argentina na saúde. São US\$ 591 (aproximadamente R\$ 1.900) per capita contra US\$ 1.167 (cerca de R\$ 3.750). Se compararmos com os EUA, a distância é de perder de vista (US\$ 4.307, aproximadamente R\$ 13.800). O próprio Ipea, instituto ligado ao Ministério do Planejamento, sustenta que a PEC 241 trará ao setor perdas de até R\$ 743 bilhões se as despesas forem congeladas por 20 anos, como prevê a proposta.

186“Plano Hartz foi o pilar de uma ampla reforma na Alemanha”, disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,plano-hartz-foi-o-pilar-de-uma-ampla-reforma-na-alemanha,10000078233>

permanentes e teriam o mesmo tratamento dentro da empresa. Os mesmos salários e os mesmos benefícios teriam de ser dados.

O segundo Plano Hartz lidou com o que chamamos de “*mini-jobs*” (miniempregos). Esses são os empregos para pessoas que trabalham menos de 15 horas por semana: estudantes, aposentados ou alguém em busca de uma renda extra. Até então, os encargos trabalhistas mínimos afastavam as empresas desta modalidade de contratação; queriam uma exploração maior. O Plano Hartz 2 removeu os “empecilhos trabalhistas” como os direitos de rescisão de contrato e indenização, ao sabor da patronal.

A terceira parte do Plano é a concretização do que Karl Marx dizia, “*o trabalhador não é um escravo assalariado de um patrão, mas de toda a classe burguesa*”. Consistia na criação de uma agência federal de contratação de funcionários, que repassa um contrato precário de uma empresa a outra, quando a patronal necessita.

O Hartz 4 estabelecia maior rigidez para um trabalhador conseguir acesso ao seguro-desemprego. O período em que uma pessoa passou a receber o seguro também foi encurtado. A lei anterior previa que, por até 24 meses, uma pessoa receberia seguros “generosos”. Com a lei, isso foi reduzido para 12 meses. Os valores são significativamente reduzidos e as exigências para que essas pessoas recebam esses benefícios ficaram mais rígidas.

O resultado deste pacote de medidas não podia ser outro: em menos de uma década, a Alemanha atingiu a cifra de 10 milhões de trabalhadores terceirizados, o aprofundamento do “trabalho precário”, trabalhadores mal pagos, que são cedidos (ou emprestados) de uma empresa a outra e, no fim, recebem apenas parte do que é pago pelo contratante final.

Ainda falando da Alemanha, passados dez anos da reforma trabalhista, o recurso dos mini-jobs acabou se generalizando. A expectativa do governo era de que 5% dos trabalhadores estivessem nesse sistema, mas a taxa hoje é de 20%. Mais de 7 milhões de alemães trabalham nesse regime. Saldo total: cerca de 15,5% dos alemães vivem na pobreza¹⁸⁷ (antes da reforma eram menos de 5%), enquanto 10% da população dispõe de mais da metade dos bens do país.

Para o governo Temer, o único dado que importava era que a Alemanha atingiu a taxa mais baixa de desemprego desde a década de 1990 depois do Plano Hartz. Não importava que isso fosse atingido com a precarização do trabalho de toda uma geração de jovens, além do aumento de distintas variedades de informalidades trabalhistas. Tampouco resultavam dignas

187Lúcia Müzell, RFI. “Conheça o modelo trabalhista alemão, que inspirou o Brasil contra o desemprego”, disponível em: <http://br.rfi.fr/geral/20150713-conheca-o-modelo-trabalhista-alemao-que-inspirou-o-brasil-contra-o-desemprego>.

de consideração as enormes diferenças entre um país como a Alemanha, centro das finanças europeias, e o Brasil.

O projeto da contrarreforma trabalhista de Temer aprovado no Congresso dá ao empresário a possibilidade de contratar um autônomo de forma contínua e exclusiva, e outra são os contratos onde o trabalhador fica por um longo período à disposição da empresa, mas recebe apenas pelas horas trabalhadas. Neste caso, não há garantia de que o trabalhador fará o número de horas necessárias para ganhar o salário mínimo. A jornada de trabalho pode ser estendida agora de 8h para 12h. Essa "inovação" vem junto ao chamado trabalho intermitente (os "*part-time jobs*" ou contratos de "zero-hora" na Alemanha e no Reino Unido), inspirados no projeto alemão, como dissemos acima. Nesse tipo de trabalho o empregado não tem vínculo com a empresa, nem horário certo, mas fica a disposição do patrão 24h por dia e só recebe pelas horas trabalhadas.

Para saciar a bancada ruralista, fazendeiros e exploradores agrícolas que povoam a Câmara e o Senado, a contrarreforma trabalhista estipulou que o "empregado rural" não precisa necessariamente ser remunerado por salário, uma forma de facultar a "institucionalização" do regime de trabalho semi-escravo já endêmico no meio rural brasileiro.

O projeto atinge em especial a vida das mulheres e traz um ataque gravíssimo às grávidas e lactantes: o texto aprovado prevê o afastamento do trabalho para as mulheres grávidas e lactantes apenas em casos de insalubridade máxima, passando a permitir que essas trabalhadoras continuem em locais de insalubridade julgada média ou baixa¹⁸⁸, colocando em risco as vidas das mulheres e de seus filhos.

Destacamos este ataque em regra aos direitos trabalhistas como a contrarreforma mais reacionária aplicada até então por Temer, que ainda promete avançar na Reforma da Previdência, um ajuste neoliberal de enorme magnitude.

188A contrarreforma condiciona o afastamento da mulher grávida e lactante à emissão de um atestado de saúde nos locais de trabalho considerados com insalubridade mínima ou média. Mas até conseguirem esse atestado (e se conseguirem), as mulheres grávidas e lactantes continuarão expostas a locais de muito frio, muito calor, com barulho extenuante, em contato com produtos químicos, entre outras situações que já afetam a saúde da classe trabalhadora e agora, mesmo grávida ou amamentando, as mulheres continuarão submetidas a essas condições degradantes. O assédio moral e sexual está institucionalizado. Caso esse crime seja cometido pelo patrão, a vítima será indenizada de acordo com o salário que ela recebe. As trabalhadoras que ganham menos ficarão mais vulneráveis. Isso atende especialmente os modernos requisitos da revolução industrial, em que havia uma lei chamada *jus primae noctis*: esta permitia que os corpos das mulheres pertencessem aos patrões, pois faziam dos donos de fábricas donos do corpo das operárias. Os abusos sexuais incessantes eram direito de propriedade dos patrões; e assim seguirão com a reforma trabalhista brasileira.

5.4 Lava Jato: substituir um esquema de corrupção por outro

As primeiras investigações da já renomada “Operação Lava Jato” se iniciaram em 2014, ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Sua inspiração declarada foi a “*Operazione Mani Pulite*”¹⁸⁹ (Operação Mãos Limpas) na Itália, durante a década de 1990.

A despeito da fama de combate à impunidade, o saldo da Operação “Mãos Limpas” italiana não foi edificante: apesar do imenso corpo documental de 1,3 milhão de páginas, 3200 pessoas julgadas, duas mil e quinhentas condenações, no ano 2000 apenas 4 pessoas estavam presas¹⁹⁰. Todos os quatro partidos no governo em 1992, a Democracia Cristã (DC), o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido Social-Democrata Italiano e o Partido Liberal Italiano, desapareceram posteriormente. Em seu lugar, emergiu o partido da direita Liga Norte, liderado por ninguém menos que Silvio Berlusconi, inequivocamente ligado à máfia italiana.

Com este predecessor destituído de grande nobreza, a Operação Lava Jato foi fiel à Operação que a inspirou. Seu líder, Sérgio Moro, foi agraciado por Bolsonaro com o superministério da Justiça e da Segurança Pública, uma espécie de recompensa pelos serviços prestados. Diante de um Congresso mergulhado em escândalos de corrupção, substituiu seletivamente um esquema de corrupção por outro, após ajudar a instalar Michel Temer na presidência através do golpe institucional. Após deixar de investigar apenas o PT, e ser obrigada a enveredar o caminho de inquéritos contra seus antigos aliados, preservou intacta uma ampla gama de políticos comprovadamente envolvidos em esquemas de corrupção.

Através do Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Procuradoria-geral da República, a Lava Jato (comandada de Curitiba pelo juiz federal da 13ª Vara, Sérgio Moro, e de Brasília, na 10ª Vara Federal Criminal) se tornou um mecanismo para dirimir disputas entre frações da classe dominante utilizando métodos que já são generalizados na repressão dos moradores das periferias e favelas do país: prisão preventiva por tempo indeterminado, depoimento coercitivo, busca e apreensão, escutas ilegais. Esses são os métodos que tornaram

189Inicialmente denominada “Operação Tangentopoli”, em português “cidade do suborno”, ou “cidade da propina”, termo cunhado por Piero Colaprico, cronista do jornal *La Repubblica*, referindo-se à cidade de Milão.

190Antonio Di Pietro, principal magistrado da Operação Mãos Limpas na Itália, disse em entrevista que “[...] falar em sucesso da Operação Mãos Limpas não corresponde à verdade. Em 2000, dentre todos os condenados, apenas quatro pessoas haviam sido presas e cumpriam penas definitivas. Mais de 40% dos processos contra parlamentares foram anulados porque o Parlamento manteve a imunidade de seus pares, e outros tantos porque Berlusconi criou e alterou leis que resultaram na anistia de acusados ou na prescrição de crimes”. Entrevista disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral/maos-ainda-sujas,10000020828>.

a Lava Jato e Sérgio Moro¹⁹¹, no início da investigação, “heróis nacionais”. São também os métodos que sustentam um sistema jurídico e carcerário onde 40% dos presos (em sua maioria, negros e pobres) estão atrás das grades há anos sem qualquer condenação.

O Wikileaks, sítio eletrônico especializado em vazamentos de documentos secretos do governo dos Estados Unidos, revelou o informe enviado ao Departamento de Estado norte-americano do seminário de cooperação, chamado “**PROJETO PONTES: construindo pontes para a aplicação da lei no Brasil**”¹⁹², em que se tratava de consolidar treinamento bilateral de aplicação das leis e habilidades práticas de contraterrorismo. Promotores e juízes federais dos 26 estados brasileiros participaram do treinamento, além de 50 policiais federais de todo o país. Realizado em outubro de 2009, contou com a presença de membros seletos da PF, Judiciário, Ministério Público, e autoridades norte-americanas, no Rio de Janeiro. Entre eles, se encontrava o juiz Sérgio Moro. O seminário versou, segundo o próprio documento filtrado, sobre o “combate à lavagem de dinheiro”, um motivo largamente utilizado pelos Estados Unidos para justificar sua intervenção política em outros países.

191“A lição a ser aprendida, aqui já é exposta, é que a superação da corrupção sistêmica exige uma conjugação de esforços das instituições e da sociedade civil democrática, sendo a ação da Justiça uma condição necessária, mas não suficiente (...) o relato histórico do ocorrido, verdadeira novela de um estonteante sucesso judicial, seguido de frustrações decorrentes do sistema político, oferece uma aula acerca do funcionamento de uma democracia moderna, em uma sociedade de massas, e as possibilidades e as limitações dela no enfrentamento da corrupção sistêmica”, escreve o próprio Moro, em “Operação Mãos Limpas: a Verdade sobre a operação italiana que inspirou a Lava Jato” (Porto Alegre: CDG, 2016, p. 9). Aula de “democracia moderna” que se faz através de escutas ilegais, prisões preventivas por tempo indeterminados e buscas sem mandado, métodos aprendidos com a repressão cotidiana à população negra e pobre.

192“BRAZIL: ILLICIT FINANCE CONFERENCE USES THE “T” WORD, SUCCESSFULLY”, Wikileaks, disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html. Sem detalhes particulares sobre a exposição do chefe da “República de Curitiba”, o informe mostra que houve acalorados debates em que a equipe de treinamento estadunidense, virtuoso na patifaria, ensina os pupilos brasileiros e estrangeiros os segredos da “investigação e punição nos casos de lavagem de dinheiro, incluindo a cooperação formal e informal entre os países, confisco de bens, métodos para extrair provas, negociação de delações, uso de exame como ferramenta, e sugestões de como lidar com Organizações Não Governamentais (ONGs) suspeitas de serem usadas para financiamento ilícito”. O relatório se conclui com a ideia de que “o setor judiciário brasileiro claramente está muito interessado na luta contra o terrorismo, mas precisa de ferramentas e treinamento para empenhar forças eficazmente. [...] Promotores e juízes especializados conduziram no Brasil os casos mais significativos envolvendo corrupção de indivíduos de alto escalão”. Qualquer conhecedor das formas que os organismos de inteligência e o Departamento de Estado dos Estados Unidos utilizam para intervir em outros países não deixará de reconhecer nos “cursos contra a lavagem de dinheiro” um expoente desse expediente intervencionista. Não admira que, durante estes últimos anos, a cooperação com os Estados Unidos, e mesmo sem ela, tenha incrementado o conhecimento do Judiciário e do Ministério Público acerca dos principais casos de corrupção no país. Se damos crédito ao informe, aos juristas e promotores brasileiros pouco importava a desconsideração vinda do norte, contanto que “consentissem em ensinar as novas ferramentas, que estão ansiosos em aprender”. Duas metades se completavam. Como dizia o russo Tchernichevsky, um fósforo é frio, assim como o lado de fora da caixa em que é riscado, mas juntos produzem o fogo que aquece a humanidade. Essa é a síntese das relações entre os Estados Unidos e o Poder Judiciário brasileiro.

Mas não apenas de relações duvidosas com o Departamento de Estado norte-americano se construiu a Lava Jato. A Operação poupou grandes monopólios privados estrangeiros nos escândalos da Petrobrás, escolhendo blindar a área mais rica da empresa: a área de Exploração e Produção (das plataformas) onde se encontraria o papel da estadunidense Halliburton, da sueca Skanska e a francesa Technip, empresas prestadoras de serviços de engenharia petrolífera que nunca foram investigadas e alvo de conduções coercitivas.

Isso indica o favorecimento de interesses privados oriundos de fora das fronteiras brasileiras. Basta observar os monopólios estrangeiros beneficiados pelas “investigações” de Moro. As petroleiras estadunidenses Exxon Mobil, Chevron, a anglo-holandesa Royal Dutch Shell, a francesa Total, e as chinesas China National Petroleum Corporation (CNPC) e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), para citar as maiores, estão envolvidas não apenas nas negociações de entrega do pré-sal, mas na aquisição de porções da Petrobrás. Sérgio Moro não investigou qualquer uma das multinacionais que controlam a operação de navios-sonda ou as operações nas plataformas, como a já citada Halliburton, a Schlumberger e a Transocean.

Fruto da quebra do cartel das empreiteiras, distintas companhias estrangeiras estão se beneficiando com a Lava Jato para entrar nos ramos estratégicos da infraestrutura brasileira, como o fundo de investimentos estadunidense-canadense Brookfield: este gigante das finanças comprou a mais importante rede de gasodutos da Petrobrás (Nova Transportadora do Sudeste) e a maior companhia privada de distribuição, captação e tratamento de água (Odebrecht Ambiental). A subsidiária brasileira do conglomerado portuário DP World (sediado em Dubai) negocia a compra, das mãos da Odebrecht, do terminal de contêineres da Embraport, em Santos. A companhia alemã Fraport aposta em conseguir os aeroportos de Porto Alegre e de Fortaleza¹⁹³.

Por sua vez, a China adquiriu numerosos ativos de infraestrutura no setor da energia elétrica, através de suas companhias estatais State Grid, Shanghai Electric, Huaneng e China Southern Power Grid.

1930 jornal britânico Financial Times realizou um dossiê sobre o Brasil, “Brazil: the Road Ahead”, versando sobre a importância do capital estrangeiro turbinar a infraestrutura nacional, elencando algumas das principais empresas e fundos de investimento a já adentrar os mercados brasileiros. “Depois do grande cartel da construção civil ter sido quebrado, novos atores, pequenas empresas e investidores resistentes estão identificando potencial nos projetos”. Ver aqui, <https://www.ft.com/reports/brazil-road-ahead>.

Grandes empresas nacionais, como a Odebrecht¹⁹⁴ e a JBS-Friboi, comprovadamente envolvidas em desvios de verbas e compra de medidas provisórias no Congresso, tem os seus patrimônios bilionários intocados pelo Ministério Público Federal, a Procuradoria-geral da República e o Supremo Tribunal Federal. Sequer passa pelo debate destas instituições que “zelam pela justiça” a expropriação sem indenização de todos os bens dos Batista e dos Odebrecht e sua inversão nos serviços públicos como saúde, transporte e educação, hoje atacados pela PEC55 de Michel Temer.

5.5 Temer no olho do furacão: Odebrecht e JBS

Duas delações orientadas pela Lava Jato colocaram o governo Temer à beira do colapso: a da Odebrecht, em dezembro de 2016, e a da JBS, em maio de 2017.

O documento produzido pela delação do ex-vice-presidente de Relações Institucionais da Odebrecht, Cláudio Melo Filho, mostrou que a Lava Jato começava a tomar como alvo, naquela nova fase em que o golpe institucional já estava assegurado, o núcleo duro do PMDB¹⁹⁵. Pode-se ver isso pelo movimento simultâneo feito pela Lava Jato no RJ, apanhando a cúpula do PMDB carioca, com Eduardo Paes e Fernando Pezão envolvidos nas delações (depois dos eventos que envolveram Sérgio Cabral e sua esposa).

O segundo ponto que saiu por todos os poros desta delação é que a corrupção não é privilégio apenas dos políticos tradicionais, mas também é inerente às empresas capitalistas,

194Para não mencionar todo o rol de empreiteiras envolvidas nos escândalos da Petrobrás, como OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, UTC Engenharia, Engevix, IESA Óleo e Gás. A maioria das quais enriquecida durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). As propinas das grandes construtoras e seus cartéis, de acordo com o que aponta Pedro Henrique Pedreira Campos em seu excelente livro “*Estranhas Catedrais – As Empreiteiras Brasileiras e a Ditadura Civil-Militar*”, editora da UFF, 2014.

195A lógica do documento é citar sem prejuízo de detalhes como as cúpulas do PMDB na Câmara e no Senado eram o “centro nevrálgico” do esquema de compra de medidas provisórias e projetos de lei que favoreciam a Odebrecht. No Senado, as negociações envolviam a cúpula do PMDB, personalizada em Romero Jucá, Renan Calheiros e Eunício Oliveira, que “praticamente ditam os rumos das matérias conduzidas no Senado”. Jucá, o “resolvedor-geral da República”, foi exímio funcionário da empresa no Congresso e atuava em nome de Renan. Centralizava a arrecadação financeira dos pagamentos da Odebrecht para posterior divisão no PMDB, soma que chegou ao valor de R\$22 milhões. Na Câmara, o grupo político do PMDB era capitaneado por três nomes, à semelhança do Senado: Michel Temer, Eliseu Padilha (atual Ministro-chefe da Casa Civil) e Moreira Franco (Ministro de Parcerias e Investimentos). Padilha era o arrecadador financeiro e atuava “como verdadeiro preposto de Michel Temer e deixa claro que muitas vezes fala em seu nome”. Geddel Vieira Lima e Eduardo Cunha também faziam parte do grupo. Temer também atuava de “punho próprio” e é diretamente vinculado a pedido de dinheiro para o PMDB. “*Eu participei de um jantar no palácio do Jaburu juntamente com Marcelo Odebrecht, Michel Temer e Eliseu Padilha. Michel Temer solicitou, direta e pessoalmente para Marcelo, apoio financeiro para as Campanhas do PMDB no ano de 2014. [...] No jantar, acredito que considerando a importância do PMDB e a condição de possuir o Vice-Presidente da República como Presidente do referido partido político, Marcelo Odebrecht definiu que seria feito pagamento no valor de R\$ 10.000.000,00. Claramente, o local escolhido para a reunião foi uma opção simbólica voltada a dar mais peso ao pedido de repasse financeiro que foi feito naquela ocasião*”. Documento disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/leia-delacao-de-claudio-melo-filho/>.

que utilizam seu poder econômico para comprar medidas parlamentares ou projetos de lei que beneficiem seus interesses privados, como a diminuição de impostos, incentivos tributários e a regulamentação de ataques trabalhistas. Mais uma vez vemos a correção da sentença de Karl Marx, de que o Estado burguês é um balcão dos negócios comuns de toda a burguesia.

Mas o maior dano foi causado pela delação da gigante mundial de carnes, a JBS. A 17 de maio de 2017, diante das dificuldades de Temer em aplicar os ajustes pró-empresariais prometidos (em especial a reforma da Previdência), a Rede Globo veiculou os áudios gravados pelo presidente da JBS, Joesley Batista, em conversa com Temerem que este teria incentivado o chefe do maior frigorífico do mundo a continuar comprando o silêncio de Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados.

A ofensiva das corporações Globo, entretanto, não vingou. Temer se manteve no cargo presidencial, ainda que pendendo de um fio, na disputa entre estas frações da elite dominante. Tendo conseguido aprovar a já mencionada reforma trabalhista poucas semanas antes, sua posição se viu fortalecida nos mercados financeiros e nas grandes federações industriais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Além disso, amedrontados com a possibilidade de que a Lava Jato sacrificasse seus próprios cargos em troca de manter de pé todo o regime político envolvido em corruptelas e escândalos, parlamentares se reuniram sob a bandeira da preservação de Temer.

Isso ficou comicamente patente na votação sobre a primeira denúncia feita pelo Procurador geral Rodrigo Janot contra Temer, no dia 3 de agosto de 2017, denúncia que para prosperar e ir para o Supremo Tribunal Federal precisava conseguir 324 votos na Câmara dos Deputados.

Para evitar seu afastamento, Temer foi pródigo: distribuiu aos deputados aliados R\$3 bilhões do dinheiro público em emendas parlamentares, a fim de rejuntar algumas centenas de votos. É notório que isso tenha acontecido em meio a uma cifra de 14 milhões de desempregados no Brasil, e outras dezenas de milhões de trabalhadores ultra-precários, rotativos, terceirizados, sempre à beira do desemprego. Também em meio à campanha do governo por "acertar as contas públicas" com a reforma da previdência, atacando as aposentadorias de milhões de trabalhadores.

Atesta a funcionalidade específica dessa distribuição o fato de que houve um salto na compra das almas mortas dos parlamentares depois que Temer foi denunciado no "FriboiGate". Em janeiro, o valor total repassado aos deputados somou pouco mais de R\$ 900 mil. Em fevereiro, R\$ 1,36 milhão. Em março foram R\$ 4,06 milhões, e em abril R\$ 5,32

milhões. Em maio, pulou para R\$ 76,7 milhões. Nos últimos dois meses, segundo a Agência Lupa¹⁹⁶, o governo federal encaminhou aos deputados federais R\$ 2,34 bilhões.

No ranking por partidos, o PMDB apareceu como o maior beneficiário das emendas empenhadas pelo governo federal nos últimos dois meses. Seus deputados receberam R\$ 284,3 milhões (12,1% do total). O PT ficou em segundo, tendo recebido R\$ 266,4 milhões em emendas em junho e julho. Na sequência, os partidos mais beneficiados foram PP (R\$ 237,5 milhões) e PSDB (R\$ 218 milhões).

Essa é a "noz dentro da casca" desta farsa de democracia. Os princípios da "democracia formal" burguesa se encontram sujeitos ao controle das finanças, da chantagem, do roubo da riqueza nacional a serviço dos inimigos do povo. Assim atestava há muito, na década de 1920, um deputado conservador britânico, quando reconheceu que com alguns milhões por ano podia-se defender o que se desejasse no parlamento¹⁹⁷.

Em meio a esta crise política, importantes porta-vozes da elite empresarial do país, como Fernando Henrique Cardoso, se mostraram à procura da versão brasileira do presidente francês, Emmanuel Macron. Banqueiro e ex-ministro da economia de François Hollande, do Partido Socialista francês, Macron representa o que as finanças estrangeiras qualificam como “populismo de centro”, que se afasta das alternativas à direita e à esquerda do chamado “consenso neoliberal”, profundamente golpeado pela crise de hegemonia dos partidos tradicionais da classe dominante, preservando o centro político com um discurso “renovado”.

Macron venceu as eleições presidenciais com sólida margem de votos contra Marine Le Pen, freou momentaneamente o perigo de ruptura da União Europeia e conseguiu ampla maioria parlamentar na França para aplicar uma dura reforma que flexibiliza os direitos trabalhistas. Banhado pela legitimidade das urnas, não encontrou no primeiro ano resistência às reformas, como encontrou seu predecessor.

Entretanto, nenhum político brasileiro conseguiu a projeção que Macron havia conseguido nas eleições de 2017. Pior: nem mesmo Macron logrou manter a popularidade inicial. A onda de greves do setor do transporte, especialmente dos ferroviários franceses contra a privatização da companhia ferroviária estatal (SNCF), e dos estudantes das principais universidades francesas contra a imposição de exames de admissão, projetou a melhor homenagem aos 50 anos do Maio Francês de 1968. A histórica entrada em cena dos *gilets*

196“Torneira aberta na Câmara: afinal, quem recebeu quanto do governo Temer?”, Leandro Resende e Juliana Dal Piva. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/08/02/denuncia-temer/>.

197TROTSKY, Leon. “*Adonde va Inglaterra?*”. Buenos Aires: El Yunque Editora, 1974.

jaunes (ou “coletes amarelos”) golpeou a figura de Macron a tal ponto que os editoriais da classe dominante começavam a rediscutir, temerosos, o retorno do espectro da revolução. Disto, a burguesia brasileira, e a corte de Bolsonaro, buscam fugir como da peste, enquanto pode.

5.6 A condenação arbitrária de Lula pelo autoritarismo judiciário

A condenação arbitrária de Lula no TRF-4 (Tribunal Regional Federal) de Porto Alegre por três desembargadores, de forma unânime, representou sem dúvida a continuidade do golpe institucional de 2016 pela via de um crescente autoritarismo judiciário. Os direitos democráticos das massas foram violados: uma pequena casta privilegiada – neste caso, três desembargadores – definiram em quem milhões de trabalhadores poderiam ou não votar.

Os grandes empresários, a imprensa oficial, as instituições estatais, se empenharam em obrigar Lula a abrir mão de sua candidatura, que poderia por em risco um aspecto muito importante que motivou o golpe institucional: a agenda "própria" de ataques que o PT vinha aplicando não obedece exatamente o ritmo de "marchas forçadas" que a burguesia desejaria. O grau de subordinação do Brasil ao capital financeiro também deveria ser maior do que aquele que o PT assegurou na década de 2000.

Entretanto, ao atacar os direitos democráticos, incrementar a bonapartização do regime e avançar ataques, nem tudo são "águas de rosa" para a burguesia. O jornal britânico Financial Times apontou suas "preocupações", com editorial intitulado "*O julgamento da sentença contra Lula não 'fará o Brasil grande de novo'*"¹⁹⁸ (numa crítica àqueles que, usando o tema eleitoral de Trump - Make America Great Again - disseram que a condenação de Lula é um "Make Brazil Great Again"). A falta de lideranças que conseguissem amortecer os choques da luta de classes – como Macron havia conseguido em 2017 – ericava as atenções do capital financeiro, sempre disposto a atuar com cenários previsíveis.

Mesmo defendendo a suposta “imparcialidade” da Lava Jato, o editorial dizia que "é espantoso que uma Corte tenha decidido o curso da eleição presidencial no Brasil, e não os eleitores". Segundo o jornal britânico, antes da prisão de Lula a meados de abril, as ramificações da possível remoção da candidatura de Lula revelavam “o vácuo de liderança que reside no coração da política brasileira, e a ausência de alternativas”¹⁹⁹.

¹⁹⁸Financial Times, 25/01/2018.

¹⁹⁹Idem.

A então presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, fez o possível para não voltar atrás na decisão de bloquear a discussão das ações sobre condenação em segunda instância, de relatoria do ministro Marco Aurélio Mello. Um recuo forçado esvaziaria sua autoridade como presidente do Supremo. Ela ficaria esvaziada até setembro, quando teria que passar a cadeira ao ministro Dias Toffoli. Assim, preferiu colocar o *habeas corpus* preventivo de Lula para que a decisão fosse mais contraditória, ao ser nominal: não se julgaria uma tese abstrata, mas um recurso com nome e endereço.

No interior do Judiciário golpista, 11 ministros do STF se encarregariam de decidir os rumos políticos do país: ministros que não foram eleitos por ninguém, cumulados de privilégios materiais e altos salários, e que respondem aos interesses da classe dominante.

Como se não bastasse, a cúpula do Exército entrou como fator de pressão para que o STF negasse o *habeas corpus* preventivo de Lula e selasse sua condenação arbitrária. O comandante das Forças Armadas, Eduardo Villas Bôas, publicou em uma rede social que o Exército "julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade". A declaração foi realizada na véspera do julgamento no STF. Villas Bôas ainda destacou que "nessa situação que vive o Brasil" era preciso questionar às instituições e ao povo quem "está pensando no bem do País" e "quem está preocupado apenas com interesses pessoais".

Alguns generais ecoaram a mensagem de Villas Bôas, entre eles o general Miotto, o general Freitas e o general Chagas, entusiastas do contrarrevolucionário golpe militar de 1964, que acabava então de completar 54 anos. O general da reserva Luiz Gonzaga Schroeder Lessa foi mais longe, e ameaçou uma possível intervenção militar caso Lula não fosse preso, se candidatassem e fosse eleito.

Antes da manifestação do Alto Comando, o Ministério Público Federal, a Procuradora geral da República, Raquel Dodge, e outras figuras do golpismo institucional se posicionaram também pela negação do *habeas corpus*, por trás do discurso do "perigo da impunidade" que significaria o "aniquilamento da justiça".

Ficava mais do que evidente, como se fosse necessário mais clareza, que o discurso de que o julgamento fora feito de maneira "lisa e correta", segundo "os parâmetros da constituição", não se sustentava de maneira alguma: a negação do *habeas corpus* fora feita em base à ameaça das Forças Armadas.

O Supremo Tribunal Federal negou o *habeas corpus* a Lula, e permitiu que o TRF-4 enviasse a Moro o despacho que assegurava o mandato de prisão. Lula foi preso no dia 7 de

abril, após uma missa e um palanque eleitoral montado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Simbólica recapitulação de Lula sobre seu próprio passado. Às vésperas de sua entrega pacífica à polícia federal e aos golpistas que cometeram uma série de arbitrariedades, Lula relembra como era considerado pelos trabalhadores em greve, no poderoso ascenso operário de 1978-80, como "pelego". Frente a isso, Lula "ficou pensando com ar de vingança contra os trabalhadores”.

Relatou com detalhes como queria quebrar a vontade de combate dos trabalhadores na Vila Euclides, que chegaram a fazer um ato com 50 mil em 1980, chamando "assembleias pela manhã porque à tarde havia perigo de que se radicalizassem". Ao relatar sua política de traição da onda de greves, e convencer de que "se ganhava mais na derrota", Lula disse a verdade. Em meio ao ascenso que colocava os trabalhadores como protagonistas da luta por derrubar a ditadura militar, Lula e os "autênticos" bloquearam a dinâmica de um processo revolucionário no Brasil.

5.7 Por que não houve movimento nas ruas em defesa de Lula?

Essa é uma pergunta que não encontra resposta na boca dos principais porta-vozes do PT. Nem mesmo Lula se atreve a ensaiar uma resposta. Frente à repudiável arbitrariedade dos agentes do golpe institucional que deram continuidade à degradação bonapartista desta democracia burguesa, a sigla nascida em 1980 trata de escapar de uma incômoda constatação: preparou o terreno para as forças golpistas, com as quais governou e das quais assimilou tanto os métodos tradicionais de corrupção, quanto a conduta de ataques aos trabalhadores e ao povo pobre de quem tanto se julgava a principal representação.

Em sua fala no caminhão de som, enfatizando em primeiro lugar a lista dos candidatos eleitorais do PT, PCdoB e PSOL ao invés do combate ao autoritarismo estatal, Lula deu detalhes sobre seu papel traidor durante o ascenso operário de 1979-1980. Em todos os momentos políticos decisivos das décadas de 1980 a 1990, o PT rememorou sua estratégia de conciliação e subordinação da luta de classes dos trabalhadores. Sendo um pilar do regime da “Nova República” instalado em 1988 e uma das principais válvulas de contenção da luta de classes para que os capitalistas lucrassem na década de 2000, o PT explicitou, num momento dramático de sua história, que sua defesa é a de governabilidade burguesa, não a batalha contra os ataques golpistas nessa democracia degradada.

Por que as massas não se levantaram contra a prisão de Lula? A explicação está nos 13 anos em que o PT administrou o sistema capitalista brasileiro. O PT construiu a desmoralização das massas nos 13 anos de governo em que assumiram como próprios os métodos de corrupção inerentes a todo governo capitalista.

Essa desmoralização foi construída pelo PT no interior do movimento de massas com distintos mecanismos, além da despolitização e o incentivo à desorganização dos trabalhadores. Não há que esquecer que o PT aplicou um plano de ajustes próprio contra os trabalhadores – no segundo mandato de Dilma Rousseff, que tinha Joaquim Levy como Ministro da Fazenda – após o momento de crescimento econômico que lhes permitiu dar algumas concessões às massas enquanto garantiam lucros inéditos a setores capitalistas nacionais e estrangeiros. Construíram a desmoralização das massas porque quando alas da burguesia começaram a colocar de pé a articulação de um golpe institucional, o PT, pela via de suas centrais sindicais, impediu o desenvolvimento da luta independente dos trabalhadores pra barrar o golpe.

Em junho de 2013 houve um levante de massas no qual o PT também era alvo da revolta popular, que o identificava como parte integrante do sistema político capitalista que precarizava suas condições de vida. Naquele momento não somente as centrais sindicais dirigidas pelo PT e pelo PCdoB (respectivamente, a CUT e a CTB) envidaram esforços para separar a luta da juventude da luta organizada do movimento operário, como a intelectualidade petista atacou este levante de massas chamando-o de “embrião do golpe” ou associando-o aos “movimentos da década de 30”²⁰⁰, temerária pelo questionamento ao seu papel de conciliação de classes e subordinação ao imperialismo.

O choque entre as demandas mais sentidas das massas e o programa reformista de salvação capitalista do PT leva a crises como a das Jornadas de Junho de 2013. A subordinação ao capital estrangeiro através do pagamento da dívida pública que é 40% do orçamento público federal e a subordinação aos lucros capitalistas leva a que as próprias concessões do PT tenham sido em base ao trabalho precário e ao crédito fácil, em condições excepcionais de crescimento econômico, mas ligada a manter as condições de saúde, educação, transporte e moradia, ou seja, os serviços básicos da população em níveis cada vez mais precários.

200Ver entrevista de Marilena Chauí, professora da USP, sobre as Jornadas de Junho. O Cafezinho, 28/08/2013.

Ou seja, o PT governou com um programa que destinava 40% do orçamento público federal ao capital financeiro internacional, ao mesmo tempo em que buscava manter os lucros capitalistas e a promoção dos grandes monopólios.

Para mascarar este choque, sua intelectualidade dizia que as Jornadas de Junho ou a qualquer questionamento pela esquerda ao governo do PT se resumiam a “forças de direita” e enquanto isso retomavam sua prática história colocando para dentro do próprio governo as figuras mais emblemáticas da direita brasileira como Michel Temer, Eduardo Cunha, Renan Calheiros e tantos outros. Tentavam convencer as massas de que pra manter as melhorias de vida era preciso “entrar no jogo capitalista” e por isso garantir a governabilidade.

Com este discurso abriram alas pra todos os agentes do golpe institucional, o que foi acompanhado por uma crise econômica internacional que mostrou que as concessões do governo petista se fundavam em condições (entrada de alto volume de dólares, voracidade da China pelas matérias-primas brasileiras, alto preço das *commodities*, como minério de ferro e soja) que permitiram fazer estas concessões mantendo intactos os lucros empresariais. Quando estes lucros são colocados em risco pela crise de 2008 (que na América do Sul se fez sentir em 2013), já não era mais possível esta fórmula e o governo Dilma Rousseff foi o primeiro a começar a aplicar os planos de ajustes que a burguesia queria a fim de descarregar a crise sob as costas dos trabalhadores. Não o fizeram de forma integral e nem com o ritmo que os capitalistas gostariam, por isso foi necessário um golpe institucional. Aqui o “alerta” da intelectualidade petista contra a direita soou como palavras ao vento: quando a direita de verdade organizou o golpe, foram impotentes para resistir.

Sintetizamos alguns aspectos marcantes da crise orgânica brasileira e as modificações econômicas promovidas pelas contrarreformas neoliberais do governo ilegítimo de Michel Temer. Se levarmos em conta a concepção de uma “transformação por dentro das instituições do Estado”, um partido que se denomina porta-voz das aspirações do povo trabalhador, como o PT, deveria poder apresentar uma reversão, como mínimo, daqueles que foram os principais pilares da década neoliberal.

5.8 André Singer e os “demônios petistas” no golpe institucional

Em seu livro *“O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)”*, André Singer estabelece um panorama de acontecimentos que antecederam a ruptura da “coalizão entre empresários e trabalhadores” no qual se apoiou o governo Dilma Rousseff para dar continuidade à “inclusão da pobreza no desenvolvimento capitalista”, base do

lulismo. Esta ruptura repentina, na visão do autor, fundamenta o declínio do projeto lulista que tem sua culminação no impeachment da petista em 2016.

André Singer é um dos mais autorizados intelectuais no interior da esfera política petista, tendo sido portavoz ideológico do primeiro governo Lula em 2003. Por isso, para melhor compreender este período e o desenvolvimento do projeto do PT durante seus governos, cumpre fazer um contraponto teórico com algumas de suas principais conclusões.

Singer retoma em sua obra de 2018 o conceito básico que formulara para o fenômeno lulista, originalmente elaborado na obra *“Os sentidos do lulismo”*:

Para dar conta das articulações de classe que caracterizariam o lulismo, formulei um esquema segundo o qual, ao longo dos mandatos de Lula, teriam atuado duas coalizões contrapostas, a “rentista” e a “produtivista”. A rentista reuniria o capital financeiro e a classe média tradicional, enquanto a produtivista seria composta pelos empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora. Pairando sobre ambas, com suporte no subproletariado, o governo lulista arbitraria os conflitos de acordo com a correlação de forças, ora dando ganho de causa a uma, ora à coalizão concorrente” (SINGER; 2018; p. 57)

A afirmação se harmoniza com a ideia de que o lulismo nunca pretendeu produzir conflitos com as classes dominantes (SINGER; 2018; p. 22), e que, pelo contrário, as administrações de Lula buscavam se apoiar nos benefícios concedidos alternativamente a uma ou outra fração do capital, fazendo aos trabalhadores as concessões permitidas pelo superciclo econômico internacional que enriquecia os empresários exportadores e banqueiros.

A “inclusão da pobreza no desenvolvimento capitalista” estava subordinada ao interesse dos grandes proprietários em servirem-se da esmagadora maioria dos benefícios oriundos do *boom* das matérias primas (especialmente minério de ferro e da soja), do fluxo de capitais ao Brasil, e das exportações à China. Curiosamente, Singer estipula uma representação partidária específica para cada fração do capital, em que o PT figurava aliado ao dito “capital produtivo” e não ao “capital rentista”, quando em suas próprias palavras os governos Lula atenderam regularmente os interesses das finanças internacionais.

O programa rentista consistia em manter o Brasil alinhado ao receituário neoliberal, bem como dentro da órbita do capital internacional e da liderança geopolítica norte-americana. Para a coalizão produtivista, a meta primordial seria acelerar o ritmo de crescimento por meio de uma intervenção do Estado, que levasse à reindustrialização, permitindo tornar mais veloz a redistribuição de renda. Supunha-se que a união rentista encontrava canal privilegiado no PSDB, pela simpatia que o partido auferia no capital financeiro e na classe média tradicional. No campo produtivista, o PT permaneceu como partido da maior parte do movimento sindical, e na sua versão lulista, do subproletariado. Tornou-se amigável ao setor industrial a partir de 2002, movimento que resultou na presença do empresário têxtil José Alencar na chapa de Lula em 2002 e 2006. O PMDB, por sua vez,

conseguiu fincar raízes no agronegócio, fração que oscilava entre as duas coalizões principais (SINGER; 2018; p. 58).

A narrativa de Singer reconstrói a mítica *persona* de uma burguesia nacional “progressista e distributivista”, alheia aos interesses de rapina do rentismo financeiro, com uma espécie de consciência social capaz de entender a necessidade de dar respostas inclusivas às agruras vividas pelas camadas mais pobres (o subproletariado), e especialmente compreensiva com as demandas de melhores condições de trabalho para a classe operária. Uma caracterização da patronal industrial que sublima os antagonismos de classe para muito bem acomodar a ideia – genuinamente questionável – de um PT que governava acima das classes e fora da “órbita do capital internacional”.

A identificação de uma “fração progressista” da burguesia nacional, que se harmonizava completamente aos interesses produtivistas de uma classe trabalhadora supostamente pactuária dos mesmos interesses, oposta às finanças, não é uma invenção do reformismo lulista. Tal fantasia possui longa tradição no espectro político brasileiro, sob a denominação de todos os governos ditos “industrialistas”, desde Getúlio Vargas a Lula.

Contrariamente a uma “burguesia produtivista” que pudesse se harmonizar com os trabalhadores, mostramos acima como a degradação das condições de trabalho, principalmente através da terceirização que flexibilizava as leis trabalhistas mantendo aparentemente a CLT sem grandes modificações, apenas se acelerou na passagem dos governos FHC para os governos Lula. Muito antes do encontro da Confederação Nacional da Indústria, em dezembro de 2012, que exigiu uma reforma trabalhista que deteriorasse a CLT, os “industriais progressistas” insistiam em algo tão inesperado como elevar a exploração da mais-valia e sua taxa de lucro, para o qual a multiplicação da terceirização do trabalho na década lulista já não era suficiente. Assim, “O empresariado industrial, à medida que a política a seu favor ia sendo aplicada, mostrava-se paradoxalmente refratário ao programa governamental” (SINGER; 2018; p. 57).

Isto, no que respeita ao antagonismo estrutural entre capital e trabalho, que Singer prefere descartar. Mas o segundo argumento utilizado, de que os governos de Dilma Rousseff teriam “confrontado” as frações rentistas, também é incorreto. Determinadas medidas inscritas na “nova matriz econômica” do então Ministro da Fazenda Guido Mantega contradisseram certos interesses imediatos dos bancos privados em favor da fração industrial da burguesia; mas isto se deu no marco dos privilégios conjuntos da classe dominante em detrimento da classe trabalhadora. Medidas como a redução das taxas de juros e a redução do *spread* bancário²⁰¹, estabelecidos em 2012 a fim de facilitar o crédito aos empresários,

201O “*spread*” se refere à diferença entre o que o banco paga na captação de recursos, e quanto cobra ao emprestar recursos. “A taxa de captação é de, no máximo, 9,75% ao ano. Estão captando a 9,75% e emprestando a 30%, 40%, 50% ou 80% ao ano dependendo da linha de crédito. Essa situação não se justifica”, dizia Guido Mantega em abril de 2012.

estavam ligados a medidas como o Programa de Investimento em Logística, de agosto de 2012, que previa a concessão de R\$133 bilhões para a construção de ferrovias e rodovias, em que o capital financeiro não tinha papel menor (SINGER; 2018; p. 44). O PIL de junho de 2015 previa a concessão de R\$200 bilhões para a construção de infraestrutura, com parte importante controlada por acionistas financeiros²⁰². Ademais, no segundo mandato de Dilma, o Ministro da Fazenda foi ninguém menos de Joaquim Levy, oriundo do Bradesco. Um representante das finanças se encontrava à cabeça das diretrizes econômicas do governo Dilma.

Às vésperas do primeiro turno [das eleições de 2014], Mantega, com a demissão já anunciada, afirmou que “a presidente Dilma não fará uma política neoliberal, uma política conservadora. Sabemos que foi praticada no passado e não deu certo”. Reeleita, no entanto, a mandatária decidiu o contrário (SINGER; 2018; p. 63).

O duro ajuste fiscal realizado em 2015 – contrariando as promessas de campanha de Dilma – foi feito atendendo à grito dos bancos privados nacionais e estrangeiros, apoiados pelas grandes federações patronais, como a CNI, cujo presidente em 2014, Robson Andrade, também clamara por ajustes²⁰³. Singer não deixa de reconhecê-lo:

Em reflexo oposto ao que tivera em 2011, quando lutara para cumprir as promessas de campanha, em 2014 Dilma decide ceder à pressão da burguesia para abjurar do desenvolvimentismo, que ela prometera manter na campanha da reeleição. Na mesma noite da vitória, deixa vazar para a imprensa que buscaria um Ministro da Fazenda no setor financeiro, negando frontalmente as palavras solenes que pronunciara ao longo da disputa (SINGER; 2018; p. 293).

Passando ao largo de um certo exagero sonoro, ao contrário de uma fantasiosa “guerra conduzida por Dilma contra o núcleo do capital, as finanças” (SINGER; 2018; p. 72), somente nos governos Dilma foram pagos aos banqueiros estrangeiros, a título de juros e amortizações da dívida pública, quase R\$6 trilhões (um valor próximo do que foi pago durante os governos FHC)²⁰⁴. Se somados aos pagamentos realizados nos governos de Lula (2003-2010), chega-se a um valor combinado de R\$13 trilhões. O respeito sagrado à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que organiza o orçamento federal em função da submissão ao pagamento dos juros e

202El País, “Dilma lança pacote de concessões de 200 bilhões para reanimar economia”, 09/06/2015.

203Agência Brasil, “Presidente da CNI pede política econômica rumo à estabilidade”, 05/11/2014.

204André Augusto, “O PT foi quem mais pagou o saque da dívida pública na história do Brasil”, 20/06/2018.

amortizações de uma dívida ilegal, ilegítima e fraudulenta²⁰⁵, foi uma herança que os governos do PT adotaram do legado neoliberal de FHC nos 90.

Trata-se de uma característica do lulismo, herdada por Dilma. Em “*Os sentidos do lulismo*” (2012), Singer não encontra meio de contornar o fato de que Lula foi um dos administradores mais fieis dos interesses das finanças, ainda quando aproveitava o cenário econômico internacional favorável para fazer concessões limitadas para os setores mais pauperizados.

O país cresceu mesmo com as relevantes transferências do Estado para os setores rentistas por meio dos altos superávits primários realizados para pagar o serviço da dívida. Embora a proporção do PIB comprometida com o superávit primário tenha crescido no primeiro mandato de Lula em comparação com o segundo de FHC (de uma média de 3,7% para uma média de 4,2%), o ritmo econômico se acelerou. A conjuntura internacional é parte da explicação de que tenha sido possível acelerar a economia e fazer concessões ao capital financeiro ao mesmo tempo, evitando, portanto, o confronto político (SINGER; 2012; p. 177).

Enquanto a Cepal registrava no ano 2000, no Brasil, que os 10% mais ricos da população abocanhavam 47% da riqueza nacional, e os 10% mais pobres ficavam com 0,5% da renda (SINGER; 2012; p. 183), o Ipea informava em 2009 – último ano do segundo mandato de Lula – que os 10% mais ricos no país ainda mantinham 43% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres ficavam com apenas 1%²⁰⁶. A “*virtù* em apostar na redução da pobreza e na reativação do mercado interno”, própria do lulismo segundo Singer, manteve de pé a acumulação obscena de riquezas pelos capitalistas – que o autor eufemisticamente qualifica de “neutralização do capital por meio de concessões” (2012, p. 188) – ainda com benesses sensíveis a um setor da população mais pobre, que foi estruturalmente castigado na história brasileira.

Esclarecido este ponto, voltemos ao tema das frações de classe. A existência de distintas frações no interior da burguesia, realidade inegável na sociedade capitalista, não elimina a unidade dos interesses da burguesia enquanto classe dominante neste modo de produção histórico. Menos ainda elimina a preponderância do capital financeiro sobre a economia

205A dívida pública é um dos principais mecanismos de saque das rendas nacionais por parte do capital financeiro estrangeiro. Subordina todo o orçamento federal ao pagamento de uma “dívida” que foi contraída pelo Império (herdando a dívida de Portugal com a Inglaterra) e aprofundada na ditadura militar (1964-1985), que durante décadas enriqueceu empresas como a Odebrecht (vinculada desde então aos esquemas de corrupção dos tucanos, de Temer e toda a casta política) e converteu a dívida privada de diversas empresas em dívida pública para que a população inteira pagasse pelos lucros empresariais. Essa fraude é um elo de submissão que sangra as contas públicas do país e entrega anualmente aos banqueiros estrangeiros (R\$ 1 trilhão) o equivalente a 9 vezes o valor de todo o orçamento federal para a educação pública. Ver Pedro Campos, op. cit.

206Ver www.ipeadata.gov.br.

mundial, oriundo da fusão e subordinação do capital industrial ao capital bancário, estudado cientificamente por Lênin e distintos economistas do início do século XX. A coalizão do PT com o dito “capital produtivo”, como identifica Singer, é uma cara específica de sua submissão aos interesses das finanças internacionais.

Armando Boito, cientista político, também é parte deste “campo progressista” de pensamento que, agigantando as rugas relativas das distintas frações do capital, relega a segundo plano a unidade como classe dominante das distintas frações capitalistas em todos os problemas fundamentais. E o mais fundamental dos problemas é o regime de propriedade mantido sobre a exploração da mais-valia dos trabalhadores. A explicação disso parece advir da ideia – nem sempre enunciada, mas persistentemente subjacente – de que a interação dos interesses dos variados segmentos burgueses é na maioria das vezes apenas episódico ou ocasional.

Assim, ainda que Boito oponha à concepção de Singer (“burguesia produtiva *versus* burguesia rentista”) a sua própria concepção da luta entre a burguesia interna e a “burguesia integrada ao capital estrangeiro”²⁰⁷, o resultado político carrega certas semelhanças àquele que encontramos em Singer: em primeiro lugar, a eterna tentativa de identificar uma “burguesia progressista” dedicada à produção e redistribuição de renda, à qual a classe trabalhadora deve necessariamente se aliar para conquistar reformas. Em segundo lugar, e consequência disso, o descarte de qualquer vestígio de independência política dos trabalhadores frente às distintas variantes políticas da burguesia. Nesse raio de pensamento, tratar-se-ia de escolher, dentro das divisões reais existentes no quebra-cabeça da composição de classe dominante no Brasil, quais os potenciais aliados e quais os inimigos a combater, segundo as variantes de conciliação oferecidas. Não espanta que ambos os autores – cada um à sua maneira própria, na análise divergente dos critérios que dividem a classe dominante – levem suas conclusões ao caldeirão político do apoio ao PT.

Por mais virtudes que André Singer encontre na dissolução do conceito de classe no interior dos vagos contornos da “massa pobre”, feita pelo PT e aperfeiçoada pelo lulismo, essa via interpretativa obscurece e anula a percepção das verdadeiras causas do naufrágio da experiência lulista, em sua continuidade através do segundo governo Dilma Rousseff.

Como aduzimos anteriormente, o tratamento de conclusões que podemos traçar desde 1850 em Marx e Engels, sobre a independência política da classe trabalhadora diante de todas

207Armando Boito Jr., “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”, em A. Boito Jr. E A. Galvão (Orgs.), *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 77.

as vertentes da burguesia, como vestígios de um passado remoto, tem um poder de explicação fundamental. A impossibilidade da conciliação dos interesses estruturalmente antagônicos entre as classes, formuladas pelo marxismo clássico, não deixou de atuar nos governos do PT.

À pergunta, “Por que os empresários mudaram de posição?” (SINGER; 2018; p. 63) não corresponde a noção de que a burguesia industrial “repentinamente” se vê às voltas com um governo que favorece em demasia os seus inimigos de classe, os trabalhadores. Dilma havia cumulado a burguesia industrial de benefícios bilionários com desonerações tributárias e da folha de pagamentos (em 2014, as desonerações atingiriam 42 setores da economia, isentando o empresariado do pagamento de R\$25 bilhões), aumentando em 30% o Imposto de Produtos Importados em 2011, reduzindo os custos do crédito empresarial e, como o próprio autor reconhece, com estímulos incessantes nas áreas de logística e infraestrutura.

O problema reside em outra rubrica. Depois de Junho de 2013, e em parte já nas greves que o antecederam como em Jirau e Belo Monte, assim como na onda de greves que atravessou o ano de 2014, o papel de contenção do PT se mostrou fortemente questionado. Já em 2012, as greves provocaram 87 mil horas de paralisação, o maior índice desde 1997²⁰⁸. Houve 873 greves em 2012, saltando para 2050 em 2013, continuando a crescer em 2014, bateram a marca de 111 mil horas paralisadas²⁰⁹.

A queda da lucratividade – fruto dos primeiros sinais recessivos da economia, em consonância com os abalos da economia mundial, que chegavam então na periferia capitalista – e o aumento das greves, numa situação em que o PT já se encontrava altamente desgastado como mediação de contenção depois da avalanche nas ruas em 2013, foi um estopim inegável para que antigas insatisfações na classe dominante pudessem ganhar outra qualidade.

Deste modo, o que preocupava a classe dominante como um todo não era a ampliação do raio de ação do Estado, ou um suposto “estatismo desenvolvimentista” que ameaçava nacionalizar certos ramos estratégicos da economia. Apesar da existência de setores da burguesia que brandiam receios semelhantes, a inquietação principal não estava aí. Frente à possibilidade de grandes processos de resistência contra os efeitos da crise capitalista e o ajuste fiscal exigido pelos capitalistas, a burguesia já duvidava da capacidade do PT de atuar como fator de contenção da luta de classes.

208Dieese, “Balanço das greves em 2012”, *Estudos e Pesquisas*, n. 66, maio de 2013.

209Dieese, “Balanço das greves em 2013”, *Estudos e Pesquisas*, n.79, dezembro de 2013.

Este é um dos principais contrapontos à linha interpretativa de André Singer, que representa um ideário que concebe que o PT foi removido do Executivo porque teria supostamente ameaçado a burguesia com “a ascensão das camadas populares”. A burguesia se preocupava, em verdade, com o descontrole do movimento de massas, e como isso questiona o principal valor do PT no regime de 1988.

E qual a conclusão que Singer tira daí? É muito curioso que identifique a “volatilidade da coalizão produtivista” (SINGER; 2018; p. 75) e que aponte, sutilmente, que Dilma poderia ter tomado medidas para obstaculizar a aproximação entre as finanças e o setor produtivo, se não tivesse atacado este setor, mesmo que indireta e inadvertidamente.

No mesmo passo em que conduzia a luta contra o núcleo do capital (as finanças), a presidente se indispôs com franjas potencialmente aliadas. Ao *core* rentista (interno e externo), insatisfeito desde a batalha do spread, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados; as empreiteiras, infelizes com a “modicidade tarifária”; as empresas do setor elétrico, insatisfeitas com a MP579; os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário; os produtores de álcool, deprimidos pela baixa competitividade do etanol, em virtude da opção governamental de segurar o preço da gasolina; o agronegócio, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado; setores da indústria automotiva descontentes com as dificuldades de importação de peças e veículos; empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos; empresas de celular, punidas por falta de investimento (SINGER; 2018; p. 73).

Essa constatação é muito importante para entender o pensamento de Singer, e explicar as lições que não extrai do golpe institucional. Deixando claro, ao mesmo tempo em que alega que a burguesia não engoliu sequer o “reformismo fraco” de Dilma, Singer persiste em insinuar os benefícios de uma política econômica que traga novamente ao primeiro plano o espírito “progressista e redistributivista” de setores da burguesia industrial. Sobre isso, o saudosismo que mostra da aliança entre Lula e José Alencar, tanto em 2002 quanto em 2006, é revelador.

Poderíamos dizer: se Dilma não tivesse também afastado de si os "potenciais aliados" da burguesia, ou se esforçado em não permitir que a burguesia produtiva encampasse as conclusões do rentismo, poderia ter tido outro destino? Traduzindo Singer em outras palavras, uma moderação maior traria de volta esse espírito progressista do produtivismo que se foi entregando ao programa do golpismo, entre 2012 e 2015?

Quando, na tarde de quinta-feira, 27 de novembro de 2014, a presidente anunciou Levy na Fazenda, ficava claro que haveria uma virada neoliberal. De uma tacada, Dilma se afastava da esquerda e melhorava a relação com o mercado e os empresários, embora a um preço altíssimo. Logo começaram

as demissões, e o sentimento de traição espalhou-se pela população. A aprovação da presidente caiu 29 pontos percentuais – de 42% a 13% – entre dezembro de 2014 e junho de 2015. O convite a um executivo de banco para fazer o ajuste recessivo, depois de a campanha ter atacado os banqueiros, legitimou a acusação de estelionato eleitoral (SINGER; 2018; p. 211).

Especialmente no segundo mandato, Dilma tratou de recolher apoio dos mercados e dos empresários despejando o ajuste sobre os trabalhadores e a população pobre; deu ignição ao ajuste antes mesmo do governo vindouro de Temer. No primeiro semestre de 2015, Dilma aprova a elevação do tempo de trabalho para requerer o seguro-desemprego, as restrições ao auxílio-doença e à pensão por morte, o que afeta as camadas mais oprimidas da população. Depois que a agência de risco Standard & Poor's rebaixa a nota de crédito do Brasil²¹⁰, a 9 de setembro de 2015, o Planalto implementa um corte de gastos de R\$30 bilhões, veta o reajuste salarial dos servidores públicos, e reduz a verba para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Após a queda de Joaquim Levy e sua substituição na Fazenda por Nelson Barbosa, em fevereiro de 2016, a equipe econômica do governo anunciou que estava em elaboração uma proposta de reforma da Previdência²¹¹, que provavelmente não prosperou apenas porque Dilma foi afastada da presidência pelo impeachment votado na Câmara a 17 de abril. No final de março, Dilma corta R\$ 6 bilhões das áreas da Saúde e da Educação²¹². O ajuste fiscal estava em pleno vapor, antecipando as medidas contundentes que retalhariam a economia na administração Temer.

Deduz-se daí que Dilma e Lula fizeram grandes esforços para retomar a confiança dos capitalistas antes do navio lulista emborcar na garganta do golpe. Veremos adiante que esses esforços não se reduziam a reconquistar apenas a confiança dos mercados, mas também dos partidos que constituíram a base do golpe.

Longe de desconhecer as divisões na classe dominante, essa inusitada insistência teórica em buscar o eldorado da burguesia progressista anda na contramão das conclusões teórico-políticas a se extrair de 2016 até hoje. Trata-se de ignorar a qualidade da segmentação das frações capitalistas, e desconhecer uma ideia subjacente: a aliança deveria se dar entre os explorados e oprimidos, com protagonismo dos trabalhadores enquanto classe *para si*, contra todos os setores da classe dominante.

210 G1, "Standard and Poor's tira grau de investimento do Brasil", 9 de setembro de 2015.

211 "Barbosa: proposta de reforma da Previdência terá 8 pontos centrais", Folhapress, 17 de fevereiro de 2016.

212 Globo, "Governo corta mais de R\$ 6 bilhões em recursos para Saúde e Educação", 30 de março de 2016.

5.8.1 Dilemas do chamado “ensaio republicano” do PT

Mas nem tudo é nobre no “paradoxo ético” da procura por uma burguesia nacional progressista. Singer também envereda no campo dos “erros políticos” que ao invés de conferir sustentação ao segundo mandato de Dilma, aceleram seu ocaso. Ganha destaque aqui a relação do PT com o PMDB, que para o autor é elucidativa do desfecho do golpe institucional de 2016.

A hipótese de Singer para explicar o impeachment de Dilma consiste, sinteticamente, na seguinte suposição: Dilma decidira desde seu primeiro mandato, em 2010, limitar o esquema clientelista predatório incrustado no aparelho estatal brasileiro (SINGER; 2018; p. 185). Isso significava diminuir o peso do PMDB na máquina estatal, privando-lhe da presença que havia conquistado no segundo mandato de Lula. O objetivo dessa conduta, segundo o autor, era combater a corrupção entendida como “furto do patrimônio público”, seguindo a interpretação do filósofo Renato Janine Ribeiro (ministro da Educação no segundo mandato de Dilma). A essa experiência de “redução do sistema predatório clientelista”, Singer dá o nome de ensaio republicano.

Ocorre que essa crescente divergência entre Dilma e os marajás do PMDB (dentre os mais eminentes dos quais figura Eduardo Cunha) se contrapunha a uma “regra de ouro” sustentada por Lula para garantir a mítica governabilidade: manter o PMDB – a “fossa na qual desaguavam todos os riachos da corrupção política”, segundo Perry Anderson²¹³ – como principal aliado. Esta lição, que Lula aprendeu de Fernando Henrique Cardoso, parece ser também admitida como verdadeira, mesmo que amarga, por Singer:

Uma das lições do período Fernando Henrique Cardoso é que não se governa o Brasil sem o PMDB [...] Há indicações de que, entre 2004 e 2006, Lula chegou igualmente à conclusão de que seria difícil governar sem uma aliança com o conjunto da agremiação outrora comandada por Ulysses Guimarães. Não obstante ter sobrevivido à crise do mensalão sem realizar pacto com Michel Temer, presidente da sigla desde 2001, é possível que o susto de 2005 tenha convencido o ex-presidente de que só uma coalizão integral com o PMDB permitiria estabilizar o seu segundo mandato. Fechado o acordo com Temer e seu grupo no final de 2006, Lula gozou de tranquilidade congressional entre 2007 e 2010 (SINGER; 2018; p. 178).

Entre 2002 e 2005, o oligarca do Maranhão José Sarney, fruto da ditadura militar como discurremos acima, atuou como pivô de Lula no interior do PMDB (SINGER; 2018; p. 180). O chamado “PMDB do Senado” – Sarney, Orestes Quéricia, Roberto Requião, Maguito Vilela

213Perry Anderson, “Crisis in Brazil”, *London Review of Books*, v. 38, n. 8, abril de 2016.

– ingressou na base do governo Lula já em seu primeiro mandato, em 2003. Este setor do PMDB, antes mesmo da chegada da ala comandada por Temer, atraiu para o nascente lulismo políticos como Renan Calheiros, Amir Lando, Romero Jucá e Sérgio Machado. Em 2007, por meio de acordo com o grupo de Temer dentro do PMDB – que dizia respeito ao apoio a Arlindo Chinaglia com candidato da frente PR/PMDB para presidir a Câmara dos Deputados no biênio 2007-8 – que Lula incorpora este setor do partido em sua base aliada. O grupo e Temer passa a integrar oficialmente a base do lulismo com a indicação de Geddel Vieira Lima para o Ministério da Integração Nacional, de Reinhold Stephanes para a Agricultura, Wellington Moreira Franco para uma vice-presidência da Caixa Econômica Federal e, pouco depois, de Jorge Zelada para a Diretoria Internacional da Petrobrás.

Ou seja, Lula incorporou a lição de FHC e povoou seu segundo mandato com o “partido de centro”, segundo a denominação de Singer. Segundo sua hipótese, a derrocada de Dilma se explica pelo início da ruptura com essa *raison d'état* consagrada em comunhão pelos governos do PSDB e do PT. Entretanto, ainda que levássemos em conta as fissuras entre o PT e o PMDB, já no primeiro mandato de Dilma em 2010, o PMDB teve garantidos cargos ministeriais em larga escala. Apesar de ter retirado do PMDB o poderoso Ministério da Saúde – que voltou a ser ocupado pelo petista Alexandre Padilha – o PMDB recebeu a pasta da Previdência (com Garibaldi Alves), a pasta do Turismo (com Pedro Novais, indicado por Sarney), a pasta de Assuntos Estratégicos (com Moreira Franco, indicado por Temer), o Ministério de Minas e Energia (com Edison Lobão, indicado por Sarney), e o Ministério da Agricultura (com Wagner Rossi, indicado por Temer); todos os caciques pemedebistas puderam indicar seus apadrinhados (SINGER; 2018; p. 184).

O afastamento de distintos políticos do PMDB não se deu por iniciativa de Dilma para “limpar o aparato estatal” do PMDB, e sim por acusações de corrupção que atingiram pemedebistas como Wagner Rossi, Pedro Novais, Mário Negromonte, entre outros.

No segundo mandato, a partir de 2015, Dilma repetiria a dose das alianças petistas com a direita, não apenas com o PMDB, mas com diversos partidos do chamado “Centrão” (PP, PRB, PTB, PROS, PR, PSC, Solidariedade), com o concurso e supervisão de Lula, que urgia a sua ungida que reatasse relações (republicanas?) com o PMDB (SINGER; 2018; p. 192).

Dessa vez, o objetivo era impedir que Eduardo Cunha fosse eleito presidente da Câmara dos Deputados, o que ocorreu a 1º de fevereiro de 2015, recebendo 267 votos contra 136 votos de Arlindo Chinaglia (e 100 votos de Júlio Delgado, apoiado pelo PSDB).

Para evitar esse desfecho, o “ensaio republicano” de Dilma revelava não ser mais que a política gasta da conciliação de classes petista, encimada com suas comunhões com a direita.

Se o planejamento funcionasse, Dilma conseguiria se livrar da dependência em relação ao partido de Cunha e Temer. Mas o fracasso a deixara completamente refém da dupla. Dilma pôs Cid Gomes no Ministério da Educação e Gilberto Kassab no Ministério das Cidades, criando um problema que lhe custaria caro ao desalojar de lá o Partido Progressista (PP). Dilma contava que o PP, o Partido da República (PR), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), a quem dera respectivamente os ministérios da Integração Nacional, dos Transportes, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Esporte, votariam em Chinaglia. (SINGER; 2018; p. 204).

Cumprir lembrar que além destes eméritos representantes do fisiologismo burguês, adentraram em postos chave do governo Dilma, em seu segundo mandato e a instâncias de Lula, Eliseu Padilha no Ministério da Aviação Civil e Henrique Eduardo Alves no Ministério do Turismo, ambos do PMDB.

A partir de outubro de 2015, quando Lula retomou influência na orientação de recomposição de Dilma com o PMDB, este obteve 7 ministérios (um a menos que o PT). Além da Aviação Civil e o Turismo, Eduardo Braga ficou com a pasta de Minas e Energia, Kátia Abreu ficou com a Agricultura, Helder Barbalho (filho do inominável Jader Barbalho) tomou a pasta de Portos. Os pemedebistas receberam de volta o Ministério da Saúde, e também o de Ciência e Tecnologia (SINGER; 2018; p. 222). Como se faltassem exemplos, fica patente que para administrar o capitalismo é preciso “reconciliar-se à realidade” de sua corrupção inerente. Ninguém menos que Michel Temer era o vice-presidente da chapa de Dilma.

Se levarmos em consideração o próprio *intermezzo histórico* que Singer nos oferece no livro, podemos entender a explicação da ausência de estranheza em toda a série de alianças com a direita que foi partícipe do golpe institucional. Por trás do aparente emaranhado caótico de siglas e partidos, Singer postula que existe uma racionalidade política no sistema partidário brasileiro. O atual sistema partidário em seus pilares, desde 1989, seria uma reedição do velho arranjo que operou entre 1945 e 1964. Um partido da classe média, liberal e pró-imperialista, um partido “popular“, e um partido do interior. O regime da UDN, PTB e PSD, trocado por PSDB, PT e MDB.

Singer avança a tese de que existiria a tendência a um “realinhamento eleitoral”: a experiência democrática das massas levaria a que, sendo as massas populares urbanas a maioria da população, uma vez compreendido o sistema e reconhecido o partido que as representa melhor, não haveria espaço para que o “partido de classe média” (UDN/PSDB)

triunfasse por meios eleitorais. Lançar mão de meios antidemocráticos seria o único caminho que lhe resta para retornar ao poder central, seja como tal então pela solução de força direta, seja pelos artifícios do golpismo institucional e arbítrio judiciário.

Emergem daí conclusões imediatas: não haveria inconveniente em aliar-se com as agremiações mais fisiológicas e conservadoras do arranjo partidário nesta democracia burguesa degradada, uma vez que “nenhum partido pode governar sem o PMDB”; a estabilidade da institucionalidade burguesa, e a administração dos interesses dos capitalistas através dela, é o máximo objetivo da política para partidos como o PT. Aceitando as premissas básicas de atuação do PT, não espanta que Singer lance mão de uma lógica francamente indigna para conceber a política em nossa época, léguas de distância da luta de classes.

Para sobreviver, [Dilma] precisava ceder às pressões do PMDB e arriscava-se ser jogada na vala comum da política clientelista que tanto combatera [...] Max Weber escreveu que “quem deseje dedicar-se à política” deveria tomar consciência de certos “paradoxos éticos”, pois “se compromete com potências diabólicas que atuam com toda violência”. Em outras palavras, lidar com demônios faz parte das obrigações daquele que tem a política como vocação (SINGER; 2018; p. 295).

A modo de balanço ao final do livro, a conclusão de Singer é a mesma de Lula: não é possível governar o país sem o PMDB, e Dilma deveria ter “cedido aos demônios” da velha corruptela política burguesa para ter tido melhores chances de burlar o golpe. Em outras palavras, o velho pragmatismo das alianças e pactos com escravistas, prática que lubrifica no interior do Regime de 1988 a máquina despótica de opressão dos capitalistas sobre os trabalhadores. Mostramos que, ao contrário da tese do autor, Dilma cedeu largamente aos diabretes do fisiologismo; o fato de ter feito isso com humor diferente do de Lula não altera em nada as coisas.

“*A reação fez questão de radicalizar*”, diz Singer. A questão é: qual política preparou o terreno para a radicalização da reação. Ao contrário de impedir as investidas do “partido da classe média”, as alianças com a direita, operadas nos governos do PT, pavimentaram o caminho ao golpe institucional.

5.8.2 “Reformismo fraco”: uma função do neoliberalismo

Usando o termo “reformismo fraco”, Singer estabelece a ideia do lulismo como um ciclo reformista de redução da desigualdade e da pobreza, mas um ciclo lento, levando em consideração o tamanho destes problemas sociais herdados (SINGER; 2012; p. 195).

O projeto de combate à pobreza acabou por se firmar sobre quatro pilares: transferência de renda para os mais pobres, ampliação do crédito,

valorização do salário mínimo, aumento do emprego formal. Se discernirmos com isenção, perceberemos que são, de forma atenuada, as mesmas propostas do "reformismo forte", porém em versão homeopática, diluídas em alta dose de excipiente, para não causar confronto (SINGER; 2012; p.189).

Assim expunha em *“Os sentidos do lulismo”* a combinação entre, por um lado, a manutenção da tríade neoliberal juros altos, superávits primários e câmbio flutuante (para acalmar o capital); e por outro lado, a ativação do mercado interno e a recuperação do emprego, que garantia a “paz social” necessária para desativar qualquer radicalização (2012; p. 189).

Não tendo sucesso em levar as ideias do “reformismo forte” (segundo Singer, próprios do programa presidencial do PT em 1994), o Brasil se viu na condição de ingerir sua versão aguada:

Conclui-se de o reformismo forte fracassou no Brasil; mas foi um fracasso relativo, pois, de um lado, influenciou a Constituição de 1988, e de outro, legou propostas, quadros e organizações para o reformismo fraco, que não é o avesso do reformismo forte, mas sim sua diluição [...] Ele tira a centralidade da batalha em torno da desregulamentação neoliberal do trabalho. Não faz avançar a desregulamentação, mas também não a faz regredir. Produz um efeito de congelamento da situação encontrada – tal como manteve os altos ganhos do setor financeiro e não revisou as privatizações tucanas – empurrando os conflitos entre o capital e o trabalho para o fundo da cena (SINGER; 2012; p. 196).

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels extraem da história das sociedades de classe a ideia de que todas as relações de propriedade estiveram submetidas a uma constante mudança histórica, a uma constante transformação histórica. Ou seja, a dialética da história humana, enquanto viveu sob o jugo do antagonismo de classes, determina que abolição de relações de propriedade até aqui não é nada de peculiarmente característico do comunismo. Já Singer expõe uma concepção de mundo em que a sociedade, sempre submetida à escravidão assalariada do capitalismo, dever-se-ia dividir numa dupla velocidade: ciclos de reforma mais acelerados ou mais indolentes, no marco da administração sem conflito do sistema capitalista, de acordo com as circunstâncias. Molière diria que a ambição de um morto não poderia ir mais longe.

“Ao chegar ao poder em 2000, o ‘reformismo fraco’ conteve a expansão do mercado, característica do período neoliberal, sobretudo por meio da formalização do emprego” (SINGER; 2012; p. 198). A destruição das relações trabalhistas operada pelo regime posterior ao golpe institucional não poderia ter sido feita tão rapidamente sem a triplicação da terceirização do trabalho na década lulista, um dos pilares econômicos do neoliberalismo. A terceirização irrestrita e a reforma trabalhista se fizeram nos marcos da manutenção formal da

CLT, o que desautoriza a crença cega de Singer de que a carteira assinada garante proteção trabalhista. A própria formalidade do trabalho – que veio acompanhada de crescimento exponencial da informalidade – significou salários baixíssimos: segundo o economista Márcio Pochmann, do total líquido de 21 milhões de postos de trabalho criados na primeira década do século XXI, “94,8% foram com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal”.

Lula foi um político neodesenvolvimentista social-liberal, que desenvolveu, nos marcos da estrutura econômica neoliberal que herdou de FHC, o estatismo que era permitido pelo ciclo econômico favorável da década de 2000. Deu ao PT a figura de uma “socialdemocracia da periferia”, apoiando-se especialmente nas poderosas organizações sindicais, cujas burocracias transmitiam a influência partidária ao movimento de massas (fazendo concessões limitadas, e controlando sua atividade, separando as lutas econômicas da política), e também apoiado nos setores mais pobres da população, beneficiados por programas sociais.

O lulismo teve grande respaldo das potências imperialistas na década de 2000, o que não significava que inexistisse o incômodo, nos conglomerados empresariais globais, diante do fortalecimento regional das “*global players*” brasileiras, que lhes disputava mercados. O “pecado” de Lula foi haver avançado mais do que o permitido pelo imperialismo, alimentando com dinheiro dos bancos públicos (BNDES) e da Petrobrás os grandes monopólios empresariais de matriz brasileira, as denominadas “Translatinas”, para competir com as empresas estrangeiras na América Latina e na África. Como mostramos acima, o “desenvolvimentismo” que aponta Singer significou a assimilação, por parte do PT, da corrupção histórica e estrutural do sistema político brasileiro, que inclui a lubrificação (por meio propinas) da relação entre Estado, empresários e partidos políticos, tal como existia durante a ditadura militar e os governos neoliberais de Fernando Henrique.

Frente à disputa de certos mercados estrangeiros com as maiores empresas imperialistas, a “vingança” destes monopólios se concretizou – após a mudança de ciclo econômico com a crise mundial de 2008 – transformando a corrupção política em acusações penais e administrativas, através da reacionária Operação Lava Jato (com grande interferência do Departamento de Estado estadunidense). Singer aponta corretamente que a Lava Jato se concentrou no lulismo antes de todos os demais. Isso levou – junto ao fortalecimento da direita com quem o PT governou em seus 13 anos – ao golpe institucional contra Dilma (que nunca foi acusada por corrupção) e ao encarceramento arbitrário do próprio Lula, que teve em setembro de 2018 sua candidatura oficialmente vetada pelo arbítrio golpista do Tribunal Superior Eleitoral (e o apoio de todo o partido judiciário).

A prisão de Lula é uma desculpa para que o regime golpista que surgiu em 2016 faça incursões mais agressivas sobre os sindicatos, os trabalhadores e a esquerda, para facilitar a transferência dos custos da crise econômica e fiscal dos capitalistas sobre as costas da população.

Poderíamos dizer que o “*reformismo forte que se fez fraco*” é outra forma, elegantemente eufemística, da estratégia de conciliação de classes que pavimentou o caminho para os principais fatores de poder real implementarem o golpe institucional. Há que entender esta relação, e não cair na triste condição do “sábio que transforma em virtude os vícios de seu tempo”²¹⁴.

Poucas vezes a história deixou mais cristalina a inexistência de um meio termo na política entendida como luta de classes: ou se luta tendo em vista a alteração sucessiva de modos de produção na história, por um governo dos trabalhadores de ruptura com o capitalismo baseado nas organizações de democracia direta das massas – e para isso se constrói alternativa política dos trabalhadores, com independência de classe – ou terminaremos sempre reféns de reformismos que geram impotência frente às ofensivas autoritárias do capitalismo.

A julgar pelo pacto de unificação nacional com a direita (inclusive com os mesmos PSDB e MDB) e os mercados, vocalizado por Haddad com a chancela de Lula já no primeiro turno das presidenciais de 2018, não haveria problemas ao PT em repetir o caminho trágico que nos levou ao regime golpista.

214“Don Juan”, Molière.

6. Considerações Finais

Concluimos nessa pesquisa que alguns dos fundamentos explicativos do problema do golpe institucional e sua continuidade estão na própria política adotada pelo PT. O estudo sobre a questão do Estado à época de fundação do PT e em seus Encontros Nacionais na década de 1980, os pilares da política econômica nas administrações petistas – especialmente o crescimento da taxa de precarização e a terceirização do trabalho – e a política de ajustes dos últimos anos do governo Dilma Rousseff contribuíram ao fortalecimento das frações políticas que chegaram ao poder com o golpe institucional de 2016.

Essa trajetória indica que o “progressismo petista” resultou ser parte do giro mais geral à direita do cenário político, procurando aproximar-se dos requisitos do capital na hora da crise. Ainda que cedesse concessões às massas, podendo alavancar planos de assistência social (como o Bolsa Família), absorver o desemprego massivo da etapa anterior e admitir certa recomposição salarial, isso se deu em base à conservação de elementos essenciais do neoliberalismo da década de 90: manteve de pé e multiplicou a precarização do trabalho²¹⁵, muitas das privatizações dos serviços públicos, a penetração das multinacionais, a reprimarização exportadora com especialização em *commodities*, a dependência do capital financeiro internacional e a deterioração dos serviços públicos.

Quando se esgotou a possibilidade de contar com a “bonança” da economia mundial, o PT, que alardeava um discurso em que “todos ganhavam”, passaram a rebaixar o alcance da retórica política: os governos petistas assimilaram partes importantes da agenda neoliberal, que expusemos acima. O “outono do progressismo” se transformou, à luz do golpe institucional e da ascensão de Bolsonaro, em decomposição da “hegemonia débil” que expressava em última instância um utópico equilíbrio entre capital e trabalho, entre nações oprimidas e imperialismo, apostando em pactos pelo emprego, salário e planos sociais somente sustentáveis no marco do ciclo de crescimento econômico.

A política prática e o programa do PT, assim, tiveram considerável responsabilidade pelo avanço da direita golpista, e sua continuidade na extrema direita. Isso não significa que sejam forças políticas similares, ou que não detenham diferenças entre si. Os governos pós-neoliberais, como o PT, que emergiram fruto de desvios de grandes crises sociais e mesmo

²¹⁵No Brasil, a terceirização do trabalho triplicou durante as gestões petistas de Lula e Dilma, com a flexibilização constante dos direitos trabalhistas que facilitaram o caminho para a discussão atual no Poder Judiciário sobre a reforma trabalhista. Um trabalho importante que mostra a resistência contra a terceirização é o livro “*A precarização tem rosto de mulher*” (2015), editada e coordenada pela pesquisadora e trabalhadora da USP Diana Assunção, fundadora do grupo de mulheres Pão e Rosas.

levantes de massas contra os governos noventistas neoliberais, foram obrigados a modificar relativamente (comparado à década neoliberal) as condições sociais das massas mais empobrecidas, com concessões reformistas (tímidas e infinitamente menores que os lucros capitalistas, mas que eram concessões). Representaram distorcidamente a "alteração da relação de forças", necessária para desativar os processos de massas do início dos 2000, e enquadrá-las novamente nos limites do que permitia o regime político burguês. Sem entender isso, não se explica porque a burguesia modificou sua orientação na região com a mudança do superciclo econômico pós-crise de 2008, e a entrada de "governos empresariais" da velha direita que retornaram para tentar modificar a relação de forças entre as classes.

Entretanto, como discurremos na pesquisa, isso não pode nublur o fato de que as políticas destes governos ajudaram a pavimentar o caminho da direita. As medidas de austeridade econômica de Dilma Rousseff, especialmente em seu segundo mandato; as políticas persecutórias como a Lei Anti-terrorista ou a atuação das forças repressivas contra as Jornadas de Junho de 2013 e as greves do PAC em 2014; os cortes orçamentários nas áreas sociais sensíveis em função de incrementar o pagamento da dívida pública aos bancos estrangeiros e especuladores; a decadência econômica, a terceirização do trabalho e o desemprego facilitados para garantir maiores margens de lucro aos capitalistas; a série ininterrupta de acordos de conciliação com partidos da direita no Congresso, muitas vezes em detrimento de direitos civis e sociais elementares como o direito ao aborto para as mulheres (que não foi legalizado em 13 anos): tudo isso compõe um quadro que prenuncia a ascensão das forças que tradicionalmente defendem estas pautas, como os primeiros notas da partitura abertura anunciam o libreto da ópera.

Não houve resistência séria do PT diante do golpe institucional. Nem depois dele, diante de medidas como a contrarreforma trabalhista, que passou impune em 2017. Nem sequer quando o autoritarismo judiciário alcançou os píncaros da arbitrariedade, prendendo Lula sem qualquer fundamento jurídico, e impedindo-o de participar das eleições. As centrais sindicais ligadas ao Partido dos Trabalhadores, como a CUT (que nas suas 3.438 entidades filiadas conta com um total de 7,5 milhões de sócios, e uma base de 22 milhões de trabalhadores), fugiram como da peste de construir um verdadeiro plano de luta em cada uma destas fases do golpe, paralisando-se durante anos, desmoralizando os trabalhadores ao desorganizar, fragmentar e impedir que pudessem lutar de maneira unificada, por objetivos práticos de ação na luta de classes. Essa base de milhões de pessoas conforma uma força material considerável para combater os planos da direita. O problema não era que “havia pouco tempo para

mobilizar forças suficientes” – como alegavam as centrais sindicais e os próprios representantes do PT no interior dos movimentos sociais – e sim a ausência desse objetivo em qualquer etapa da luta política.

Mas, na tradição petista, aos milhões de trabalhadores das bases dos sindicatos cabe, quando muito, mobilizar-se de forma rotineira e separada, respeitando as sacrossantas datas-base que obrigam cada categoria a “lutar” em meses distintos somente por demandas econômicas corporativas. Já as “jornadas de luta” por questões políticas, essas são convocadas burocraticamente, sem assembleias nem organizações de base, dispersas em várias pequenas ações, desprovidas de qualquer plano sério para construir as condições de paralisações massivas e coordenadas. Um manual sob medida para que depois os burocratas sindicais possam dizer que “os trabalhadores é que não queriam lutar”. Assim, ao mesmo tempo em que fingiam ser exímios “lutadores”, desmoralizavam as bases com a impotência das ações que constroem para que não reste outro caminho que não seja votar no “mal menor”. Não funcionou.

Tampouco para o PT se tratou de utilizar sua presença no parlamento para fortalecer as condições da luta de classes. Não o fazem porque utilizar a força parlamentar para desenvolver a mobilização extraparlamentar não somente nunca foi a estratégia do PT; além disso, se contraporía pelo vértice à sua disputa pela “liderança” de uma ampla coalizão eleitoral para as próximas eleições em 2022, em função das quais é necessário, em sua lógica, reatar os laços de confiança com a direita. Por isso, o programa que defendem para a “resistência democrática” busca isolar aspectos parciais das demandas democráticas contra os ataques mais autoritários, assim como aspectos parciais das demandas econômicas contra as reformas e privatizações mais antipopulares e entreguistas. Uma separação entre a luta democrática e a luta econômica que é funcional à separação entre a luta parlamentar e a luta extraparlamentar.

Poderíamos concluir que o PT repete a trajetória que conduziu o país ao golpe institucional. Com a diferença do agravamento da crise econômica mundial, e da acentuação da ingerência das potências estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos, sobre a América Latina em geral, e sobre o Brasil em particular.

Diante desse quadro, é alentadora a perspectiva estratégica que se desenvolve no país vizinho, a Argentina. A Frente de Esquerda e dos Trabalhadores, encabeçada pelo Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS), juntamente com o Partido Obrero (PO) e a Izquierda Socialista (IS), consegue dispor de influência em setores de massas dos trabalhadores dos

mais distintos ramos e localidades do país, com um programa de independência de classe diante de todas as variantes burguesas, impulsionando a luta de classes extraparlamentar a nível nacional e internacional, na perspectiva de um governo dos trabalhadores de ruptura com o capitalismo. Trata-se de um grande exemplo de que é possível conquistar alcance político de envergadura resgatando as melhores tradições do movimento operário internacional, há pouco mais de 100 anos da Revolução Russa de 1917; prova também de que, em meio às crises orgânicas que se abatem sobre distintos países, não há apenas variantes políticas da direita xenófoba, mas também uma importante força política de combate ao capitalismo e ao imperialismo, profundamente enraizada nas fábricas, nos serviços, nas escolas e universidades. As lições colhidas por esta força da extrema esquerda argentina (independente e sempre crítica ao peronismo em geral, e ao kirchnerismo em particular) são de grande valia para o Brasil: buscam superar a tradição de conciliação de classe do “pós-neoliberalismo” nacionalista burguês em seu país.

Neste fim de ciclo do pós-neoliberalismo, ainda não se estabeleceram com clareza estes e outros elementos da responsabilidade que o governo do PT teve sobre a nova ascensão da direita no Brasil. A tarefa parece ingrata: uma tentativa de esboçar os principais contornos dessa crítica faz o ensaísta de defrontar com a indisposição do relato oficial “progressista”, que enxerga o PT como a única alternativa ao bolsonarismo rampante. Entretanto, acreditamos que a melhor maneira de combater pela raiz o avanço da extrema direita é empreender esta crítica ao ciclo político anterior e suas figuras responsáveis: se queremos combater Bolsonaro, não é pelo objetivo de restaurar o ciclo petista, cujo programa e estratégia nos conduziram a esta difícil encruzilhada. Ao contribuir de algum modo no esclarecimento do *modus operandi* petista, temos a possibilidade de vislumbrar uma perspectiva social de superação não apenas da extrema direita e da toxicidade de sua influência, mas também do sistema de exploração capitalista.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

"Carta de Princípios", 10 de maio de 1979, disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadeprincipios_0.pdf.

"Teses para a atuação política do PT", abril de 1984, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-tesesparaaatuacaadopt.pdf>.

"As bases do Plano de Ação de Governo", VI Encontro Nacional do PT, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-asbasesdopag.pdf>.

"As eleições presidenciais e a candidatura Lula", VI Encontro, 1989, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-aseleicoespresidenciaiseacandidaturalula.pdf>.

"Documento eleitoral básico", IV Encontro Nacional do PT, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-documentoeleitoralbasico.pdf>.

"Manifesto de Lançamento" do PT, 10 de fevereiro de 1980, disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf.

"O momento atual e nossas tarefas", VI Encontro Nacional do PT, 1989, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-momentoatualeasnossastarefas.pdf>.

"O socialismo petista", VII Encontro Nacional do PT, 1990, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-osocialismopetista.pdf>.

"Resoluções políticas", V Encontro Nacional do PT, 1987, disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf.

"Tese de Santo André-Lins", disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf.

ABRAMO, Zilah; MAUÉS, Flamarion. *“Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já”*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

AKYÜZ, Y. *“The Boom In Capital Flows To Developing Countries: Will It Go Bust Again?”*
Fonte: http://ekonomitek.org/pdf/7_dergi_makale3_yilmaz_akyuz.pdf

ALBAMONTE, Emilio; MAIELLO, Matías. *“Estrategia socialista y arte militar”*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2017

ALVES, Giovanni. *“O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo”*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. *“Balanço do neoliberalismo”*. In: SADER, E., GENTILI, P. (Org.). *Posneoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *“In the tracks of historical materialism: the Wellek library lectures”*. London: Verso, 1988.

ANTUNES, Ricardo. *“A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80”*. São Paulo: Editora Ensaio, 1988

_____. *“Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____(org). *“Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II”*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____(org). *“Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III”*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *“O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital”*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BADIOU, Alain. *“De un desastre oscuro”*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2006.

BARBOSA, N.; “*A inflexão do governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda*” (2010).

BAROT, Emmanuel. “*Marx en el país de los soviets: o los dos rostros del comunismo*”. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2017.

BATISTA, Eraldo (org). “*Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para Além do Capital*”. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BATISTA, Eraldo; NOVAES, Henrique T. “*A metamorfose da CUT: das lutas sociais à acomodação sistêmica*”. In: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BOITO Jr. A.; 2007; Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. In: Revista de Sociologia e política, n°. 28, 2007.

BOITO JR, A.; GALVÃO, A. (orgs.). “*Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*”. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, p. 69-106.

Boletim Nacional n. 27, São Paulo, maio 1987.

Boletim Nacional nº 15, São Paulo, dezembro 1985.

BROWN, O.; GIBSON, J. “*Boom or Bust: Developing countries’ rough ride on the commodity price rollercoaster*”. Fonte: https://inis.iaea.org/search/search.aspx?orig_q=RN:38009596

BURGOS, Raúl, “*La interferencia gramsciana em la producción teórica y política de la izquierda latinoamericana*”. Documento preparado para o Encontro da Latin American Studies Association, Continental Plaza Hotel, Guadalajara, México, em abril de 1997. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa97/burgos.pdf>.

Carta de Friedrich Engels a August Bebel, 28 de março de 1875, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/03/28.htm> (consultado em 18/04/2018).

CAVALCANTE, S. “*O setor de telecomunicações no Brasil: tendências da prestação de serviços e da situação do trabalho na década de 2000*”. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.

CEPAL: a recuperação do crescimento da América Latina e do Caribe depende do dinamismo do investimento público e privado. Disponível em: <http://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-recuperacao-crescimento-america-latina-caribe-depender-dinamismo-investimento>.

CEPAL: Taxa de crescimento do PIB da América Latina diminuiu em 2014, e fica abaixo de 1,5%. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cepal-taxa-de-crescimento-do-pib-da-america-latina-diminuiu-em-2014-e-fica-abaixo-de-15/>.

CHESNAIS, François. “*Mundialização: o capital financeiro no comando*”. Outubro 2001, Revista de Estudos Sociais, nº 5.

_____. “*A mundialização do Capital*”. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A democracia como valor universal”. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

DAL MASO, Juan. “*El marxismo de Gramsci: notas de lectura sobre los Cuadernos de la cárcel*”. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2016.

_____. “Perry Anderson, Gramsci y la hegemonia”, disponível em: http://www.laizquierdadiario.com/ideasdeizquierda/wp-content/uploads/2016/12/32_34_DalMaso.pdf (consultado em 01/04/2018).

Donny Gluckstein, disponível em: <https://socialismoemfronteiras.wordpress.com/2014/06/09/reforma-e-revolucao-em-rosa-luxemburgo-donny-gluckstein/>.

DRUCK, G.; FRANCO, T. (orgs). “*A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*”. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, Friedrich. “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. “*La guerra civil em Francia*”. In: Obras escogidas Marx-Engels, Tomo II. Moscú: Editorial Progreso, 1975.

FERNANDES, Florestan. *“A Constituição inacabada: vias históricas e significado político”*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

GANDRA, Marco Aurélio Ramalho. *“Cidade vermelha do aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-89)”*. Dissertação de mestrado, disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1345.pdf>.

GIANOTTI, Vito. *“História das lutas dos trabalhadores no Brasil”*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

GRAMSCI. A. *“Cadernos do Cárcere”*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. *“The peasants and the dictatorship of the proletariat”*, Marxists Internet Archive, consultado em 04/05/2018.

I Encontro Nacional do PT, “Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva”, disponível em: <https://fpabramo.org.br/CSBH/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/03discursodelula1convecacao.pdf>.

IPEA, “Anos 1980, década perdida ou ganha?”, 15/06/2012, disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23.

KAUTSKY, Karl. *“La nueva táctica”*. In: Debate sobre la huelga de masas. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

KINZO, Maria D’Alva. *“A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição”*, Dezembro de 2001, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002.

KREIN, J. D.; TEXEIRA, M. *“Terceirização e relações de trabalho”*. In: MACAMBIRA JÚNIOR; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. (Coord.). *“Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais”*. Fortaleza: IDT, 2016.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *“Hegemony and Social Strategy: Towards a Radical Democratic Politics”*. London: Verso Books, 1985.

LÊNIN, Vladimir. “*El Estado y la revolución*”. In: Obras Escogidas. Tomo 2. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013.

_____. “*La revolución proletária y el renegado Kautsky*”. In: Obras Escogidas. Tomo 2. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013.

_____. “*O imperialismo, fase superior do capitalismo*”. São Paulo: Editora Global, 1987.

LUPE, S. “*De vuelta con la ‘ruptura democrática’: del eurocomunismo a Podemos*”, disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/De-vuelta-con-la-ruptura-democratica-del-eurocomunismo-a-Podemos>.

MANDEL, Ernest. “*Marxist theory of the state*”, 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/mandel/1969/xx/state.htm> (consultado em 07/04/2018).

MARX, Karl. “*As Lutas de Classes na França*”. In: Obras Escolhidas. Volume 1. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1996, p. 93.

_____. “*O 18 Brumário e cartas a Kugelman*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. “*A guerra civil na França*”. In: Karl Marx e Friedrich Engels, Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, vol. 2. s/d.

_____. “*O Capital: crítica da economia política*”. Tomo 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. “*Para a crítica da economia política*”. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. “*Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*”. São Paulo: Boitempo, 2005

MARX, K.; ENGELS, F.. “*A ideologia Alemã*”. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. “*Collected Works*”, Volume 50. London: Lawrence & Wishart, 2010

_____. “*Manifesto do Partido Comunista*”. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

_____. “*Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*”. Trad. José Carlos Bruni (et.al). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAZZEI, A. “Do movimento ‘Diretas Já’ às manifestações de 2013: a crise da democracia representativa no Brasil”, disponível em:
<https://deiamazzei.jusbrasil.com.br/artigos/458934240/do-movimento-diretas-ja-as-manifestacoes-de-2013-a-crise-da-democracia-representativa-no-brasil> .

MODONESI, Massimo. “*Horizontes Gramscianos: Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci*”, disponível em:
<https://massimomodonesi.files.wordpress.com/2014/04/modonesi-horizontes-gramscianos.pdf>.

OLIVEIRA, Dante; LEONELLI, Domingos. “Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura”. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PANNEKOEK, A. “*Acciones de masas y revolución*”, em Luxemburgo, Rosa; Kautsky, Karl; Pannekoek, Anton: Debate sobre la huelga de masas. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

Plano de ação política e organizativa do PT, IV Encontro Nacional, disponível em:
<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-planodeacaopolitica.pdf> .

Plataforma Eleitoral Nacional, março de 1982, disponível em:
<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-plataformaeleitoral.pdf> .

RODRIGUES, T., “*A campanha das ‘Diretas Já’ como mecanismo da transição conservadora*”, Revista Ideias de Esquerda, disponível em:
<http://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=204>.

SADER, Emir. “*Estado e política em Marx*”. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. (org.). *“10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil”*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SINGER, André. *“Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *“O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011- 2016)”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SUMMERS, Lawrence. *“We must prepare now for the likelihood of a recession”*, Financial Times, 07/01/2019, disponível em: <https://www.ft.com/content/226a58e0-125b-11e9-a168-d45595ad076d>.

TROTSKY, Leon. *“Bonapartismo y fascismo”*. In: *“La Lucha contra el Fascismo em Alemania”*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013.

_____. *“História da Revolução Russa”*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

_____. *“A lei do desenvolvimento desigual e combinado na história russa”*. In: MILLS, C. Wright. *Os marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 274-278. Extraído de *The history of russian revolution*. Nova York: 1932.

_____. *“Stalin: el gran organizador de derrotas. La III Internacional después de Lenin”*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2012.

_____. *“Los primeros 5 años de la Internacional Comunista”*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2016.

_____. *“Escritos Latino-americanos”*. São Paulo: Editora Iskra, 2010.